

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ASSEMBLÉIAS DE BAIRRO NA ARGENTINA:
CRIANDO ESPAÇOS DE AÇÃO POLÍTICA PARA
RECONSTRUIR O TECIDO SOCIAL**

Adriana Marcela Bogado

São Carlos - SP
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ASSEMBLÉIAS DE BAIRRO NA ARGENTINA:
CRIANDO ESPAÇOS DE AÇÃO POLÍTICA PARA
RECONSTRUIR O TECIDO SOCIAL**

Adriana Marcela Bogado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, na área de Concentração "Relações Sociais, Poder e Cultura", sob **orientação da Professora Doutora Maria Aparecida de Moraes Silva**.
Financiamento: CAPES

São Carlos - SP
2005

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B674ab

Bogado, Adriana Marcela.

Assembléias de bairro na Argentina: criando espaços de
ação política para reconstruir o tecido social / Adriana
Marcela Bogado. -- São Carlos : UFSCar, 2006.
239 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2005.

1. Movimentos sociais. 2. Assembléias de bairro. 3.
Memória. 4. História oral. 5. Argentina. I. Título.

CDD: 303.484 (20ª)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Adriana Marcela Bogado

Maria Aparecida de Moraes Silva

Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

J. R. Martins Filho

Dr. João Roberto Martins Filho
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Mônica Isabel Bendini

Dra. Mônica Isabel Bendini
Universidad Nacional del Comahue, Neuquén /Argentina

*Dedicamos este trabalho
aos/as participantes da Assembleia de Palermo Viejo
e da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego.*

AGRADECIMENTOS

À Roseli e ao Paulo por me dar um lar de diálogo, afeto e solidariedade fora de casa e por compartilharem suas famílias comigo.

Ao Douglas, amorchiss, pelo seu apoio amoroso no trabalho, na leitura e na correção e pelos nossos processos de ensino-aprendizagem enquanto viajamos pelo universo.

À minha orientadora, Professora Maria Aparecida de Moraes Silva, por aceitar o desafio e assumir a orientação com sua sabedoria e compromisso.

Ao Prof. João Roberto membro da banca examinadora e professor de qualidade.

À Professora Mônica Bendini por compor a banca examinadora e tomar-se o trabalho de vir de longe para contribuir com seu profissionalismo e sensibilidade crítica.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa recebida e incentivo à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais por receber-me e apoiar o meu trabalho, aos/as professores/as pelos ensinamentos e às Secretária Ana Maria e Ana.

À minha família toda, especialmente a minha mãe Norma pela sua força e por apoiar minhas lutas e sonhos, a minhas irmãs Lorena e Natalia, a minhas sobrinhas Gabriela e Florencia por me dar amor (mesmo estando longe), e ao meu pai, Ramón.

Aos/as *assembleístas* Estela, Paula e Pedro pelas contribuições e apoio na pesquisa.

Ao Demóstenes Silvestre, pessoa que não conheci, mas que construiu um lugar onde foi possível trabalhar, viver e sonhar “denodadamente” e onde esta dissertação começou a se concretizar no papel.

À Carmem pela sua generosidade pessoal e acadêmica e pela sua amizade.

À Eglen, Júnior, Daniel, Renata, Fabiana, Marcos, Thaís, Tiago (obrigada pela tradução), por compartilharem comigo uma amizade sem fronteiras.

Ao pessoal do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar) pelo apoio no trabalho e nos sonhos de transformação social.

Às minhas amigas, Estela, Silvina, Marina, Luisa, Norma e Sandra que acompanharam minhas idas e vindas de perto e de longe.

Ao Ramón Flecha por animar-me a realizar a pesquisa quando o projeto era um sonho.

Ao León Gieco que com sua música me fez lembrar do caminho, de lutas e sonhos.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 01	Evolução da dívida externa, fuga de capitais e interesses pagos, 1970-1998	22
Quadro 02	Evolução do salário médio real, o desemprego e a sub-ocupação, 1959-1999	30
Figura 01	Mapa da Capital Federal indicando os bairro de Palermo, San Telmo (entre outros) e a Plaza de Mayo	18
Figura 02	Mapa do bairro Palermo Viejo indicando a esquina de reunião da Asamblea de Palermo Viejo	19
Figura 03	Mapa do Bairro San Telmo indicando a situação do prédio da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego.	19
Figura 04	Logotipo da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego	77
Figura 05	Frente do <i>bono ladrillo</i>	103
Figura 06	Mapa de mobilização para piquete urbano	159
Fotografia 01	Mural da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego.	42
Fotografia 02	Participantes pintando o mural durante as Jornadas em Repúdio ao Terrorismo de Estado	46
Fotografia 03	1976	47
Fotografia 04	Os desaparecidos	49
Fotografia 05	Ronda de lenços	51
Fotografia 06	Democracia	52
Fotografia 07	A Festa	56
Fotografia 08	Basta	57
Fotografia 09	19 e 20 de dezembro	59
Fotografia 10	Assembléia	61
Fotografia 11	Plaza Dorrego	96
Fotografia 12	Tijolos da memória	105
Fotografia 13	Participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego reunidos no lugar onde se construiu o prédio	106

Fotografia 14	Juntamos I. Restauração do prédio da Asamblea de Palermo Viejo	115
Fotografia 15	Participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego	138
Fotografia 16	Protesto contra a Companhia de Energia Elétrica Edenor	147
Fotografia 17	<i>Escrache</i> a Videla	155
Fotografia 18	<i>Assembleístas</i> da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego durante a marcha contra a repressão em Puente Pueyrredón	164
Fotografia 19	La Asamblearia. <i>Stand</i> de vendas durante o 14º Encuentro de Asambleas Autónomas.	169
Fotografia 20	Participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego durante a preparação da <i>Olla Popular</i> .	173
Fotografia 21	Participantes da Asamblea de Palermo Viejo na esquina de Humboldt e Costa Rica, preparando-se para a primeira caminhada	181
Fotografia 22	Participantes da Asamblea de Palermo Viejo durante a caminhada.	182

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1	20
1.1 Revisão histórica	20
1.2 Construindo lugares de memória, ação política e identidade	39
CAPÍTULO 2	68
2.1 Surgimento das Assembléias de Bairro	68
2.2 Os/as participantes	79
2.3 (Re)significando o espaço público	93
2.3.1 Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego	94
2.3.2 Asamblea de Palermo Viejo	106
CAPÍTULO 3	118
3.1 Organização e funcionamento	118
3.1.1 Dinâmica dos encontros	130
3.1.2 Da "Interbarrial" ao "Encuentro de las Asambleas Autónomas"	138

3.2 Os protestos	145
CAPÍTULO 4	166
4.1 Compras comunitárias: Construindo a Economia Solidária	167
4.2 Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego	171
4.3 Asamblea de Palermo Viejo	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	204
ANEXO	209

RESUMO

Este trabalho aborda o estudo sobre as Assembléias de Bairro na Argentina, criadas após os *panelaços*¹ dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, no contexto da atual crise social, política e econômica. As Assembléias caracterizam-se por promover mecanismos de democracia direta, organização territorial, autonomia em relação aos partidos políticos e por estar compostas, geralmente, por setores médios empobrecidos. Pessoas que nunca tiveram participação política, pessoas que militaram na década de setenta, pessoas com diferente militância em partidos, sindicatos ou em movimentos sociais reúnem-se semanalmente em diversos bairros para debater e gerar ações orientadas a criar alternativas ante a crise e desenvolver um espaço com novas formas de se relacionar com a política, aprofundando o processo de democratização.

Nosso estudo visa descrever as Assembléias de Bairro, seu surgimento e as práticas levadas a cabo pelos/as integrantes das mesmas, a partir das suas experiências. Para tanto a metodologia de pesquisa utilizada foi a História Oral concomitantemente com a Observação Participante das sessões da Assembléia e de outras atividades geradas pelas mesmas. Com o objetivo de ampliar o espectro de coleta de dados, incorporamos a busca e utilização de fotografias e diversos materiais produzidos pelos/as participantes das Assembléias, assim como o registro de informações no diário de campo. A coleta de dados, em campo, desenvolveu-se em janeiro e fevereiro de 2004, em duas Assembléias de Bairro, em Buenos Aires: a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego e a Asamblea de Palermo Viejo.

A História Oral permitiu reconstruir a memória recente, as lembranças do surgimento das Assembléias, dos primeiros encontros. Mas, também, possibilitou que aflorasse uma outra memória que estava presente nos testemunhos e ações dos/as informantes: a memória sobre a Ditadura Militar. Homens e mulheres identificam como principal consequência da ditadura e os governos democráticos que a sucederam: a destruição do tecido social. A partir dessa visão, começam a desenvolver espaços de ação política orientados à reconstrução desse tecido.

Assim, destacamos como aspectos relevantes da ação das Assembléias: o trabalho com a memória sobre a repressão; o desenvolvimento de espaços de deliberação que viram a enriquecer a cultura política; as redes de ação política e solidariedade com outros movimentos sociais; a (re) significação do espaço público e o compromisso de sua gestão; o trabalho coletivo e a realização de atividades e projetos visando criar alternativa em um contexto de crise generalizada.

¹ Mobilizações espontâneas de milhares de cidadãos e cidadãs por iniciativa própria, sem atenderem a nenhuma convocatória de partidos ou sindicatos, em repúdio à declaração do estado de sítio, decretado pelo governo.

ABSTRACT

Taking into account the current context of social, political and economic crisis this work consists of a study about the Neighborhood assemblies in Argentina that followed the *panelaços*², which happened in the 19th and 20th of December of 2001. The main characteristics of the assemblies are that they promote mechanisms of direct democracy, territorial organization, autonomy in face of political parties and finally for being composed mainly of people belonging to poorer sectors of society. People that never had political engagement, people that protested in the Seventies, people that participate in different political parties, syndicates or social organizations gather weekly in different neighborhoods to debate and generate actions in order to create alternatives to face the crisis and also try to develop spaces where new ways of dealing with politics can take place and thus deepening the process of democratization.

Our study aims to describe the Neighborhood assemblies, its beginning and the practices performed, using the participants experience as a starting point. In order to accomplish that the chosen research methodology was Oral History alongside with Participative Observation of the assemblies and also other activities that resulted from these methods. With the objective of broadening the collected data spectrum, we have brought in photographs and a wide range of materials made by the participants as well as the entries in a filed diary. The data gathering was done between January and February of 2004 in two assemblies of the city of Buenos Aires, namely: a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego e a Asamblea de Palermo Viejo.

The Oral History allowed us to rebuild the participants' recent memories, those of the beginning of the assemblies, of the initial meetings. On the other hand it also worked as channel for yet another memory that was present inside the participants' accounts to come to surface: that of the military dictatorship. Men and women identify the destruction of the social tissue as one of the main consequences of the military dictatorship and the following democratic governs. Beginning with this point of view they started to develop spaces of political action orientated to the reconstruction of this tissue.

Hence, we would like to point out some important aspects of the actions of the assemblies, namely: the work with the memories of the repression years, o development of deliberation spaces that eventually enriched the political culture, the political action and solidarity networks with other social movements, the process of (re) signify the publics spaces and its management, the collective work and the accomplishment of activities and projects that aimed to create alternatives in a context of generalized crisis.

² Spontaneous mobilization of thousands of citizens, that gathered due to each own initiative and without previous convocation from parties or syndicates, against the under siege state declared by the government.

INTRODUÇÃO

A descoberta do tema

O presente trabalho está centrado no estudo das *Assembléias de Bairro* na Argentina, criadas após os *panelaços*³ dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, no contexto da crise social, política e econômica. As Assembléias objetivam a construção de mecanismos de democracia direta, organização territorial, autonomia em relação aos partidos políticos, levando-se em conta a heterogeneidade social dos sujeitos participantes. O estudo visa à descrição das Assembléias de Bairro, seu surgimento, funcionamento e as práticas levadas a cabo pelos/as integrantes das mesmas, a partir de suas experiências.

Nossos primeiros contatos com as Assembléias de Bairro deram-se no início de 2002, por ocasião de um estágio realizado na Espanha. A partir de leituras de jornais e e-mails endereçados por conhecidos, nos inteiramos do início deste movimento e, ao mesmo tempo, surgiu o interesse em realizar uma investigação sobre este tema.

A primeira versão do projeto acabara de se concretizar ao fim desse ano, enquanto fazíamos um estágio na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no segundo semestre de 2002, e especificamente para a candidatura ao mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCar (PPGCSO). Desta maneira, começamos uma pesquisa pela Internet, principalmente dos jornais e outros *sites* feitos pelas/os participantes das Assembléias e, paralelamente, uma pesquisa da bibliografia surgida em torno ao tema. Assim, escrevemos a primeira versão do projeto, apresentada no fim de 2002, para o processo de seleção de mestrado. Posteriormente, à aprovação e ingresso no PPGCSO da UFSCar, fomos incorporando bibliografia ao projeto, embora o mesmo continuasse sem alterações estruturais muito profundas.

Pesquisa exploratória

No fim de abril de 2003, em uma viagem à Argentina, fizemos o primeiro contato via e-mail com a "Asamblea Popular Altos de Palermo", do bairro de Palermo, em Buenos Aires. Pedimos para assistir um dos encontros e que confirmassem o dia de reunião, local e horário, porque a informação que tínhamos talvez não estivesse

³ Mobilizações espontâneas de milhares de cidadãos e cidadãs por iniciativa própria, sem atenderem a nenhuma convocatória de partidos ou sindicatos, em repúdio à declaração do estado de sítio, decretado pelo governo.

atualizada. Rapidamente responderam e perguntaram o caráter de nossa presença, se queríamos participar como moradora do bairro, com fins acadêmicos ou por outro motivo, e agregavam que:

“en el primer caso, estas invitada desde ya. en caso contrario, presentate el martes que viene e informa cual es tu intencion de la visita, no creo igualmente que haya problemas. saludos.”

Na semana seguinte, no dia 6 de maio de 2003, participamos de um encontro. Reuniam-se nas ruas Coronel Díaz e Arenales, em Palermo, na calçada do Shopping Alto Palermo, todas as terças-feiras, das 21 às 23 hs. Nessa ocasião, participamos da realização de uma entrevista realizada por estudantes da Universidade de Buenos Aires (U.B.A.) e, logo, ficamos observando o desenvolvimento da Assembléia, a fim de conhecermos melhor a dinâmica, da qual tínhamos conhecimento apenas pelas leituras realizadas.

O primeiro contato permitiu que observássemos a existência, entre homens e mulheres, de um trato muito respeitoso, e mesmo afetuoso. Conheciam-se pelos nomes e, antes de começar o debate, iam falando sobre as causas pelas quais não estariam, nesse encontro, outros/as participantes (problemas de saúde, viagens etc.). Os/as estudantes e a pesquisadora nos apresentamos e expusemos o motivo de nossa presença. Explicamos que a pesquisa de mestrado tratava, centralmente, das Assembléias de Bairro. Receberam-nos muito amavelmente e mostraram-se bem dispostos/as a responder as perguntas dos outros estudantes que estavam lá para fazer um trabalho prático da disciplina “Sociología del Trabajo”.

Quando foram interrogados/as sobre o surgimento da Assembléia comentaram que tinha surgido *“(...)Como todas, al principio la gente comenzó a juntarse espontáneamente en las esquinas, en diciembre 2001, febrero 2002, después de los cacerolazos se quedaban charlando(...)*”. Também destacaram como, no começo, eram muitos mais participantes, cem pessoas, e que agora o número tinha diminuído a 15 ou 20 participantes estáveis.

Um dos participantes mais jovens, que era sociólogo, comentou que havia participado com seus pais na Asamblea Interbarrial de Parque Centenario⁴ e lá avistou

⁴ Espaço criado em janeiro de 2002 para potencializar a ação política e detectar os objetivos comuns de todas as Assembléias. Os encontros realizavam-se todos os domingos no Parque Centenario, localizado no centro da cidade de Buenos Aires.

pessoas com um cartaz, em que constava o nome da Assembléia do seu bairro. Então, se aproximou dessas pessoas e perguntou como funcionava a Assembléia que estava no seu próprio bairro. Disseram-lhe que a mesma ainda não tinha começado, então nesse dia decidiram organizá-la, era fevereiro de 2002.

Também, como parte da pesquisa exploratória, nesse tempo, mantivemos conversas telefônicas com duas participantes de Assembléias de outras cidades, mas da Província de Buenos Aires, a Asamblea de Talar e a Asamblea de Carapachay. O contato com a informante da Asamblea de Talar foi feito por intermédio de um amigo e, no caso da informante da Asamblea de Carapachay, tratava-se de uma pessoa já conhecida. A primeira Assembléia tinha se dissolvido, segundo a informante, depois de vincular-se a um partido político de esquerda. No caso da outra informante, ela tinha decidido deixar de participar depois de considerar que o jeito de "*fazer política*" da Assembléia de seu bairro não correspondia às suas expectativas.

É interessante como estes primeiros contatos não mudaram o projeto em si, porém aportaram temas e questões essenciais - que não tinham sido abordados nas leituras que orientaram a formulação do projeto -, e permitiram-nos conhecer pessoalmente a atividade desenvolvida por estas organizações e os/as participantes delas, a partir do qual tínhamos planejado fazer o traçado do que seria a coleta de dados. Embora, nesse momento, tais temas e questões não encontrassem espaço para serem incorporados no projeto inicial, em poucos meses as disciplinas cursadas e o contato com outras discussões e pessoas e, principalmente, a mudança na orientação, levaram-nos a reestruturar alguns itens do projeto.

Principais mudanças no projeto

No segundo semestre de 2003 realizamos uma revisão do projeto e modificações estruturais, que consideramos terem sido fundamentais para podermos dar conta do objeto de pesquisa e de algumas de suas dimensões, que até então não havíamos considerado. As mudanças mais significativas foram: a consideração da participação das mulheres no movimento e a escolha da História Oral como metodologia principal de pesquisa.

A respeito do primeiro item, consideramos que um dos "motores de mudança" foi o curso da disciplina "Teorias de Gênero". A presença e participação das mulheres nas Assembléias já eram dados comprovados, mas não haviam sido incluídos no projeto. Portanto, decidimos começar a considerar esse aspecto para dar visibilidade, no

trabalho, a essa participação do coletivo feminino. As primeiras conversas com a Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva aproximaram-nos da bibliografia sobre participação política de mulheres, a leitura e a reflexão levaram-nos a retomar leituras de Teoria Sociológica e Teoria Política, disciplinas cursadas no primeiro semestre de 2003.

A bibliografia refletia como as mulheres tinham sido excluídas no processo de surgimento das democracias modernas e, agora, no marco da crise da democracia, principalmente na América Latina, surgia como questão: quais as contribuições das mulheres para os processos de democratização, desde o espaço dos movimentos sociais? Esta é uma questão que não temos o intuito de responder neste trabalho, mas que começa a motivar nossa reflexão e teve um primeiro espaço de discussão no trabalho final da disciplina Teorias de Gênero, trabalho esse em que abordamos a participação política das mulheres nas Assembléias pesquisadas.

O que pretendemos assinalar é que ao tentar dar conta do objeto de pesquisa, muitas vezes destacando uma de suas dimensões, fazemos com que percam visibilidade outras dimensões relevantes, que trazem contribuições e possibilidades de transformação importantes. O destaque da heterogeneidade da composição das Assembléias, que é uma característica fundamental e valiosa, poderia levar a uma invisibilidade da participação das mulheres e, portanto, das contribuições transformadoras que elas trazem ao movimento.

A segunda mudança significativa, como mencionamos acima, foi referente à metodologia, em virtude, principalmente, da mudança na orientação do trabalho. Assim, tomamos contato com a metodologia de pesquisa da História Oral, a fim de avaliarmos se era possível, a partir dela, desenvolvermos a pesquisa sobre o objeto mencionado. As leituras indicadas pela nova orientadora, suscitaram reflexões e discussões, após as quais consideramos que a História Oral daria conta de retratar o objeto, a realidade envolta nele e atingir o objetivo da pesquisa.

Certamente, encarar uma pesquisa a partir desta metodologia constitui para nós um desafio em vários sentidos. Por um lado, é reconstruir a memória da história recente, o vivenciado pelas pessoas que se envolveram nos acontecimentos do 19 e 20 de dezembro e que, depois desses fatos, começam a desenvolver, em conjunto, novos projetos. É, também, defrontar-nos com uma outra memória, que constitui a luta de muitas pessoas e coletivos, a memória sobre a ditadura militar, suas conseqüências, seus crimes etc. Esta memória aparece, na pesquisa, como um dos elos que dá sentido e

orienta o agir no presente, o que se faz e o que não se tem que fazer. Cabe destacar que esta reflexão aplica-se, geralmente, a todas as pessoas tenham militado ou não na década de setenta e aparece também em outras, mais jovens, como memória herdada (Pollak, 1992). Assim, a memória dos/as desaparecidos na última ditadura militar, constitui um eixo fundamental a partir do qual a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego constrói identidade coletiva e ação política (Arendt, 1991). Este será um tema que abordaremos a partir da análise de um mural realizado pelos/as participantes, durante uma “Jornada Cultural em Repúdio ao Terrorismo de Estado”, em março de 2002.

E, finalmente, é um desafio porque se trata do nosso primeiro trabalho utilizando esta metodologia, portanto, deveríamos dizer que mais que desafio é uma grande possibilidade de aprendizagem. Uma aprendizagem que vale muito a pena porque faz sentido com o intuito de que a democracia e as construções que ela fundamenta, e que muitos tentamos trabalhar cada dia, constituam também uma forma de construir conhecimento.

A metodologia

A escolha da História Oral veio enriquecer profundamente o trabalho que aqui apresentamos, dando uma visão original do objeto, que não foi abordado a partir desta perspectiva por outras pesquisas sobre o tema. A mudança na metodologia de pesquisa implicou um novo planejamento da coleta de dados, como descreveremos mais adiante.

As potencialidades da metodologia são destacadas por Neves (2000, p.116-117), que assinala três aspectos relevantes da História Oral: refere-se ao tempo presente, à história contemporânea; o seu espaço é marcado pela intersubjetividade (no sentido de diálogo entre diferentes identidades), e possibilita o afloramento de múltiplas versões da história. Explorar esta metodologia permite disponibilizar um conhecimento sobre a história, constituído por meio da visão de quem a vivenciou, para as gerações vindouras, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva. Neste sentido, Thompson (1998) aponta para a construção de uma história mais socialmente consciente e democrática, assinalando que:

“... as testemunhas podem, agora, ser convocadas também entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao fazê-lo, a história tem

um compromisso radical em, favor da mensagem social da história como um todo.” (op.cit., 1998, p. 26)

A escolha da História Oral nos fez deparar com uma questão já levantada pelos pesquisadores/as desta metodologia, a saber: a necessidade da incorporação de documentos (Vilanova, 1998) que enriqueçam as fontes orais. Os argumentos baseiam-se tanto no fornecimento de evidências quanto na adequação da maneira de fazer pesquisa na sociedade atual, caracterizada pelo desenvolvimento contínuo dos meios de comunicação e sua inclusão vertiginosa na nossa vida cotidiana. Como pesquisadores/as, segundo Vilanova (*op.cit.*) estamos ante um novo desafio posto pelos novos sistemas de comunicação que implica a inovação na maneira de pensar, investigar e ensinar.

“los nuevos sistemas de comunicación exigen un cambio de perspectivas en nuestra manera de mirar, escuchar o escribir.(...) se amplían nuestros marcos de referencia y, por lo mismo, hemos de inventar fuentes con otros ángulos de visión antes no imaginados.” (op.cit., p. 33)

Ela propõe uma história sem adjetivos, uma história que necessariamente deve usar fontes orais mas, também, dados, imagens e textos, a fim de não incorrer no *risco de escrever histórias incompletas que silenciem aspectos essenciais de nosso viver* (*op.cit.*, p. 35). Assim, a construção apresentada ao leitor é mais participativa.

A possibilidade de acesso a outros documentos, segundo Thompson (1998, p. 25), já está posta pela própria metodologia e o argumento que utiliza relaciona-se com a realidade que o/a pesquisador/a tenta abordar. Segundo o autor mencionado:

“A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista.” (op.cit., p. 25-26)

Assim, destaca como a utilização da entrevista propicia o acesso a outros documentos (sejam estes registros escritos, fotografias etc.) que, de outra forma, dificilmente seriam localizados e que, portanto, vêm a enriquecer a pesquisa.

Portanto, considerando estas discussões e tentando aproveitar ao máximo o tempo destinado à coleta de dados, optamos por utilizar a História Oral

concomitantemente com a metodologia da Observação Participante. Finalmente, com o objetivo de ampliar o espectro de coleta de dados, incorporamos a busca e utilização de fotografias e diversos materiais produzidos pelos/as participantes. Pretendemos, assim, recuperar a diversidade de expressões que o movimento tem, assim como sua originalidade.

Nas Assembléias pesquisadas, comprovamos como a Internet era um meio utilizado. Na Asamblea de Palermo Viejo só uma das participantes não utilizava a Internet, os/as outros/as participantes comunicavam-se por correio eletrônico e a Assembléia contava com uma *homepage*, com artigos próprios e de jornais etc., que serão citados oportunamente no decorrer do trabalho. No caso da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, os/as participantes têm um endereço comum de correio eletrônico e os comunicados, os projetos, as fotografias e outros documentos estão disponíveis na rede. Inclusive, na última reunião observada, se apresentou como proposta criar a *homepage* da Assembléia.

No trabalho priorizamos os materiais produzidos pelos/as participantes do movimento, considerando nosso objetivo de descrever as Assembléias a partir de suas experiências. Assim, os textos citados ou descritos são incorporados ao corpo da dissertação, enquanto que os outros materiais, obtidos antes, durante e após a coleta, geralmente são incluídos nos anexos.

Os outros materiais utilizados são diferentes publicações, como matérias de jornais, revistas etc. e, também, publicações surgidas após os fatos do 19 e 20 de dezembro. A utilização destes materiais tem caráter ilustrativo, referencial e, em alguns casos, testemunhal, mas está sempre vinculado à análise das entrevistas realizadas durante a coleta de dados. Como assinala Catela (2001), a imprensa escrita não pode ser deixada de lado na pesquisa, por ser uma fonte importante de representação da realidade. Segundo a autora:

"A imprensa escrita configura um suporte considerável na constituição da 'opinião pública', formando um espaço altamente eficaz onde se cristalizam os problemas da nação, as posturas e disputas sobre soluções e caminhos políticos a serem tomados. Na Argentina, a imprensa escrita tem alto consumo e forte impacto social."(idem., p. 43)

Assim, observamos que uma das Assembléias adquiriu um lugar destacado por suas ações serem freqüentemente objeto de matérias de um dos jornais mais importantes

da Argentina, Página/12. O fato de utilizar os jornais traz uma outra questão: a relação estabelecida entre as Assembléias e os "media", que no começo mostraram o trabalho do movimento e, logo, foram não só tirando-o de cena, senão também se convertendo em seus detratores (exemplo, o jornal *Clarín*). Este fato foi explicitamente manifestado pelos/as participantes⁵. Não é este o caso particular do jornal Página/12, como podemos observar em várias matérias publicadas por este jornal.

Delimitação do trabalho de campo

A mudança de metodologia de pesquisa trouxe imediatamente a necessidade de avaliar o planejamento que tínhamos feito para a coleta de dados. Assim, surgiram novas modificações que nos permitiram aprimorar o plano e delimitar mais razoavelmente o trabalho de campo. O projeto inicial indicava as Assembléias onde se desenvolveria a coleta de dados, a saber, três Assembléias de Buenos Aires e, se fosse possível, uma de um outro Estado. Certamente, uma coleta assim vislumbrou-se como claramente inviável, considerando os custos que o trabalho de campo implicaria e os prazos estabelecidos para a realização do mestrado. Portanto, decidimos que a coleta se faria em duas Assembléias da Capital Federal, principalmente, porque nela o movimento teve maior força. Em março de 2002 contabilizavam-se 272 Assembléias de Bairro, dispostas da seguinte maneira: 41% delas estavam na Cidade de Buenos Aires, 39% funcionavam na Província de Buenos Aires, e as demais em outras cidades do país (Cerioli, G., 2002).

No tocante à escolha das Assembléias, optamos pela inserção destas em bairros diferentes, a fim de obtermos uma visão das variantes que poderiam aparecer no movimento em contextos diferentes. Embora, as Assembléias a serem pesquisadas devessem responder aos eixos chaves do movimento (horizontalidade, democracia direta e autonomia em relação aos partidos políticos), poderiam se diferenciar por suas orientações, atividades etc. e, também, pelas escolhas que fizeram no percurso de sua história. Assim, pensamos que seria possível ter uma visão das diferentes formas de organização e possibilidades do movimento e também como forma de refleti-lo nas suas particularidades.

⁵ Brieger (2003): "*El primer artículo del diario La Nación, que las analiza incluso considera que 'las Asambleas Vecinales (son), cuna de futuros líderes' (27 de enero, 2002). Sin embargo, dos semanas después un editorial del diario alertaba de que podían convertirse en 'soviets'.*"

Como mencionamos acima, o primeiro contato já havia sido feito com a "Asamblea de Altos de Palermo" e com alguns participantes dela. Mas, antes de restabelecemos o contato para começar a coleta de dados, um informante comentou sobre uma outra Assembléia do mesmo bairro de Palermo destacando seu trabalho, principalmente, a atividade político-cultural que desenvolvia (referia-se a "La Trama", evento que será descrito oportunamente), e manifestando que era uma Assembléia que "*valia la pena conocer*". Então, decidimos entrar em contato com os/as participantes pessoalmente, visitando o prédio em um dia de reunião do grupo e apresentando-nos como pesquisadora. Assistimos o encontro de 15 de janeiro de 2004. Após a observação, decidimos fazer a coleta com este grupo, considerando que: o número de participantes era maior nesta Assembléia, (a Asamblea de Altos de Palermo encontrava-se com poucos participantes quando fizemos a pesquisa exploratória); mulheres e homens tinham feito a gestão para declarar o prédio no qual trabalhavam como patrimônio histórico (enquanto a outra Assembléia funcionava ainda na rua); o grupo aceitou nossa presença e o bairro no qual a Assembléia apresentava características que o diferenciavam do bairro da outra Assembléia pesquisada. Neste ponto, é preciso esclarecer que naquele momento funcionavam dois grupos com o nome de Asamblea de Palermo Viejo, paralelamente (mesmo local, dia e horário de encontro). Como o contato foi feito com participantes do primeiro grupo, além dos demais motivos apresentados, permanecemos participando das atividades deste.

Cabe destacar que a Asamblea de Palermo Viejo possibilitou o contato com a outra Assembléia que escolheríamos para pesquisar, a Asamblea Popular de San Telmo – Plaza Dorrego. Na primeira visita que realizamos ao prédio da Asamblea de Palermo Viejo – um espaço recuperado onde homens e mulheres faziam as reuniões – constatamos que tinham painéis, cartazes e recortes de jornais que informavam algumas ações empreendidas, diferentes trabalhos, protestos, atividades etc. Nesse material, encontramos um boletim informativo de uma outra Assembléia. Tratava-se da "Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego". A leitura do boletim colaborou na reflexão de que talvez esta fosse a outra Assembléia que estávamos procurando, basicamente, pelas atividades que desenvolviam, as temáticas abordadas etc., (e mesmo considerando o bairro, que tem outras características em relação ao de Palermo Viejo) e, aparentemente, por ter um perfil diferente da outra Assembléia escolhida.

A partir disso, na semana seguinte, visitamos o prédio construído pelos/as participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Nesse primeiro

contato nos apresentamos como pesquisadora e comentamos sobre os objetivos do projeto. As pessoas que nos receberam informaram que se reuniam nas terças-feiras a partir das 20:30 hs., na Plaza Dorrego.

Cabe assinalar que as Assembléias reúnem-se semanalmente e, no caso da Asamblea de Palermo Viejo, às quintas-feiras em torno das 20:30hs. Desde o primeiro contato com os/as participantes, tanto desta Assembléia como da outra pesquisada, merece destaque reconhecer que sempre fomos bem recebidos e tratados. Os/as participantes sempre estiveram dispostos a nos orientar ou informar sobre as atividades que desenvolviam e, também, costumavam nos indicar pessoas que tinham materiais e que poderiam ajudar na pesquisa ou assinalavam com quais seria importante conversarmos. Assim, conseguimos reunir diferentes artigos que foram escritos pelos/as participantes, apresentados em congressos ou publicados em livros no país e no estrangeiro, e participar e observar diferentes atividades desenvolvidas pelas Assembléias.

Em todos estes casos, os/as participantes manifestaram disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Tivemos a oportunidade de entrevistar algumas das pessoas que participaram desde o início do movimento para, a partir dos seus depoimentos, realizarmos a descrição do surgimento das Assembléias. Os depoimentos dos/as participantes relatando sua própria história constitui um fato inestimável, para a construção de uma história mais democrática. Portanto, tentaremos aproveitar da melhor maneira esta oportunidade de trabalho e aprendizagem. Sobre a pesquisa e as relações que a partir dela se estabeleceram, houve conversas e situações que consideramos ser fundamental referir, porque marcaram nosso posicionamento como pesquisadora neste trabalho.

Relação entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa

As Assembléias não apenas foram espaços que se abriram para a participação política, a ajuda solidária etc., também, foram pólos de atração para o turismo social e a pesquisa acadêmica nacional e internacional. Este fato revelou-se prontamente na pesquisa bibliográfica inicial, e comprovou-se posteriormente tanto na pesquisa exploratória como na coleta de dados. Consideramos fundamental nos referir a esta questão porque ela revela como nos foi requerido um compromisso como pesquisadora, além do interesse acadêmico nacional e internacional que, certamente, nosso objeto de

estudo tem. Assumido esse compromisso, foi possível estabelecer uma relação muito enriquecedora com os sujeitos pesquisados, nas palavras deles/as “*de ida y vuelta*”.

Cada vez que nos apresentávamos como estudante de mestrado da Universidade Federal de São Carlos fazendo uma pesquisa que tinha por tema “As Assembléias de Bairro”, os/as participantes comentavam que já tinham recebido outras visitas de estudantes do país e de outras partes do mundo (Brasil, Inglaterra, Espanha, Holanda, Alemanha, Itália etc.). Mencionaram também a presença de cientistas sociais, como por exemplo, Naomi Klein, autora de “No Logo”, que fez uma pesquisa sobre os movimentos sociais surgidos na Argentina. Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, destacava o fenômeno.

“(...) a partir del turismo social que hay en la Argentina, que hay mucho turismo social recibimos la visita siempre de gente que viene a ver qué somos las asambleas. San Telmo, nos ven y ‘qué es esta asamblea?’ y ‘quién la dirige?’ y hay voces que se escuchan más que otras pero no la dirige nadie.(...)”

A pesquisa exploratória já nos tinha permitido tomar conhecimento da situação brevemente referida, enquanto que a pesquisa propriamente dita, requeria o compromisso de devolução dos resultados do trabalho. Assim, em uma situação de observação participante, assumimos o compromisso de entregar uma cópia do projeto de pesquisa e, posteriormente, uma cópia da dissertação. Destacamos, também, que acreditamos ser fundamental entregar a eles/as o trabalho, gerado nesse espaço, durante as observações, e que faz parte da história que participantes, mulheres e homens, estão construindo.

Como foi assinalado pelos/as próprios/as participantes no momento em que realizamos nosso trabalho de campo, outros/as pesquisadores/as já haviam passado pelas Assembléias. Assim, havia nas Assembléias uma atitude mais crítica a respeito da pesquisa e se deseja, justamente, uma relação de reciprocidade. A entrega da cópia do projeto, nas duas Assembléias pesquisadas, abriu-nos a possibilidade de entrevistas e de acesso a materiais produzidos pelos/as participantes. O projeto foi lido por algumas das pessoas que o receberam e elas decidiram fazer uma devolução, que incluiu correções, críticas construtivas, recomendações de bibliografia e desejos de sucesso na pesquisa.

A coleta

A coleta de dados em campo desenvolveu-se em janeiro e fevereiro de 2004. Realizamos quatro observações participantes em cada uma das Assembléias, sendo as duas primeiras da totalidade do encontro. Nas seguintes observações, decidimos acompanhar os encontros no horário fixado pela Assembléia (de duas horas), devido ao prolongamento das reuniões, em função de temas mais polêmicos ou que requeriam maior discussão (houve encontros que acabaram após a meia-noite). Esta decisão foi baseada na dificuldade de transporte (o local de pesquisa ficava a 50 km da moradia da pesquisadora) e no fato de que ficar até depois da meia-noite nos encontros trazia muito risco para a segurança pessoal da pesquisadora.

A respeito das entrevistas, elaboramos e utilizamos um roteiro de temas (ANEXO 01). Para a escolha das pessoas a serem entrevistadas estabelecemos os seguintes critérios: a participação desde o início (pelo menos uma pessoa entrevistada de cada Assembléia devia responder a este critério, dado que um dos itens do objetivo do trabalho é descrever o surgimento do movimento); a participação em outras atividades desenvolvidas pela Assembléia, e a representação da heterogeneidade da conformação do movimento (idade, gênero etc.). O objetivo dos critérios para a seleção foi aproveitar ao máximo a entrevista e ter acesso a outras informações de “primeira mão”.

É preciso mencionar que o segundo critério, que possibilitaria dialogar diretamente com pessoas envolvidas no trabalho, criou uma grande dificuldade no momento de realização da entrevista de grupo, por exemplo, na Asamblea Popular de San Telmo – Plaza Dorrego. Por um lado, as pessoas com as quais combinamos inicialmente a entrevista de grupo (representantes das diferentes atividades) não conseguiram comparecer. Mas, afortunadamente, em seu lugar entrevistamos individualmente quatro participantes (Paula, Bety, Ruth e Gabriela) que, nesse mesmo dia e horário, estavam desenvolvendo diferentes atividades no prédio. As outras entrevistas individuais já tinham sido feitas, considerando os critérios mencionados. Primeiramente, entrevistamos Fany, que trabalha em um micro-empresamento. Realizamos duas entrevistas com Estela, que participa desde o início e está envolvida em diferentes atividades, e uma entrevista com Gabriel, que faz parte da Comissão de Moradia.

No momento de realização das entrevistas, perguntamos se poderiam ser citados os nomes verdadeiros dos/as participantes no texto da pesquisa ou se preferiam preservar sua identidade, sendo que todos/as preferiram que figurasse seu nome verdadeiro. Portanto, assim são citados em todo o trabalho. A respeito da identificação das falas registradas no diário de campo, durante as observações participantes, como não estabelecemos acordo relacionado à utilização dos nomes, as mesmas serão citadas como “a/o participante”, a fim de se preservar o direito delas/es não se identificarem.

No tocante às observações, a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, desenvolve muitas atividades, portanto foi possível observarmos várias delas. Foram realizadas observações: no *merendero*, realizado todos os domingos das 16 às 18 horas, e ao qual recorrem crianças que moram nos hotéis do bairro; na *olla popular*, especificamente a que se realizou no sábado 24 de janeiro de 2004; no plantão e reunião da Comissão de Moradia, que se desenvolvem nas quartas-feiras, a partir das 17:30 hs.; e, também, nos empreendimentos de pão, couro, *ropero comunitário*, e no ateliê de corte e costura, e em uma reunião de coordenadores/as das diferentes atividades.

Na Asamblea de Palermo Viejo, desenvolvemos: observação de uma entrevista de grupo realizada por outra pesquisadora; entrevista com um casal (Gabriela e Jorge) que fora um dos dois casais que convocaram à primeira reunião da Assembléia; uma entrevista de grupo (Pedro, Ángela, Carlos, Walter, Armonía etc.), mas com a dificuldade de que apenas na última meia hora chegaram todos/as os/as participantes; e uma entrevista individual com Armonía. Além disso, como o planejado também incluía a observação participante em outras atividades desenvolvidas pela Assembléia, as realizamos durante a celebração dos dois anos de existência da Asamblea de Palermo Viejo e em uma atividade organizada para dar auxílio às pessoas que moravam em um prédio do bairro que tinha se incendiado. Também coletamos diversos materiais produzidos pelos/as participantes, como textos disponíveis na *homepage* da Assembléia, livros e artigos, matérias de jornais etc.

Por outra parte, participamos do 14^o Encuentro de Asambleas Autónomas, que se realiza uma vez por mês, nos domingos pela tarde, e reúne a Assembléias de diferentes bairros. Nessa ocasião entrevistamos Lúcio, da Asamblea de Nuñez-Saavedra, que estava junto a outras participantes em um posto de venda de produtos da Cooperativa "La Asamblearia", criada pela Assembléia mencionada. Também, como já foi mencionado, coletamos fotografias dos/as participantes e produzimos outras, algumas das quais utilizamos como "muleta" da memória em algumas das entrevistas. A série de

fotografias correspondentes ao mural realizado pela Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego constituem um material interessante que discutiremos e analisaremos no primeiro capítulo.

Finalmente, gostaríamos apontar como uma das falhas no planejamento da pesquisa, a falta de um orçamento detalhado para o trabalho de campo. Esta questão poderia ter inviabilizado a coleta de dados, devido aos custos relativamente altos do trabalho de campo, que não foram previamente analisados e avaliados.

O marco histórico

Com o intuito de explicar o surgimento das Assembléias e pelo fato do trabalho ter sido produzido no Brasil, apresenta-se como indispensável fazer uma introdução da história da Argentina. Pretendemos, assim, realizar a explanação para situar o surgimento das Assembléias como processo decorrente dessa história e de marcos históricos específicos, tais como o golpe de Estado de 1976 e a conseguinte implantação da ditadura militar que se prolongou até 1983. Em um primeiro momento pensamos em iniciar o recorte histórico a partir do retorno ao regime democrático, dado que em dezembro de 2003, cumpriram-se 20 anos de democracia. Mas, ao considerar os fatos do 19 e 20 de dezembro como "defesa da democracia" e a mobilização gerada ante a declaração do estado de sítio sem restrições, feita pelo então Presidente Fernando De la Rúa, decidimos que seria preciso fazer algum tipo de retrospectiva desde a ditadura militar na Argentina.

Este novo recorte foi chave, porque a partir dele pudemos orientar a coleta de dados e estes confirmaram imediatamente que estávamos no caminho certo. Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, comentava:

“(...) O sea, nosotros, salimos básicamente para frenar un golpe de Estado, (...) Creo que todos entendimos el mensaje del 19 de diciembre cuando dijeron ‘Estado de sitio’. El estado de sitio nosotros sabemos lo que significó en la Argentina entonces ahí dijimos ‘Basta’, dijimos ‘No’, ‘No al estado de sitio’ (...)”

Assim, o trabalho de campo corroborou a importância deste novo recorte, como podemos também observar tanto no mural da Asamblea Popular de San Telmo -Plaza Dorrego, como em "La Trama" da Asamblea de Palermo Viejo. Estes fatos demonstram como a memória está exposta na atuação das Assembléias e como, a partir dessa

memória, os/as participantes constroem argumentos, ações e formas de fazer recuperando pessoas, lugares, ações e valores, no intuito de criar um novo caminho.

CAPÍTULO I

Neste capítulo, desenvolveremos uma breve descrição da História Argentina⁶, a partir do golpe de Estado de 1976 até o surgimento das Assembléias, após o 19 e 20 de dezembro. Esta introdução histórica tem por objetivo apresentar o contexto no qual surgem as Assembléias, e dar ao leitor uma ferramenta para a melhor compreensão dos fatos que serão referidos pelos/as informantes – muitas vezes em forma fragmentada ou não cronológica – especialmente na apresentação do mural que se realizará na parte seguinte. Como já assinalamos, o recorte temporal estabelecido abrange fatos históricos mencionados pelos/as participantes do movimento como argumentos referentes ao surgimento, existência e permanência das Assembléias, assim como de sua participação nas mesmas. Portanto, é importante explorarmos este tema antes de desenvolvermos os objetivos da pesquisa, como a descrição das Assembléias de Bairro, seu surgimento e as práticas levadas a cabo pelos/as integrantes das mesmas, a partir de suas experiências.

Esta revisão histórica precederá a apresentação e análise de um mural produzido pelos/as participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Este mural conta alguns fatos históricos, a começar pelo golpe de 1976, e finaliza na atualidade, com o surgimento das Assembléias de Bairros. A escolha do mural se explica pelo fato de que ele reflete, por meio de outra linguagem, alguns acontecimentos significativos da História Argentina e, simultaneamente, constitui uma construção de uma das Assembléias pesquisadas. Portanto, constituirá uma primeira aproximação ao conhecimento do nosso objeto de pesquisa.

1.1 Revisão histórica

Nesta parte pretendemos de forma sucinta caracterizar a História Argentina a partir do Golpe militar de 1976 até o surgimento das Assembléias. Assim, o texto inicia pela implantação da ditadura militar em março 1976, posteriormente a volta ao regime democrático com o governo de Raúl Alfonsín, seguido pela primeira e segunda

⁶ Para esta revisão história foram utilizadas, também, as seguintes fontes: HISTORIA ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.historiadelpais.com.ar>>. Acesso em: 4 jul. 2004; **La historia argentina reciente: desde Illia hasta Menem**. LA HISTORIA ARGENTINA QUE NO NOS CONTARON. Disponível em: <<http://www.odonnell-historia.com.ar/reciente/illiahoy.htm>> Acesso em: 5 jul. 2004; TODO ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.todo-argentina.net/historia/>> Acesso em: 5 jul. 2004; LUNA, Félix (dir.). *1983-2003. 20 años de Democracia*. **Todo es Historia**. Buenos Aires, No. 437, 2003; AAVV. *1983-2003. 20 Años en democracia*. **Clarín**, Buenos Aires, p. 1-24, 10 dez. 2003.

presidência de Carlos Menem, a presidência de De La Rúa e a situação que se viveu nos dias seguintes a sua renúncia, até o surgimento das Assembléias, isto é, janeiro de 2002.

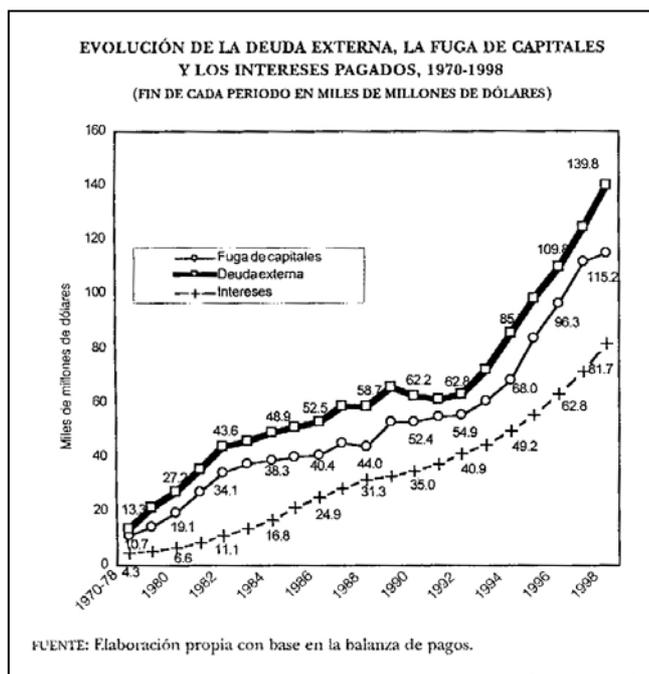
Ditadura militar (1976-1983)

Em 24 de março 1976, a Presidente argentina, Isabel de Perón⁷, foi detida e transferida para uma província do sul do país. Uma Junta de Comandantes⁸ assumiu o poder e designou como presidente de fato Jorge Rafael Videla⁹. Começou, assim, o “Proceso de Reorganización Nacional” (PRN), que teve como *objetivos restaurar a economia e lutar contra a subversão* (De Riz, 1980, p. 71). Vinculado ao primeiro objetivo apresentado, os militares optaram por um modelo de acumulação. Esta opção, segundo De Riz (1980), manifestou uma das especificidades do regime militar. Para a autora, a política implementada buscava produzir transformações profundas na estrutura econômica argentina, e respondia a um contexto de crise registrada nos países industrializados, criando as condições para uma nova divisão internacional do trabalho orientada pelo neoliberalismo (*op.cit.*, p.73).

O plano econômico contou desde o começo com o apoio do governo dos Estados Unidos. Assim, uma semana após o golpe militar o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um empréstimo de cem milhões de dólares para recompor as reservas do país (Ayerbe, 1998, p. 44). No mês de agosto foi aprovado um segundo crédito de 260 milhões, deixando claro que a política econômica do governo argentino tinha respaldo internacional. Com José Martínez de Hoz como Ministro da Economia, mudou-se o padrão de acumulação, da industrialização substitutiva para a valorização financeira. O endividamento externo e fuga de capitais iniciaram um ciclo de “rentismo financeiro”, que consistia na rotação dos capitais sobre si mesmos, criando interesses sem respaldo na produção real (García, 1989, *apud.* Rodríguez, 2004). Os ganhos obtidos no mercado financeiro local eram remetidos ao exterior (ver Gráfico 1). Esta fuga de capitais representou 71,8% da dívida até 1982 (Rodríguez, *op. cit.*). Portanto, a situação caracterizou-se por processos inflacionários, desvalorizações sucessivas e/ou criação de nova moeda, aumento do déficit das empresas nacionais – por exemplo, Yacimientos Petrolíferos Fiscales (Y.P.F.) –, aumento da dívida externa e aumento da especulação.

⁷ Segunda esposa do ex-presidente Juan Domingo Perón. Foi sua companheira de candidatura em 1973, quando ele é eleito presidente. Ao morrer Perón em 1 de julho de 1974, ela como vice-presidente assume o cargo.

⁸ Formada por um representante de cada uma das três forças: Marina, Aeronáutica e Exército.



Fonte: Basualdo (2002) La crisis actual en Argentina: entre la dolarización, la devaluación y la redistribución del ingreso, **Chiapas**, No. 13: México DF, p. 7-39

As políticas adotadas criando condições favoráveis para o comércio exterior e para a “fuga de capitais” beneficiaram as grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, mas eliminaram as empresas medianas e pequenas. Definindo, assim, um processo de “massiva mobilidade descendente” que, embora tenha raízes anteriores ao Processo (termo com o qual costuma se referir à ditadura), acentua-se e aprofunda-se com as medidas implementadas a partir da metade da década de 70 (Minujin, 1992). Os capitais que eram transferidos ao exterior no processo de valorização financeira eram fruto da “brutal redistribuição do ingresso posta em funcionamento desde o mesmo momento do golpe militar, contra os assalariados” (Basualdo, 2002, p. 14).

Segundo Beccaria (1992), a queda dos salários e a distribuição mais desigual acentuaram-se a partir de 1975, mas ganharia força com as medidas repressivas implementadas pelo regime militar. A neutralização do movimento sindical realiza-se de diversas formas. Por um lado, a Central General de Trabajadores (C.G.T.) e a Confederación General de Empresarios (C.G.E.) foram interdidas e eliminaram-se as convenções coletivas. Por outro, aplicaram-se medidas de ajuste e de diminuição do salário real, que chegou a 50% (De Riz, 1980). As medidas econômicas são entendidas, pelos autores consultados, como forma de disciplinar a classe trabalhadora. Desta

⁹ Comandante em chefe do Exército. Assume em 29 de março a presidência sem deixar o seu cargo no Exército, justificando esta exceção pela necessidade de combater a guerrilha.

maneira, os trabalhadores não somente viam anuladas as possibilidades de negociação pelo poder sindical, senão que também se enfrentavam com um contexto que priorizava a especulação financeira e era incapaz de gerar novos empregos. Incrementa-se o emprego informal (Beccaria, *op.cit.*, p.100-101).

A política econômica do governo estabeleceu-se em base a um disciplinamento social, também, por meio do terrorismo de estado, enquanto que a política implementada corroía as bases de sustentação dos setores em questão diminuindo seu peso político e aprofundando, em consequência, o modelo (Rodríguez, 2004). Assim, o primeiro objetivo, restaurar a economia, estava vinculado ao segundo, lutar contra a subversão. O novo governo ordenou a dissolução do Congresso e dos partidos políticos e a destituição da Corte Suprema de Justiça. Segundo Ayerbe (1998), desde o início da ditadura:

“até dezembro de 1978 são implementadas as principais medidas para criar as precondições das mudanças estruturais que permitam a reestruturação da sociedade argentina de acordo com as intenções do regime militar” (p. 43).

Como segundo objetivo, os militares desenvolvem o plano de aniquilar o “inimigo interno” em nome da segurança nacional (De Riz, *op.cit.*; Dellassoppa, 1998). Sucederam-se, a partir desse ano, diferentes ações de grupos armados e de repressão, cada vez mais violentas. Os grupos das Forças Armadas atuavam já em um marco de clandestinidade. A repressão não se limitava a recair sobre organizações “subversivas”, também, foram seqüestrados, “desaparecidos” e/ou assassinados membros da Igreja (bispos, padres, freiras e catequistas), líderes de organizações de base, estudantes, escritores e outros intelectuais. Por exemplo, em La Plata (Capital da Província de Buenos Aires), em 16 de setembro de 1976, aconteceu a chamada “Noche de los Lápicos”. Um grupo de membros da Unión de Estudiantes Secundarios (UES), que protestava por passes de ônibus para estudantes, foi seqüestrado torturado e seis deles continuam desaparecidos.

Propriedades de pessoas presumidas guerrilheiras foram transferidas para integrantes das forças da repressão e muitos/as argentinos/as optaram por se exilar. Um relatório aponta que dois milhões e meio de argentinos/as saíram do país como exilados ou em busca de trabalho. Nos primeiros anos do Processo, apareceram queixas de personagens da política internacional e organizações de direitos humanos pelos

numerosos abusos cometidos. Em 1977, um grupo de mães de pessoas desaparecidas iniciou as manifestações (chamadas “rondas”) em torno da pirâmide da “Plaza de Mayo”.

Segundo cálculos da Junta, em setembro de 1977 estavam detidos ou mortos cerca de 8.000 subversivos e, embora nunca fosse revelado, existiam 300 campos clandestinos de detenção - os principais foram “Campo de Mayo”, a “Escuela de Mecánica de la Armada” (ESMA) e “la Perla” (Córdoba). Havia um plano de cumplicidade, “Operativo Cóndor”, entre as ditaduras do Chile, Uruguai, Brasil e Argentina que ampliava o campo de atuação do regime.

Em 1978, durante a Copa do Mundo tornou-se evidente que o resto do mundo sabia melhor o que acontecia na Argentina que os próprios argentinos/as. Os organismos de direitos humanos divulgavam os efeitos da “*guerra sucia*”, enquanto na Argentina havia um rigoroso controle dos meios de comunicação e, mesmo, jornalistas eram assassinados se divulgassem informações não permitidas.

Outro fato que merece observação, mais vinculado à política externa, foi o conflito de limites com o Chile. Um acordo assinado em 1971 encarregava a decisão, a respeito da posse das Ilhas do Canal de Beagle, a uma Corte Arbitral integrada por cinco juízes do Tribunal Internacional de La Haya, presididos pela Rainha da Inglaterra. Em 1977, a Corte decidiu em favor do Chile. Mas, na Argentina, essa sentença foi considerada arbitrária e, em consequência disso, apresentaram-se duas posições: uma disposta a um novo diálogo com Chile e outra que tentava beneficiar-se com uma possível guerra. A segunda posição impôs-se. Finalmente, no dia fixado para começar o ataque, o Papa João Paulo II ofereceu-se para mediar a solução do conflito. Assim, a guerra foi impedida, embora não se tivesse chegado a uma solução definitiva.

Em meados de 1980, o presidente de fato Jorge Rafael Videla insinuou a possibilidade do fim da ditadura, enquanto outros militares, como Galtieri, chefe do Exército, afirmava que “*las urnas están bien guardadas*”. Em outubro do mesmo ano, a Junta de Comandantes designou como sucessor da presidência o General Roberto Viola, que assumiu o cargo em março de 1981. Nesse momento, diferentes partidos políticos uniram-se para acelerar a saída democrática. Desde o exterior, continuavam os protestos de organizações de direitos humanos, por exemplo, Amnesty International, que afirmava ter registrado 9.000 casos de desaparecimentos na Argentina.

Em dezembro de 1981, o segundo presidente de fato é retirado do seu cargo e substituído pelo General Leopoldo Fortunato Galtieri. Novamente, alguns fatos assinalavam uma possível chamada às urnas. Mas em 2 de abril de 1982, tropas argentinas desembarcaram nas Ilhas Malvinas¹⁰. Segundo Ayerbe (1998):

“A ocupação das ilhas é concebida como uma ação sem grandes custos militares e de enormes ganhos políticos internos e externos. No plano interno, porque permite angariar o respaldo da opinião pública, fortalecendo o regime e a liderança de Galtieri. No plano externo, pelo efeito didático em relação ao Chile na disputa pelo canal de Beagle”(p. 49)

Esta situação gerou a reação de cidadãos e cidadãs, uma multidão congregou-se na “Plaza de Mayo” para apoiar o governo. O governo argentino, também, contava com o apoio do governo de Reagan. Mas, no momento das definições, a Inglaterra, respaldada pelos Estados Unidos, retoma o controle das Ilhas. Em 14 de junho, o General Benjamín Menéndez, no comando das tropas, declarou rendição. Este fracasso marcou a derrota total do Processo (Ayerbe, 1998; Linz & Stepan, 1999 e outros). Segundo Ayerbe (1998):

“O apoio inicial da opinião pública se transforma em repúdio à incompetência dos militares argentinos no seu próprio métier, transformando a incipiente oposição ao regime, prévia à guerra, num consenso pelo fim da ditadura” (p. 49)

Uma multidão exigia, naquele momento, a renúncia de Galtieri. Após a rendição, os militares não somente tinham que procurar uma saída à manifestação dos setores importantes da sociedade civil e política, senão também enfrentar “*disensões, recriminações e a indisciplina nos meios militares*”, temendo “*um conflito armado intramilitar e a dissolução das forças armadas como organização*” (Linz & Stepan, 1999, p. 227-228). Após a renúncia de Galtieri, os comandantes em chefe designaram como Presidente ao General Reynaldo Bignone, que teve a seu cargo a liquidação do Processo. Lidou com a inflação e com uma dívida externa que já somava 44 bilhões de

¹⁰ Em 10 de junho de 1829 criou-se o primeiro governo argentino nas Islas Malvinas. Em 1833, os ingleses ocuparam-nas, embora direitos Geográficos, Históricos e Jurídicos justifiquem seu pertencimento ao território nacional argentino.

dólares. Mas, sua função principal foi tomar medidas que garantissem a impunidade dos militares envolvidos na “*guerra sucia*”.

Em 28 de abril, foi sancionada uma “Acta Institucional” que declarava como mortas às pessoas desaparecidas e remetia os “excessos” cometidos ao “juízo de Deus”. Esta medida provocou reações no país e no exterior, aproximadamente 100.000 pessoas fizeram uma manifestação em Buenos Aires para repudiá-la. Os partidos políticos anunciaram que não considerariam vigente essa “*auto-anistia*”. Somavam-se denúncias a respeito de violações de direitos humanos, a imprensa escrita e de rádio difusão divulgavam os fatos macabros da ditadura.

Linz & Stepan (1999) identificam alguns traços peculiares do regime militar argentino que tiveram impacto no processo de transição democrática. O primeiro é o fato de ser um regime militar sob comando hierárquico que nunca chegou a “*colapsar*”, *permanecendo assim em condições de causar sérias complicações à tarefa de consolidação da democracia* (*op.cit.*, p. 228). Somava-se, a esse fato, a falta de preparo dos partidos políticos; a ausência de diagnósticos da situação econômica e o déficit político gerado pelas políticas autoritárias. Neste sentido, Calderón & Jelin (1987) apontam como, nos países que viveram ditaduras militares, os processos de transição democrática operam, por um lado, em um contexto de destruição ou limitação do sistema político e dos direitos dos cidadãos, marcado por um recolhimento para a vida privada e, por outro, caracterizado por:

“uma incomunicabilidade no interior da trama das relações sociais e entre a sociedade e os partidos políticos que, por motivos repressivos ou outros, foram-se distanciando da vida cotidiana” (*op.cit.*, p. 82).

Nesse contexto, os partidos começaram os processos internos. Raúl Alfonsín, líder da Unión Cívica Radical (U.C.R.), realizou uma dura campanha contra o governo militar e denunciou um pacto sindical-militar. Merece destaque o dado apresentado por Ayerbe (1998), que destaca a elevada porcentagem de afiliação a partidos políticos: em maio de 1983 são 5.610.520 pessoas afiliadas. Em 30 de outubro realizaram-se as eleições e foi eleito Raúl Alfonsín, que obteve quase 52 % dos votos. Assim, o peronismo perdeu sua histórica hegemonia eleitoral e começou o processo de redemocratização do Estado. Constituiu-se novamente o Congresso e no dia 10 de Dezembro, assumiu o presidente eleito, fato celebrado em todo o país.

Presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989)

O governo de Raúl Alfonsín foi encarregado de restabelecer as instituições republicanas e a convivência democrática e pluralista. Mas, também, procurou instâncias para julgar as pessoas responsáveis por delitos contra os direitos humanos durante a ditadura militar. Assim, uma das primeiras medidas do governo consistiu em processar dirigentes subversivos e integrantes das três Juntas do Processo. Além disso, formou a “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas” (CONADEP)¹¹, comissão encarregada de compilar dados sobre as violações dos direitos humanos durante o regime militar (Catela, 2001). Enquanto isso, o “Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas” afirmava a legitimidade dos atos e diretivas do Processo.

O retorno da democracia promoveu a volta ao país de muitos docentes e pesquisadores que tinham estado exilados. Como fatos importantes no âmbito cultural, eliminou-se a censura para livros e espetáculos e as pessoas começaram a ocupar novamente os espaços públicos.

Outra preocupação do presidente foi encerrar o conflito de limites com o Chile. A oposição negou-se a ratificar o Tratado e, devido a isso, foi decidido convocar uma consulta popular não vinculante. Com 81% dos votos favoráveis ao governo, o “Tratado de Paz y Amistad con Chile” foi ratificado (1984). Este fato gerou novas formas de cooperação pacífica com os países vizinhos. Dois anos depois, uma vez que o Brasil democratizou-se, os presidentes Alfonsín e José Sarney assinaram os primeiros acordos com vistas ao Mercosul.

Em 22 de abril de 1985, a Câmara Federal começou o julgamento contra os ex-comandantes em chefe. Foi uma das poucas vezes em que se processou no próprio país quem exerceu ilegalmente o poder¹². O tribunal resolveu aplicar penas que foram desde prisão perpétua, para Videla e Massera, até penas menores para outros acusados. Leopoldo Galtieri, Omar Graffigna y Arturo Lami Dozo foram absolvidos. A sentença coincidiu com os julgamentos que, no âmbito judicial militar, realizaram-se contra os responsáveis pela Guerra das Malvinas. Neste sentido, Linz & Stepan (1999) apontam como principais dificuldades do governo de Alfonsín a reação dos militares ante "as

¹¹ Esta comissão foi composta por personalidades intelectuais, religiosas e da imprensa e presidida por Ernesto Sábató. A investigação da Conadep foi sintetizada no livro “Nunca Más” (Eudeba, 1984) e contribuiu, junto com outras publicações muito divulgadas, à tomada de consciência sobre o acontecido no país durante a ditadura militar.

¹² Destaca-se o valor simbólico do único julgamento ocorrido na América Latina, onde nunca se julgou os chefes militares golpistas, e excepcional também no mundo, salvo pelo casos dos coronéis gregos,

iniciativas de pôr na cadeia os líderes hierárquicos do governo militar anterior" (op. cit., p.230). Assim, os distintos levantes militares que aconteceram de abril de 1987 e janeiro de 1990, enfraqueceram o governo da Alfonsín. Por um lado, o Presidente tentou aliviar a pressão militar e foi aprovada, em fevereiro de 1987, a “Ley de Punto Final”, que estabelecia a caducidade das ações contra militares. Por outro lado, os levantes mobilizaram o país.

Na Semana Santa de 1987, a “Escuela de Infantería de Campo de Mayo” foi tomada por um grupo de oficiais e suboficiais sob o comando do Tenente Coronel Aldo Rico. Exigiam a renúncia do Chefe do Exército, o reconhecimento da atuação positiva na repressão e que os meios de comunicação respeitassem as Forças Armadas. A resposta dos/as cidadãos e cidadãs foi contundente, enormes concentrações na “Plaza del Congreso” e na “Plaza de Mayo”, e universidades tomadas, pedindo a repressão dos sublevados (Catela, 2001). Finalmente, no domingo de Páscoa, o Presidente foi até o “Campo de Mayo” e conseguiu que os amotinados negociassem sua rendição. O preço da rendição foi a sanção da “Ley de Obediencia Debida” (1987), que exime de punição as pessoas que obedeceram a ordens na luta contra a “subversão”. Os grupos de esquerda condenaram as leis como “leis de impunidade” e os protestos continuaram.

No percurso do Processo, a sociedade argentina adquiriu duas características muito negativas: pobreza e desigualdade, que se agudizaram nos governos democráticos. O retorno à democracia esteve marcado pela chamada “crise da dívida externa”, iniciada em 1982¹³. Neste período consolida-se estruturalmente a valorização financeira e o sistema econômico é conduzido por setores em expansão (grupos econômicos locais, conglomerados estrangeiros e a Bolsa), em base à redistribuição dos salários dos trabalhadores (Basualdo, 2002). Esta redistribuição realizou-se de maneira direta reduzindo os salários dos trabalhadores e, de maneira indireta, através dos impostos e das privatizações (“Proyecto Privatización y Regulación en la Economía Argentina” de 1999, e “Ley de Reforma del Estado”, No. 23.696/1989).

A estas dificuldades somaram-se as ações dos sindicatos. A CGT unificou-se, conduzida por Saúl Ubaldini. Linz & Stepan (1999) consideram que as possibilidades de manobras de Alfonsín estavam limitadas por não contar com uma maioria em ambas casas legislativas e, também, por não conseguir um acordo com os sindicatos peronistas

responsáveis do golpe de 1967. Disponível em: <<http://www.odonnell-historia.com.ar/reciente/illiahoy.htm#conadep>> Acesso em: 5 jul. 2004.

¹³ O Ministro de Economia denunciou o FMI, questionando o montante da dívida e a quais as partes legítima e ilegítima do Estado?

que lideraram treze greves gerais (muitas delas com mobilização ativa) contra seus planos econômicos.

Criou-se o “Plan Alimentario Nacional” (PAN), no intuito de substituir as *ollas populares*¹⁴ que se multiplicavam. Em junho de 1984, apresenta-se o “Plan Austral”, que propõe: o congelamento de tarifas, preços e salários; a regulação das taxas de juros e a não emissão de moeda sem respaldo. Também é criada uma nova moeda o “austral”, que tinha paridade com o dólar. Rapidamente, o “Plan Austral” foi se deteriorando e a economia teve de ser renovada com o “Plan Primavera”. A dívida externa ascendeu a 50 bilhões de dólares, houve aumento de preços e o austral caiu frente ao dólar.

A questão militar continuou apresentando novos problemas. Em 1988, há dois novos episódios. No dia 18 de janeiro, Aldo Rico mais 60 oficiais e 200 suboficiais realizam um levante armado em Monte Caseros (Província de Corrientes) e, ao mesmo tempo, militares e civis ocupam o Aeroparque Jorge Newbery por algumas horas. O outro episódio de revolta militar acontece em 3 de dezembro, desta vez sob o comando de um ex-combatente da Guerra de Malvinas, o coronel Mohamed Alí Seineldín. A “Operación Virgen del Valle” exigiu o término de supostas “perseguições ao exército”. Em janeiro do ano seguinte, os militantes do “Movimiento Todos por la Patria” (M.T.P.), dirigidos por Enrique Gorriarán Merlo, ocupam o Regimento 3 de “La Tablada”. As Forças do Exército retomarão o controle, mas o incidente deixará vários mortos.

Nas eleições de 14 de maio de 1989, Carlos Menem ganhou em quase todos os distritos e conseguiu maioria no colégio eleitoral. Os resultados da eleição foram: Partido Justicialista: 47,39 % (7.862.475 votos); Partido Radical: 32,40 % (5.391.944 votos); Resto: 20,30 % (3.615.171 votos). Segundo Linz & Stepan (1999), Alfonsín:

"assistiu a um perigoso declínio do apoio a seu governo, de sua capacidade administrativa de implementar a política econômica e, até mesmo, das perspectivas de continuidade democrática. Por volta de junho de 1988, a inflação disparara, o governo tinha um índice de aprovação de apenas 12%, e 49% da população sentia que havia a possibilidade de golpe militar" (op.cit., p.231)

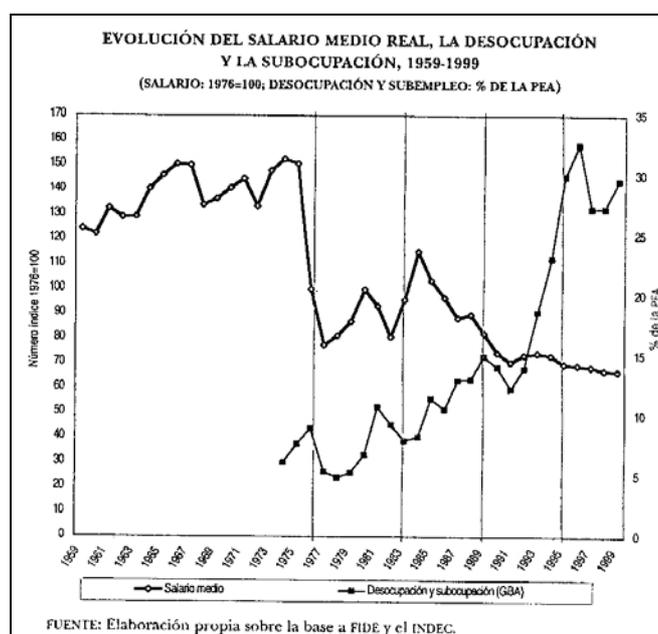
¹⁴ Geralmente, no marco de um protesto, as pessoas contribuem com alimentos e preparam uma comida coletiva, em uma grande panela.

A sucessão deveria se realizar em 10 de Dezembro, mas a crise da economia¹⁵ e os saques a supermercados, que começaram a ser realizados na grande Buenos Aires, Rosário e outras cidades, apressaram o procedimento. Houve quinze mortos, enquanto o governo decretava o estado de sítio e as empresas prosseguiam com a remarcação dos preços. Nesse contexto, a transmissão do mandato de Alfonsín foi realizada em 8 de julho. Esta foi a primeira vez que, na Argentina, a faixa presidencial foi entregue de um presidente eleito pelo povo a outro na mesma situação.

Primeira presidência de Menem (1989-1995)

Durante a campanha eleitoral, Menem mostrava uma tendência ao populismo, mas desde o início da presidência outras orientações começaram a ser percebidas. Assim, a economia foi guiada pelo neoliberalismo e muitos expoentes de partidos políticos dessa tendência ocuparam cargos no seu gabinete. O poder sindical não se manifestou durante os três primeiros anos do governo, apesar de as políticas neoliberais chocarem-se com as lideranças e fileiras peronistas (Linz & Stepan, 1999).

Basualdo (2002), indica que a partir de 1976 o desemprego e a subocupação exibem uma tendência crescente que se agudiza a partir de 1993, para se estabilizar em 1995 em níveis inéditos e alarmantes (ver Gráfico 2). Segundo o autor, esta situação reverteu as conquistas trabalhistas históricas, precarizou as condições de emprego, deprimiu o nível salarial e expandiu a marginalidade social (op.cit., p. 20).



Fonte: Basualdo (2002) La crisis actual en Argentina: entre la dolarización, la devaluación y la redistribución del ingreso, Chiapas, No. 13: México DF, p. 7-39

¹⁵ A inflação que em junho atingia 114% sobe para 196% (Catela, 2001)

Uma característica chave da política do governo de Menem foi promover as privatizações. Em 1990 houve um plano que fez com que o serviço telefônico, Aerolíneas Argentinas e 40 % das rodovias nacionais passassem a empresas privadas. Embora, a oposição assinalasse as conseqüências negativas e aspectos duvidosos das privatizações, o governo continuou o processo. O Poder Executivo, também, forçou a sanção de uma lei pela qual foi aumentado o número de juizes da Corte Suprema de Justiça, de cinco para nove. O argumento apresentado foi facilitar o trabalho judiciário, mas, na verdade, tentou-se obter uma maioria favorável ao governo no Tribunal.

Menem, também, teve de responder à pressão militar. Em dezembro do citado ano, um motim encabeçado pelo Coronel Mohamed Alí Seineldín, ocupou o edifício Libertador e parte do "Regimiento Patricios". Menem ordenou que a repressão fosse imediata e enérgica. Assim, em poucas horas os sublevados renderam-se, mas, pouco tempo depois, o Presidente concedeu o Indulto (1990) aos comandantes em chefe condenados durante o governo de Alfonsín. Durante a primeira presidência de Menem, aconteceram dois atentados. O primeiro deles destruiu a Embaixada de Israel, no 17 de março de 1992, provocando trinta mortes e causando graves danos aos prédios vizinhos. A investigação realizada pela Suprema corte de Justiça foi demorada e não chegou a nenhuma conclusão. O segundo atentado foi contra a sede da Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), provocou 86 mortes e mais de uma centena de pessoas feridas. Este fato tampouco foi esclarecido pela Justiça.

Linz & Stepan (1999) apontam duas mudanças importantes que ocorreram sob a presidência de Menem. A primeira vinculada às revoltas de oficiais militares de baixa patente, "*carapintadas*", que começaram em 1987 com o objetivo de "*defender as instituições hierárquicas militares contra os julgamentos 'injustos'*" (p. 231). Mas, logo, as manifestações do fenômeno "carapintada" tornaram-se mais explicitamente políticas e não favoráveis aos interesses da cúpula militar. Na revolta de 1989, o presidente uniu forças com o comandante-em-chefe e esmagou o movimento "em nome da disciplina militar e da democracia política", reforçando a autoridade de Menem.

A segunda mudança diz respeito à percepção que os/as cidadãos/ãs tinham da economia, no sentido da "*economia política da legitimidade*" dada pela democracia¹⁶.

¹⁶ Os autores assinalam que "*os regimes democráticos contam com duas fontes de proteção contra os maus tempos da economia: a legitimidade do sistema como sistema democrático e a perspectiva de que, nas eleições seguintes, será possível votar por uma alternativa*" (Linz & Stepan, 1999, p. 232)

"Na Argentina, em novembro de 1988, 70% das pessoas entrevistadas eram da opinião de que a situação do país havia piorado nos cinco anos anteriores. No entanto, 74% delas afirmavam ainda que 'a democracia é sempre preferível à ditadura militar'. Apenas 15% dos entrevistados - contrastando com 40% no Brasil - achavam que as coisas estariam melhores se os militares voltassem" (op.cit., p. 232)

No plano econômico, sucederam-se ministros da economia, a inflação continuou subindo e o custo de vida aumentando. Foi utilizada como medida “expropriar” os fundos fixos de particulares e trocá-los por bônus. Em fevereiro de 1991, Domingo Cavallo substituiu Erman González no cargo de “Ministro de Economía”. Imediatamente, Cavallo conseguiu do Congresso algumas leis para deter a inflação. Em 27 de março foi sancionada a lei de Convertibilidad. O Poder Executivo comprometeu-se em não emitir moeda sem respaldo e o austral ficou “atado” ao dólar, sem poder variar seu valor a menos que uma nova lei autorizasse. Estas e outras medidas provocaram uma melhoria momentânea na economia. Em janeiro de 1992 houve a criação de uma nova moeda, o peso, também de igual valor ao dólar.

A melhoria na situação econômica foi acompanhada por uma série de casos de corrupção nos quais estavam envolvidas pessoas do governo. Por exemplo, o caso “Swiftgate”, que envolvia pedidos de propina ao frigorífico norte-americano Swift. Nele estavam envolvidos o Ministro de Obras e Servicios Públicos, Roberto Dromi, e Emir Yoma, ex-cunhado e assessor do Presidente. Foi preso o funcionário Mario Caserta. A irmã de Emir, Amira Yoma, foi acusada de envolvimento na lavagem de dólares do narcotráfico pela justiça espanhola e teve de abandonar seu cargo de secretária do Presidente Menem. O secretário privado do presidente, Miguel Angel Vicco, envolveu-se com uma venda ao Estado de leite inapto para o consumo. Alguns destes fatos implicaram o governo, mesmo assim, as eleições favoreceram a Menem.

Em 26 de março de 1991, os presidentes do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina assinaram o Tratado de Asunción, base para constituição do Mercosul. Também, em matéria de política exterior, reforçaram-se os vínculos com os Estados Unidos e outros países do mundo ocidental e foram retomadas as relações diplomáticas com a Inglaterra. Nesse novo momento de abertura internacional, o país participou em missões de paz na Guerra do Golfo e no conflito na ex-Iugoslávia.

Por outro lado, Domingo Cavallo anunciava que havia se iniciado o prolongado trâmite que permitiria ao país ingressar ao Plan Brady¹⁷. A estabilidade favorecia o consumo e surgiu uma tendência política: o voto condicionado pelo crédito, no sentido de que as pessoas, por terem feito empréstimos para a compra de móveis, imóveis e até eletrodomésticos, viam-se “obrigadas” a votar novamente em Menem para assegurar a manutenção das políticas econômicas ante o risco de perderem o que tinham obtido. Continuavam avançando as privatizações. Passaram a mãos privadas: companhia de “Gas del Estado”, as empresas ferroviárias Ferrocarriles Roca e Belgrano, parte da SEGBA (Serviço Elétrico da Grande Buenos Aires), a metalúrgica SOMISA, Obras Sanitarias (água e saneamento) e o banco do Estado “Caja de Ahorro”. Os novos implicados em irregularidades, negócios ilícitos, corrupção etc., foram: o prefeito da cidade de Buenos Aires, um governador provincial e o Ministro do Interior.

A vitória peronista nas eleições legislativas reforçou a possibilidade da reeleição de Menem. Alfonsín reuniu-se com Menem e surgiu o Pacto de Olivos, que incluía a nova possibilidade de uma única reeleição presidencial, assim como a diminuição do mandato de seis para quatro anos. Em troca, a situação aceitou a autonomia da cidade de Buenos Aires, a criação de um Conselho de Magistratura, a eleição de três senadores por distrito e a designação de um Chefe de Gabinete. Assim, reuniu-se a "Convención Constituyente", presidida por Eduardo Menem, no dia 25 de maio de 1994. Após dois meses de debate, foi aprovada a nova constituição que acolhia as pautas fixadas no Pacto de Olivos - mandato presidencial de quatro anos, uma reeleição, etc. Portanto, Menem podia ser reeleito em 1995. Na Província de Buenos Aires, um plebiscito habilitou a reeleição do Governador Eduardo Duhalde.

O país depositou 4 bilhões de dólares na Reserva Federal dos Estados Unidos como garantia para ingressar ao “Plan Brady”. O Presidente anunciou a criação de um milhão de postos de trabalho para combater o desemprego, que já afetava a igual quantidade de pessoas. Começava a transformação do sistema de aposentadoria, com as Asociaciones de Fondos Jubilatorios Privados (AFJP). Mais de 20 empresas disputaram os 7,6 milhões de potenciais afiliados. O governo anunciou a “Segunda Reforma del Estado”, que incluiu as privatizações das centrais nucleares Atucha I, Atucha II e

¹⁷ Plano criado em 1989, destinado a que os países que têm acumulado uma grande dívida possam financiá-la novamente mediante a emissão de documentos financeiros. Desta maneira, os países com dívidas conseguiriam reduzir o montante dela, ter maiores prazos para o pagamento, diminuir as taxas de juros e melhorar sua imagem internacional. SULOAGA, Cecilia. **El Plan Brady**. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos6/brady/brady.shtml>> Acesso em: 16 de set. 2004.

Embalse, da Casa de Moneda, do pólo petroquímico de Bahía Blanca, do "Correo Argentino" e dos aeroportos.

Contra o governo de Menem também houve protestos, por exemplo, dos/as docentes e aposentados/as. Em algumas províncias surgiram manifestações violentas devido à demora no pagamento dos salários (Santiago del Estero). Pouco depois, aconteceram distúrbios na Província de Jujuy, empregados do Estado exigiam aumentos salariais. Em Buenos Aires mais de 80.000 pessoas participaram da Marcha Federal, realizada na "Plaza de Mayo" para protestar contra o programa econômico. No ano de 1995, a Argentina sentiu os efeitos negativos da globalização, como consequência da crise mexicana. Também neste ano, Menem foi reeleito, com 49,9 % dos votos e seu novo mandato estendia-se até 1999. Nessas eleições um novo partido ganhou o segundo lugar que, normalmente, ante a vitória justicialista, ocuparia a UCR. Tratava-se de uma coalizão de partidos de centro-esquerda, a "Frente País Solidario" (FREPASO), chapa que estava composta por Bordón-Alvarez. A UCR fica em terceiro lugar.

Segunda presidência de Menem (1995-1999)

Após a reeleição, foram mais visíveis a recessão e os efeitos do ajuste, em termos de déficit, endividamento e desemprego. Emergiu uma outra Argentina, a dos pobres, em números cada vez mais crescentes, além das deficiências em seguridade social, saúde, educação, emprego, segurança e assim por diante. A corrupção estava em todas as partes e houve escândalos por crimes como os de María Soledad¹⁸, Carrasco¹⁹ e Cabezas²⁰ que canalizaram, na forma de protesto, o descontentamento popular e o pedido de justiça. Por outro lado, a ditadura voltou a ser notícia, o Chefe do Estado Maior do Exército, General Martín Balza, reconheceu, publicamente, os abusos cometidos pelos militares durante o Processo (Catela, 2001; Linz & Stepan, 1999). O ex

¹⁸ Jovem assassinada em 8 de setembro de 1990 por filhos de funcionários do governo provincial. Sua morte despertou o pedido de justiça da comunidade de Catamarca, que iniciou as "*marchas del silencio*". Finalmente, os assassinos foram presos e uma coalizão opositora continuou ganhando as eleições, acabando com um caudilho regional.

¹⁹ Jovem soldado do Regimento de Zapala, na Província de Neuquén. Foi encontrado morto em 6 de abril de 1994. Sua morte, além do pedido de justiça, contribuiu para que, oito meses mais tarde, fosse eliminado o serviço militar obrigatório. Em 31 de janeiro de 1996, foram julgados e condenados pelo crime, um subtenente e dois soldados.

²⁰ Fotógrafo da revista "*Noticias*" assassinado em 25 de janeiro de 1997. Na reconstrução dos fatos, o tribunal e o fiscal coincidiram em que Cabezas foi assassinado por seu empenho em fotografar o empresário Alfredo Yabrán, acusado de ser "o chefe de uma máfia incrustada no poder". Yabrán permaneceu ileso até se suicidar em 20 de maio de 1998. O julgamento de oito dos nove acusados do crime concluiu em janeiro de 2000 e foram condenados a prisão perpétua.

Capitão de Corveta, Adolfo Scilingo, conta detalhadamente os “vuelos de la muerte”, realizados por ele e outros militares, nos quais levavam em aeronaves pessoas para atirá-las em rios ou ao mar.

Casos de corrupção continuaram a figurar na imprensa, desta vez Domingo Cavallo denunciou a existência de máfias no governo. Além disso, foi descoberto um caso de propinas durante uma negociação entre o Banco Nación e a empresa IBM. Na Província de Córdoba, o governador foi acusado de enriquecimento ilícito. Descobriu-se uma venda ilegal de armas argentinas ao Equador, durante o conflito com o Peru; por outro lado, o deputado Eduardo Varela Cid foi acusado de receber propinas e, em seguida, expulso da Câmara.

Também, na província de Córdoba, uma explosão devastou a cidade de Río Tercero como conseqüência de um aparente acidente no prédio de “Fabricaciones Militares” (Basualdo, 2002)²¹. Aos casos de corrupção somava-se a apatia dos funcionários em cumprir seus deveres. Em 1996, aconteceram incêndios devastadores na Patagônia e a Secretária de Recursos Naturais, Maria Julia Alsogaray, afirmou: "*Los problemas no corresponden a mi jurisdicción*". Por outro lado, um juiz havia mandado investigar o Chefe da Força Aérea, Juan Paulik, e o Ministro de Defesa, Oscar Camilión, pela venda ilegal de armas ao Equador e à Croácia. No dia 26 de julho Domingo Cavallo abandonou seu cargo, mas seguiu denunciando as máfias, assegurando que controlavam diversos setores de poder. A todos estes fatos a oposição denominou de “*la fiesta menemista*”.

Durante o segundo governo, houve numerosas mobilizações e protestos. Em 8 de agosto, a C.G.T. realizou uma greve geral, com grande adesão. Novas paralisações aconteceram em 26 e 27 de setembro. Os partidos políticos, principalmente o FREPASO e grêmios opositores, organizaram um “*apagón*”²². No dia 12 de abril de 1998, os/as docentes montaram uma barraca em frente ao Congresso. Ali, permaneceram fazendo jejum por turnos e anunciaram que não iriam embora sem uma lei de financiamento educativo.

²¹ "*Quando a meados da década de noventa inicia-se a investigação do contrabando de armas, há uma explosão do arsenal de Río Tercero que devastou a cidade cordobesa do mesmo nome, que tem vários milhares de habitantes. Segundo as evidências que se puderam estabelecer posteriormente, a mencionada explosão foi realizada deliberadamente (não foi um acidente) para poder justificar a falta de canhões, pólvora e armas que se tinham retirado dos arsenais do exército e enviado a Croácia e Equador*" (Basualdo, 2002, p. 36)

²² O *apagón* consiste no não consumo de energia elétrica por um tempo determinado, geralmente é realizado durante o período da noite. A denominação está relacionada com o efeito que provoca.

O ex-presidente Alfonsín propôs ao FREPASO uma aliança eleitoral para enfrentar a situação nas eleições legislativas de outubro. Desta maneira, foram elaboradas listas mistas, e “La Alianza” ganhou em 14 dos 24 distritos eleitorais. Estes resultados apresentaram um novo mapa eleitoral. Por intervenção de Alfonsín, a UCR designou presidente do “Comité Nacional” e virtual candidato à presidência Fernando de la Rúa. O FREPASO designou Graciela Fernández Meijide e assumiu o compromisso de disputar a candidatura presidencial nas eleições internas.

Governo de De la Rúa (1999-2001)

Após dez anos de governo menemista, em 24 de outubro de 1999, a fórmula da Alianza - formada pelo radicalismo e o FREPASO -, ganhou as eleições presidenciais. Fernando De la Rúa e Carlos ‘Chacho’ Álvarez, assumiram o poder em um país com elevadas taxas de desemprego, uma dívida externa exorbitante e um sindicalismo que voltava a entrar em ação. Basualdo (2002) aponta que o novo governo iniciou em meio a uma crise aberta em 1998 e manifestando, claramente, o caráter que a valorização financeira imprime ao Estado (abandono da função de impulsionar e planejar o desenvolvimento econômico e ausência na condução mínima da economia). O autor destaca que o governo da Alianza, que se tinha postulado como uma alternativa ao menemismo, "*adotou um enfoque ortodoxo, acentuando a concentração do capital e aprofundando a recessão*" (*op.cit.*, p. 31).

Em menos de um ano, o vice-presidente renuncia em protesto à forma de condução, pelo presidente, de um caso de suborno no Senado. O poder fica frágil. No dia 6 de outubro de 2000, os mercados internacionais cortaram o crédito à Argentina. Em dezembro foi promovida uma ajuda financeira liderada pelo FMI, de 40 bilhões de dólares. Mas, em pouco tempo a Argentina sofreu o impacto da crise financeira da Turquia. No ano seguinte, a taxa de desemprego marcou 15,4%. O Ministro da Economia renunciou e De la Rúa designou Ricardo López Murphy, assegurando que se cumpririam as metas com o Fundo e reafirmando o sistema de câmbio fixo que desde 1991 atava o peso ao dólar.

O novo plano econômico previa um corte no gasto público de 1,962 bilhões de dólares em 2001 e 2,485 bilhões em 2002, para combater o déficit fiscal. Após o anúncio, três ministros e seis funcionários, em desacordo, apresentaram sua renúncia. De imediato, De la Rúa convocou um acordo político nacional. Assim, recebeu o apoio do partido de direita de Domingo Cavallo.

Na seqüência, a renúncia de López Murphy foi seguida pela designação de Domingo Cavallo como ministro da Economia. Ele apresentou, no dia 21 de março, seu plano de reativação econômica, que incluía um imposto sobre transações financeiras e prometia crescimento. Para isto, o Congresso outorgou a Cavallo "superpoderes". Mas, o risco país começou a assinalar a gravidade da situação. Em julho, Cavallo anunciou que levaria a zero o déficit público mediante cortes nos gastos. O Senado, dominado pela oposição, aprovou uma lei que determinava que o Estado não deve gastar mais do arrecada e incluía um corte de 13% dos salários e pensões públicas de mais de 500 pesos (dólares). Também, havia um intuito de reestruturação da dívida pública, que foi frustrado.

O governo perdia pouco a pouco as possibilidades de apoio. Nas eleições parlamentares de outubro a oposição peronista ganhou, renovando a totalidade do Senado e a metade da Câmara de Deputados. Em 8 de novembro, os governadores peronistas negaram-se a assinar o pacto de ajuste fiscal. Basualdo (2002) destaca que a prolongada crise econômica está articulada a uma crise política igualmente extensa e profunda:

"A notória crise do sistema político que se consolida durante a última década é o resultado tanto de sua crescente ilegitimidade social como do confronto dos projetos alternativos que se geram nos setores dominantes" (p. 34)

O autor assinala como se instala, nos setores populares, a certeza de que o sistema político abandonou definitivamente toda preocupação pelo desenvolvimento econômico-social e pelo desemprego e distribuição do capital (p. 35).

No dia 30 de novembro, o risco país medido pelo índice EMBI+ de J.P. Morgan atingiu o recorde de 3.490 pontos básicos, em meio a uma forte perda de depósitos e versões de uma eminente dolarização ou confisco. A corrida bancária reduziu em mais de 1 bilhão de pesos/dólares os depósitos. Por isto, no dia 1 de dezembro o governo anunciou um plano de 90 dias para frear a queda de depósitos. Tal plano incluiu um limite semanal de 250 dólares em retiradas bancárias e foi chamado de "*corralito*". O plano: permitiu dolarizar os depósitos em pesos; restringiu os envios de divisas ao exterior; vetou os empréstimos em pesos; e fixou que as operações financeiras fossem realizadas somente com as taxas que se aplicavam às transações em dólares.

No dia 5 de dezembro a situação complicou-se mais ainda, quando o FMI anunciou que não liberaria um desembolso para a Argentina, estabelecido em 1,264

bilhões de dólares. A decisão deixou o país à beira da impossibilidade de pagamento total dos juros da dívida externa, mas, o governo conseguiu pagar na data certa. O desemprego no país era de 2,53 milhões de pessoas, o que representava 18,3% da população economicamente ativa. Em 13 de dezembro, realizou-se uma greve geral que rejeitava a marcha econômica do país. No dia seguinte um grupo de cidadãos e cidadãs saqueia supermercados, o que faz voltar imagens do ano 1989, durante o governo de Alfonsín.

Em 19 de dezembro, em meio a uma onda de saques em todo o país, o governo argentino decretou estado de sítio. A Câmara de Deputados restringiu parcialmente os poderes especiais do Ministro da Economia. De la Rúa afirma publicamente que os protestos foram organizados por "*enemigos de la república*". À noite, dirigiu-se à população em cadeia nacional, mas o seu discurso tem como resposta que, a partir das 23:00 hs, milhares de pessoas, em diferentes bairros da Capital Federal, começam a ocupar a "Plaza de Mayo" e o "*Congreso de la Nación*", além de várias avenidas. No dia 20 de dezembro, durante a madrugada, como consequência da difícil situação social e no marco de uma série de protestos espontâneos contra o governo, Cavallo apresentou sua renúncia e pediu proteção para si e sua família. Tentou sair do país, mas a justiça o proibiu, devido aos processos abertos contra ele.

Durante o dia aconteceram marchas à Plaza de Mayo que foram reprimidas pela Polícia, com um saldo de 29 pessoas mortas e muitas feridas, além de numerosos comércios saqueados e destruídos. À tarde, De La Rúa tentou uma última cartada oferecendo ao Partido Peronista um governo de coalizão, que foi rejeitado. Nesse contexto, nas últimas horas da tarde, enviou sua renúncia ao "*Congreso de la Nación*".

Segundo Basualdo (2002), a importância da revolta de dezembro radica na irrupção, pela primeira vez nas últimas décadas, da mobilização popular de uma forma tão potente que foi o fator fundamental que provocou a destituição do governo da Alianza. Basualdo, também, valoriza a incorporação dos jovens na vida política argentina e a canalização da mobilização como "*questionamento do sistema político e institucional que legitimou sistematicamente a valorização financeira e suas consequências em termos de concentração do capital, desindustrialização e desemprego*" (*op. cit.*, p. 36).

Ramón Puerta, vice-presidente, assumiu o comando do país e convocou uma Assembléia Legislativa para eleger um sucessor. Três dias depois, assume o cargo Adolfo Rodríguez Saá, que anunciou o não pagamento da dívida externa. Em 31 de

dezembro, assumiu a presidência, por um dia, Eduardo Camaño. Em 1 de janeiro de 2002, a Assembléia Legislativa designou, para o cargo de presidente da República, Eduardo Duhalde, que permaneceu até quando assumiu o novo presidente eleito, Néstor Kirchner.

O ano de 2002 começou com o uso generalizado de moedas paralelas, "*os bonos*", em todo o país. O fluxo total relativo aos bônus chegou a 40% do dinheiro circulante. O Congresso aprovou a "Ley de Emergencia Económica" que dispôs o fim da Convertibilidade. O índice de pobreza superava 40% na Grande Buenos Aires, registravam-se processos inflacionários e constantes altas nos preços nos alimentos. Enquanto numerosos protestos ocupavam as ruas de Buenos Aires e outras cidades do país.

1.2 Construindo lugares de memória, ação política e identidade

Durante as entrevistas, ao falar sobre a Assembléia, as pessoas referiram-se várias vezes à história do país, por isso consideramos fundamental realizar uma revisão histórica na parte inicial deste primeiro capítulo, como forma de proporcionar ao/a leitor/a uma ferramenta de apoio para a leitura e contextualização. Nesta parte apresentaremos a visão que os/as participantes têm da história, refletida em seus depoimentos, porque é a partir dela que argumentam e se posicionam na Assembléia.

Os/as entrevistados/as discorreram a respeito do surgimento da Assembléia, dos temas dos primeiros encontros, das práticas deliberativas que caracterizam estes espaços, da experiência de participar em protestos, de sair às ruas, das preocupações atuais, das novas relações que conseguiram estabelecer a partir de pertencer à Assembléia etc. Homens e mulheres mencionaram fatos que aconteceram em um período delimitado, que corresponde ao recorte que estabelecemos. Tanto nas pessoas que viveram os acontecimentos, como no caso daquelas que se referem aos fatos a partir de uma memória herdada (Pollak, 1992), é possível vislumbrar a finalidade social da história, como forma de compreender o que acontece às pessoas e têm impacto na sociedade (Thompson, 1998).

Portanto, consideramos relevante, antes de abarcar o principal objetivo de nossa pesquisa – descrever as Assembléias de Bairro, seu surgimento, funcionamento e as práticas levadas a cabo pelos/as integrantes das mesmas, a partir de suas experiências –, analisar a visão que os/as participantes das Assembléias pesquisadas manifestam da

história a partir de seus depoimentos, de produções que realizaram e de outros dados coletados por meio dos instrumentos de pesquisa (observações participantes, fotografias etc.).

Na primeira parte nos referiremos ao mural, construído pelos/as participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego como “lugar de memória” (Nora, 1993). Em seguida, vamos nos deter em cada um dos fotogramas representados no mural e acompanhar a seqüência deles com as falas dos/as participantes entrevistados/as, tanto de quem participa da Assembléia que criou o mural como dos que fazem parte das outras Assembléias pesquisadas.

Gostaríamos de destacar que, embora nos dediquemos exclusivamente ao mural realizado pela Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, a Asamblea de Palermo Viejo também produziu dois murais, que remetem a importantes fatos históricos que aparecem no mural que analisaremos, a saber, o golpe de Estado de 1976 e os fatos de 19 e 20 de dezembro. Um dos murais da Asamblea de Palermo Viejo foi realizado para lembrar o dia 24 de março, data de início da ditadura militar na Argentina. O mural é uma homenagem aos desaparecidos do bairro e diz:

“HOMENAJE DEL BARRIO a los compañeros y compañeras desaparecidos. Marzo 24 1976-2003”

Ele tem uma lista dos nomes dos/as desaparecidos/as do bairro. O outro mural é uma representação da rebelião dos dias 19 e 20 de dezembro. Com a inscrição:

*“El Pueblo vine asomando
Que se vayan todos
Nosotros nos hacemos cargo”*

Estes dois murais foram produzidos em um momento anterior à retirada de alguns participantes para formar uma outra Assembléia, que funcionaria paralelamente. A realização do mural em homenagem às pessoas desaparecidas gerou muita discussão, segundo comentaram os/as informantes, e a respeito de algumas questões não conseguiram chegar a acordos. Finalmente, o mural foi feito por um dos/as participantes da Assembléia, que o assinou. Este fato é visto negativamente pelos/as informantes, que consideram o mural mais uma “obra pessoal” que uma construção de todos como *assembleístas*. A respeito do outro mural, que representa a rebelião de 19 e 20 de dezembro de 2001, a discordância está na inscrição colocada. Os/as informantes consideram que a frase “*Nosotros nos hacemos cargo*”, reflete a visão do grupo

dissidente de utilizar a Assembléia como meio de se impulsionar politicamente e para ocupar cargos no governo. Por estas questões, que demonstram que essas produções não são assumidas como trabalho conjunto da Assembléia, decidimos trabalhar somente com o mural da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego.

O mural é reconhecido como uma construção coletiva pelos/as *assembleístas*, fruto de debates e consensos e continua sendo, na atualidade, querido e valorizado pelos/as participantes. A obra faz uma revisão histórica a partir do ponto de vista dos/as participantes dessa Assembléia. Começa contando alguns fatos históricos, a partir do golpe de 1976 até a atualidade, entre eles, o surgimento das Assembléias de Bairro. As/os participantes utilizaram duas paredes que pertencem ao prédio do Museo del Cine, na Avenida San Juan e Defensa, no bairro de San Telmo. O mural foi feito como uma das atividades realizadas em 23 de março de 2002, no marco da “Jornada Cultural em Repúdio ao Terrorismo de Estado”. Esta Jornada foi organizada pela Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego em parceria com outras organizações, enquanto convocavam à marcha a Plaza de Mayo, que se realizaria no dia seguinte, em memória do Golpe de Estado de 1976.

O 24 de março, embora não seja feriado, é um dia lembrado por muitas manifestações e atos²³, isso faz com que seja mais forte ainda a necessidade de lembrar a implantação da ditadura militar e as conseqüências sociais, culturais, políticas e econômicas que este regime trouxe ao país e às pessoas - a censura, a repressão, os desaparecimentos de pessoas, o exílio, as mortes, as políticas neoliberais e até a dívida externa. Certamente, os 24 de março foram destacados como datas importantes pelos/as participantes das Assembléias. Existe um posicionamento crítico e condenatório a respeito da ditadura militar que para esta data, especialmente, aparece nos discursos de distintos atores sociais, tanto individuais (jornalistas, políticos etc.) como pertencentes a distintas organizações (sociais, culturais, políticas etc.).

Mas, o mural não se refere exclusivamente a essa data, senão que traça uma continuidade entre esse fato histórico e a atualidade. Portanto, a história registrada no mural estabelece um elo entre os acontecimentos presentes e aqueles do passado. Segundo Gabriel, da Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego:

²³ Segundo Catela (2001), *acto* é a palavra utilizada para designar a classe de práticas na qual as homenagens seriam incluídas. A autora assinala que essa associação é *inculcada desde a mais "terna infância" pela escola, onde para os eventos coletivos, epopéias são teatralizadas, uma cosmologia ou uma ordem de símbolos consagrados são evocadas e "inculcada uma moralidade."* (p. 276-277).

“(…)es un mural alusivo a, histórico, más o menos del 24 de marzo de 1976 hasta la fecha en que se hizo, con varios momentos el momento del golpe, el momento de la represión, las Madres de Plaza de Mayo, después el momento, el menemismo, la instauración, digamos, del modelo neoliberal más o menos definitivo, porque es lo que vivimos ahora, y después la aparición, hay la ruptura en la película, porque está hecho en forma de película, hay como varias cuadritos de alguna película. La ruptura es los cortes de ruta, que aparecen. Y después aparece el cacerolazo con la represión del 19 y 20 de diciembre, con caballos gente que se cae, alusivo a los muertos del 19 y 20 de diciembre y termina, una cosa más esperanzadora de la asamblea.(...)”



Fotografia 01. Mural da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin

Em uma primeira análise, consideramos o mural como lugar da memória, construído pela e para a memória, apoiando-nos em Nora (1993): constituído por um jogo de memória e história, através da vontade de memória em uma data marcante da História Argentina e encarnando três aspectos coexistentes: *material, simbólico e funcional* (*op.cit.*, p. 21). Mas, considerando o relato que os/as participantes fazem a respeito da construção do mural e o contexto no qual se insere, seria apropriado recuperar o sentido da noção de “*território de memória*” de Ludmila Catela (2001), embora continuemos utilizando o termo “lugar”, dado que “território” limitaria a compreensão da construção que a Assembléia tenta fazer.

Desta maneira, enriquecemos a noção de “*lugar de memória*” de Pierre Nora (*op.cit.*) e podemos destacar dimensões importantes do processo de construção de um lugar de memória por parte dos/as participantes da Assembléia. Catela (*op.cit.*) propõe o

conceito de “*território de memória*” inspirada nos lugares de memória de Nora, mas tentando superar a “*idéia estática, unitária, substantiva, que a idéia de lugar costuma suscitar*”, e retomando as interações geradas no processo de construção desse lugar. Segundo ela:

“... a noção de ‘território’ refere-se às relações ou ao processo de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos os que se envolvem no trabalho de produção de memórias sobre a repressão; ressalta vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de lugares que potencialmente pode ser representado por um mapa” (op.cit., p. 208)

Poderíamos identificar “esse mapa”, se considerarmos que a mencionada Jornada em Repúdio ao Terrorismo de Estado desenvolveu-se em diferentes espaços do bairro (Plaza Dorrego²⁴, Plaza Rodolfo Walsh²⁵, “El Atlético”,²⁶ entre outros). A partir dela estabeleceram-se muitas e variadas interações entre os/as participantes da Assembléia, outras organizações e moradores/as do bairro. Neste sentido, é muito interessante como esse mapa refere-se ao bairro, à história e, simultaneamente, à forma de organização das Assembléias, as redes que ela tece com outras organizações do bairro e de outros bairros e as ações políticas empreendidas pelo coletivo. Também, refere-se à identidade que vão desenvolvendo, a partir de implantar o tema da “memória” como um dos temas chave “*para caminhar juntos*”²⁷, o modo de construção coletiva que sustenta as interações do coletivo, a autonomia e a amplitude que, no trabalho cotidiano, cuidam de manter como novas formas de fazer política. Mas, em qualquer caso, a história perpassa todas essas interações, temas, propostas, alternativas etc., e é isto o que poderá ser percebido nos testemunhos dos/as participantes. A visão

²⁴ Praça na qual os/as assembleístas reúnem-se para deliberar. Ela é um lugar turístico, o bairro também - bairro do tango, das lojas de antiquários etc. - e os/as turistas que visitam Caminito, no Bairro de La Boca, quase que necessariamente, passam por San Telmo. A Plaza Dorrego é ocupada por mesas e cadeiras dos bares e restaurantes do entorno e pela tarde e noite há shows de tango, canto e dança. Portanto, qualquer atividade que seja realizada nesse espaço ganha visibilidade.

²⁵ Embora seja uma pequena praça, o nome dela é muito significativo. Rodolfo Walsh foi escritor, jornalista, intelectual e passou a ser, para muitas pessoas, um desaparecido “emblemático” da ditadura militar. Segundo Catela, Rodolfo Walsh é, para um grupo, *a figura que cristaliza o sacrifício em nome da verdade e da justiça*” (op.cit., p. 228-229). Durante a Jornada foi restaurado um mural desta praça.

²⁶ Campo clandestino de detenção também chamado “el club” ou “el club Atlético”. “El Atlético” funcionou desde meados de 1976 até dezembro de 1977. Foi demolido depois, mas a partir dos depoimentos de alguns testemunhos e dados obtidos pela CONADEP, foi possível identificar que estava instalado em um prédio entre as ruas Paseo Colón, San Juan, Cochabamba e Azopardo, no bairro de San Telmo. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/157.html>

²⁷ Excerto do depoimento de um participante da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, registrado no diário de campo.

que mulheres e homens constróem da história dá sentido à participação nas Assembléias e aos posicionamentos que nela são defendidos.

Catela (2001) assinala que a criação de um lugar como espaço de memória *conjuga a mobilização do passado histórico, a referência a um grupo de pertencimento e a invenção de um novo ritual comemorativo* (op.cit., p. 281). Assim, o mural não só assume a função da memória, senão que é uma ação política e constitui uma manifestação da identidade deste coletivo. Neste sentido, o lugar não é neutro em absoluto. A escolha de fazer nesse espaço constitui uma ação política que vai além da posição sob o tema dos desaparecidos, da ditadura militar, dos posteriores governos democráticos etc. No depoimento de Estela, que citamos a seguir, aparece a discussão sobre a atividade de construção do mural e fica mais claro o sentido “político” dessa realização, dado que o espaço vinha sendo utilizado para pregar cartazes de diferentes partidos políticos e para as mais variadas manifestações políticas. Estela diz:

“(...)Y cuando se habló qué íbamos a hacer, otra de las actividades era ir hasta la calle, a la Avenida San Juan y Defensa que había una pared que siempre había tenido pintadas políticas. Sobre todo que en ese momento había como un, una cosa muy fuerte entre, los movimientos sociales que habían nacido en diciembre que tenían una orientación bastante de izquierda. Hubo un resurgir fuerte de la derecha, de movimientos bastante duros como Seineldín que fue uno de los carapintadas que hicieron la Semana Santa de Alfonsín, bueno. Aparecían siempre: “Libertad a Seineldín”, cosas que eran nefastas realmente, o propias del Menemismo.(...)”

Qualquer lugar pode ser “lugar de memória”, mas à *vontade de memória*, fator chave para que o lugar se constitua (Nora, 1993, p. 22, 24), soma-se a criatividade necessária para dar sentido, significação e fazer de distintos lugares, por distintas razões, lugares de memória. O autor ainda especifica que para um lugar constituir-se “lugar de memória”, precisa ser objeto de um ritual e ter sido motivado nessa vontade de memória referida, sem a qual seria apenas um lugar de história. Segundo ele, a função principal de um lugar de memória é:

“parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais.” (p. 22)

A recuperação da memória coletiva do bairro é um dos eixos principais da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. A partir dela, os sujeitos visam à construção de "*uma identidade democrática e transformadora*" e o mural, segundo eles/as, "*expressa a luta atual*". Aparece, assim, explicitamente a vinculação entre memória e identidade (Pollak, 1992). O mural fala do surgimento da Assembléia, e a situa na história do país, em relação com outros fatos selecionados dessa história (golpe militar de 1976, ditadura, retorno democrático, privatizações, "menemismo", neoliberalismo, movimento piqueteiro, 19 e 20 de dezembro).

Nora (*op.cit.*) assinala como os lugares de memória estabelecem um jogo de interrogação sobre a própria memória e vinculam memória e história. No caso do mural, é possível observar como as imagens dos fotogramas são representações que podem ser vinculadas a imagens ou idéias que fazem parte de memória dos/as argentinos/as de certos fatos históricos. Portanto, poderia ser identificada como uma das funções do mural situar essas imagens na memória coletiva como fazendo parte de um "mesmo filme", unir esses fatos que poderiam estar isolados ou desvinculados, ou sem conexão explícita. Desta maneira, cria-se um novo sentido em torno deles e é possível re-significar nossa visão sobre esses fatos.

Como idéia principal, destacamos que os/as participantes da Assembléia assinalam haver uma relação entre o Golpe Militar de 1976 e a implantação do sistema neoliberal que prevalece na atualidade, sendo isso o que tentam representar, também, no mural. A ditadura militar estabelece um regime de terror, o plano é desarticular as organizações sociais que existiam e isto é conseguido pelo desaparecimento de pessoas que trabalhavam, principalmente, no campo popular. Esta visão não é exclusiva das pessoas entrevistadas da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, os/as outros/as informantes, das outras Assembléias pesquisadas, também fazem essa interpretação e destacam a continuidade das conseqüências do Processo na época atual.

Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, destacava que fizeram o mural no começo da Assembléia, alguns meses após sua formação. Comenta também que as pessoas do Museo del Cine não autorizaram a realização do mural argumentando que eles tinham pensado, também, fazer um mural. Mesmo assim, os/as *assembleístas* decidiram que fariam o mural nesse espaço entre todos/as. Como era desejado que houvesse um sentido no contexto em que o mural estaria inserido (Museo del Cine), pensaram em representar fotogramas. Segundo Gabriel, fazer algo que harmonizasse com o espaço possibilitou que o mural fosse mais tolerado e, desta forma,

preservou a mensagem que eles/as queriam transmitir. Tanto Estela quanto Gabriel fazem avaliações positivas sobre a realização do mural e sua permanência atual, mas Estela lembra que por não terem autorização:

“(...) fue casi como un operativo comando porque fue que esa noche lo pintamos, lo blanqueamos y lo cuidamos al lugar esperando poder empezar al otro día la actividad.(...)”



Fotografia 02. Participantes pintando o mural durante as Jornadas em Repúdio ao Terrorismo de Estado. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin

Gabriel, também, enfatiza o processo de construção coletiva na realização do mural, no qual participaram em torno de quinze pessoas durante o dia todo. Segundo ele, a idéia era fazer mais que um mural que priorizasse a estética, e sim um trabalho de boa qualidade, ao mesmo tempo participativo e que se pudesse terminar em um dia. É importante destacar que, embora a Assembléia tivesse apenas pouco menos de três meses de existência, a dinâmica da construção coletiva, da discussão e da participação já estava presente em suas interações. Gabriel relata:

“(...)era un mural participativo, o sea, no es que venía un muralista y hacía el mural con un idea genial que se le ocurría. Viste, eso está bien, pero no era el criterio, el criterio fue juntar la gente, juntar sí gente especialista, la que ya estaba en la, en la asamblea y a partir de que la asamblea (...) tuviera un criterio más o menos colectivo sobre la temática que se discutía, sobre ese criterio se juntaban los especialistas hacían un boceto, discutían entre ellos el boceto, entre todos y con los que quisieran discutirlo, y después resolvían por un, por un tipo de mural, por un dibujo o un boceto o se modificaba. En esta discusión, en este ida y venida quedó lo que vos ves,

algunas partes aportó uno, algunas otro, el mural en sí, el dibujo lo hicieron los que, los artistas, de la asamblea.(...)"

Para enriquecer mais ainda a visão da história e demonstrar como ela é compartilhada por outras/os participantes vamos enlaçar os testemunhos de Paula, Estela e Gabriel, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, com os de Lucio da Asamblea de Nuñez-Saavedra, e os dos/as participantes da Asamblea de Palermo Viejo, Ángela, Carlos, Walter e Pedro. Lúcio da Asamblea de Nuñez-Saavedra expressa:

"(...) Yo te diría que un objetivo así clave para el golpe militar del 76 no fue liquidar a las organizaciones armadas que para ese entonces estaban bastante hechas mierda, sino fue destruir ese entramado social que había costado todo el siglo veinte armar(...)"



Fotografia 03. 1976. Roseli Mello.

"Son fotogramas, donde está el primero que es mil nueve setenta y seis, en negro con una... mancha de tinta roja como simbolizando sangre(...)" Estela

O mural ficou, ninguém o apagou. Estela comenta que agora é um mural da cidade, os/as turistas tiram fotos dele e os/as participantes tinham pensado em restaurá-lo em 2004. Quando interrogada sobre o porquê de a história, no mural, iniciar-se nessa data, Estela pronunciava-se assim:

"(...)porque nosotros creemos que hay un proyecto, que es de... primero de destrucción de la clase obrera, o sea, quiénes estaban organizados en la década del setenta, qué es lo que estaba organizado: la clase obrera. Con la desaparición de los 30.000 argentinos, desaparecidos del campo popular se desarticula todo lo que era la lucha de la clase obrera y se instaure, los años de plomo que es el terror, el Terrorismo de Estado, la

no participación, el no compromiso, el temor a involucrarse, el 'No te metás', el 'Por algo será', 'Por algo será que se lo llevaron'.(...)"

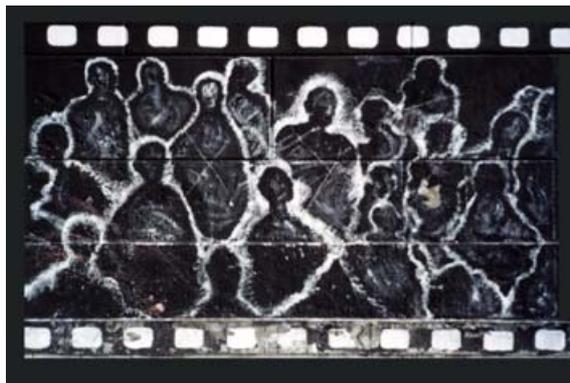
As frases citadas por Estela, 'No te metás', 'Por algo será', 'Por algo será que se lo llevaron', constituíram eufemismos e, às vezes, justificativa para explicar o desaparecimento de pessoas. Ángela, da Asamblea de Palermo Viejo, afirma:

"(...)no soy una joven y de pronto traigo conmigo la historia de los momentos que, ha vivido nuestro país y bueno muchos de ellos matizados por situaciones, muy terribles. Yo tengo amigos desaparecidos, si bien yo no tuve ninguna militancia, pero no fui ajena a ese momento, yo no puedo decir yo no sabía lo que pasaba, yo sabía lo que pasaba(...)"

Os/as participantes, também, se referem ao impacto que o Processo de Reorganização Nacional teve na situação do país, como a administração da época complicou as possibilidades de futuro e as políticas estabelecidas se mantiveram, causando mais danos sociais. Assim, durante a observação realizada no 14º Encuentro de Asambleas Autónomas, havia uma exposição de cartazes nos quais se relatava a origem da dívida externa. O primeiro cartaz trazia a data de 24 de março de 1976, o último correspondia à presidência de De la Rúa. O texto cronológico demonstrava com estatísticas como, embora a origem da dívida estivesse na ditadura militar, as políticas implementadas pelos governos democráticos haviam contribuído para incrementá-la. Lúcio observa que já no ano 1975, durante o governo de Isabel Perón, tentou-se a primeira reforma neoliberal, mas que o processo foi mais patente com a ditadura.

Os dados do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), citados por Brieger (2003), descrevem a situação que antecedeu à ditadura, com respeito à distribuição de riquezas e o agravamento da situação, no período posterior a dezembro de 2001:

"para a Capital Federal e Gran Buenos Aires, onde se concentra quase a metade da população, em 2002 o 10% mais rico da população recebeu o 38,8% dos ingressos totais, enquanto que ao 10% mais pobre correspondeu apenas o 1,3%. A brecha que separa os ingressos os mais ricos dos mais pobres ampliou-se 29,8 vezes, sendo que em 1974, quando o INDEC começou este relevamento, era de apenas 12,3 vezes."



Fotografia 04. Os desaparecidos. Roseli Mello.

“(...) la segunda es, los desaparecidos, muchas siluetas, cuerpos, una cosa bastante fría, (...)” Estela

Um fato destacado pelos/as informantes é que as pessoas desaparecidas durante a ditadura militar não eram, majoritariamente, intelectuais nem provinham de organizações armadas, como geralmente acredita-se, mas sim trabalhadores e organizadores sociais de base. Esta afirmação pode ser confirmada com os dados coletados por Catela (2001) junto ao relatório da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) que, baseando-se nos casos denunciados²⁸, fornece a porcentagem de pessoas desaparecidas, em função de sua ocupação²⁹. Os/as participantes das Assembléias pesquisadas, ao mencionar o número de pessoas desaparecidas, concordam com os 30.000 casos denunciados pelos organismos de direitos humanos, a saber, Madres de Plaza de Mayo, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS).

²⁸ É importante considerar que para a Conadep, por se basear exclusivamente nos casos denunciados, o número de pessoas desaparecidas é de 8.960. As 1.898 pessoas mortas em enfrentamentos são um caso a parte, assim como as 889 que foram seqüestradas, sobreviveram e informaram sua reaparição. Por outro lado, há um cálculo de 900 pessoas mortas nos atentados da organização Triple A – Alianza Anticomunista Argentina, “era uma organização paramilitar, supostamente idealizada por José López Rega, que foi ministro de Bem-Estar Social do governó peronista entre 1973-1975. Constituída pela direita do aparato sindical e por membros da policia, sua ação começou em 1974. Tinha como principias alvos de ataque todos os que seus ‘inventores’ consideravam ‘comunistas’. Centralmente, se dedicaram a assassinar sindicalistas e dirigentes políticos, muitos deles conhecidos militantes do peronismo” (Catela, *op.cit.*, p. 50). As cifras variam para outras organizações. Assim, Amnesty Internacional reconhece 15.000 desaparecidos e os organismos de direitos humanos argentinos denunciam 30.000 pessoas desaparecidas. Nas Forças Armadas e de Segurança, o número de pessoas mortas foi de 687.

²⁹ Os operários constituem 30,2%; 21% os/as estudantes; 17,9% os/as empregados/as; 10,7% os/as profissionais; 5,7% os/as docentes; 5% os/as trabalhadores/as autônomos/as e outros; 3,8% as de donas-de-casa; 2,5% os servidores do serviço militar e pessoal subalterno das forças de segurança; 1,6% os jornalistas; 1,3% os/as artistas, e somente 0,3% de religiosos/as” (“Nunca Más”, 1986: 296, *apud.* Catela, 2001, p.228).

Os/as participantes mais jovens também manifestam que na década de setenta o campo popular estava organizado. Walter, participante da Asamblea de Palermo Viejo, afirmava:

“(...) había un estado de organización por ejemplo en el 70, por lo que te cuentan (ríe), había fábricas, había gremios, había un estado de, sí, de organización social. Eso era muy importante. (...) por ahí te ponés a charlar con gente que ha vivido en otras épocas y te cuenta cómo era la realidad del obrero, como era la costumbre, o el sólo hecho de su capacidad económica.(...) Este país hubo un Estado de bienestar y hubo una trama social y hubo organizaciones sociales muy fuertes. (...)”

Ludmila Catela (*op.cit.*, p.45) cita que, segundo um levantamento realizado por H.I.J.O.S.³⁰, entre 1955 e 1976 na Argentina havia aproximadamente *cinquenta organizações políticas alternativas, das mais diversas origens e formas de ação*. Algumas delas formaram-se depois da ruptura de partidos como o Peronismo ou o Socialismo. Mas, a trama social não se limitava exclusivamente à militância em um partido político. Lúcio, da Asamblea de Nuñez-Saavedra, refere:

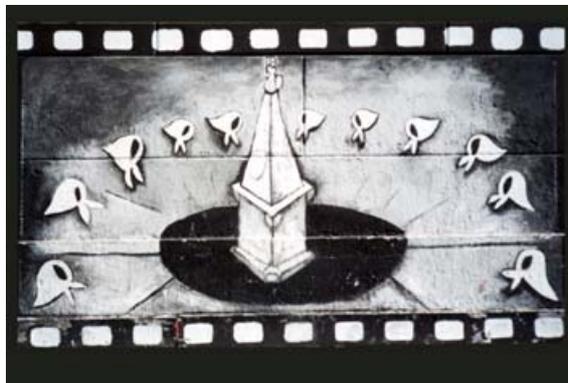
“(...) Acá había una gran tradición de sociedades de fomento, de asociaciones vecinales, de clubes sociales, de trabajo en las parroquias, de mutuales, de cooperativas de barrio, de cajas de crédito, todo eso lo hicieron mierda. Lo hicieron mierda, digamos por la propia dinámica neoliberal o con métodos de guerra civil.(...)”

Neste sentido, é interessante recuperar o depoimento de uma das informantes porque, segundo ela, não é possível compreender a situação atual sem levar em conta esse projeto iniciado no Processo. Paula, diz:

" (...) Lo que pasó, el proyecto de la dictadura fue meter miedo, entablar un proyecto económico a través de: generar miedo.(...)El resultado de la dictadura son, es el proyecto económico y el proyecto social, cómo implantar un proyecto económico en una comunidad que está moviéndose, que está movilizada, (...) cómo implantar un proyecto

³⁰ “Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio”. Organização de Direitos Humanos criada em outubro de 1995 e formada por filhos e filhas de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar.

económico cuando hay obreros, hay fábricas y fábricas organizadas, porque la gente se organiza, había laburo en los barrios era, cómo lo implantás si no es a través del miedo? Eso fue lo que se hizo y eso fue lo que quedó (...)"



Fotografia 05. Ronda de lenços. Roseli Mello.

“(...) y la tercera, el tercer mural es la ronda de Plaza de Mayo, la Plaza de Mayo y pañuelos blancos rodeando, (...)” Estela

O terceiro fotograma do mural encerra a seqüência antes do retorno à democracia, a luta das Madres de Plaza de Mayo. As Madres são, para os/as assembleístas, uma referência importante. Sua luta pela memória, a coragem que tiveram no momento mais obscuro da história, e que ainda continuam tendo, são destacadas pelos/as participantes das Assembléias em geral. A Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, que tem como um dos temas centrais a memória sobre a repressão, possui em sua prática política a participação em atividades junto às Madres de Plaza de Mayo e outras organizações de direitos humanos, como “Encuentro por la Memoria”. Um exemplo deste trabalho conjunto é a reconstrução de um dos centros clandestinos de detenção do bairro de San Telmo, chamado “El Atlético”, como museu da memória (ANEXO 02, 03, 04 e 05).

No Boletim Nº 6, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, correspondente a junho de 2002, em um texto lido durante um acto realizado em frente às escavações em “El Atlético” (ANEXO 06), expressa-se a decisão de trabalhar com a questão da memória junto às outras organizações de direitos humanos:

“Hace unos pocos meses, en la víspera del 24 de marzo, nos reunimos en este mismo lugar, en este solar desgraciado, como cierre de toda una jornada en el corazón del barrio. Fue el inicio de nuestra decisión, como Asamblea, de luchar contra las leyes de impunidad y los indultos, de

repudiar el modelo económico implantado por la dictadura, para así sumarnos, con toda nuestra fuerza, a la lucha que sostienen y continúan las Madres, los Familiares, las Abuelas, los sobrevivientes, los Hijos, todas las agrupaciones y organismos que conforman el extraordinario movimiento por los Derechos Humanos de la Argentina, del que hemos aprendido tanto.

Es un movimiento que a lo largo de los años ha logrado que la población entera fuera comprendiendo la gravedad de los hechos, la crueldad de los crímenes, consumados por la dictadura militar. Sin esa comprensión hubiera sido imposible imaginar un acto de resistencia civil como el que vivimos el 19 y 20 de diciembre y que nos dio origen como Asamblea.”

Essa decisão continuava se fortalecendo durante o trabalho de campo de nossa pesquisa. Estela, enquanto mostrava a fotografia de uma marcha, comentava: “(...) *esta foto es muy linda también, 'Siempre junto a las madres y los hijos' (...)*”. Na outra entrevista, no momento em que conversávamos a respeito das distintas formas de protesto que a Assembléia tinha empregado, ela mencionava que, geralmente, tratava-se de aprendizados feitos com outros movimentos sociais. Ressalta-se que, das Madres, tomaram a Plaza de Mayo como lugar central de reivindicação.



Fotografia 06. Democracia. Roseli Mello

"(...) lo de Alfonsín fue una especie de primavera que terminó en nada cuando lo económico se cayó [ríe] y vino Menem(...)" Paula

O retorno à democracia não é representado, no filme, como o fim dos anos escuros, senão como continuidade do processo anterior. Neste sentido cabe assinalar que os/as participantes manifestam um explícito sentimento de desilusão dos governos

democráticos, mas não da democracia em si³¹. A democracia instaurada é qualificada de "débil". De fato Estela manifesta: "(...) *habíamos soñado con la democracia, pero no con la democracia que llegó, era una democracia falsa para nosotros(...)*". Este sentimento fundamenta-se em dados da realidade, principalmente pobreza, desigualdade e marginalidade.

Neste sentido, Nun (2001) chama a atenção para a "*baixa ou nula associação positiva entre proteção social e democracia representativa*". O autor assinala que entre 1980 e 1994, os índices de pobreza incrementaram-se três vezes, enquanto para o período 1970 a 1994, os gastos em educação, saúde e previsão social diminuíram "*afetando muito seriamente a qualidade de todas essas prestações*" (p. 134). As estatísticas referentes ao desemprego também são alarmantes, em maio de 2000, havia 14,7% da população desempregada. Baseado nesses dados Nun (2001) afirma que "*o caso argentino assimilou-se cada vez mais à pauta prevalecente na América Latina*" (p. 134). A distribuição do capital é crescentemente regressiva:

"Dados oficiais de outubro de 1999 para Capital Federal e o Grande Buenos Aires indicam que o decil mais rico ganha vinte quatro vezes mais que o decil mais pobre, a pior brecha das últimas décadas e, vale a pena sublinhá-lo, uma diferença que duplica a existente nos anos oitenta, quando se iniciou a transição democrática" (op.cit., p. 135)

Também, destaca o fenômeno do rápido empobrecimento da classe média argentina:

"a princípios da década de oitenta esses chamados novos pobres representavam o 3,2% da população de Capital Federal e o Grande Buenos Aires; quinze anos após, em maio de 1996, eram o 26,7%" (op. cit., p.135)

Bustelo (1992) havia evidenciado, anteriormente, o surgimento de um processo "Estado de Mal-Estar"³², como oposto ao clássico Estado de Bem-Estar, relacionado aos

³¹ Amato (2003) apresenta os resultados de uma *survey* realizado pelo jornal Clarín, avaliando os 20 anos de democracia. Destaca que "*A vinte anos da sua restauração no país, os argentinos outorgam-lhe à democracia um enorme valor, tanto que por primeira vez em várias gerações não percebem a possibilidade de viver fora dela*". Embora, as pessoas assinalam que "*a democracia não conseguiu solucionar os problemas mais graves da Argentina: desemprego, corrupção, pobreza, insegurança e falta de justiça*." (destaque em negrito do autor)

³² Segundo Bustelo (2001): "*O conceito de Estado de Mal-Estar possui duas dimensões básicas estreitamente relacionadas: uma psicossocial e outra institucional. A dimensão psicossocial gera-se na conformação de uma sociedade mais dual onde os estratos médios tendem a desaparecer e onde se*

efeitos regressivos do endividamento externo e as políticas de ajuste e à desarticulação do incipiente Estado de Bem-Estar na região.

"A crise socio-econômica presente, ao configurar sociedades mais dualizadas e congelar os mecanismos de mobilidade social, será um desafio muito grande para a consolidação dos processos democráticos em termos de processar mais e mais complexas demandas com menor disponibilidade de recursos" (op.cit., p. 123)

Pedro, participante da Asamblea de Palermo Viejo, assinala que a Argentina foi um dos países tomados como modelo, pelos organismos financeiros internacionais, de reformas neoliberais que se implementaram na América Latina (Brieger, 2003):

"Como quase em nenhum outro país, na Argentina, se impôs a idéia generalizada de que todo o público era 'ineficiente' e que havia que diminuir o Estado, que a única maneira para que as empresas de serviços funcionassem era privatizá-las, sendo assim reduzidos gastos e eliminada a corrupção."

Outras medidas citadas por ele são: a diminuição do gasto público, a abertura dos mercados, a flexibilização das leis trabalhistas, a dissolução do poder dos sindicatos, a redução dos gastos sociais etc. Estas medidas apenas serviram para aumentar a fossa de distribuição da riqueza, promovendo a desigualdade social, em um país que décadas atrás estava entre os países menos desiguais da América Latina. Briguer (*op.cit.*) também cita um estudo da consultora Equis, segundo o qual *"40% dos argentinos vivem abaixo da linha de pobreza, somando 14 milhões e que apenas no ano de 2001, 730.000 pessoas tinham cruzado essa linha"*.

Os/as participantes também se referem às privatizações, como más privatizações e as empresas privatizadas serão um alvo de protestos, como veremos no Capítulo III. O

congelam as perspectivas de mobilidade social ascendente. Sobre a comprovada ausência do Estados nos setores de menores ingressos, elabora-se um discurso de um individualismo dogmático que deixa a cada pessoa livrada à sua própria sorte, ressentindo o tecido social e as redes comunitárias de solidariedade" (p. 126). A dimensão psicossocial manifesta-se em sentimentos de desesperança e descrença, que se reforçam mutuamente, produzindo uma "queda generalizadas nas expectativas relacionadas com a melhoria da qualidade de vida" (p.126). A dimensão institucional manifesta-se na desarticulação do incipiente Estado de Bem-Estar, através de diversos mecanismos (ver p. 126-129).

tema das privatizações também pode ser identificado no mural como principal estratégia do Imperialismo. Durante uma das entrevistas³³:

Estela: “(...) *ah, mirá vos tenés acá, tenés la foto. Bueno acá tenés al imperialismo, esta es la que me faltó, esta es la imagen del imperialismo quedándose con el reparto de todos, o sea, petróleo, teléfonos, o sea, el imperialismo quedándose con todos los bienes de la sociedad argentina, si?*”

Entrevistadora: ... *aviones...*

Estela: *Aviones, o sea, Aerolíneas, o sea, está, es muy gráfico. Esta es la fiesta del sushi y del champagne, si. Y bueno acá está el veinte de diciembre, los cacerolazos, la muerte, los caballos pisando. Y la asamblea, si, y “no tapar el mural estamos cambiando la película”. Y esto es significativo, la estamos cambiando, o sea, creemos que sí, en alguna medida estamos cambiando una película y la organización a través de, de mucho debate. (...)*”

Estela assinala a relação existente entre as políticas estabelecidas por Martínez de Hoz, ministro da Ditadura militar, e as privatizações. Ela manifestava:

“(...)vos veías ahí en fines de los ochenta y principios del noventa como se afianza ese poder económico que había surgido de la nada, de Martínez de Hoz, como se afianza ese grupo económico para ser los grandes tenedores de la deuda. O sea, Moneta era el tenedor privado más grande de la deuda pública argentina, o sea, había ido comprando títulos de la deuda en el mercado mundial a muy bajo costo, para después tenerlo él, para en el momento de las privatizaciones. Cuando se privatizó, y ahí accede a Telefónica, Banco República con el Citibank(...)”

³³ Nesta ocasião mostramos à Estela as fotografias que havíamos tirado do mural. Embora na entrevista anterior ela tivesse falado do mural, notamos que tinha esquecido de um dos fotogramas. Olhando para as fotografias, ela imediatamente identificou o fotograma que antes não havia descrito. Assim, foi possível reconhecer como a fotografia pode funcionar “*como um desencadeador para evocar memórias de pessoas que uma entrevista não conseguiria, de outro modo, que fossem lembradas espontaneamente*” (Loizos, 2003, p. 143)



Fotografia 07. A Festa. Roseli Mello.

"(...) creo que hay pizza y champagne, había como una fiesta, la fiesta del poder donde el pueblo no estaba, hay champagne, pizza, sushi, o sea, pescado simbolizando el sushi, (...)" **Estela**

"(...)Y Menem fue la fiesta, la fiesta, la época de la fiesta, le damos al uno a uno, nada nos importa, siguió el proyecto neoliberal obviamente, que ya se implantó en la dictadura.(...)" **Paula**

O plano de destruir o campo popular, promoveu o individualismo. Assim, a sociedade que se tinha organizado para participar deixa de fazê-lo, em consequência do processo de individualismo, gerador de incapacidade de ação coletiva. Estela destaca como principal consequência da individualização a sujeição às leis do mercado, ante a impossibilidade de agir coletivamente. O mural, por ser um “filme”, sugere uma continuidade desse processo. Portanto, a destruição da trama social ou do tecido social não se limitou apenas à ditadura, senão que teve continuidade nos governos democráticos posteriores. Carlos, da Asamblea de Palermo Viejo, manifestava:

"(...)Lo que nosotros planteamos que el mayor éxito del Proceso, y de todo lo que siguió del Menemato y de la ineficiencia de De La Rúa, fue, el destruir la trama social. (...)Porque antes Buenos Aires y sobre todo después de este negro periodo del Proceso de Reorganización Nacional, de la actuación de Menem y de De La Rúa. Es decir, lo que se había seguido era un desperdigamiento, es decir, la gente no se arrimaba a la otra gente, es decir, la actividad barrial había desaparecido.(...)"

Giarracca (2003) diferencia os múltiplos protestos que se sucederam na década de noventa, dos protestos de outras décadas na Argentina. Assim, assinala que na década de setenta havia uma vinculação ao projeto de transformação das estruturas vigentes e, portanto, aos objetivos políticos do Estado. Na década de oitenta, os protestos aconteciam nas grandes cidades e a perda de participação operária na

economia e os direitos humanos foram seus eixos. Mas, desde 1991 a 2001, os protestos desenvolveram-se em diversas e numerosas regiões do país. A causa dos mesmos era a perda de direitos sociais motivada pelas políticas de corte neoliberal (*op. cit.*, p. 259-260). Os piqueteiros aparecem na década de noventa, como consequência do fechamento massivo de indústrias privatizadas, que deixaram 80% dos seus empregados fora. As cifras que apareceram no Jornal do Brasil são particularmente significativas, a saber:

“os grupos representam, pelo menos, 2 milhões de pais e mães desempregados, num país de 37 milhões de habitantes. Ou seja, poderiam chegar a mais de 4 milhões, se incluídos os filhos desses desocupados” (Carmo, M., 2004, p.A10)

As Assembléias estabeleceram diferentes vínculos com os piqueteiros e os/as participantes reconhecem que obtiveram aprendizagens importantes tanto por intermédio do conhecimento deles enquanto movimento, como no trabalho em conjunto. Ao longo destes pouco mais de três anos de existência houve distintos episódios que levaram os/as participantes das Assembléias a contatar-se com o movimento piqueteiro.



Fotografia 08. Basta. Roseli Mello.

“(...) y después viene el último fotograma que son los cortes de rutas, hay una mano diciendo Basta, parando y gomas quemadas y en continuidad con eso el veinte de diciembre (...)” **Estela**

Segundo Giarraca (2003), a situação apresentada no fim de dezembro não deriva necessariamente das problemáticas da década – protestos, ajustes, pobreza, desemprego, perda de direitos sociais, perda de credibilidade dos políticos-, senão que as mesmas *“constituem os cenários, a situação incompleta de onde se desencadeiam os acontecimentos posteriores”* (*op.cit.*, 274). Enquanto, na década que vai de 1991 a 2001, os protestos estavam vinculados a interesses sociais particulares, na rebelião de

dezembro são os cidadãos e cidadãs levantando uma demanda política: “*Que se vayan todos*”³⁴. A pesquisadora citada destaca dois momentos chave da rebelião:

“a decisão presidencial de declarar o estado de sitio (em um país onde tal medida está relacionada com os governos militares) e, ainda mais importante, a decisão dos portenhos (habitantes da cidade de Buenos Aires) de não o acatar, ou seja, de declarar uma ação explícita de ‘desobediência civil’.” (op.cit., p. 275)

Os/as participantes coincidem em que não houve um partido ou organização que direcionava a rebelião, coincidem em que foi espontânea, que eram moradores e moradoras. Estela esclarece: “(...) *los ciudadanos en nombre de sí mismos que salimos a pelear ese día (...)*”. Ela também explicita a motivação de sair às ruas:

“(...) nosotros, salimos básicamente para frenar un golpe de Estado, o lo que nosotros dijimos cuando... Creo que todos entendimos el mensaje del 19 de diciembre cuando dijeron ‘estado de sitio’. El estado de sitio nosotros sabemos lo que significó en la Argentina, entonces ahí dijimos ‘Basta’, dijimos ‘No’, ‘No al estado de sitio’. Pero para darse cuenta del ‘No al Estado de sitio’ hay que tener conciencia de haber vivido un

³⁴ Na coleta de dados verificamos que esta frase foi vinculada, pelas/os participantes das Assembléias, aos protestos contra o Tribunal da Corte Suprema, depois que esta liberou o ex-presidente Dr. Carlos Menem das acusações que lhe foram imputadas. Se isso se confirma, o surgimento da frase seria anterior aos protestos de dezembro. Mas, nas outras fontes consultadas, a origem da frase seria posterior. Em “1983, 20 años en democracia” identifica-se a frase “Que se vayan todos” como o “**Canto central dos painelações de fins de 2001**” (p. 24, Clarín). Recalde (2003) vincula a frase a um protesto dirigido em repúdio ao, então, Presidente Dr. Eduardo Duhalde: “Em 10 de janeiro de 2002 realizou-se o primeiro painelação contra Eduardo Duhalde, em funções presidenciais desde o primeiro dia desse mesmo mês. Neste caso apareceu a consigna “¡Que se vayan todos!”, cantada por milhares de manifestantes congregados diante da Casa de Governo, que também reclamavam contra o corralito e os juízes do máximo tribunal de justiça.” (op.cit., p. 75). A respeito do significado da frase, resulta interessante recuperar algumas manifestações encontradas que contribuem para uma melhor interpretação da mesma. Para Ouviaña (2002), “... a consigna mais bem contém um aporte fundamental para a construção de uma alternativa total à divisão entre dirigentes e dirigidos.”. Em um depoimento, um participante da Asamblea Aristóbulo del Valle explica: “Quando pedimos ‘que se vayan todos’ estamos dando um golpe forte à democracia formal; não queremos governos representantes dos interesses dos poderosos de sempre. Sim queremos, viver a verdadeira democracia, decidir democraticamente políticas que nos levem em conta.”. Para Bruschtein (2003): “O ‘que se vayan todos’ (...) foi uma consigna desqualificada por todos, embora todos soubessem de qué se tratava. Não era que se foram os de esquerda e ficassem os de direita ou ao revés, (...) tampouco que se foram todos em um sentido literal. E, menos ainda era um rejeito à política como disseram alguns. O que esta consigna expressava era o fim de um sistema político, de uma forma de fazer política. Em realidade foi uma reivindicação da política...”. A frase também apareceu relacionada com o “Ya Basta” do movimento zapatista: “O Ya Basta e Que vayan todos são gritos, consignas e futuras demandas que fazem um questionamento profundo ao sistema de representação e de organização política e social na estrutura de controle vertical. Nos dois momentos destacam-se os problemas derivados não só do controle político do governo senão também todos os vícios e problemas que surgem do conjunto do sistema de representação política...” (Vargas; Cañas, 2002, p. 107-108).

proceso y eso quiere decir, en algún momento, haber ido a una marcha de las Madres de Plaza de Mayo, haber estado en una de las jornadas de, haber pasado por toda la etapa de la democracia viendo estas democracias endebles latinoamericanas y criticándolas. (...)”

No Boletim Nº 6 da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, como já referimos, transcreve-se um texto lido durante um *acto* em frente a “El Atlético”. Neste texto manifesta-se, também, a relação que as pessoas estabelecem entre o estado de sítio, decretado pelo ex-Presidente De La Rúa, e a memória de ter vivenciado uma ditadura militar ou a memória herdada disso:

“El anuncio del decreto de Estado de Sitio fue sin duda uno de los desencadenantes de la insurrección. Eso significa que el pueblo ha dado un mensaje claro, de que no toleramos un Estado de Sitio, no lo vamos a tolerar en el futuro, porque lo relacionamos directamente con la desaparición, tortura y asesinato de personas. Y no es una relación exagerada: concretamente la policía se sintió ‘amparada’ por el Estado de Sitio para matar a 6 valerosos e insustituibles muchachos.”



Fotografia 09. 19 e 20 de dezembro. Roseli Mello.

“(...)el veinte de diciembre con caballos sobre la gente pisoteándola, corridas y cacerolas, o sea es todos los símbolos.(...)” Estela

Alberto Márquez, Diego Lamagna, Gastón Riva, Gustavo Benedetto e Carlos Almirón morreram em 20 de dezembro de 2001, vítimas da repressão da Polícia Federal. Caíram a vários quarterões da Plaza de Mayo, quando já se retiravam da manifestação. Os cinco mortos somam-se às vinte e oito vítimas que morreram no resto do país. Na Capital, os lugares onde caíram mortas as cinco pessoas mencionadas,

inicialmente, foram “lembrados” com atos e marchas realizados no dia 20 de cada mês³⁵ por familiares, amigos/as e pessoas pertencentes a diferentes organizações sociais e de direitos humanos. Depois, o “Grupo de Arte Callejero” (GAP) montou, nesses lugares, placas de cerâmica e colocou cartazes pedindo às pessoas que testemunhassem o que aconteceu nesse dia, dando seu depoimento para que estes crimes não fiquem impunes (ANEXO 07).

Consideramos especialmente impactante o artigo “*Un homenaje que dibujó otro mapa en el microcentro*”, no que se refere aos atos realizados em 20 de dezembro de 2003 (ANEXO 08). Na mesma página, logo após o texto, aparecem dois “suportes da memória”³⁶ (Catela, 2001), recordando duas pessoas desaparecidas durante a ditadura militar. Por um lado, o título do artigo remete à visão de construção do “território de memória” de Ludmila Catela (*op.cit.*), por outro as vítimas da repressão reúnem-se nos rituais e homenagens, sugerindo que embora vivamos “outros tempos”, a luta continua.

A reação das pessoas contra o decreto de estado de sítio do presidente De la Rúa e a forma de desafiar o poder e a repressão, segundo Cafassi (2002, p. 79-82, *apud*. Brieger, *op.cit.*), permite conjecturar que o ciclo iniciado em 24 de março de 1976 fecha-se com a impertinente e massiva violação do direito restritivo dos civis. Brieger (2003) destaca que *pela primeira vez na história do país um governo civil foi derrocado por uma mobilização popular sem que tomaram parte as Fuerzas Armadas*. Por sua vez, Lucio, a frente da Cooperativa La Asamblea, pouco antes de começar o 14^o

³⁵ Estes atos, geralmente, consistem de uma breve rememoração da vida da pessoa em questão. A seguir, menciona-se o nome dela e os/as participantes do ritual gritam: “¡Presente!” ou “¡Ahora y siempre, presente!”. Também, costuma-se colocar velas acesas, flores etc. Poderíamos identificar certas semelhanças entre estes rituais e os realizados evocando a pessoas desaparecidas, em ambos o grito de “¡Presente!” reproduz uma prática usada na década de setenta para velar companheiros assassinados (Catela, 2001, p. 280). O ato de 20 de dezembro de 2003 foi particularmente intenso por se cumprir um novo aniversário da rebelião de dezembro de 2001. Da marcha organizada pelos familiares participaram dez mil pessoas, “*estuvieron los organismos de Derechos Humanos: Madres de Plaza de Mayo, HIJOS y la Correpi* (Coordinadora contra la represión Policial e Institucional), *seguidos por los representantes de 60 asambleas barriales (...) el Movimiento Teresa Rodríguez (MTR), seguido por el Movimiento de Unidad Popular (MUP); después la MTD Aníbal Verón y, cerrando con grandes banderas celeste, se desplazó la Organización Libre de los Pueblos (OLP), que lidera el ex montonero Roberto Perdía.*” (Vidal, 2003, p.4).

³⁶ Para Catela (2001), “*os suportes da memória expressam a quem pertence o corpo, recordando-o mediante a imagem física como símbolo de sua personalidade, e, ao mesmo tempo, reclamando por um cadáver que não está. Se o objetivo do túmulo é evocar a lembrança do morto para as gerações seguintes, os suportes de memória, além de sua clara intenção de denúncia, são uma forma alternativa de oferenda (já que não se tem o corpo desaparecido) em um espaço ‘criado’ (já que não há lugar físico onde render culto ao morto) e de duração efêmera (já que são visíveis apenas por um dia). Assim, estas invenções asseguram e reatualizam uma projeção no tempo e no espaço, por meio das inscrições e através de um público que possa perpetuar a lembrança dessa pessoa.*” (p. 189)

Encuentro de Asambleas Autónomas, fazia uma avaliação dos dias 19 e 20 de dezembro:

“(...) me parece que el país no vuelve a ser el mismo después del 19 y 20, que siempre vos tenés como señales de que hubo una ruptura cualitativa en esa tendencia a la disolución y de que hay intentos como saludables de reconstruirse.(...)”

Para Pedro, da Asamblea de Palermo Viejo, os últimos 20 anos de democracia têm como principal efeito que muitas das reclamações individuais, herança do individualismo originado na ditadura, converteram-se em projetos coletivos e, nesse processo, têm fundamental importância os movimentos sociais. Pedro, também, se referiu ao sentido de uma frase muito utilizada pelos/as participantes da sua Assembléia – “...reconstruir a trama social...” – da seguinte forma:

“(...) Lo que creo que nosotros entendemos como reconstrucción del entramado social tiene que ver con lo colectivo. Y lo colectivo es, organizarse.(...) cuando nosotros hablamos de reconstrucción de trama social, en este sentido, lo que vemos es cómo estos diferentes individuos, organizaciones, movimientos, etc. de todo tipo, pueden ligarse.(...) Alguna cosa que vimos mucho tenía que ver con cómo reconstruir el entramado social dentro del barrio. (...) creo que ahí es donde planteamos la articulación, reconstrucción del entramado, o así es como yo lo entiendo, no?, también, de sectores del barrio que tienen vida propia e inquietudes y que parecen cada uno metido por su lado, cómo logramos, bueno, reconstruir o construir un entramado. (...)”



Fotografia 10. Assembléia. Roseli Mello.

“(…)Y después hay una asamblea, sí, que está ahí sesionando, donde estamos simbolizando los asambleístas y mostrando con la mano levantada una votación. Y aprovechando que había una vieja pintura, de un vieja pintada o algo, quedaba la cara de Mafalda que estaba ahí. Y esa cara de Mafalda la dejamos y le pusimos un cartel (...). Como es una película y esta película continúa, está con final abierto (...)” Estela

Sobre a presença de Mafalda no mural, como fora assinalado nos depoimentos, a imagem já estava na parede e foi uma decisão das pessoas que estavam trabalhando no mural não apagá-la. Mafalda é incluída na história narrada no mural e poderíamos descobrir muitas razões que justificassem sua presença ou, melhor dito, a decisão de deixá-la fazer parte desta história. Gabriel falou um pouco sobre isso, mas não fica claro qual foi o principal argumento em favor de permanência da imagem desta personagem de história em quadrinhos. Ele comenta:

“(…) Y como estaba ahí Mafalda, estaba ahí, ya estaba (ríe). Se decidió, parece que no queda muy bien, no queda muy, no está muy claro qué hace Mafalda ahí, pero se decidió aprovecharla, se dejó porque estaba bien (...)”

Ao perguntar-lhe se fosse o desenho de um outro personagem, se teria ficado no mural, Gabriel falou:

“Y depende, la verdad, no? No sé, no sé, no sé, si fuese depende quién y de qué dijera, no qué dijera no porque lo dijimos nosotros, no, no sé la verdad. Porque fue una cosa así espontánea porque estaba ahí y ahí se decidió.(...)”³⁷

Na seqüência representada no mural também poderia ser observada a dinâmica do surgimento dos movimentos sociais, quais os fatos que fazem com que as pessoas se organizem e procurem formas de reclamação tanto em governos ditatoriais como em democracias. Para isso, seria preciso assinalar o fato “gerador” do surgimento da roda das mães e o fato que a mão procura deter. Se o filme continuasse, poderíamos sugerir a hipótese de que ante uma nova implantação de um “Estado” autoritário, neoliberal etc., surgiria um novo movimento. Mas, há um corte na fita e isso faz com que pensemos que

³⁷ Poderíamos, apenas a título de hipótese, refletir. Se a memória é um ato de escolha, de seleção, por quê Mafalda ficou? Mafalda é uma contemporânea de muitos/as participantes da Assembléia, é da época (aparece pela primeira vez em 22 de setembro de 1964). Por outro lado, ela é uma menina que se caracteriza por sua preocupação e seu olhar crítico por tudo que acontece no mundo. Mafalda fala dos valores, é uma juíza aceitável para qualquer pessoa que queira lutar por um mundo melhor.

se pretende uma outra história, que já se iniciou e que tem como um dos seus atores as Assembléias. Estela avalia:

“(...) Creo que hubo un cambio, y este cambio es a partir de cómo dejamos de ser sujetos individuales para ser sujetos colectivos. Todavía no sabemos hacia dónde, nos dirigimos como sujetos colectivos, recién estamos tratando de recomponer el tejido social que estaba quebrado, o sea, recién ahora estamos tejiendo y enhebrando otra vez los lazos sociales de distintas sociedades que se habían desarticulado.(...)”

Reconstruir o tecido social, segundo os/as participantes das Assembléias, é o desafio para superar esse processo generalizado de desarticulação. As Assembléias surgem como alternativa para reconstruir o tecido social e o campo popular desarticulado. Para tanto empreendem, desde seu início, um leque de ações no intuito de rearticular diferentes atores e práticas por eles desenvolvidas. Algumas das práticas das Assembléias tiveram impacto direto sobre o governo do atual presidente da nação, Néstor Kirchner³⁸. Segundo Lúcio, as Assembléias proporcionaram uma espécie de “agenda” de prioridades, de temas e de transformações que ele, como político no intuito de se revalidar, podia assumir. Lucio exemplifica:

“(...) la cuestión de derechos humanos³⁹, la cuestión de las privatizadas, la cuestión de la deuda, la de las tarifas. Bueno, todos estos temas para mí fueron impuestos por el movimiento social y las asambleas tuvieron mucha importancia, precisamente por trabajar en la Capital, trabajar en el Gran Buenos Aires que es la caja de repercusión mayor, entonces de algún modo él, la astucia, la habilidad de Kirchner consiste en retomar esa agenda y tratar de dar soluciones de algún modo a eso. Dentro de las limitaciones del poder del Estado, y eso tal vez sea el más importante fruto del trabajo de las asambleas.(...)”

³⁸ Segundo Camargo, C. e Mello, Kátia (2003): *“...com apenas sete meses de mandato, Kirchner ostenta índices de aprovação que chegam a 86% de seus concidadãos.(...) Kirchner surpreendeu ao remexer em feridas profundas, como as violações de direitos humanos pelos militares, mostrar-se altivo nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e confrontar a Corte Suprema, dominada por menemistas corrompidos.”*

³⁹ Um exemplo destas ações apareceu em uma notícia da Folha de São Paulo, intitulada **“Nove militares são presos por crimes na ditadura”**, que reproduzimos em sua totalidade a seguir: *“Nove militares argentinos foram presos por crimes contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura militar Argentina (1976-83). Entre eles está um coronel que foi retirado do posto de adido militar em Roma pelo presidente Néstor Kirchner. Vários integrantes da ditadura foram presos nos últimos meses no país.” (Folha de São Paulo, p.A16, 14 out. 2004)*

Nos depoimentos apresentados foi possível perceber como estas pessoas vivenciam o presente reconhecendo o que dele é herança da história e, ao mesmo tempo, tentam criar possibilidades de transformação. Mulheres e homens valorizam a memória porque ela traz lembranças que foram apagadas pela história oficial e empreendem ações contrárias a esse processo de esquecimento, por considerarem que a compreensão da situação que atualmente vivenciam, está ancorada em fatos do passado. Neste sentido, destacam como principais conseqüências da ditadura militar e do projeto implementado, o processo de individualização, a desarticulação do campo popular, crise na capacidade econômica das pessoas trabalhadoras, a exclusão crescente e ainda ativa, a não participação, o medo de se envolver, entre outros.

Consideramos que o mural apresentado materializa um lugar de disputa entre a memória coletiva nacional (ou memória oficial) e as memórias subterrâneas. Segundo Pollak (1989), as memórias subterrâneas podem trabalhar no silêncio e de forma quase imperceptível, mas afloram em momentos de crise. No caso exposto, há um trabalho constante de comunicação, de transmissão e de “sucessão da memória”, realizado pelas organizações de direitos humanos.

Consideramos esclarecedor retomar a crítica a Halbwachs realizada por Pollak (1989). Segundo Pollak (*op. cit.*), Halbwachs identifica a força da memória oficial, mas não seu caráter uniformizador e de imposição, enquanto acentua suas funções positivas em termos de “adesão afetiva ao grupo” (p.3). O mural, enquanto lugar de memória, constitui-se como um espaço de resistência, precisamente, ante os processos de esquecimento e/ou uniformização-opressão da memória coletiva nacional. Neste sentido, consideramos o mural como uma ação política.

Por outro lado, é importante assinalar que tanto o mural quanto os depoimentos dos/as informantes manifestam um processo de “enquadramento da memória” (Pollak, 1989). Desta maneira, a interpretação do presente se faz sob a leitura do passado, desde 1976. Segundo Pollak (*op.cit.*):

“O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (p. 9-10)

Para o autor, o trabalho da memória está associado à organização social da vida e, no caso do enquadramento, pode ser um ingrediente importante para a manutenção do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. No caso da nossa pesquisa, as memórias subterrâneas afloram para reconstruir o tecido social, indo em sentido contrário à sociedade englobante. Assim, a memória ganha novas dimensões.

Considerando o processo de enquadramento assinalado acima, manifesta-se todo um passado “silenciado”, anterior a 1976. Embora não pretendamos aprofundar nesta questão, seria possível sugerir a hipótese de que para a construção de uma nova forma de fazer política, como é pretendido explicitamente pelos/as participantes das Assembléias –caraterizada pela deliberação, a busca do consenso, mas com a possibilidade do dissenso, a autonomia com relação aos partidos políticos, a não violência etc. –, uma outra forma de fazer política anterior é “silenciada”.

O estudo de Dellasoppa (1998) pode trazer contribuições esclarecedoras nesse sentido, por sua abordagem sobre a violência como recurso da política na Argentina entre os anos 1943 e 1983. O autor identifica na ascensão do peronismo:

“o estabelecimento de um padrão de conflito com características de um conflito prolongado, entre partidos (o modo peronista e o antiperonista) que partem de uma situação de alta hostilidade inicial e alta suscetibilidade recíproca aos movimentos do adversário. Este padrão de conflito consideramos que é objetivado pela sociedade argentina, e transforma-se no marco de referência a respeito do qual serão articuladas as ações políticas.”(op.cit., p. 27-28)

Segundo o autor, esse padrão de conflito, que permaneceu ativo durante três décadas, não muda com a eleição de Perón em 1973. Assim, avalia que:

“A importância decisiva desta mudança não é reconhecida pelos setores mais radicais da esquerda e do próprio peronismo, que, prolongando no vazio o anterior padrão de conflito, engajam-se numa luta cada vez mais militarizada e sem retorno contra o conjunto do sistema político, que apenas visualizam como representado pelas forças armadas, enfrentamento que culmina com aniquilamento das guerrilhas na ‘guerra suja’.” (op.cit., p. 42)

Partindo da hipótese sugerida, manifesta-se o caráter seletivo da memória, representado pela omissão, na reconstrução histórica realizada pelos/as assembleístas,

do período anterior ao ano de 1976. Este silenciamento não implica esquecimento senão, talvez, o intuito de abandonar esse padrão de conflito para a construção de outra alternativa de vida política.

As/os participantes das Assembléias, situadas/os no presente, não somente manifestam o aspecto retrospectivo e reflexivo da memória, senão que também encaram a memória em seu aspecto prospectivo, na forma de projeto:

“a memória, voltada retrospectivamente de forma reflexiva, é suplementada pela antecipação, voltada para a frente, prospectivamente. A ação deliberada resulta de planejamento, do estabelecimento de um objeto e de imaginá-lo sendo realizado, e ainda da intenção de realizá-lo, independente do plano ser vago ou existir como projeto detalhado passo a passo” (Wagner, 1983, *apud.* Velho, 1994, p.103)

Em sentido semelhante, Pollak (1989, p.11) considera que o *“passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida”*. Velho (1994) destaca como a memória é necessária para a elaboração de um projeto, que define como:

“instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo.” (p.103)

A partir da memória, os/as *assembleístas* manifestam a necessidade de reconstrução do tecido social, que foi rompido durante a ditadura militar, como um dos objetivos fundamentais para a existência da Assembléia. Assim, a memória apresenta-se como elemento que dá consistência ao projeto, fornecendo *“os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos.”* (*op. cit.*, p. 101).

Finalmente, entendemos o mural como produto e projeto, referência do coletivo para si mesmo e para os/as novos/as participantes. Mas, além de possibilitar um lugar que permite enraizar a memória das pessoas participantes da Assembléia, de moradores/as do bairro e de qualquer um passante, o mural dá uma imagem de si mesmo para o coletivo e do seu lugar na história. Assim, pode-se afirmar que as Assembléias são uma espécie de *“oficina da história”*, construído pelos sujeitos que

experimentaram as conseqüências da ditadura militar e da crise atual. Neste sentido, a memória é elemento constituinte da identidade, entendida como continuidade e coerência na reconstrução dos sujeitos, no processo de resistência social.

CAPÍTULO II

Neste capítulo, como já fora assinalado na Introdução, começaremos atingir o principal objetivo da presente pesquisa, a saber: descrever as Assembléias de Bairro, seu surgimento, funcionamento e as práticas levadas a cabo pelos/as integrantes das mesmas, a partir de suas experiências. Assim, este capítulo dividir-se-á, inicialmente, em duas partes: a primeira corresponderá ao surgimento das Assembléias e à incorporação de participantes e a segunda abordará o tema dos espaços que as Assembléias pesquisadas ocuparam e ocupam, mostrando as alternativas, as decisões e as gestões que foram construindo. Como mencionamos anteriormente os testemunhos serão acrescidos de diversos materiais obtidos durante a pesquisa, fotografias, textos produzidos pelos/as participantes (artigos, boletins informativos, folhetins etc.), matérias de jornais etc.

2.1 O surgimento das Assembléias de Bairro

Na pesquisa exploratória realizada em maio de 2003, ante a pergunta feita a participantes e ex-participantes de distintas Assembléias (Asamblea de Altos de Palermo, Asamblea de Talar e Asamblea Carapachay) sobre como tinha surgido a Assembléia da qual faziam parte, respondiam geralmente que sua Assembléia surgiu “*como todas*”. A partir das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, com pessoas que participam desde o início da formação das Assembléias, será possível identificar as particularidades que envolveram o surgimento das Assembléias pesquisadas, a saber: a Asamblea de Palermo Viejo e a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Assim, observaremos que, embora as motivações sejam semelhantes em cada espaço, o surgimento de cada uma destas Assembléias tem especificidades que seria importante assinalar.

Há um fator comum no surgimento de todas as Assembléias, os acontecimentos dos dias 19 e 20 de dezembro. Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, comenta que:

“(…)la historia de la asamblea nació el 4 de enero de 2002 a pedido de nadie y de todos, todos íbamos a la plaza el 19 y el 20, íbamos desorganizados, no teníamos nadie que nos nucleara, o sea, nos encontrábamos en la calle caras conocidas que habíamos ido otra

semana anterior. Nosotros estamos muy cerca de Plaza de Mayo. Y, siempre íbamos por la libre(...)”

Gabriela e Jorge também destacam esta característica de serem “autoconvocados”, embora eles já tivessem participado dos protestos contra a Corte Suprema de Justiça após a liberação do ex-presidente Carlos Menem. Brieger⁴⁰ (2003) destaca não somente o caráter espontâneo da mobilização de 19 e 20, senão também como nenhuma organização pôde dirigi-la, nem reclamá-la como própria, no sentido de ter sido gerada por um movimento em particular. Ele diferencia as mobilizações de 19 e 20 de dezembro das manifestações políticas tradicionais, nestas últimas os militantes costumam marchar em colunas, identificando-se com bandeiras partidárias. Enquanto nas mobilizações de 19 e 20:

“milhares de familias percorreram as ruas da cidade de Buenos Aires (e outras provincias) com seus filhos pequenos sobre os ombros e inclusive levando os cachorros em um clima totalmente festivo, apesar de que se mobilizavam desafiando o estado de sitio. Marés humanas percorreram as principais avenidas enquanto, desde as sacadas, milhares de pessoas golpeavam suas panelas com alegria e raiva convertendo a panela em uma arma de resistencia. E pela primeira vez na história argentina um governo civil foi derrocado por uma mobilização popular sem que tomassem parte as Fuerzas Armadas.” (Brieger, *op. cit.*)

Estela refere-se especificamente à declaração de estado de sitio sem restrições, feita pelo então Presidente da Nação, Dr. Fernando de la Rúa, como o detonante que fez as pessoas reagirem. Ela afirma:

“(...) nosotros, salimos básicamente para frenar un golpe de Estado, (...) Creo que todos entendimos el mensaje del 19 de diciembre cuando dijeron ‘estado de sitio’. El estado de sitio nosotros sabemos lo que significó en la Argentina entonces ahí dijimos ‘Basta’, dijimos ‘No’, ‘No al estado de sitio’(...)”

⁴⁰ Pedro Brieger é participante da Asamblea de Palermo Viejo. Ele participou da entrevista de grupo que realizamos durante o trabalho de campo e, também, forneceu um artigo de sua autoria sobre o tema que citaremos no texto.

Entendemos como Giarracca (2003) que a mobilização de dezembro constituiu uma ação política, expressa na demanda, também política: *“Que se vayan todos”*. O questionamento às formas de poder – executivo, legislativo e judiciário – é, segundo Feijóo e Salas⁴¹ (2002), a motivação mais evidente para a criação das Assembléias. Por sua parte, Brieger (*op. cit.*) considera que o êxito nas mobilizações dos dias 19 e 20 de dezembro marcou a possibilidade de iniciar a experiência das Assembléias. Estas organizações conservam a característica da “autoconvocação”, que constituirá um dos seus pilares e possibilitará a participação dos moradores e moradoras, pese à crise de representação política e ao descrédito vinculado a políticos e estruturas partidárias.

A respeito disto, um fator interessante a ser referido é como e quem faz a convocatória para o primeiro encontro em cada uma das Assembléias pesquisadas, gerando, assim, a possibilidade de sua formação. A convocatória para a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego é feita por professores/as e alunos/as do Centro de Estudantes da Faculdade de Ingeniería, enquanto o primeiro encontro da Asamblea de Palermo Viejo é convocado por dois casais que, após terem participado de um encontro da Asamblea Interbarrial de Parque Centenario, ficam empolgados com a idéia de organizar uma Assembléia no próprio bairro. Estela, da Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego, lembra como tomou conhecimento da primeira reunião da Assembléia:

“(...) un cuatro de enero aparecen unos pequeños volantes en la calle pegados y en torno de una asamblea que se iba a hacer en la Facultad de Ingeniería, que está acá, en Paseo Colón e Independencia. Estaban convocando docentes de la Facultad y el Centro de Estudiantes de la Facultad y convocaban a los vecinos.(...)”

Para Gabriela e Jorge, que são dois das quatro pessoas que fizeram a primeira convocatória para formar a Asamblea de Palermo Viejo, ter participado da Asamblea Interbarrial foi um fator chave. Na Interbarrial não só vivenciaram um espaço de debate e deliberação, senão também conheceram outras experiências de convocatória feitas por moradores/as, como eles/as, para formar Assembléias. Gabriela lembrava o que contaram participantes da Asamblea de Colegiales: escreveram na rua “Aquí asamblea” colocando data e horário, e no dia assinalado encontraram-se com *“(...)la sorpresa de que había un montón de vecinos, que bueno, que querían participar de la asamblea*

⁴¹ Ambos militaram em organizações revolucionárias nos anos setenta, estiveram exilados na Suécia e agora participam da Asamblea Popular de Núñez-Saavedra. Lucio Salas foi entrevistado, pela pesquisadora, durante a observação participante realizada no 14º Encuentro de Asambleas Autónomas.

(...)”. Este fato levou-os a concluir que se em outro bairro se podia, no seu também. Gabriela lembra como surge a proposta, após voltar da Interbarrial:

“(...)Y bueno justamente cuando, después de haber vivido la experiencia de la Asamblea Interbarrial que se hizo, volvimos así como... A parte el clima era ahí más contagioso, esto de bueno vivir una, una situación así, de, de cuando uno podía, no sé, estar debatiendo libremente y tomar decisiones y decir: ‘Bueno, entre todos vamos a poder cambiar algo’, era como algo que estaba surgiendo de, de la gente, no, desde la gente. Que uno dice: ‘Bueno, desde acá tiene que venir el cambio’, no, desde abajo.(...) Y bueno, fue tan, tan contagioso que cuando volvimos, cuando subimos al auto, los cuatro dijimos: ‘Bueno, en Palermo no hay asamblea, en nuestro barrio’. Entonces a ver, ‘Bueno, convoquemos a una a ver qué pasa’ (...)”

Assim, fizeram os panfletos convocando para a quinta-feira seguinte e os distribuíram, colocando-os debaixo das portas das casas do bairro. Gabriela assinala que a data da reunião foi decidida e fixada para esse dia, considerando que *“(...) era el día que más o menos quedaba sin tener que ir a otra marcha (...)”*. O primeiro encontro aconteceu no 17 de janeiro de 2002. Tinham feito seiscentos panfletos e apresentaram-se entre cinquenta e sessenta pessoas interessadas em participar da nascente Assembléia. O primeiro encontro foi na esquina das ruas Juan B. Justo e Costa Rica, no bairro de Palermo Viejo, mas o lugar não tinha as condições adequadas.

Entrevistadora: *“(...)Y dónde se reunieron por primera vez?”*

Gabriela: *Habíamos pensado en una esquina, como no hay plaza en este radio, tener en un lugar que tuviera espacio, no sé. Habíamos pensado acá a la vuelta en Juan B. Justo y Costa Rica hay una gomería que tiene un playón muy grande y habíamos pensado que ese lugar podía ser adecuado. Pero bueno, resulta que no tuvimos en cuenta que en ese mes de enero la gomería estaba abierta durante la noche, así que, hasta las diez de la noche, una cosa así, o sea que no podíamos estar en el playón. Y, por otro lado la esquina es muy ruidosa (...) no íbamos a poder seguir hablando. Así que bueno, nos corrimos a Humboldt y Costa Rica para poder escucharnos mejor ya ahí quedó.(...)”*

Nas lembranças dos primeiros encontros, aparecem alguns dos símbolos que serviram para identificar a Assembléia. Assim, Jorge mencionou que um moço, participante da primeira Assembléia, doara uma bandeira vermelha que, no dia da entrevista, ocasionalmente, estava na casa deles. Também que sempre tinham utilizado um cartaz pequeno que os acompanhou a todas as marchas, mobilizações, *escraches*⁴² e atividades. O número de participantes cresceu rapidamente, na esquina de Humboldt e Costa Rica somaram cerca de cento e cinqüenta pessoas. Jorge destaca:

“(…)la asamblea desbordaba toda la vereda era en la esquina propiamente dicha. Bueno así empezamos, y bueno tuvimos la necesidad de tener alguna especie de megáfono, utilizábamos algunos parlantes improvisados, y había un micrófono.(…)”

Considero relevante apresentar um outro olhar deste começo, o relato sobre como outra participante toma conhecimento da existência da Assembléia. O seu testemunho é exposto no texto *“Reconstruir el tejido social”* de Julieta Mira⁴³ e Juárez Aldazábal (2003, p.75-76), a participante, identificada como “L.”, comenta:

“Retomando la idea de contar cómo me sumé a la Asamblea de Palermo Viejo, me recuerdo un día caminando por la calle Humboldt desde Av. Santa Fe y en dirección a Córdoba y vi un papel (de esas hojas blancas tamaño A4), que en tinta negra anunciaba la reunión de la Asamblea en la esquina de Costa Rica y Humboldt los jueves a las 20 horas. La última semana de enero, o la anteúltima, fui a ver de qué se trataba (...)Después me enteré de cómo dos parejas de vecinos, movilizados en primera instancia en contra de la corte Suprema, fueron los gestores de este proyecto. Con la voluntad y el deseo de que nazca algo, armaron un volante convocando a formar una asamblea que repartieron por todo el barrio. Y a la primera cita, después supe, acudieron más de 50 vecinos.”

O panfleto utilizado para a convocatória da Asamblea de Palermo Viejo apresenta-se a seguir:

SR. VECINO DE PALERMO

⁴² Forma de protesto criada em dezembro de 1996, pela organização H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio). Constitue uma ação simbólica, não violenta, de reivindicação por justiça e reflete a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar.

⁴³ Julieta Mira é participante da Asamblea de Palermo Viejo.

En distintos barrios de la ciudad e incluso de la provincia se están formando Asambleas Vecinales. El último domingo se reunieron en Parque Centenario alrededor de 1500 personas representantes de esas asambleas. Este hecho de singular importancia no ha sido difundido por los medios de comunicación.

La Asamblea Vecinal es una forma legítima de participación democrática, sin dirigentes ni partidos políticos, compuestas por ciudadanos en un mismo plano de igualdad con posibilidad de opinar, escuchar y votar para tomar decisiones de interés común.

Cada Asamblea trata temas que atañen desde su problemática barrial hasta los de interés nacional. Los temas que preocupan al barrio pueden estar relacionados, por ejemplo, con la seguridad, control de precios en los comercios del barrio, la solidaridad con el vecino que la necesite y todos los que a propuesta de los presentes surjan.

En el multitudinario encuentro de Asambleas se propusieron entre otros estos objetivos generales:

- LA DESTITUCIÓN DE LA CORRUPTA CORTE SUPREMA.
- MEDIDAS DE ACCIÓN PARA EVITAR ABUSOS POR PARTE DE LAS EMPRESAS DE TELÉFONOS, LUZ, GAS, CABLE, REAJES, ETC.
- LA RESTITUCIÓN DE LOS DEPÓSITOS DE LOS AHORRISTAS EN LOS BANCOS.
- EVALUAR LA POSIBILIDAD DE CONVOCAR A ELECCIONES, PARA LEGITIMAR A NUESTROS REPRESENTANTES.

PARTICIPE DE LA PRIMERA REUNIÓN!

ASAMBLEA VECINAL DE PALERMO VIEJO

JUEVES 17/1 20HS. JUAN B. JUSTO Y COSTA RICA

DE NOSOTROS DEPENDE EL CAMBIO,

NO DEJEMOS PASAR ESTA OPORTUNIDAD.

Na divulgação do primeiro encontro da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego colaboraram pessoas dos meios de comunicação. Estela relembra:

“(...) Y también, es bastante loco, porque apareció a través de eso, como que era un verano de ‘nadie esperaba lo que había pasado’ y todo el mundo estaba con su vieja rutina de irse de vacaciones. Y los medios de comunicación, una radio del Gobierno de la Ciudad, que es Radio Ciudad, habían quedado gente progresista, muy progresista desde el campo popular, estaban casi a cargo de la radio. Entonces ellos difundían las noticias de los cacerolazos, de la gente se estaban nucleando y por ejemplo se habían enterado que había un nucleamiento de gente que se iba a nuclear en la Facultad y convocaron a los vecinos de San Telmo por la radio. Algunos vimos el cartel, otros escucharon la radio y aparecimos en la Facultad.(...)”

Estela rememora o primeiro encontro realizado no *hall* central da Facultad de Ingeniería:

“(...) Una noche que llegamos, cuatro de enero, nadie conocía a nadie, éramos todos totalmente, sigamos así queremos ver esto, queremos ver quiénes somos y a ver si nos podemos empezar a poner un poco en ideas. Bueno fue interesante las primeras opiniones que teníamos cada uno de nosotros, es reconocerse primero que éramos sectores medios. (...)”

Alguns textos produzidos pelas Assembléias pesquisadas remetem ao seu surgimento, vinculando-o com a rebelião de dezembro de 2001 (ANEXO 09). No caso da Asamblea de Palermo Viejo, um cartaz colado na entrada do prédio convidava a rememorar a data com as seguintes palavras:

UN 19 DE DICIEMBRE HACE DOS AÑOS...

... salimos a las calles con nuestras cacerolas.

Nos encontramos en Honduras y Bonpland y otras esquinas de Palermo y de todo el país.

Algunos salimos a protestar contra el estado de sitio, otros contra Cavallo, De la Rúa, el corralito, o contra un modelo económico que empobreció a millones de argentinos.

Salimos con bronca. Por eso hicimos sonar nuestras cacerolas que dijeron BASTA! Comenzamos a caminar y terminamos frente a la casa de Cavallo o en la Plaza de Mayo. Cuando Cavallo renunció no pudimos contener nuestra alegría. Y fuimos por más. Había que echar también a De la Rúa. Y lo logramos aunque la alegría se mezcló con la tristeza porque el gobierno antes de irse provocó la muerte de muchos argentinos. Pero por primera vez en la historia no fueron los militares los que voltearon un presidente. Fuimos nosotros. QUÉ FUERZA TUVIMOS EL 19 Y 20 DE DICIEMBRE!

Muchos vecinos de Palermo decidimos quedarnos en las calles y no solamente protestar: QUEREMOS HACER.

Por eso recuperamos la parte de atrás del mercado de Bonpland 1660 para que dejara de ser un lugar abandonado. Hoy ya tiene vida, con talleres, una Feria de artesanos, un Mercado Social Solidario, debates, recitales y obras de teatro. ES UN LUGAR ABIERTO QUE ESTAMOS RECONSTRUYENDO ENTRE VECINOS Y QUE ES PARA TODOS.

Si hace dos años pudimos echar un gobierno ahora tenemos que demostrar que podemos construir un país mejor, más solidario.

DEPENDE DE NOSOTROS.

Asamblea de Palermo Viejo

Brieger (2003) destaca como a prática das Assembléias, embora existisse tanto nas fábricas como na universidade, apenas canalizava conflitos ou questões pontuais e, em pouco tempo, dissolvía-se. Portanto, segundo ele, as Assembléia de Bairro ao serem constituídas empreenderam re-fundações em distintos planos, a saber: político, cultural e espacial. No plano político, destaca a abertura para a participação, independente da origem política, militância partidária ou ideologia, assinalando que:

“De fato é um lugar de encontro de: pessoas que pela primeira vez saem para as ruas a protestar sem nenhuma experiência política prévia; militantes de partidos políticos e movimentos sociais (principalmente de esquerda) e antigos militantes da década de setenta que depois de muitos anos encontram um espaço ideologicamente amplo.”

As Assembléias possibilitam o ingresso de novos/as participantes em todo momento e em condição de igualdade com o resto dos membros; rejeitam as lideranças e procuram desenvolver práticas de horizontalidade.

No plano cultural, a re-fundação está relacionada com um dos primeiros debates: a denominação da Assembléia. No caso das Assembléias pesquisadas, a Asamblea de Palermo Viejo tomou o nome do bairro, enquanto a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego especifica, na denominação escolhida, o nome do espaço no qual realiza os encontros, a Plaza Dorrego⁴⁴. Outras Assembléias denominam-se em função das ruas que marcam o ponto de reunião, é o caso da Asamblea de Corrientes y Juan B. Justo; também existem Assembléias que resgataram a data da rebelião (Asamblea 20 de Diciembre) ou o nome de algum dos mortos nas mobilizações (Asamblea Gastón Riva).

Certamente, no nome estão postas tanto relações existentes como diretrizes de ação. Assim, no caso de uma das Assembléias pesquisadas o nome e a forma de nomear os/as participantes suscitou muitas discussões. Strauss (1999, p.31) enfatiza o ato de nomear como ato de colocação ou de classificação e reconhece que nele fica implícita a avaliação das pessoas e de seus atos. Segundo ele:

“Nomear ou designar é sempre fazê-lo a partir de algum ponto de vista. A partir de uma única perspectiva idêntica, podem ser classificadas juntas coisas que em outras circunstâncias são aparentemente diferentes. A justificativa disso está na perspectiva, e não nas coisas.” (op.cit., pág. 39)

Na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego o debate principal, uma vez que se decidiu nomeá-la, estava na utilização do termo “popular”. Sem dúvida, no sentido apontado por Strauss (*op.cit.*) a nomeação implicava um posicionamento. Estela, participante da Assembléia mencionada, comenta que a discussão a respeito da escolha do nome foi registrada e publicada no jornal Página 12, no dia 20 de janeiro de 2002 e, logo, em um livro. A participante relata:

“(…) La otra es, cómo ponemos el nombre de la asamblea. (...)nosotros ya estábamos en la Plaza Dorrego discutiendo qué nombre íbamos a poner. Y había posiciones de, esto es muy interesante, si le poníamos ‘popular’, y algunos decían que no, porque ‘popular’ espantaba a la

⁴⁴ Essa especificação pode ser necessária devido a que no bairro funcionava uma outra Assembléia, denominada “Asamblea de San Telmo”.

gente porque creían que eso era militancia, entonces había que quitarle la palabra ‘popular’. Otros insistían en que teníamos que ser ‘vecinos’, otros decíamos que vecinos relatava una relación de, en la historia vecinos es otra historia(...)”

O jornal registra parcialmente como se desenvolveu o debate, a saber:

“¿Por qué no votamos un nombre?”, instala un vecino, sentado en una tarima y después de varios intentos se llega a la votación. Empieza entonces la discusión sobre el nombre, si “Autoconvocados de San Telmo”, como propone uno; “y de Monserrat”, como agrega otro; “Asamblea Popular de San Telmo”, sostiene un tercero, “y de Monserrat”, agrega el otro; “Saquémosle Popular para no espantar a los vecinos que no tienen práctica de militancia”, reflexiona el actor; “Multisectorial Vecinos de San Telmo Carlos Almirón”, propone el docente; “y de Monserrat”, insiste el otro. Gran abucheo, aunque también hay aplausos y apoyos.”⁴⁵

Estela também lembra que para algumas pessoas colocar “popular” não era bom porque “espantava”, mas completa o relato assinalando o argumento de peso no momento de decidir pelo nome.

“(...) el debate fue si le poníamos asamblea popular o no, y quedó muy fuertemente instalado. (...)Entonces los argumentos era que esta no podía ser una asamblea de los sectores medios, que algún día tenía que ser una asamblea popular y popular en el sentido de que tenían que estar todos. Y esta idea fue la que ganó, y la Asamblea de San Telmo, es Asamblea Popular de San Telmo Plaza Dorrego.(...)”



Figura 04. Logotipo da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Gentilmente cedido por: Estela Fourmantin.

⁴⁵ Página/12, 20 de enero de 2001, *apud*. Brieger (2003).

A inclusão do termo “popular” no sentido de indicar a presença de todos os setores, sem dúvida serviu como diretriz de ação. Hoje é visível a presença de vários setores no dia a dia do trabalho desta Assembléia. Por outro lado, a forma de se chamar entre si não trouxe debate, mas sim um posicionamento que justifica o termo utilizado. Os/as participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego chamam-se entre si “compañeros/as”. Este termo está geralmente vinculado com a geração de 70 (Catela, 2001). Estela explica:

“(...)Nosotros tratábamos a nosotros como ‘compañeros’, inclusive todo ese lenguaje de compañeros, hablarnos como compañeros, ser compañeros de algo, muchos partidos no lo aceptaban. O sea, ‘yo soy tu vecina, no tu compañera, a mí no me digás compañera’. Hoy por hoy todo el mundo se banca el ‘compañeros’, porque somos compañeros realmente.(...)Somos compañeros en todo tipo de cosas, somos compañeros de la vida, somos compañeros de lucha(...)”

Gabriel, da mesma Assembléia, também mencionou como às vezes as pessoas que apenas chegavam à Assembléia, seja como novos membros ou como visitantes, ficavam incomodadas com a denominação. Para ele essa reação está vinculada ao fato de não pertencer ao espaço. Na entrevista, conversamos sobre o uso do termo “compañero/a”, ele falou que não pretendia analisar o fato, coisa que levaria muito tempo. Mas que considerava que havia uma questão de costume, uma questão cultural de chamar “compañeros/as” a quem compartilha uma mesma atividade, espaço, idéia etc. No caso do uso da palavra na Assembléia, destaca:

“(...)porque son los que estamos en el mismo camino, en la misma, no sólo en la misma... a ver, sí... en el mismo rumbo(...). Pero pienso que hay, si analizamos algo más profundo en la palabra compañero, incluso más allá de la amistad, es muy importante, que puede ya jugarte la vida por el compañero. En el fondo, se dice así, creo que hay una cuestión de tradición heredada, de larga tradición y todo, por lo menos lo que conocemos nosotros.(...)”

No plano espacial, as Assembléias implicam a idéia de que o lugar da democracia é o espaço público. Assim, os encontros geralmente se realizaram nas ruas e

nas praças, o que foi favorecido pelo clima de verão. A organização começa a ter o bairro como referência. Embora abordemos o tema da ocupação do espaço pelas Assembléias na segunda parte deste capítulo, neste momento, por falar do surgimento, cabe citar a interpretação de Brieger (*op.cit.*) que relaciona este movimento para o espaço público como forma de superação do medo instaurado na ditadura militar:

“A rua convertida em terreno perigoso durante a ditadura militar por temor à repressão, e na democracia pela violência, é procurada como objeto de re-apropriação, que quebre o individualismo e o encerramento portas adentro de décadas”

O fato de que os primeiros encontros realizaram-se em espaços públicos (como no caso da Asamblea de Palermo Viejo), ou de se ter movido de um espaço público a outro (como no caso da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego) potencializou as possibilidades de participação de maior quantidade de pessoas.

2.2 Os/as participantes

Considerando que as Assembléias surgem pela participação das pessoas, também apresentaremos o relato de como cada um/a dos/as entrevistados/as começou a participar nelas e os argumentos que levantam a esse respeito. Assim, será possível identificar como, em muitos casos, destacam a existência de uma motivação mais profunda, tantos nas pessoas que estão nas Assembléias desde o começo do movimento, como dos/as outros/as participantes que se incorporaram posteriormente.

Cabe destacar neste ponto, que os/as participantes das Assembléias de Bairro pesquisadas eram, majoritariamente, pertencentes aos setores médios urbanos. Mas, trata-se de setores médios que, como já foi mencionado na revisão histórica, vêm sofrendo um processo de empobrecimento como consequência da crise das últimas décadas (Minujín *et. al.*, 1995). Os autores consultados referem-se a este grupo como “nuevos pobres”. De acordo com Feijoó (in Minujín, 1995):

“Dos anos oitenta em diante, no marco das transformações estruturais produzidas na distribuição do ingresso, a estrutura econômica e as mudanças político-ideológicas vinculadas a esses processos e alguns

segmentos têm-se convertido na categoria que, no marco da pesquisa sobre a pobreza na Argentina, conhecemos como NUPO⁴⁶” (p.232)

O argumento levantado imediatamente para justificar a participação e mobilização das pessoas em torno das Assembléias foi que se tratava de pessoas afetadas pelo “*corralito*”. Mas as entrevistas e, mesmo, as observações realizadas demonstraram que o “*corralito*” não era a razão pela qual a maioria das pessoas estava participando. Os depoimentos de Gabriela e Jorge, da Asamblea de Palermo Viejo, e o referido por Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, vêm ao encontro deste fato:

“(...) Claro, obviamente, había, muchas cosas pasaban en el país entonces, por eso también toda la gente estaba organizada, a ver lo que sucedía. Algunos lo atribuyen al tema del corralito, por ejemplo el tres de diciembre del 2001 también se estaba tejiendo. Y, pero mucha gente de la que participó en la asamblea no venían por sus ahorros confiscados o congelados. Sólo algunos que lo manifestaron expresamente, pero eran muy poquitos contados con los dedos de una mano (...)” Jorge

“(...)Esta vez era un sector solo, el sector medio. Y no era por el corralito, esa fue una gran discusión,(...) jamás hicimos una demanda por, salir a cacerolear a los bancos, jamás, si había miembros que tenían dinero acorralado nunca lo dijeron(...)” Estela

As observações realizadas durante um mês constituíram uma importante oportunidade de confirmar estas afirmações levantadas pelos entrevistados, particularmente a respeito do tema dos *ahorristas*⁴⁷. Para Jorge que participa desde o começo do movimento, as motivações relacionam-se mais à necessidade de agir ante a crise de representatividade. Ele expõe:

⁴⁶ Apócope de da expressão “Nuevos pobres”. A autora assinala que *a diferença dos pobres estruturais, concentrados em áreas geográficas com baixos níveis de equipamento de infraestrutura, com populações relativamente homogêneas em termos sociais e ocupacionais, os novos pobres encontram-se intercalados na trama dos bairros relativamente melhores.*

⁴⁷ Apenas em uma ocasião, um participante da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, após minha apresentação como pesquisadora, aproximou-se para falar comigo e comentou que ainda continuavam se realizando os protestos para a devolução do dinheiro aprisionado. Ele comentou que, embora isto não fosse divulgado pela mídia, os protestos realizavam-se todas as segundas, quartas e sextas-feiras ao meio-dia, desde 3 de dezembro de 2001.

“(…) Había mucha necesidad de participar, había mucha indignación, estaba claro este espíritu que yo hoy te comentaba, que teníamos muy claro que había una crisis muy grande de representatividad. Eso era, quizás lo que más nos movilizaba, lo que dijo Gabriela, en el sentido de que había depositadas esperanzas en un gobierno de la Alianza que había hecho agua por todos lados(…)”

Gabriela, que já tinha começado a participar durante os protestos contra a Corte Suprema de Justiça – após a liberação do ex-presidente Carlos Menem –, comenta os seus primeiros passos na participação política:

“(…)Digamos que el último tiempo, la última etapa del año dos mil uno, antes de participar de la asamblea, que fue en enero de 2002, digamos. Había empezado a ir a reclamar en manifestaciones, algunos los cacerolazos, manifestaciones que se hacían frente a la Corte Suprema de Justicia, en escraches muy fuertes. Habíamos ido al escrache que se le hizo a la Corte cuando Menem quedó en libertad y a partir de ahí empezamos a participar de marchas que había, de todas las marchas que había o escrache que se hiciera.(…)”

Como ela manifestara que nunca tinha tido nenhum tipo de militância política, perguntei como surgiu essa necessidade de participação. Ela relata:

“(…) estaba viendo el noticiero y de pronto vi que había algunos partidos políticos de la oposición que estaban convocando a hacer un cacerolazo frente al Congreso de la Nación. Era un viernes, justamente por el fallo que había determinado la libertad de Menem (...) Y bueno cuando Jorge llegó de la oficina, yo dije ‘tenemos que estar ahí’. Jorge asintió, ‘sí vamos’. (...)”

Nessa primeira ocasião chegaram tarde, mas uma pessoa que não conheciam e que dizia não pertencer a nenhum partido político os convocou para a sexta-feira seguinte. Assim, essa vez Gabriela preparou uns cartazes pequenos e quando o seu marido, Jorge, voltou do trabalho foram até o Congresso. Gabriela lembra:

“(...) cuando llegamos allá, había gente pero no había, no había un tumulto de gente, no había gente manifestando, no había. O sea, era la gente que estaba porque no sé, parecía como la gente que pasa siempre por ahí, no sabíamos si de pronto había algún otro como nosotros, era como difícil de identificarse. Entonces, bueno, ‘ya que vinimos hasta acá vamos a sacar los carteles’. Y bueno los sacamos y ahí se acercó otra pareja más, se acercó era una señora y un señor (...). Y quedamos en volver al viernes siguiente.(...)”

Gabriela assinala como esse começo esteve marcado pela solidão, transcorreram várias sextas-feiras e eram sempre poucas pessoas. Já estavam em dezembro e chamaram para fazer um *escrache* contra a Corte antes do recesso de férias, eles também decidiram participar. Assim, foram conhecendo pessoas que, como eles, estavam protestando. Gabriela destaca como essas pessoas estavam na mesma situação:

“(...)que también como uno está minado cansado de que, gobiernos que, concretamente el Gobierno de la Alianza que supuestamente iba a, había prometido un cambio,

Jorge: *Demoraba mucho (...)*

Gabriela: *Claro y que por el contrario no se estaba haciendo nada de eso. Y bueno uno creía que se seguía la misma fiesta, no. Y bueno así fue que nos invitaron a la Interbarrial. Pero bueno, para esto había sucedido el 19 y 20 de diciembre ya, que también participamos, por supuesto. Participamos acá en el barrio, con cacerolazos. Pero no estábamos organizados, todavía no nos conocíamos.(...)”*

Jorge destaca que nem ele nem Gabriela tinham militância anterior, porém:

“(...)Digamos que siempre hemos tenido inquietudes, como cualquier persona, y bueno creo que algo de sensibilidad también.(...) La realidad nacional siempre me ha conmovido y si bien nunca nos ha afectado directamente la gente, los vecinos. Y bueno eso fue un poco lo que nos, nos hizo decidir ese día que ella, bueno vio el noticiero. Ya hace mucho tiempo que venía madurando el hecho de hacer algo, de dejar de ser espectadores para tratar de ser un poco protagonistas. Pero teníamos muy en claro que, que había una deuda, que había una falta de nuestros representantes.(...)”

Ángela, também participante da Asamblea de Palermo Viejo, destacava que sua motivação para participar do movimento das Assembléias esteve vinculada aos protestos contra a Corte Suprema de Justiça. Ela relata:

“(...)Mi motivación, mi motivación comenzó antes de que se decidieran asambleas, frente Tribunales cuando nos reuníamos para pedir que se vaya la Corte Suprema que tenemos (...) Bueno entonces el comienzo mío es un poco ahí, y después no ser ajena a los acontecimientos, yo tuve la suerte de siempre participar de alguna manera, si bien no, no fui un activista así total, ni un compromiso político así dentro los partidos, pero siempre he colaborado en las elecciones, así estando en las mesas, siempre alguna participación tuve.(...)”

Ángela expressa que, mesmo com o grande compromisso que ela e seu marido Carlos – que também faz parte da Assembléia – têm com sua família, tiveram vontade de participar na Assembléia. Destaca, também, a liberdade para escolher onde queriam desenvolver essa participação, comentando:

“(...) Nunca integramos ninguna dependencia del gobierno, nunca le fui a golpear la puerta a ningún funcionario para que me diera nada, entonces por eso puedo estar y elegir dónde estar y elegir las asambleas y en este caso la Asamblea de Palermo Viejo, en principio porque es la que corresponde a mi barrio. Y después porque creo que fue generadora de muchas cosas importantes (...)”

Na entrevista de grupo, conversando inicialmente com Carlos, participante da Asamblea de Palermo Viejo, nos comenta como começou a participar deste espaço:

“(...) Bueno, mirá, a través de un volante, Ángela que es mi mujer, vio un volante y me sugirió a ver qué podíamos hacer. Esto ya era en, apenas empezó la asamblea, que era en enero del 2002. Y bueno estamos bastante desde el principio, diría, en enero, fin de enero principio de febrero, ya estuvimos participando.(...) ya habíamos participado, o sea, el 19 y el 20 nosotros habíamos salido a la calle. Pero por cercanías habíamos estado, nosotros estamos un poco más cerca de Santa Fe, habíamos estado donde habíamos visto gente que era en el Viaducto

Carranza. Pero la gente que había en el Viaducto Carranza no nos convencía mucho. Sí, porque en ese primer momento había muchos ahorristas, había gente, digamos con otras ideologías también, no? Así mucha gente que seguía a Seineldín, por los carteles que veíamos en los negocios. Entonces no era un grupo que nos interesara, por eso elegimos este de Palermo Viejo que era en Humboldt y Costa Rica.(...)”

Em uma entrevista de grupo anterior, Walter, participante da Assembleia de Palermo Viejo, junto a outros/as participantes manifestavam a necessidade de um lugar de participação e de como não havia espaços para isso. Os/as participantes coincidiram com esta afirmação e destacavam como os lugares de participação política, geralmente, estão limitados a uma condição, geralmente única, que justifica a ação dentro deles – por exemplo: o centro de estudantes, somente para estudantes; o sindicato, para os/as trabalhadores/as de determinado setor. Assim, quando se perde essa condição perde-se também a possibilidade de aceder ao espaço. Por outro lado, os partidos políticos com uma dinâmica hierarquizada ou autoritária, segundo alguns referiram, de luta pelo poder, não correspondiam às expectativas deles/as que pensam em uma participação política construída de um outro modo. Neste sentido, é oportuno citar a fala de Carlos a respeito de sua motivação para começar a participar da Assembleia de Palermo Viejo:

“(...)el que fuera un enfoque diferente. Porque yo ya había escuchado en muchos lados esto, una manera diferente de hacer política. Pero estaba convencido quizás por la conducta de los participantes que quizás acá sí sería una cosa más horizontal, realmente fuera otra forma de hacer política, planteado desde otro lugar, con mayor amplitud, con mayores posibilidades del disenso, (...)”

As chegadas às Assembléias narram diferentes histórias que convergem para o trabalho coletivo, de pessoas mobilizadas pelo desejo de fazer alguma coisa, de ter alguma participação em um espaço que permita desenvolver ações políticas mais horizontais. Assim, Ruth, participante da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego comenta:

“(...) yo tuve participación en los años 70, y después... bueno, me exilié con mis dos chicos, porque mi marido, el que fue mi marido en esa época estaba preso, entonces yo me exilié a Francia, después él salió y se fue

para allá. Y volvimos más o menos en el 85, entonces del 85. Bueno en el 85 fue la re inserción acá, trabajo, digamos toda la parte de colegio de los chicos, y cuando empecé yo a trabajar en el 97-98 (...), digamos bueno, estaba trabajando un poco con la gente de AT de la CTA. Entonces cuando saltó todo lo del 19 y 20, justamente compañeros de, del trabajo me dijeron que se reunía una asamblea ahí en Ingeniería. (...)Y realmente tuve una necesidad, viste así, que te nace de adentro de participar. Es eso, fue eso nada más.(...)"

Fany chegou à Assembléia interessada em um dos temas abordados, o emprego. Quando participou do seu primeiro encontro gostou de como faziam os protestos e da proposta de trabalhar conjuntamente. Ela estava desempregada após um acidente de trabalho e comenta: “(...) *Me gustaban las charlas, las reuniones y todo lo demás(...)*”

Ela diz que é boliviana e que na Assembléia não sofre nenhum tipo de discriminação por isso. A participação na Assembléia é uma experiência totalmente nova para ela, que não tinha nenhum tipo de militância anterior. Revela que no seu país não há costume de fomentar as práticas de participação política, mas que vê como na Argentina é possível conseguir muitas coisas.

“(...)Es la primera vez que yo participo de una asamblea y no me arrepiento porque hay gente buena porque compartí muchas cosas con ellos. Cosas lindas... festejos cuando conseguimos cosas. Estamos siempre juntos pese a las diferencias de opiniones que tengo con personas de la asamblea. Te enriquece... ayudar a otras personas que quizás necesita como antes necesitaste vos.(...)"

Gabriela, também, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, manifestava que tomou conhecimento da Assembléia por ter ido com o seu filho à praça do bairro. Bety, mãe de Gabriela, que também participa da Assembléia relata:

“(...)Estábamos en la plaza San Telmo y vi que se reunían una cantidad, así, de gente mayor, jóvenes, otros más jóvenes, otros mayor. Y a mí me interesó mucho, por los acontecimientos que habían pasado, viste, el 20 de diciembre. Yo digo, voy a escuchar, quiero participar. Bueno me senté allí y empecé a escuchar: ‘esto es una nueva asamblea que se va a formar el que quiere ser participe...’. Y entonces ahí empezamos, un

martes. Así empezaron todos los martes que seguían, primero se reunían en un lugar, también en la Facultad de Ingeniería.(...)”

Paula, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, esclarece desde o começo da entrevista que inicialmente sua presença na Assembléia não esteve motivada pelo desejo de participar do movimento, senão que o contato estabeleceu-se a partir de uma pesquisa que ela estava realizando. Manifesta não pertencer a nenhum partido político, mas sim possuir “*un interés*”, que a motivou, em determinado momento, a tentar desenvolver um projeto de autogestão na universidade. Assinala que nunca esteve em nenhuma organização política, porque não tolera a lógica das mesmas, embora tivesse pessoalmente interesse e postura política.

Ela toma contato com o grupo como pesquisadora, quando a Assembléia já funcionava há alguns meses. Como não estava presente em Buenos Aires nos dias 19 e 20 de dezembro, viu à distância o que acontecia. Comenta que, antes de sair de Buenos Aires para a casa de seu pai, tinha percebido o clima ruim de dezembro, mas que não imaginava que pudesse acontecer alguma coisa, porque tudo estava mal há muito tempo. Mesmo assim, relata:

“(...)Yo me embronqué mucho, el 19 y el 20 estaba en Bragado, en la casa de mi viejo y me embronqué, digo, no podía creer que sectores medios, viste... mi primer lectura fue esa, porque uno venía de años (...) Cuando fue lo del 19 y el 20 yo lo vi de lejos, lo vi por tele y no era muy, o sea, me la pasaba leyendo los relatos que mandaban mis amigos de acá que estaban y yo no entendía muy bien lo que pasaba. Sobre todo cuando la situación era tan mala hace años, entonces decís ‘yo ya pensaba que no iba a estallar nunca más’, en realidad, viste esto, no pasa más nada. (...)”

Quando volta a Buenos Aires, em março de 2002, tem que terminar uma pesquisa sobre San Telmo que estava realizando junto a um grupo de arquitetura. Mas encontra-se ante a dificuldade de que, no contexto, parecia estar se desenvolvendo uma nova tendência que ia contra as hipóteses que levantava o projeto. Assim, relata:

“(...)Cuando volví en el 2001 no me cerraba nada, en el 2002 no me cerraba un carajo, entonces medio que me obligaron a acercarme a la asamblea de mi barrio, que yo estaba laburando para ver qué pasaba

ahí. O sea, yo tenía que sacar un laburo y no tenía nada que ver, o sea, lo que veníamos laburando que tenía que ver más bien con las transformaciones, incluso con la ausencia de contestación de parte de la ciudadanía, del barrio en este caso, del proyecto de barrio que había y lo que estaba pasando.(...)”

O bairro de San Telmo tinha duas Assembléias, a Asamblea de San Telmo localizada nas ruas México e Chacabuco, e a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Ela optou por tomar contato com a Assembléia de México e Chacabuco, porque aparentemente era a mais "popular", enquanto a outra era vista como uma Assembléia mais de classe média, "mediera". Como nunca conseguiu entrar em contato com as pessoas dessa Assembléia, começou a assistir os encontros da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, às terças-feiras. Mas, sua incorporação como membro da Assembléia referida não acontece de forma imediata. Paula explica:

“(...) Estuve tres meses haciendo registros, campo, observación. O sea, yo no sabía bien qué mierda hacer adentro, o sea nunca, no sabía qué estaba haciendo, yo quería ir a ver. Y en realidad fui a la primera asamblea y volví porque el tema que se estaba discutiendo era el Patronato de la Infancia, el desalojo del Patronato y yo venía, yo conocía a la gente del Patro de hace, nada, mucho tiempo por otras entrevistas que había entrado a hacer (...) Este en realidad me quedé porque estaban los sectores medios del barrio, que en su puta vida habían visto el problema del Patronato de la Infancia(...)Entonces yo digo, una asamblea un año después, menos, menos, cuatro meses después, el tema candente el Patronato de la Infancia, digo, ‘bueno acá algo está pasando’.(...)”

O tema que estava sendo discutido faz com que ela queira voltar no próximo encontro, o que faz, ainda, no papel de pesquisadora. Ela lembrava:

“(...)y ahí, ahí empecé también, empecé a ver que la asamblea también era un ámbito que tenía mucha potencialidad, o sea que no era gobernado, que no había una estructura, que no había nada. Que había mucha potencialidad para hacer. Y me costó mucho, pero mucho decidir ‘bueno, ahora me meto’, pero mucho, eh?(...) Porque yo sé que si me

meto, me meto, entonces la decisión de pasar de esa instancia de estar observando un poco a empezar a entrar en contacto un poco, con todos mis descreimientos, con las organizaciones políticas, sociales, con los sectores medios, con los sectores, con toda la carga que yo venía... o sea yo llegué diciendo estos sectores medios que se levantaron por el corralito, así llegué. Entonces fueron tres meses de ir tratando de romper con eso, bah se fue dando solo y... esto que dije, 'vamos a probar'... qué sé yo y ahí me metí mal.(...)"

A decisão de passar de pesquisadora a participante da Assembléia envolveu um processo significativo na sua vida, que ainda constrói. Ela sentia as dificuldades de estabelecer pontos de encontro entre a teoria e a prática. Agora, vê a possibilidade de unir o seu trabalho prévio em San Telmo com a prática que está levando a cabo cada dia:

"(...) yo tenía un laburo previo en San Telmo, o sea, tenía... y traté de ir engarzando lo que yo venía haciendo con la práctica que estaba llevando a cabo ahí. Por ahí también quedar, encontrar mi cauce desde ese lugar, mis aspiraciones con la carrera que estudio y la práctica que nunca te va a dar la carrera (...)"

Gabriel da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego refere sua chegada à Assembléia a partir da sua participação nas mobilizações de 19 e 20 de dezembro. Ele avalia os fatos acontecidos nessas datas como catalisadores da participação, a saber:

"(...)La distintiva del 19 y 20 es para mí es que abrió espacios de participación masiva, a mucha gente, gente que nunca había hecho nada, gente que ya había militado, gente que ya venía militando, que venían en una lucha constante. Gente, como yo que había militado una vez y que hacía años que no militaba, sin desconectarse de las cosas pero, en cuanto a la participación y esto y al ejercicio de estar con otros compartiendo ámbitos de militancia, de esto, estaba medio alejado.(...)"

Comenta que sua mulher conhecia pessoas que tinham começado a desenvolver trabalhos no bairro e, portanto, decidiram começar a participar desse grupo. Rememora:

“(…)Yo empiezo a participar yendo a las salidas que se hacían, durante dos meses por lo menos todos los viernes se fue, iba a Plaza de Mayo, todas las asambleas y gente, llegaban a ser ahí cinco a diez mil personas, los primeros viernes de enero y febrero y ahí me engancho y ahí me empecé a enganchar. Después empecé a ir a la asamblea que se hacía los martes siempre fue los martes en Plaza Dorrego y bueno, después se empezaron a dividir aguas, esté. Es una voluntad de participación que estaba medio dormida y que se abre.(…)”

Gabriel manifesta nunca ter perdido o interesse em fazer alguma coisa nem “a intuição da necessidade de participação”, mas assinala que sua participação estava vinculada a um lugar de inserção trabalhista ou pessoal. No momento de se vincular à Assembléia fazia tempo que não militava, esclarece:

“(…) Hace muchos años, hacía muchos años que yo no militaba así, intensamente. (...)Igual era muy chico cuando militaba, pero hasta cierto momento, hasta cierta época tenía más vinculación, después fui perdiendo. Yo militaba en el peronismo y bueno, fue, fue dejando de a poco de ser la estructura del peronismo todas, fueron dejando de ser lugares que me representaran a mí. Después viendo las actitudes de unos viejos compañeros que terminaron poniéndose, finalmente algunos del otro lado, totalmente del otro lado de lo que alguna vez, yo no podía compartir con esa gente.(…)”

Estela, como já mencionamos, também participou das mobilizações de 19 e 20 de dezembro. Sua chegada à Assembléia de San Telmo iniciou-se marcada pela desconfiança ante a presença de muitas pessoas representantes da classe média, no mesmo sentido assinalado por Paula. Segundo Estela:

“(…) las asambleas al principio eran eso sectores medios donde vos veías intelectuales, profesionales, artistas, algún que otro obrero todavía. De los sectores medios, gente ligada a la cultura, gente ligada al comercio, gente ligada a todo tipo, mi primera duda es, yo soy historiadora, los sectores medios cuando se meten en política no hicieron cosas buenas en el mundo.(…) Entonces mi gran preocupación. Fue muy criticada mi visión, porque, yo era desconfiada de lo que se

estaba generando y quería estar ahí para ver y para también poder, si podía que eso no pasara, viste la asamblea era muy incipiente tampoco fuera cortada. (...)”

Por sua parte, ela manifesta não pertencer a nenhum partido político, porém sua militância esteve sempre vinculada ao trabalho com as bases. Explica:

“(...) Yo no soy participe de, de un mundo político (...), o sea siempre milité en organizaciones de base. O sea mi militancia política es muy vieja y desde ese momento no tengo ninguna otra. Y los partidos mayoritarios (...), tengo fuertes críticas hacia lo que fue el peronismo, tengo fuertes críticas a los populismos latinoamericanos, provengo de una extracción marxista, así que ahí no encuentro puntos de apoyo, ni siquiera con el marxismo de la Argentina, el marxismo de la Argentina, la izquierda de la Argentina es un historia de desencuentros.(...)”

Lucio, da Asamblea Popular de Nuñez-Saavedra, foi entrevistado ocasionalmente⁴⁸ durante a observação do 14º Encuentro de Asambleas Autónomas. Ele observa que a média de idade dos/as participantes é bastante elevada e assinala a presença de “setentistas”. Em suas palavras aparece como principal preocupação a continuidade do movimento, pelo fato de que há poucos jovens que participam dele. Lucio na entrevista:

Lucio: *“(...)hay bastante pocos jóvenes, es una joda eso, pero también representa que es gente que ha hecho una experiencia y no quiere volver a hacer lo mismo.*

Entrevistadora: *Un poco esto, esto que vos decís, esta característica que es gente de la década del setenta. O sea, por qué esa presencia ahora, cuándo aparecieron, en el cacerolazo?*

Lucio: *Yo te diría que sí pero tal vez en un primer momento estaban más diluidos, digamos era mucho más masivos los cacerolazos. Del cacerolazo participó mucha gente que caceroleaba por muy distintos motivos. (...) me parece que tiene que ver con que al surgir una cosa*

⁴⁸ Como a entrevista não estava programada, não foi utilizado com ele o roteiro elaborado, nem foi especificamente perguntado como começou sua participação nessa Assembléia, que não foi incluída em nossa pesquisa. Mas, na conversa com ele há algumas coisas interessantes a serem destacadas com relação às pessoas que participam do movimento.

como las asambleas para nosotros fue como un milagro porque, uno trabajaba en derechos humanos o cosas por el estilo. Hacías una militancia a través de la computadora, o participando en distintas cosas así.(...) Y de golpe poder recuperar la calle, la plaza y ser parte de un, de un, movimiento de masas es una cosa fantástica para alguien, que digamos que apostó en su juventud a eso(...)"

Lucio valoriza as Assembléias como possibilidade de retomar uma militância que tinha sido abandonada ante um governo repressor. Reconhece que às vezes a idéia da horizontalidade que se tenta estabelecer nas Assembléias soa a utopia para outros movimentos sociais, mas esclarece que:

"(...) Los que somos viejos venimos de experiencia de organizaciones disciplinadas y organizaciones armadas, o sea que, hemos pasado por muchas cosas, si hacemos esto es porque creemos que puede servir (...)"

Uma questão identificada durante as observações foi a presença de pessoas que há pouco tempo participavam das Assembléias e que geralmente vinham de outros bairros. Durante a entrevista com Estela perguntei por esta situação, considerando a noção de organização "territorial" muitas vezes aludida na conformação das Assembléias⁴⁹. Ela esclareceu:

"(...)No le preguntamos demasiado a nadie para no molestar, eso es así.(...) hubo gente que fue a otras asambleas y vivió experiencias negativas, sus experiencias en esas asambleas se disolvieron, esas asambleas no funcionaron, y quisieron seguir participando de la vida asamblearia y es como que eligieron dónde, si. Creo que tenemos un par de casos así, nunca lo hemos hablado, por esta cosa que te digo, de respeto y cuidado de que se no sientan como ajenos a, siempre los hacemos sentir parte de, o sea, son parte de la asamblea no importa que vivan en otro lugar, si por elección nos adoptaron, válido. Otros porque vivimos acá y otros por elección (...)No creemos que haya gente que por

⁴⁹ Nessa conversa Estela perguntou se eu ficava preocupada com isso, porque para os/as participantes existia como um acordo tácito de não perguntar de onde vinham e porquê estavam aí agora. Os/as participantes que se incorporam sem ser do bairro são reconhecidos por ela como companheiros/as de trabalho, de compromisso e forte militância na Assembléia. Portanto, para ela, o pertencimento ao bairro não pode ser um limite para a participação.

pertenencia al lugar tenga más derecho que la otra que es por elección.(...)”

Estela valoriza esta escolha:

“(...) encontraron en el espacio lo que no habían encontrado en otro lugar. Bueno, entonces qué más, bienvenido sea, por elegirnos.(...) si nos eligieron debemos estar haciendo alguna cosa bien.(...)”

Os diversos depoimentos conduzem ao aprofundamento analítico das Assembléias pesquisadas. O trabalho de campo permitiu conhecer detalhes importantes que retratam a originalidade do movimento. Assim, é inegável que os acontecimentos dos dias 19 e 20 de dezembro constituem catalisadores significativos para a participação das pessoas nas Assembléias, em meio à crise generalizada que já se vivia, a declaração de estado de sítio marcou o limite suportável. As pessoas que viveram a ditadura militar vincularam imediatamente a declaração de estado de sítio ao passado próximo e procuraram impedir a repetição de uma história que ainda perdurava na memória. Mas, a construção da participação, no caso de algumas dos/as entrevistados/as, tinha-se iniciado previamente. Referimo-nos, especificamente, ao caso dos/as informantes que não tinham experiência de militância anterior e para quem o começo na participação política é marcado pelo ditame da Corte Suprema de Justiça, que liberara ao ex-presidente Menem.

Uma característica marcante do começo das mobilizações de 19 e 20 de dezembro, a autoconvocação, será incorporada como eixo do movimento. Como fora assinalado, nenhuma organização conseguiu crédito pelo movimento, mas logo começaram os intuitos de cooptação e as Assembléias tiveram de se posicionar e defender-se da irrupção e das estratégias de controle dos partidos políticos. A autonomia a respeito dos partidos políticos e a horizontalidade serão manifestas na condição de igualdade que todos/as os/as membros têm pelo simples fato de participarem da Assembléia, na rejeição das lideranças e na procura de desenvolver práticas não hierárquicas.

Essas particularidades possibilitaram a participação de pessoas que nunca se tinham incorporado a partidos políticos ou movimentos sociais por não concordar com as dinâmicas desenvolvidas no seio destes, ou que os tinham abandonado pela mesma razão. Outro fator que contribuirá para a participação será o fato de que os primeiros

encontros desenvolvem-se em espaço públicos, ruas, praças etc. Desta maneira, intensifica-se o processo de democratização do espaço público que tinha sido interrompido pela ditadura militar e que não foi restituído plenamente durante as democracias seguintes.

A respeito das motivações aduzidas para ingressar ao movimento, é significativo observar, além da existência da necessidade de agir ante a crise de representatividade, um sentimento identificado nos testemunhos como inquietude, sensibilidade, vontade. Mas, essa inquietude de participação não encontrava espaços de veiculação, quer dizer, os/as distintas/os informantes reconhecem a inexistência de espaços de participação política e a falta de espaços alternativos. Assim, nesse contexto, as Assembléias emergem com características que favorecem a inclusão de pessoas que nunca militaram, pessoas que vinham militando tanto em movimentos sociais como em partidos políticos, e pessoas que militaram ativamente na década de setenta e que tinham deixado de militar. Destacamos, neste sentido, como outra peculiaridade do movimento a heterogeneidade de sua conformação.

Os/as que foram "uma juventude nos anos setenta" e militaram tanto na luta armada como em distintos partidos ou organizações de base, acharam na Assembléia uma nova possibilidade de aprendizagem marcada pela horizontalidade, a heterogeneidade, o diálogo e a autonomia com relação aos partidos políticos. Por outro lado, quem não participara de nenhuma organização, como é o caso de muitas/os das/os participantes, encontraram uma maneira de se envolver porque também entenderam a situação atual como decorrente do projeto econômico, político e social estabelecido com a última ditadura militar, e os/as mais jovens acharam um espaço de contato com a história e a memória, começando um processo no qual estão *“aprendiendo con los sobrevivientes”*.

2.3 (Re)significando o espaço público

Nesta parte objetivamos descrever os movimentos que as Assembléias fazem para conseguir um espaço próprio que lhes permita desenvolver as atividades que são propostas e que lhes proporcione um lugar concreto no bairro. Trataremos os casos individualmente, primeiro como se dá o processo na Asamblea Popular San Telmo-Plaza Dorrego e, logo, o caso da Asamblea de Palermo Viejo. A primeira, atualmente, ocupa um prédio que os/as próprios/as participantes construíram, em um terreno cedido

pelo Governo da Ciudad de Buenos Aires, enquanto a Asamblea de Palermo Viejo realizou a gestão do espaço que ocupam, recuperando-o como patrimônio histórico. Na descrição de ambos processos, será possível observar tanto os vínculos que as Assembléias fazem com outros movimentos sociais como os processos de deliberação como prática fundamental na tomada de decisões.

Outra questão a considerar é como o lugar onde se realizaram os encontros constituiu um fator chave para a participação. Assim, quando as reuniões realizam-se em um espaço público aumentam as possibilidades de participação, porque é um espaço aberto. Porém, ficará exposto que, mesmo nos espaços públicos, muitos “muros” são levantados e pretendem determinar quem pode ocupar o lugar e para quê. As/os *assembleístas*, atuando coletivamente, criaram possibilidades de re-significar esses espaços públicos como espaços de todos e todas, contribuindo para que mais pessoas acedam aos mesmos.

2.3.1 Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego

Esta Assembléia teve como primeiro lugar de encontro o *hall* central da Facultad de Ingeniería, situada no bairro de San Telmo, porque, como já citamos, foram os/as professores/as e alunos/as da instituição que convocaram a primeira reunião. Mas, o tema do espaço ocupou prontamente o debate. Segundo assinala Estela, desde o início avaliaram a necessidade de mudar de lugar porque eram poucas pessoas participando. Ela lembra:

“(...) había una cosa, no sumábamos, lo notábamos nosotros, algunos, porque ámbito universitario es un ámbito que genera: ‘No estoy preparado para eso’. O sea, la primera reacción de la gente es: ‘Yo nunca estuve en la Universidad’, ‘Nunca estuve en un ámbito académico’ (...)”

Assim, o próprio prédio da faculdade, embora fosse um lugar público, foi identificado como um fator que limitava a participação de mais pessoas, tanto pela circulação constante de pessoas, dificuldade para se escutar devido ao barulho etc., como pela própria imagem do prédio e as idéias vinculadas a ele. Estela descreve:

“(...) O sea tiene, aparte tiene fuertes columnas, es un monumento, (...) es entrar a un lugar que parece el Partenón, o sea, eso es el conocimiento está ahí, los que están ahí son todos unos iluminados, que

yo qué hago ahí adentro. Entonces (...) nosotros queríamos salir de ahí (...)”

O tema é tratado em um dos encontros, nossa informante lembra que havia distintas posições: sair, ficar, e ir a onde? Mas, que tinham claro que não deviam deixar de realizar os encontros. Porém, aparecia o fator climático como uma variável a considerar, terminava o verão e o frio do inverno e os dias de chuva poderiam dificultar a participação. O fator climático apresentou-se em outras Assembléias, dado que muitas delas deliberavam nas ruas. Portanto, tiveram que se movimentar para procurar alternativas, dado que o fator climático poderia comprometer a continuidade dos encontros. Assim, algumas tomaram prédios, outras pediram espaço emprestado – como, por exemplo, a Asamblea de Altos de Palermo que durante o inverno reunia-se no Centro de Gestión y Participación (C.G.P.) do bairro, mas quando o inverno acabava voltavam à rua – enquanto outras começaram a avaliar novas opções. Segundo Brieger (2003), a partir da necessidade de um espaço físico, os/as participantes empreendem valiosas experiências de auto-gestão⁵⁰:

“A tomada de espaços estatais (e outros particulares) abandonados e recuperados pelas Assembléias é um dos sucessos fundamentais da experiência deste movimento (...) As Assembléias tomaram terrenos baldios, espaços de terra à beira das linhas ferroviárias, clínicas abandonadas, bares e pizzarias fechados ou mercados municipais abandonados por anos, sempre com o objetivo de dar ao espaço um conteúdo comunitário”

O tema das ocupações foi discutido também na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Estela destaca que no debate havia três posições, que deram origem a três alternativas: ficar na Faculdade; ir à Plaza Dorrego; e uma terceira, segundo ela, *“(...) muy radicalizada que era ir y tomar un espacio ya (...)”*. Nossa informante avalia:

⁵⁰ Brieger (2003) resgata: *“Talvez um dos casos mais interessantes de recuperação de prédios tenha sido o da Clínica Portuguesa. Em agosto de 2002 duas Assembléias do bairro de Flores que necessitavam de um espaço onde se reunir, decidiram ocupar o edifício abandonado há sete anos, do que fora uma clínica e que estava fechada. A surpresa foi grande ao encontrar no interior quatro andares equipados com instrumental médico e as instalações em perfeitas condições. Frente à nova situação os/as pessoas das Assembléias em questão mudaram de planos e decidiram convocar a médicos e enfermeiros para*

“(...) hay asambleas que se terminan de constituir para fines de enero, nosotros en enero ya estábamos hablando de tomar un espacio, y no cualquiera, queríamos tomar un espacio de Defensa 535 que es del gobierno (...) que es una plaza cerrada, que no se usa para nada. Entonces decíamos, ocupémosla, tiene salón tiene baño, todo, o sea, es del gobierno, es nuestra. Era radicalizada, pero no había mucho consenso para eso, pero sí había consenso para irnos (...)”

Estela reconhece ter sustentado a posição de tomar um local, mas, ao perceber que sua proposta não obtinha consenso, decidiu retirá-la e apoiar a opção de ir à Plaza Dorrego e de voltar à Faculdade somente nos dias de chuva. Esta é a posição consensuada, mas com ela estava posto um novo desafio: a ocupação do espaço público. Como mencionamos anteriormente, a Plaza Dorrego não é um espaço público qualquer, trata-se de um lugar central em San Telmo, circuito turístico tradicional da cidade de Buenos Aires. Segundo assinalava Paula: *“(...)el circuito Dorrego es muy exclusivo y muy excluyente (...)”*. Assim, no começo não foi tarefa fácil ocupar a praça para se reunir e deliberar. Os/as participantes desta Assembléia tiveram que enfrentar até os/as comerciantes dos bares e restaurantes, que estão ao redor da praça e que ocupam com suas mesas e cadeiras o espaço. Estela comenta:

“(...) cuando nos reuníamos en la Plaza en invierno, primero fuimos rechazados por los comerciantes de la Plaza, porque les invadíamos el lugar, el espacio que era tan de ellos. Llegaron al punto de rechazo físico, o sea, nos tiraban huevos, desde las terrazas, mal, mal. Bueno, nosotros toleramos eso, la peleamos, la luchamos y ganamos una batalla (...)”



Fotografia 11. Plaza Dorrego.

recondicionar a clínica e armar um projeto de plano de saúde que permitira que os trabalhadores de fábricas recuperadas, que carecem de cobertura médica, tiveram acesso a um sistema de saúde.”

Queremos destacar como os/as participantes conseguem estabelecer o diálogo e como esta construção, que é coerente com o trabalho que desenvolvem, permite abrir mais espaços e mais lugares. Neste sentido, geram a possibilidade de que outros/as participantes possam superar esses “muros” construídos a respeito de qual lugar pode ser ocupado, por quem e para quê. Para citar um exemplo, durante a entrevista Paula lembrava que na Plaza Dorrego, quando faziam as feiras populares, eram entre trinta e cinquenta pessoas que armavam seus postos de venda na calçada. Porém, nas reuniões de trabalho com estas pessoas na comissão de Desempregados, quando era proposto subir à praça como fazem durante as Assembléias, para debater, as pessoas não se animavam. Ficavam na calçada e diziam: “(...) ‘No, pero no me dejan, no se puede’. ‘Es la plaza’(...)”.

Para Paula, o fato de que estas pessoas hoje consigam entrar na praça é um passo importante, conseguido pelo trabalho coletivo e o diálogo.

Certamente, estes muros podem ser derrubados com o apoio do coletivo e da argumentação sobre o direito de todos/as em ocupar o espaço público. Assim, a Assembléia estabelece uma prática transformadora para todos e todas, a qual possibilitará que outras pessoas façam esse movimento de ocupar e re-significar o espaço público. Nas palavras de Estela:

“(...) Nos fuimos y discutimos de igual a igual con ellos, esa era una plaza pública y nosotros queríamos hacer el ejercicio de la plaza pública.(...)si la plaza no tenía banco, lo lamentábamos, y si ellos tenían muchas sillas ahí tenían que darnos. Es así como ahora nosotros llegamos un martes y decimos: ‘Buenas, qué tal’. Y empezamos y ya otros nos traen sillas y después nosotros les sacamos sillas a todos y sacamos mesas y debatimos y, funciona, eso funciona. Eso es una importante (...)”

Atualmente a relação entre comerciantes e participantes da Assembléia não é hostil. Por exemplo, há um bar que empresta cadeiras para as pessoas da Assembléia, os músicos que fazem show ao vivo, às vezes ficam mais longe para não prejudicar aos/as participantes enquanto debatem. Às vezes, os/as turistas aproximam-se curiosos para conhecer as Assembléias e moradores e moradores que passeiam com seus filhos ficam escutando os debates.

O diálogo abriu, também, espaços de solidariedade. Estela conta que um comerciante tinha emprestado seu local para que a Assembléia pudesse se reunir nos

dias de frio ou chuva. Neste espaço, organizaram ciclos de cinema testemunhal. Nas suas palavras:

“(...)Entonces a partir de eso nos empezó a dar su local pero totalmente armado, nos daba las llaves, abríamos el lugar, entrábamos, sesionábamos, no tocábamos nada. (...) Durante todo el 2002 pasamos películas testimoniales, que pedíamos un proyector, un cañón para poder proyectarlas, pasábamos y hacíamos cine-debate (...)”

A ocupação do espaço público como espaço de todos e todas é uma conquista à qual não estão dispostos a renunciar. Atualmente, como já mencionamos, esta Assembléia tem um prédio na Av. San Juan esquina com a rua Piedras, mas continuam realizando suas reuniões na praça, sendo que somente nos dias de chuva ou muito frio os/as participantes da Assembléia encontram-se no prédio. Cabe destacar que a praça não é só um espaço importante de socialização, também é reivindicado por constituir um *“espaço central na história política argentina. As praças concentram o poder da convocação, tanto de festejos quanto de protestos”* (Catela, 2001, p. 221).

Construir

“(...) en la reunión del 9 de julio, en el predio pelado, dijimos que íbamos a construir(...)” Estela

A necessidade de ter um espaço próprio surge quando já desenvolviam várias atividades. A proposta que se gera no seio da Assembléia é construir um prédio em um terreno do governo da cidade de Buenos Aires. Outras organizações já tinham tomado prédios e este fato era considerado por um grupo de pessoas da Assembléia “revolucionário”. Estela lembra que quando levantavam a proposta da construção, as/os membros de partidos políticos de esquerda que participavam da Assembléia reagiam fortemente, falando: *“(...)¿Qué es eso de construir en el territorio? Tenemos que ir por la revolución (...)”*. Pronto, o debate polarizou-se: *“tomar era revolucionario, construir era burgués”*.

Gabriel relata como a proposta da construção tinha saído de um grupo de pessoas que participavam da comissão de Desempregados e explica:

“(...)esta asamblea fue tomando decisiones entorno a la construcción, no fue fácil al principio, hubo que discutir, había quienes no querían, la

moda era tomar cosas. Nosotros no nos oponíamos directamente a hacer una toma o lo que sea, pero no queríamos construir sobre una toma que era algo más, que ofrecía menos garantía de permanencia,(...) Entonces esta asamblea decide, va decidiendo construir (...)”

Neste sentido, os principais argumentos estiveram relacionados com a possibilidade dos/as participantes envolverem-se na tomada ou na construção, e a continuidade da Assembléia a partir da decisão política assumida. Estela relata:

“(...)Entonces el debate lo llevamos a un plano de igualdad, donde construir no era burgués, era tan revolucionario como tomar. Porque decíamos las tomas hay que sostenerlas con el cuerpo y el tiempo, y no la podemos sostener porque todos tenemos actividades y no podemos sostenerla. Tanto es así que ese argumento es el que prevaleció y todas las tomas hoy por hoy han caído. (...)”

Durante a coleta de dados, foi evidente que a tolerância do Governo às ocupações realizadas por Assembléias ou grupos piqueteiros tinha diminuído. Assim, foram desalojadas de prédios ocupados tanto Assembléias como organizações piqueteiras. Como afirma nossa informante, a maioria das ocupações acabou ante a impossibilidade de serem mantidas. Ela menciona os argumentos que foram centrais para a decisão da Assembléia em não realizar uma ocupação:

“(...) nosotros sabíamos eso que no íbamos a poder sostenerlo pero de antemano sabíamos que íbamos a fracasar, porque todos tenemos ocupaciones y no podíamos, cada uno tiene un hogar, entonces no podíamos irnos y establecernos en un lugar. Yo no puedo dejar mi casa para ir y veinticuatro horas ser militante y le saco mucho por mi militancia en la asamblea a mi casa, a mi familia.(...) creo que le ponemos muchas ganas pero también tenemos que ir mermando y sabíamos que con eso íbamos a fracasar. Entonces, decidimos que construir era tan revolucionario como tomar(...)”

Algumas das pessoas que argumentavam em favor da ocupação ainda estão na Assembléia, mas a decisão de construir gerou divisões. Construir, e construir como Assembléia, marca uma linha divisória para algumas pessoas que participavam

ativamente do movimento, na Comissão de Desempregados. Isto traz um motivo de fratura no coletivo e será citado pelos/as entrevistados/as como um momento de ruptura no interior da Assembléia. Estela comenta que foi:

“(...)la única fractura institucional que tuvimos. Un grupo de compañeros de Desocupados habían soñado que esta asamblea se convirtiera en un MTD⁵¹. De hecho cuando nosotros decidimos que vamos a construir ahí como asamblea, y no como algo que todavía no tenía nombre pero que ellos soñaban como MTD, ellos se retiran. Y arman el MTD de San Telmo, pero no son más que tres personas que se retiraron, pero la primera ruptura que se hace como institución y arman otra cosa.(...)”

Paula menciona que foi a primeira ruptura importante, mas não desestabilizou a Assembléia. Para ela a desvinculação destas três pessoas da Assembléia resultou como perdas principais tanto a possibilidade de introduzir, no debate da Assembléia, temas controversos, quanto a participação delas no trabalho desenvolvido pela Comissão de Desempregados. Ela, que também participava desta comissão, avalia:

“(...) fue un quiebre importante para algunos por lo menos, por lo menos los que veníamos laburando en Desocupados, porque somos pocos entonces cuando se te va una pata, viste, falta mucho. (...)”

Gabriel também resgata as contribuições dos/as que abandonam a Assembléia para formar o MTD de San Telmo:

“(...) los compañeros se retiran porque estaban en minoría, dejan, dejan un aporte muy importante que es esta, que les tomamos los que seguimos en la asamblea en esta comisión, a parte de su experiencia el aporte más importante que dejan esta inquietud, esta necesidad en el barrio de trabajar con estos sectores que son muy numerosos y algunos de los cuales formaban parte de esta comisión, básicamente la crean los más militantes pero que se van incorporando.(...)”

A partir da perspectiva de trabalhar com os setores mais necessitados, elabora-se, também, a decisão sobre o quê construir e vão se delineando as definições políticas

que a Assembléia assume. Por um lado, o lugar para a construção é requerido ao Governo da Cidade de Buenos Aires. Por outro, a necessidade de recursos para a construção gera, no movimento, toda uma série de alternativas. Assim, começam a desenvolver diferentes atividades para reunir fundos, organizam festivais etc., enquanto continua presente o trabalho com as pessoas mais necessitadas.

Estela relata o processo:

“(...) fuimos empezando con los pequeños fondos que íbamos colectando y la venta y todo empezamos a hacer las bases. Tenemos arquitectos en la Asamblea, los arquitectos planificaron la obra, armamos las bases, que son los cimientos, las estructuras de cimiento de la obra, y con las bases empezamos a pedir plata y empezaron a llegar los primeros aportes. Cuando teníamos más o menos algo armado vamos y les mostramos el proyecto de lo que queríamos hacer de lo que queríamos construir a distintas organizaciones, a la Fundación Antorchas, la Fundación Antorchas es la que más nos ayudó nos puso diecisiete mil quinientos dólares, en dos tandas con los cuales nosotros... pudimos hacer la obra casi, pero nos faltaba el equipamiento, seguíamos vendiendo, haciendo festivales, haciendo cosas, nos seguía faltando equipamiento. Entonces qué hicimos, de vuelta, otra vez nuevamente, vamos a la obra (...)”

A ajuda para a construção do prédio, também, chegou de longe. O “*Observatoire de l'Argentine Contemporaine*”⁵² escolheu à Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego para realizar uma doação, por ser uma organização que trabalhava com um enfoque social. Estela explica:

*“(...) Artistas argentinos e intelectuales argentinos que estaban en París se habían reunido para vender cuadros para los nuevos movimientos sociales*⁵³, y cuando decimos artistas argentinos estamos hablando de la

⁵¹ "Movimiento de Trabajadores Desocupados"

⁵² Associação francesa de direitos que visa compreender e fazer compreender a sociedade argentina.

⁵³ Segundo o "Observatoire de l'Argentine Contemporaine": "El 6 de diciembre 2002 se inauguró en la Maison de l'Amérique latine la exposición-venta « 100 CUADROS PARA ARGENTINA », organizada por el Observatoire de l'Argentine Contemporaine, con el apoyo de la Maison de l'Amérique latine y el patrocinio de la Municipalidad de París. En un clima de alegría y confraternidad, con la presencia de unas 500 personas entre las que se contaron varias generaciones de argentinos residentes en Francia, se expusieron 94 cuadros donados por 70 pintores argentinos y latinoamericanos. (...) Durante los escasos

vanguardia del sesenta y de la gente del setenta (...) esos artistas que después se politizan y algunos pasan a organizaciones que son del sesenta y pasan a la lucha armada y después de eso viven en el exilio. Bueno esos artistas plásticos, comprometidos netamente con la sociedad argentina y con la realidad, venden cuadros para las nuevas organizaciones sociales de la Argentina, entre esas nuevas organizaciones estamos nosotros (...)"

Gabriel, também, manifesta que para a construção foram muito importantes as doações que receberam. Neste sentido, valoriza o benefício de contar, na Assembléia, com pessoas de grande capacidade de gestão. Finalmente, destaca o fato de que ter um espaço próprio atua como um motor para gerar maior participação:

"(...)decidir la construcción esto hace que vos generes un espacio de participación, empieces a existir. Tenés un lugar, la gente se acerca, la gente se va identificando es todo un proceso largo, va tomando como referente, encuentra cosas que hacer, sino hay que hacer la mayoría, el noventa y nueve por ciento de la gente no se reúne a hablar nada más, a discurrir sobre política (...)"

Tijolos solidários

Os “*bonos ladrillos*” foram uma das tantas estratégias da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego para gerar fundos que possibilitassem a construção do prédio. Quando pergunto a Estela, durante a entrevista, a respeito deles, ela vai procurar um “*bono ladrillo*” para me mostrar, e explica com o *bono* na mão:

"(...)Los bonos ladrillos se inspiraron en el billete de moneda nacional que tiene exactamente si lo ves el mismo estilo, tiene el fileteado. Entonces le pusimos primero una pareja de tango bailando tango cortando cadenas , el ‘Que se vayan todos’, y después Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego como institución, como Banco Central de la República Argentina. Exactamente la misma distribución de diez ladrillos, el importe, y los ladrillos para la construcción y atrás ‘Ponga

dos días que duró la muestra se vendieron 31 cuadros (...)." O arrecadado destinou-se ao desenvolvimento de projetos nas Assembléias que "contribuyan a la producción, fortalecimiento y/o consolidación de los lazos sociales en este contexto de crisis."

con nosotros un ladrillo comprando este billete'. Esto lo redactamos y lo consensuamos todos (...)"



Figura 05. Frente de bono ladrillo. Gentilmente cedido por: Estela Fourmantin.

Na parte de trás do bônus, Estela lê:

"(...)Frente al perverso sistema de hambre, exclusión cultural y educativa, contra la criminalización de la pobreza la Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego, está construyendo un comedor popular junto con los vecinos de nuestro barrio, que será también un lugar de encuentro y actividades culturales. En la esquina de Piedras y San Juan levantaremos las paredes con bloques de cemento que fabrican los piqueteros será nuestro visible repudio a este régimen incapaz de cumplir con los mínimos derechos del pueblo y va a expresar la solidaridad de San Telmo en la lucha por un país libre y justo. San Telmo tiene memoria, San Telmo es solidario, Que se vayan todos, Asamblea Popular de San Telmo- Plaza Dorrego, Primavera del 2002. (...)"

Os "bonos ladrillos" circularam como um papel moeda da Assembléia, fazendo parte da campanha de arrecadação de fundos para a construção do prédio. Estela destaca a criatividade posta na produção dos bônus, que foram realizados em sua totalidade por participantes da Assembléia. Comenta:

"(...)nada de esto se manda a hacer, esto es serigrafía que hacíamos nosotros, imprimíamos los bonos ladrillos, después los vendíamos. Éramos todo, somos todo, toda la cadena de producción y de distribución y de compra con estos ladrillos(...)."

Na construção, também, fica exposto o vínculo de solidariedade que a Assembléia estabelece com outros movimentos sociais. Assim, decidiram comprar os

tijolos de uma organização piqueteira, o Movimento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón⁵⁴. O MTD tem um empreendimento com outros grupos de piqueteiros de construção de tijolos. Gabriel explica:

“(...) Primero para hacer este intercambio, en vez de comprarlo en una empresa, lo compramos a ellos que este es su laburo y también por una cuestión simbólica ‘Con los bloques de la Verón vamos a hacer el comedor’. Se los invitó un día cuando se puso la piedra fundamental.(...)”

Os/as entrevistados/as referiram que, embora se tivesse acordado a compra dos tijolos para a construção do prédio à organização piqueteira Aníbal Verón, a qualidade dos tijolos que eles fabricavam não suportava a vibração à qual a construção estaria submetida, devido a sua localização. Assim, somente foi realizada a primeira compra e os tijolos foram destinados à realização do contra-piso. Este fato gerou protestos no interior da Assembléia, que esperava que fosse possível manter a decisão de comprar os tijolos à organização piqueteira mencionada, argumentando que, em todo caso, o tipo de construção poderia ser alterado. Estela expõe:

“(...) Creo que en la medida de lo posible nosotros tratamos de generar que sea un espacio que decíamos que no porque provengan del campo popular todo tiene que ser precario, podemos darle al campo popular los mejores materiales que tiene una vivienda, no tiene que ser que el campo popular siempre tiene que tener chapa y barro, el campo popular también puede tener también el confort, calefacción, ventilación, servicios de sanidad y buena calidad, buena calidad de vida. Y esto decíamos nosotros transferir un poco la calidad de vida que nosotros mismos teníamos en nuestras casas, o sea, nosotros tenemos una casa donde tenemos calidad de vida, eso mismo tiene que tener el campo popular. En esa demanda decíamos nuestro comedor tiene que ser eso.(...)”

Tijolos da memória

⁵⁴ Em homenagem a Aníbal Verón, operário desempregado, assassinado pela polícia em novembro de 2002.

Gabriel mencionava, durante a entrevista, como a memória é um tema central na Assembléia, a respeito do qual não se escutam vozes de oposição. Assim, esse eixo considerado fundamental pela Assembléia, reflete-se na construção do prédio. Apenas transposta a porta principal, na parede da esquerda fica visível um pequeno retângulo de tijolos à vista. São tijolos trazidos do centro clandestino de detenção El Atlético. Gabriel explica:

“(...)había un grupo de compañeros de hace años, venían trabajando especialmente con gente que estuvo detenida ahí, y sobrevivió. Ahí pasaron 1.500 compañeros en el Atlético, se calcula que pasaron 1.500. Funcionó hasta que se hizo la autopista, se lo tiró abajo, bueno directamente se lo tapó, por eso ahora los arqueólogos estaban, hace un año y pico están tratando de recuperarlo, restaurarlo como museo. Había gente que ya estaba trabajando bastante en sostener la memoria sobre el lugar, hacía años(...)”



Fotografia 12. Tijolos da memória.

“(...) Esos ladrillos, ladrillos a la vista los pusimos ahí para que queden como memoria, de traer los ladrillos de los que fueron un centro clandestino de detención para recordar la memoria de un, ladrillos que en algún momento albergaron la muerte, la otra hoy los tenemos para dar vida, que el espacio para invertir el orden.(...)” Estela

Gabriel manifesta que o ato simbólico de colocar os tijolos trazidos do centro clandestino, na construção do prédio da Assembléia, surgiu a partir da participação que a Comissão de Cultura, Educação e Direitos Humanos tem na comissão de recuperação de “El Atlético” – comissão da qual fazem parte outras organizações de Direitos Humanos: Madres de Plaza de Mayo, Encuentro por la Memoria, H.I.J.O.S. etc. Em homenagem às pessoas desaparecidas do bairro, os/as participantes da Assembléia

planejam colocar uma placa na parede do prédio, junto aos tijolos de El Atlético. Assim, o prédio da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego constitui um lugar da memória (Nora, *op.cit.*).

Nas últimas semanas do trabalho de campo, a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego tinha retomado a construção. Agora, estavam fazendo a parede perimetral do primeiro andar.



Fotografia 13. Participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego reunidos no lugar onde se construiu o prédio. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin.

2.3.2 Asamblea de Palermo Viejo

Como já mencionamos, a Asamblea de Palermo Viejo teve seu primeiro encontro na esquina da Av. Juan B. Justo e Costa Rica, mas o lugar não tinha as condições adequadas para o desenvolvimento das atividades (era o pátio de uma borracharia, portanto havia muito barulho, movimentos de carros etc.). Assim que, já no primeiro encontro, é decidida a mudança de lugar para Humboldt e Costa Rica, uma esquina um pouco mais tranqüila e com espaço suficiente para as pessoas que iriam se somando às reuniões. Tanto nas entrevistas como nas observações o fato de não haver uma praça próxima no bairro será referido como uma dificuldade pelos/as participantes da Assembléia. Não ter uma praça é não ter um espaço de socialização, lazer e reivindicação. Mas, será o fator climático que gerará a necessidade de avaliar novamente uma mudança de espaço. Na entrevista, relatam:

Gabriela: *Después, claro, empezó el frío, empezó el invierno.*

Jorge: *Claro cuando llovió también nos poníamos acá en Costa Rica, entre Carranza y Bonpland, hay una cochera y bueno, (...) como una alternativa los días de lluvia nos podíamos reunir. En caso de día de lluvia, la asamblea se reunía en la cochera.*

Gabriela: *Claro.*

Jorge: Que tenía el tránsito normal de movimiento de autos que entraban y que salían, una cochera móvil y del Estado de alguna manera (...), pero bueno, fue un lugar alternativo.

Gabriela contava que surge a preocupação de procurar um lugar fechado para os dias de muito frio e/ou chuva. Desta maneira, de modo similar ao acontecido com a Assembléia de San Telmo, receberam a oferta do dono de um bar do Bairro para reunirem-se nesse espaço. Esta pessoa tinha participado ativamente no projeto de coleta diferencial de lixo organizada pela Assembléia junto aos donos de bares e restaurantes do bairro, a empresa encarregada do serviço e autoridades de governo da cidade de Buenos Aires. Gabriela explica:

“(...)la gente del bar había estado presente. Y bueno, gente con muy buena onda nos invitó a que la asamblea se reuniera ahí, pero bueno hay mucha gente de la asamblea que le parecía que no podía reunirse una asamblea en un bar de Palermo, que bueno qué sé yo, que era una cosa frívola, que bueno que entonces no estaban de acuerdo, así que bueno, volvimos a la calle y buscando algún otro espacio cerrado. (...)”

Também tentaram conseguir um lugar em uma escola, mas não deu certo. Finalmente, emprestaram-lhes as instalações do Club Palermo, situado nas ruas Fitz Roy e Guatemala, e imediatamente começaram as reuniões nesse espaço. Porém, o problema que se apresenta é a limitação do horário. Gabriela comenta:

“(...) o sea, había un hora, a las once de la noche había que dejar el lugar, había que abandonar el lugar, y bueno a veces las discusiones necesitaban un rato más de, en el tiempo, y no era, nos resultaba incómodo tener que cortar la asamblea así de golpe y tener que irnos.(...)”

Surge, assim, uma proposta: ter um espaço próprio. Carlos menciona que em uma das reuniões das comissões foi apresentada a proposta de “tomar” um lugar. Era um momento no qual muitas Assembléias estavam tomando lugares desocupados, prédios etc. Mas, o debate encaminha-se em outra direção e os/as participantes organizam-se para pesquisar a respeito de quais espaços havia no bairro, que poderiam ser utilizados e que fossem do governo da cidade de Buenos Aires. Carlos relata que:

“(...) surgieron por acá, dos o tres lugares. Por ahí se eligió este por ser el más céntrico. Estaba esto que era el edificio de la parte de atrás del Mercado, también estaban los arcos que hay ahí a la altura de Pacífico, los arcos debajo del ferrocarril también son lugares muy amplios que están sin concesionar (...)Y bueno, finalmente, se resolvió por este, pedimos verlo una vez, y conseguimos por el Centro de Gestión y Participación. Lo vinimos a ver, nos interesó (...)”

O lugar localiza-se no lado posterior de um "Centro de Abastecimiento Municipal" (CAM), onde funcionava antigamente o escritório⁵⁵, situado em Bonpland 1660. Gabriela refere:

“(...) se fue al CGP local y se iniciaron las tratativas para ver cómo se podía recuperar este espacio, nos dijeron que presentemos un proyecto, así lo hicimos entre todos, las distintas comisiones presentó cada una, una parte de este proyecto. Se presentó el proyecto, nos dijeron que iba a ser muy posible que saliera, que no iba a haber problemas. Y así esperamos como cuatro meses y no teníamos respuesta siempre era que la semana que viene, que la otra.(...)”

Jorge comenta que uma das propostas para o projeto elaborado surgiu durante o evento realizado pela Assembléia em maio de 2002: *La Trama: encuentro entre la cultura y la política*⁵⁶. Nessa ocasião, os/as artesãos/as que participaram de *La Trama* tinham levantado a necessidade de ter um espaço para vender seu trabalho. Desta maneira, uma das propostas do projeto (além de um ateliê e outras atividades pensadas para esse espaço) era a realização de uma feira de artesanato nas ruazinhas que rodeiam a nave central do mercado.

Gabriela comenta que uma vez apresentado o projeto, a decisão das autoridades demorava a ser tomada. A informante lembra como cada vez que se acercavam ao Centro de Gestão e Participação (C.G.P.), diziam-lhes que estava tudo certo e que nas próximas semanas sairia o convênio, mas nunca se concretizava nada. Em uma das visitas ao CGP, ficaram sabendo que uma outra Assembléia, que como eles/as estava

⁵⁵ Essa parte do prédio estava abandonada há mais de vinte anos e na nave central do mercado continuavam funcionando apenas três postos de venda. E, ainda, o lugar reivindicado pelos/as participantes da Assembléia correspondia exclusivamente ao escritório e às ruazinhas de entrada.

⁵⁶ Este evento será descrito no Capítulo IV.

realizando a gestão de um Mercado Municipal, tinha iniciado os trabalhos de restauração do espaço. Gabriela relata:

“(...) el Gobierno de la Ciudad nos dijo que estaban limpiando la asamblea de Plaza Palermo Viejo que también tiene un, que está trabajando en un ex Mercado Municipal en Gurruchaga Nicaragua, bueno esta asamblea ya había empezado a trabajar en el lugar, estaba el lugar abandonado. Y la gente del Gobierno de la ciudad nos decía, ‘bueno en realidad todavía no hemos hecho el convenio, ni nada pero bueno ellos están limpiando el lugar’. Entonces dijimos nosotros le dijimos, ‘nosotros también queremos empezar a limpiar el lugar’.(...)”

Portanto, na quinta-feira seguinte, durante o encontro da Assembléia, anunciaram: *“(...) ‘bueno este sábado vamos a empezar a limpiar la parte de atrás del local’(...)”*. Também, começaram a se comunicar via e-mail com todos/as os/as participantes, divulgando o início da atividade de recuperação, no sábado seguinte, de um prédio público abandonado, para uso do bairro. Mas, no dia sábado 5 de outubro de 2002, pela manhã:

“(...)Cuando llegamos al lugar nos encontramos con la sorpresa de que estaba la Infantería, había como treinta efectivos, estaba la gente del mercado (...) con gente ahí de lo más enojados porque nosotros íbamos a tomar ‘supuestamente’ el mercado, que no era nuestro objetivo.(...)”

Gabriela expressa a surpresa que isto significou para os/as participantes da Assembléia, o prédio tinha sido trancado com cadeados. Guardas de *Infantaria* (policiais militares) e dezenas de policiais civis de uniforme e à paisana, além de um carro da polícia, impediam a entrada. Ela afirma:

“(...)Y bueno cuando vimos esto, enseguida realmente, primero que nos sorprendimos mucho porque no somos una, nunca habíamos tenido problemas con, digamos no somos una asamblea ni violenta, no era nuestra intención echar a nadie ni apropiarnos de algo (...)”

Porém, os/as participantes da Assembléia não foram embora. Rapidamente contataram o Diretor do CGP local, que manifestou não ter o poder de permitir a entrada

porque não era a pessoa responsável pelos “Centros de Abastecimiento Municipales”.

Gabriela explica:

“(...)Entonces, bueno le dijimos que por favor se comunicara con esta persona que nosotros, era la persona a la que le habíamos presentado el proyecto y que nos decía por medio de su secretaria que todo iba bien y que iba a salir adelante. Entonces le dijimos, bueno ‘nosotros queremos empezar a limpiar el lugar, queremos empezar’.(...)”

Assim, chegou ao prédio o responsável pelo mercado, mas argumentando que ele não podia abrir porque a decisão tinha que ser tomada pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico. Então, os/as participantes pediram que se fizesse presente esta pessoa ou, em todo caso, que autorizasse por meio do responsável pelo mercado a abertura do local. Na entrevista conversávamos:

Gabriela: *“(...) nosotros queríamos entrar no nos íbamos a ir de ahí hasta conseguirlo. Estábamos en esa postura, (...)”*

Entrevistadora: *O sea, esto fue el mismo sábado?*

Gabriela: *Todo el mismo sábado [entrevistadora ríe]. Sí, sí, sí, sí. Empezó a la mañana, a las once de la mañana, y bueno fue todo el mismo sábado. Bueno, parece que el Secretario de Desarrollo Económico estaba en Brasil, junto con la asunción de Lula. Pero ohh casualidad después de una hora de debate entre el Director del CGP, entre este señor que se había, el sub-secretario que yo dije director, pero no, era secretario. Bueno al final apareció el Secretario de Desarrollo Económico ahí en el predio también, Hecker, y bueno o sea él ya vino con la decisión política de abrirlo, vino con su mejor cara, con su mejor sonrisa, ‘Acá no hay ningún problema, acá no ha pasado nada’ y abrió las puertas del lugar (...)”*

Durante o dia todo foram se somando muitos/as moradores/as, enquanto os/as participantes da Assembléia informavam-lhes o motivo de recuperar esse espaço e pediam opiniões a respeito de qual deveria ser o uso mais adequado do mesmo para o bairro. Assim, muitas pessoas assinaram apoiando a recuperação do prédio. Carlos lembra:

“(…)Acá como no nos dejaban pasar la policía estaba de ahí para allá. Y nosotros hicimos una choricada acá, fuimos a comprar carbón, pusimos una reja y los hice yo a los chorizos ahí, se llenó de gente, se cortó, no se cortó la calle se como hay dos líneas de colectivos, pero sobre este lado se hizo. Bueno en ese momento éramos bastante gente. Además el barrio en eso se adhirió.(…)”

No relato de Carlos, aparece mais a perspectiva da ocupação, embora já tinha sido apresentado o projeto pedindo a autorização para o uso do prédio. Mas, aclara que primeiro a idéia era conversar com quem estava a cargo dos postos do mercado, pois não fariam nada contra a vontade dos/as moradores/as do bairro. Nas suas palavras:

“(…)Y un sábado bueno un sábado vinimos cuatro de avanzada fuimos a tomar un café ahí en el bar de la esquina, y íbamos a hablar, a hacer contacto con los puesteros a decirles. Y bueno, hablar, para decirles pensamos hacer esto, ver, porque no queremos hacer cosas contra la voluntad de, porque si positivamente pensamos que es para el barrio, no lo vamos a hacer contra la voluntad de los habitantes del barrio, de los comerciantes ni nada.(…)”

Na segunda-feira seguinte, dia 7 de outubro de 2002, assinaram o convênio de uso provisório com o Governo da Ciudad de Buenos Aires. Este fato é destacado na imprensa como a primeira vez que o governo otorga uma propriedade a uma Assembléia de forma legítima (ANEXO 10). As autoridades do CGP local tinham pedido que se apresentassem alguns/mas representantes da Assembléia, mas os/as participantes expressaram que estariam todos presentes. Carlos lembra:

“(…)entonces nos habilitaron, como el CGP es también el Registro Civil, nos habilitaron la sala de matrimonios que tiene un montón de bancos, qué se sé yo, y bueno, hicimos la asamblea ahí y firmamos ese día mismo, el diez. El once ya estábamos ocupando el predio y empezamos.(…)”

A ocupação do prédio entende-se como recuperação, por se tratar de um prédio antigo que pertence à história do bairro. Assim, o fato da gestão para recuperar o prédio é destacado pelas/os entrevistadas/os. Por exemplo, ao perguntar a Ángela a respeito do momento mais importante da Assembléia para ela, fala:

“(...) Bueno, en principio, uno muy importante fue la recuperación de este predio por toda la connotación que tuvo, por haber hablado el día con antelación al día en que decidimos recuperar esto, que... Bueno al principio toda la discusión interna en nuestra asamblea pensando si era viable la recuperación del lugar o no, si debíamos hacerlo o no. Bueno y después el lograr esto y lograrlo consensuando con el Gobierno de la Ciudad, si bien acá nos esperaba la Policía y el comisario del barrio, un carro de asalto y un montón de policías... Bueno los miembros del gobierno se portaron bien, diríamos, y nos abrieron la puerta, no fue un acto violento para nada, fue muy fuerte eso.(...)”

Para Jorge, a recuperação do prédio significou um crescimento muito grande para a Assembléia, mas reconhece que também gerou muitas críticas. Algumas pessoas diziam que os/as participantes, por terem conseguido o prédio, abandonaram as ruas e seu posicionamento em termos de protestos, marchas e assim por diante. Na conversa sobre a recuperação e ocupação posterior do prédio, surgiu o tema da divisão ocorrida no interior da Assembléia de Palermo Viejo. Jorge relata:

***Jorge:** Hemos tenido escisión en la asamblea, un grupo de, que realmente se diferenciaba marcadamente de lo que nosotros nos uníamos, está mucho más orientado su actividad a la protesta. Y bueno nosotros por haber recuperado el predio, por haber firmado ese acuerdo, que lo sacamos incluso, no sé si te pudo contar Gabriela, fue una de las primeras veces que una asamblea barrial había podido firmar un convenio con el Gobierno de la Ciudad, un convenio precario, de uso, pero quieras o no un convenio por el uso del predio. Así que bueno nos daba cierto marco de seguridad, de legalidad el estar allí y también entendimos el compromiso de la gestión de lo público. Empezamos a hacernos cargo de ello.(...)”*

O lugar estava em péssimas condições, muito sujo, o teto com goteiras, os pisos destruídos. Um participante da Assembléia, que é arquiteto, fez o diagnóstico do edifício e, em seguida, organizaram o acondicionamento do espaço. Contavam com fundos obtidos da contribuição mensal dos/as participantes, portanto, foi possível assumir os custos para realizar as melhorias. A Assembléia decidiu que os trabalhos

fossem delegados às pessoas do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), de La Matanza. Jorge explica:

“(...)nosotros habíamos tomado contacto con el MTD de La Matanza, y realmente (...) es un grupo muy particular (...) no reciben Planes Trabajar, digamos que es una renuncia de ellos.(...) Bueno nosotros articulamos con ellos, les pedimos que nos dieran una mano en la reconstrucción de parte del predio, a cambio le pagamos, le adelantamos algún dinero que necesitaba para una máquina(...)Y luego ya si después le dábamos ese dinero, también participaron del proyecto de Economía Solidaria.(...)”

Na matéria publicada a respeito da renovação do convênio, um ano depois, resgatava-se o depoimento de uma das participantes da Assembléia. Segundo ela, as interações com membros do MTD possibilitaram oferecer emprego, temporariamente, com os recursos da Assembléia e, ao mesmo tempo, aprender com as experiências de auto-gestão que o MTD desenvolve. A matéria mencionada também destacava como esta Assembléia tinha se diferenciado das outras, que por terem tomado prédios sofreram ações judiciais e repressão policial (Hauser, 2003).

Para Brieger (2003), os prédios recuperados pelas Assembléias constituem novos espaços abertos para a participação coletiva, promovendo experiências de auto-gestão. Neste sentido, a Asamblea de Palermo Viejo realiza uma Feira de Artesanato, da qual participam principalmente artesãos e artesãs do bairro. Também, desenvolveu, no espaço recuperado, projetos de Economia Solidária. Estes trabalhos permitem que as Assembléias constituam-se como “formas embrionárias de poder alternativo”, legitimadas pelos/as moradores/os e pelas autoridades locais (Brieger, 2003).

Na última reunião observada na Asamblea de Palermo Viejo foi apresentado um pedido, por dois membros do Movimiento Tereza Rodríguez (MTR)⁵⁷. Eles ocupam, no bairro, uma casa utilizada como espaço comunitário, onde moram cinco famílias e que será desalojada. Comentam que não é possível “aguantar”, quer dizer ficar no lugar e resistir para evitar que os desalojem. Nesse lugar, funciona diariamente um merendero e há entrega de marmitas para membros do movimento e seus familiares. Portanto, ante a situação de ficar sem espaço, pedem à Assembléia a utilização de uma pequena sala

⁵⁷ Em homenagem a Teresa Rodríguez, assassinada pela polícia durante um protesto em Cutral-Có, Neuquén, em 12 de abril de 1997. Disponível em: <<http://www.elteresa.org.ar/>>. Acesso em 19 set. 2004.

para entregar as marmitas e poder realizar as reuniões do movimento, chamadas “cabildos” na terça-feira seguinte, no período de 18:30 às 20:30 horas. Cabe destacar que na semana da observação eles já tinham usado o prédio para a reunião. A respeito deste último pedido, a Assembléia responde positivamente no momento e fica uma pessoa encarregada de trazer a chave para que os/as piqueteiros/as possam ingressar para se reunir na terça-feira. Mas, sobre a questão de habilitar o prédio para entrega de comida, precisam debater. A principal preocupação é que a entrega é restrita às pessoas que pertencem ao movimento.

Durante a fala dos piqueteiros surgem muitas perguntas por parte dos/as participantes da Assembléia. A moderadora pede a eles que respondam a cada uma das questões levantadas e diz que, após isso, podem se retirar. A Assembléia tomará uma decisão e a mesma será comunicada no sábado seguinte para o membro da organização, que realiza a venda de churrasco durante a Feira de Artesanato.

A Assembléia já tinha estabelecido vínculos com o MTR, porém a decisão atual implicaria a utilização de um espaço comum. Durante o debate, entre os/as assembleístas, para tomar uma decisão a respeito do empréstimo diário do prédio para que as pessoas do MTR possam entregar as marmitas, um participante levanta uma preocupação. Ele argumenta que, devido ao fato de ser o MTR uma organização maior que a Assembléia, eles poderiam correr o risco de serem “ocupados”, isto é, ter seu espaço tomado. Uma outra questão apresentada está relacionada com o funcionamento das organizações piqueteiras, que, para vários/as participantes das Assembléias, assemelham-se a “práticas clientelistas”, às quais resistem. A saber, a entrega de subsídios aos que efetivamente participam das marchas, pelo fato de se mobilizarem, ou mesmo da marmita por pertencer ao movimento, e não por necessitar. De fato foi esclarecido que a entrega da marmita não poderia ser estendida a qualquer pessoa, o MTR era uma organização aberta e as pessoas podiam escolher participar dela.

Considero interessante resgatar o argumento levantado a respeito do espaço, porque remete à construção que este coletivo vem desenvolvendo. Lembram que o espaço foi recuperado para uso público e que, portanto, não podia ser negado. Mesmo no caso de ser “tomado” pelo MTR, poderiam se movimentar para procurar um outro espaço. Assim, é proposta a formação de uma comissão que funcione comonexo entre os/as membros do MTR e os/as da Assembléia. A comissão é constituída imediatamente com três integrantes.

Depois do término do trabalho de campo realizado nesta pesquisa, a Assembleia de Palermo Viejo retomou os trabalhos de melhoria no prédio. Enviaram fotografias via e-mail comentando as novas modificações feitas, entre as quais conta-se com um auditório onde já realizaram debates, vídeo-fórum, teatro e coral. Também, via e-mail, soube que no dia 8 de julho o prédio foi declarado de interesse cultural. Por outro lado, conseguiram manter uma boa relação com o MTR. Os/as membros da organização piqueteira arrumaram a cozinha do prédio e diariamente entregam quarenta marmitas e têm projetado realizar uma horta. Na sala onde se reuniam instalou-se o Ateliê Popular de Serigrafia e Arte Arde, ambos grupos planificam desenvolver atividades no prédio.



Fotografia 14. Juntamanos I. Restauração do prédio da Assembleia de Palermo Viejo. Gentilmente cedida por: Pedro Brieger.

Nesta parte do trabalho, dedicada aos espaços ocupados pelas Assembléias, podemos observar que estas realizam dois movimentos principais. O primeiro poderia ser relacionado com o intuito de criar as condições para favorecer a participação. Neste sentido, a maioria dos debates a respeito dos lugares está perpassada pelo fator climático. Desta maneira, procuram espaços que ofereçam condições mais adequadas para a deliberação, sempre no marco de retomar o uso dos espaços públicos por serem espaços de todas e todos.

Assim, a Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego deixa a Faculdade para ocupar a Plaza Dorrego, enquanto a Assembleia de Palermo Viejo muda-se de Juan B. Justo com Costa Rica a Humboldt com Costa Rica, por exemplo. Cada movimento é decidido por meio do debate entre todos/as os/as participantes e implica rediscutir as diretrizes da Assembléia e empreender processo de re-significação do espaço público. O acesso constitui um ganho para todo o coletivo, contribuindo para a democratização dos espaços públicos.

Um segundo tipo de movimento está relacionado com a decisão de ter um lugar de inserção no bairro, mas mantendo a autonomia. Este segundo passo está marcado pelos conflitos com partidos políticos, principalmente de esquerda, ou com pessoas que planejavam formar organizações piqueteiras. A decisão da Assembléia de construir um prédio ou de fazer convênios com o Governo estabelece uma grande divisória. No caso da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego a separação é imediata, mas na Asamblea de Palermo Viejo fica um grupo “dissidente” funcionando de forma paralela durante vários meses.

É importante destacar como as decisões assumidas, por meio da deliberação, conseguem contemplar as possibilidades do coletivo. Embora uma prática valorizada – pelos partidos de esquerda, principalmente – fosse tomar prédios, para os/as participantes entrevistados não era uma opção viável para o direcionamento que pretendiam tomar. Assim, resgata-se também a maturidade com a qual conseguem aceder ao espaço próprio. Nas duas Assembléias pesquisadas isto foi conseguido através de convênios com o Governo da Cidade de Buenos Aires, o que revela o grau de potencialidade de gestão que as Assembléias têm e a flexibilidade do movimento. As Assembléias não somente realizam uma re-significação do espaço público, senão também assumem a responsabilidade de sua gestão.

Brieger (2003), como já mencionamos, interpreta o movimento dos/as participantes das Assembléias para o espaço público como forma de superação do medo instaurado, primeiramente, pela ditadura militar e, depois, pela violência no marco da democracia. Para Pezzola (2003), a reforma neoliberal, mais patente durante o governo de Menem, implicou uma mudança na organização do bairro, no sentido de um “*abandono das obrigações estatais com o espaço público*”. Assim, manifesta que, ante a situação de esvaziamento do espaço público, é preciso reconhecer “*o surgimento de nossas Assembléias e remarcar sua decisão de fundar espaço público*”. Como participante da Asamblea de La Loma, identifica a efetividade política das Assembléias nesse processo de mudar o território do bairro, a partir da fundação do espaço público. O bairro já não coincide com a representação do espaço geográfico⁵⁸ e inclui a abertura de uma nova dimensão, que “*produz valor e laço social a qualquer pessoa que assim o deseje*” (*op.cit.*, 86-87).

⁵⁸ Segundo Pezzola (2003): “*Nosso bairro está produzido a partir da fundação do espaço público, enquanto que os municípios são puramente representações estatais do território. O bairro-Assembléia não é delimitável geograficamente, não é cadastral. Por isso, não faz sentido postular que possa ser transcendido o que há que se limitar a ele.*” (p. 86-87).

Outra característica importante que aparece nas duas Assembléias é a vinculação com os movimentos piqueteiros, entendida como ação política, solidária e como possibilidade de aprendizagens junto a outras organizações sociais. O processo de ter o próprio espaço constrói-se por meio de redes de solidariedade e, também, gera a possibilidade de tecer novas redes, no mesmo sentido.

Finalmente, destaca-se a criatividade para obter recursos, como pudemos observar no relato da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, e como os eixos perpassam o tema do lugar próprio. Neste sentido, o tema da memória sobre a repressão aparecerá refletido na construção desta Assembléia.

CAPÍTULO III

Neste capítulo, como já mencionamos anteriormente, continuaremos a descrição das Assembléias pesquisadas. Para tal fim, dividiremos o texto em duas partes. Primeiramente, abordaremos a organização e o funcionamento descrevendo, também, as linhas de participação traçadas e os espaços de coordenação entre Assembléias. Em seguida, o texto descreve as diferentes formas de protesto utilizadas pelos/as participantes das Assembléias, identificando as contribuições de outros movimentos sociais.

Considerando a heterogeneidade que caracteriza o movimento, observaremos que o funcionamento construiu-se como processo conjugando diferentes motivações, interesses e experiências. Durante este processo de construção, foi chave para a organização das Assembléias, como movimento com novos aportes ao campo popular, o estabelecimento de linhas fundamentais para a participação, a saber: a deliberação, a horizontalidade e a autonomia em relação aos partidos políticos. Assim, desde as primeiras interações que estabelecem na Assembléia, as pessoas acreditam que nesse espaço será possível fazer política de uma forma diferente.

Começaremos, então, caracterizando a formação e o funcionamento das comissões como maneira de estabelecer espaços de ação e construção coletiva. Depois, descreveremos como se desenvolvem os encontros das Assembléias, a dinâmica estabelecida e as principais interações nessas práticas. Em seguida, analisaremos os espaços de coordenação entre Assembléias, a saber: a *Interbarrial* e os "Encuentros de las Asambleas Autónomas". Finalmente, abordaremos algumas das diferentes formas de protesto utilizadas pelas Assembléias.

3.1 Organização e funcionamento

As pessoas entrevistadas ao lembrar como eram os primeiros encontros e os temas que se abordavam mencionam que, por um lado, no começo houve uma verdadeira catarse em torno dos acontecimentos e, por outro, que os temas eram dos mais variados. Assim, Brieger (2003) enumera:

“Tinha pessoas que apresentavam seus problemas trabalhistas, os ruídos incômodos provocados por outros vizinhos, o aumento nos preços dos

medicamentos, o confisco das poupanças, os efeitos do neoliberalismo e qualquer outro tema que tivesse a ver com a vida política e cotidiana.”

Por sua parte, Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, comenta ter o registro de todos os temas que eram discutidos no começo e agrega:

“(…)No te podés dar una idea la lista de temas, pero todos eran así como temas muy amplios, muchos eran marchas. ‘Tenemos que marchar mañana por, qué sé yo, fulanito de tal, mañana por menganito de tal, el sábado por tal otro’. Eran todas marchas, todo el día de marcha en marcha andábamos. Después eran más organizaciones, organizativas y vos ya te ibas dando cuenta que a partir del tema que convocaba, quién trataba de coordinar esa marcha.(…)”

Feijóo e Salas (2002) observam como a diminuição dos *panelaços*, forma típica de protesto das Assembléias, reflete um processo de re-orientação no movimento:

“No fim de dezembro de 2001 foram sessenta e seis por dia; em janeiro de 2002, vinte e dois; em fevereiro, 11, e em março quatro ‘panelaços’ diários. Estas cifras evidenciam que as Assembléias, protagonistas principais deste tipo de protestos, tinham mudado não somente de métodos senão também de orientação para sua atividade: voltavam a sua base territorial, aprendiam das necessidades dos moradores e tentavam gerar e concretizar soluções” (op.cit., p. 23)

Desta maneira, começam a encarar diferentes problemas relacionados com a situação de crise que se vivia, tentando abranger a maior quantidade de áreas de impacto: alimentação, saúde, educação e assim por diante.

Jorge e Gabriela da Asamblea de Palermo Viejo coincidem em que os temas do começo eram muito variados. Jorge considera que isso estava relacionado com a diversidade e intensidade de fatos que aconteciam por então no país e com a efervescência que se vivia nesse momento. Ele lembra:

“(…)queríamos cambiar todo, lo más sencillo a lo más complejo de la política, desde lo barrial a lo nacional, nos movían inquietudes muy amplias, por supuesto que sabíamos de las limitaciones que hay todo por

el estilo, pero bueno había un estado de efervescencia después del 19 y 20, pero muy muy grande.(...)”

Gabriela menciona que eram tantas as tarefas, as coisas que pretendiam abranger que foi necessário que houvesse pessoas que se especializassem em alguns temas, que se encarregaram de assuntos concretos e tarefas vinculadas a eles. De fato, dentro dessa multidão de temas, os/as participantes vão se interessando por alguns e escolhendo-os para trabalhar e, a partir disso, começam a organizar as comissões de trabalho. As comissões permitiram começar a canalizar as inquietudes, propostas e atividades de moradores e moradoras. Por sua parte, Brieger (2003) explica:

“Pela impossibilidade de debater tudo e pela necessidade de encontrar uma via organizativa para as tarefas pontuais, surgem as comissões específicas onde debatem mais em profundidade os temas que cinquenta ou cem pessoas não poderiam abranger ao longo de três ou quatro horas.”

Jorge lembra que uma das primeiras comissões formada foi sobre Política e reuniu-se pela primeira vez na casa de um dos/as participantes. Como eram, em média, quarenta pessoas decidiram se dividir em comissões menores, porque perceberam que, por um lado, o tema era muito abrangente e, por outro, resultava difícil discutir e trabalhar com tantas pessoas. Assim, concordaram em que a comissão de política devia se ocupar deste tema especificamente. Criaram uma nova comissão para trabalhar a Economia Política, com o intuito de debater e estudar propostas e gerar a possibilidade de desenvolver um projeto econômico alternativo. Também, formaram a “Comisión de Acción Barrial”, que terá vital importância em todo o trabalho posterior da Assembléia. Jorge e Gabriela explicam:

Jorge: *“(...)Y bueno este, algunas veces, había falta de espacio en ese estudio para que trabajaran las tres comisiones juntas, así que bueno nos empezamos a repartir, dos quedaron allí y otra, la de política, la más grande se vino a mi casa. Y bueno se empezaron a conformar obviamente otras, de prensa, muy esenciales.*

Gabriela: *Salud*

Jorge: *Salud, Educación(...)”*

Assim, segundo um boletim eletrônico (ANEXO 11), três meses depois do começo da Asamblea de Palermo Viejo, funcionavam as seguintes comissões de trabalho: *“Salud, Educación, Compras Comunitarias, Prensa, Cultura, Jóvenes, Discusión Política y Acción Barrial”*. A partir destas comissões, conseguiam desenvolver atividades em diferentes áreas.

Quando foi feita esta pesquisa, o trabalho já não estava organizado exclusivamente por comissões. Isto se explica pelo fato de que a quantidade de participantes tinha se reduzido significativamente. Durante a entrevista:

Entrevistadora: *“(...)Vos comentabas que en un momento había más comisiones trabajando, había todo un trabajo de comisiones y demás y que ahora no es tan así?”*

Carlos: *Sí, Si [enquanto falo]. No es tan así porque hay menos cantidad de gente, entonces concentramos si, por ejemplo, si hacemos algo de cultura bueno, la asamblea, si hacemos algo de Economía solidaria lo hacemos entre todos, si hacemos algo de Acción Barrial, todo lo concentramos. Digamos, porque al ser menos, digamos para que haya más fuerza, más ímpetu, más, más concentración en lo que se piensa enfocar(...)”*

No caso da outra Assembléia pesquisada, durante a entrevista com Estela, quando conversávamos acerca das comissões que existiram na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, ela procurou alguns boletins informativos dos primeiros tempos, nos quais se mencionavam as primeiras comissões. Ela descreve:

“(...)Este es el boletín de junio de 2002, tenía por ejemplo Comisión, estaba Comisión de Salud, (...) Después tenemos, mirá Comisión de Derechos Humanos, Cultura, acá te dice ‘convertimos las palabras en hechos’. (...)Desocupados, Mangazo, la Comisión Mangazo, es la colecta que hacemos (...) ‘Trabajo, huerta orgánica comunitaria’, que queríamos armar la huerta orgánica en otro lugar pero nunca lo hicimos, o sea, nosotros nunca nos involucramos. Salud, Prensa y Difusión(...)”

Assim, segundo um Boletim Informativo de abril de 2002, funcionavam na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego as seguintes comissões: *“Derechos Humanos, Educación y Cultura; Desocupados; Mangazo; Huerta Orgánica*

Comunitaria; Seguridad, Salud, e Prensa y Difusión”. Ao conversar com Estela, a respeito do funcionamento das comissões, ela manifesta que há comissões que têm como prática reunir-se e discutir a orientação do trabalho. No caso dela, que participa da comissão de Finanças (*Mangazo*), comenta que a mesma estava integrada por três pessoas, mas uma delas deixou de frequentar o grupo. A comissão de Finanças, geralmente, conta com poucas pessoas porque sempre há dificuldade em lidar com o dinheiro e, segundo assinala Estela, já tiveram experiências anteriores que não deram certo. O cuidado com a transparência nas contas da Assembléia é uma questão vital, porque traz o tema do que os governos “corruptos” fazem e, nas Assembléias, não se quer reproduzir. Estela manifesta que na gestão atual funcionou tudo bem e conseguiram apresentar um balanço:

“(...) tenemos un libro donde llevamos registro de todos los gastos, tenemos todas las boletas una por una, damos balance de vez en cuando, (...) siempre funciona con esto, solidaridad, o sea, el dinero que se recauda es transparente, muy, muy claro.(...) esto funcionó muy bien pudimos presentar balance de todo y esto habló muy bien de nuestras posibilidades de seguir adelante.(...)”

Algumas comissões tiveram vida curta, por exemplo, a comissão de Horta. Estela manifesta que o projeto desta comissão não tinha possibilidades de progresso, principalmente, pela quantidade de espaço necessário para o seu desenvolvimento. Assim, em pouco tempo, a comissão foi dissolvida, enquanto outras comissões permaneceram e, atualmente, constituem núcleos de trabalho chaves para o movimento. Neste sentido, Paula destacava como a Comissão de Desempregados (“*Desocupados*”) foi, de alguma forma, o germe de muitas das coisas que se fazem hoje. Nas suas palavras:

“(...) Se fueron haciendo muchas cosas de ese tipo, siempre con la expectativa de armar emprendimientos, de laburar vivienda, laburar una serie de cuestiones que se fueron decantando recién ahora. (..) hubo como muchas cosas que surgieron a partir de las peleas que se dieron de Desocupados, las ollas costó imponerlas y se impusieron, después se abrió. Hay cosas que se fueron abriendo solas, emprendimientos, merendero, ollas...(...)”

Por sua parte, Estela valoriza o funcionamento das comissões e descreve um pouco a dinâmica das mesmas:

“(...)Ahora las comisiones son altamente productivas, el funcionamiento de las comisiones es, bueno se discute, aparecen posicionamientos, posicionamientos que son muy cuestionados algunos, otros que son apoyados y a partir de eso, bueno hay compromiso de trabajo.(...)”

As comissões da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego reúnem-se com uma periodicidade que varia segundo as necessidades. Durante o trabalho de campo foi possível observar um encontro de coordenação das comissões. A quantidade de pessoas variou ao longo da reunião de seis a dez. Participaram coordenadores das Comissões de *Ollas*⁵⁹, Imprensa e Difusão, *Mangazo*⁶⁰, e representantes das seguintes atividades: *Merendero*⁶¹, Ateliê de Artes Plásticas e Empreendimento de Couro. No encontro também costuma se estabelecer uma pauta a discutir. Esta pauta é aberta, como a da Assembléia, e composta pelos itens que cada um/a dos/das presentes propõe. Mas, nesse encontro não foi realizada a pauta e, portanto, os temas não foram apresentados de forma organizada. Por momentos voltavam a um tema que já tinha sido discutido (e resolvido) ou deixavam de resolver outros. Alguns/mas participantes da reunião chamaram a atenção sobre isto, mencionando a falta da pauta, as digressões na discussão e assim por diante. Mesmo assim, foi possível estabelecer algumas questões para serem apresentadas na Assembléia como, por exemplo, a proposta de organizar uma “*peña*”⁶² para reunir fundos para os empreendimentos e outras necessidades.

Gostaríamos de destacar o trabalho de uma comissão da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, a fim de apresentar com um exemplo concreto do funcionamento das comissões. Trata-se da Comissão de Moradia (“*Vivienda*”), ela também traz a questão das redes de solidariedade que a Assembléia estabelece com outras organizações.

⁵⁹ Encarregada de realizar as *ollas populares*.

⁶⁰ Encarregada das finanças da Assembléia. “*Mangazo*” é um termo utilizado na linguagem informal para pedir dinheiro.

⁶¹ Encarregada de realizar la merenda, os dias domingo pela tarde, para as crianças que moram em hotéis do bairro.

⁶² Festa popular folclórica, com música, dança e comidas típicas do campo.

A visita à Comissão de Moradia⁶³ foi sugerida também por Estela. Ela teve que assistir a um dos encontros e destaca como, embora fossem pessoas de outra composição social tinham habilidades, discurso e política. Também, menciona como no processo de participação estas pessoas vão armando e articulando o seu próprio discurso. Estela valoriza essa possibilidade de tomar contato com setores sociais:

“(...) son un montón de personas por más que estén en una situación de emergencia (...) Ellos no podrían venir a la asamblea a debatir todo el programa de la asamblea y todas las acciones de todo tipo de cosas, porque están más apurados por su emergencia. Entonces hay una asamblea que se hace de vivienda donde tratan nada más que el tema de vivienda, entonces pueden estar cuatro horas debatiendo pero el mismo tema de vivienda, de distintos ángulos de distintas miradas.(...)”

Gabriel descreve:

“(...) desde octubre creo, o agosto, hacemos guardias que consisten en esto que viste vos el otro día, de sentarnos e invitar a la gente de hablar personalmente con la gente de sus problemas y acompañarla o asesorarla o ayudarla o en todo lo que necesite puntualmente, la gente que se está por quedar en la calle, que la desalojan. Entonces les presentamos notas al Gobierno (...) Es gente que por ahí tiene un conflicto puntual en un lugar de que lo están por desalojar y bueno vamos desde lo legal(...)”

Ao perguntar-lhe como se iniciou esta atividade, ele manifesta que o primeiro contato que a Assembléia teve com a problemática da moradia foi a partir da Comissão de Desempregados, que trabalhou com as pessoas que moravam no “Patronato de la Infancia” (Padelai). Mas que, nesse momento, foi impossível modificar a situação de tantas famílias que seriam desalojadas. Ele explica que:

“(...) es un tema muy complejo el tema de vivienda, un tema que hay que conocer, el tema que no se puede de la noche a la mañana trabajar con

⁶³ A comissão reúne-se às quartas-feiras a partir das dezenove horas, embora desde uma hora antes funciona um plantão que fornece assessoria para pessoas com problemas específicos sobre o tema moradia. Durante a pesquisa foi possível assistir a este plantão de assessoria, à reunião posterior e, em outra ocasião, entrevistar Gabriel, um dos participantes da Assembléia que trabalha especificamente nesta comissão.

esto “A ver, ¿qué hacemos? Nos juntamos todos y decidimos hacer esto y nada más”. Se va construyendo con la experiencia y con generación la propuestas, y con lo más serio es vincular el tema de vivienda al resto de los problemas(...)”

Gabriel, fazendo uma breve explicação histórica da situação da moradia, expõe que há trinta ou quarenta anos, as pessoas mais pobres que migravam do interior para a cidade de Buenos Aires não tinham recursos para aceder a uma moradia, portanto construía *“villas de emergencia”* (favelas). Em 1976 a população de *villas* era muito numerosa. No ano seguinte começam a serem implementados planos para erradicá-las. Assim, hoje em dia a população que mora em *villas* não chega a representar o sessenta ou setenta por cento do que foi no ano 1976. Embora, de acordo com seu relato:

“(...)la realidad es la misma en cuanto a la necesidad y tal vez más terrible, muchísima gente se instaló ocupando espacios, casas, ocupando terrenos, viviendo en hoteles y después la gente de calle, el Gobierno se empezó a hacer, entre comillas, a hacer cargo llevándola a vivir transitoriamente en hoteles (...)que hace que hoy haya cerca de 10.000 personas por lo menos viviendo en hoteles, en malas condiciones, subsidiados por la Municipalidad.(...)”

Comenta que o subsídio até junho de 2002 foi de uma forma, mas, após esta data, outorgou-se a muitas pessoas um subsídio de inferior qualidade, válido por tempo limitado e que não pode ser renovado. Uma questão importante é que raramente as pessoas conseguem solucionar em pouco tempo o problema da moradia que, geralmente, está vinculado a outras situações de carência, trabalho esporádico/informal (ou falta de emprego) e assim por diante. Gabriel questiona:

“(...)O sea, el sistema te fractura en distintos pedazos, la vivienda, la salud, la alimentación y vos sos una persona, que si no tiene vivienda, va y morfa pero se enferma, pero si tiene vivienda y no tiene para morfar se puede morir adentro de hambre, adentro de la casa o no puede pagar nada y se queda otra vez sin vivienda porque no puede pagarla, entendés? (...)”

As pessoas que começaram a abordar o tema da moradia foram da Asamblea de Constitución – do bairro Constitución – e Gabriel reconhece que o fizeram seriamente, trabalhando com as pessoas mais necessitadas. Comenta que nesse bairro há mais de oitenta hotéis onde moram muitas pessoas em péssimas condições. A partir do vínculo que alguns/mas participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego estabelecem com a Asamblea de Constitución, começa a se desenvolver um trabalho conjunto:

“(...)fue acercarse, acompañar, crear organizaciones, enterándose de las problemáticas, gente que ya sabía cómo eran las problemáticas, identificando la gente compañeros, compañeras sobre todo con más, más experiencia de lucha, acompañando por nuestra parte el conflicto ese, esto lo hace más bien Constitución (...) siempre tuvimos un vínculo, con la Asamblea de Constitución y con otras también de la zona. Y para trabajar el tema de vivienda y estos temas entendíamos que laburarlos solos es imposible y siempre veíamos cómo hacíamos y nunca podíamos, no nos daba el tiempo (onomatopeya de acelere), hasta que bueno, nos juntamos con la gente de Constitución para sumar el laburo que ellos estaban haciendo, sumarnos nosotros.(...)”

Ele manifesta que, na verdade, juntaram forças, porque as pessoas do bairro de Constitución tinham tentado fazer uma espécie de plenária para trabalhar de forma permanente o tema da moradia. Essa plenária não deu certo devido ao fato de que não conseguiam manter um grupo estável ao longo do tempo. Gabriel destaca como a partir de sete ou oito meses de trabalho em conjunto conseguiram formar um grupo estável e levar a questão da moradia como tema ao Enlace Sur – grupo de Assembléias da zona sul de Buenos Aires – que, a partir de temas de interesse, desenvolve um trabalho conjunto. Gabriel menciona que a comissão de moradia está formada por:

“(...)las asambleas, nuestra, la de Constitución, básicamente, más compañeras que ya había tenido una larga militancia o de, o una larga lucha por sus propias condiciones o necesidades, habían participado en todos los conflictos, en todo lo que ocurría entorno a la lucha por el derecho a la vivienda.(...)”

Para Gabriel o trabalho da comissão acontece no meio de muitos conflitos também internos, relacionados com a construção que tentam fazer. O diálogo apresenta-se como fundamental para ir conhecendo os espaços que as pessoas precisam e estão dispostos a construir, os objetivos a curto, médio e longo prazo e as relações entre eles. Assim, tem conseguido constituir *“un grupo que trabaja muy en sintonía”* e que consegue se ocupar de outros temas também vinculados como, por exemplo, a extensão do Vale Ciudad⁶⁴. Gabriel destaca:

“(...) así entre todos se va formando un grupo muy heterogéneo, que se va homogeneizando un poco, no porque somos todos iguales, porque somos todos distintos pero hay dos o tres ejes, la toma de decisiones colectiva, un espacio abierto pero no para que lo utilicen en forma personal nadie, aportar al espacio pero no venir para que el espacio te aporte solamente a vos y después estar ahí con la gente.(...)”

Ele comenta como uma das principais mobilizações organizadas por esta comissão foi o *“colchonazo”* – mobilização que será descrita no item referente às formas de protesto – que teve por objetivo dar a conhecer a comissão e apresentar as demandas vinculadas ao tema da moradia ante o Governo da Cidade de Buenos Aires. Gabriel também destaca o aporte das *compañeras* que trabalham na comissão:

“(...)compañeras con más experiencia más consciente que también vivió en hoteles, también estuvieron hasta en la calle, también tuvieron diversos problemas, son y que muy luchadoras, que tienen en sí esta voluntad de participación, son organizadoras, son participadoras. Yo me apoyo y aprendo todos los días de ellas porque saben mucho más que yo, mucho más. Yo apporto lo mío, sin ninguna timidez, pero yo tengo que aprender y apoyar, porque no sé muchas cosas.(...)”

Participa desta comissão, uma advogada que presta assessoria jurídica e que tem experiência e amplo conhecimento no tema da moradia. Ela foi encarregada de redigir o documento de demandas apresentado pelas Assembléias ao Governo e produz documentos para as pessoas que recorrem à comissão. Gabriel comenta que muitos/as

⁶⁴ Subsídio dado pelo Governo da Cidade de Buenos Aires a pessoas que carecem de recursos para alimentação. Consiste em vales com determinado valor para a compra de alimentos.

são mal tratados/as e, inclusive, humilhados/as quando recorrem às secretarias do governo à procura de ajuda e, por isso, é preciso que saibam:

“(...)Cómo moverse, cómo hacer un reclamo, cómo hacerlo más efectivo, cómo hacerte respetar, cómo plantarse ante una situación.(...)”

Neste sentido, consideram que é fundamental a tomada de consciência de que as pessoas estão reclamando seus direitos de acesso a: moradia, saúde, alimentação, educação, trabalho e assim por diante. Gabriel afirma:

“(...)ese es su derecho y que se lo han robado ya nos olvidamos cuándo y cómo, ya estamos pensando que esto es así pero no es así. No debe ser así.(...)”

Um dado interessante a ser destacado é como nas duas Assembléias pesquisadas existiu uma comissão de segurança criada para cuidar da integridade dos membros durante a participação em protestos. Estela menciona que participavam de muitas marchas e que eram tempos difíceis. Alude a diferentes situações em que a polícia estava com ordem de reprimir. Assim, a comissão surgiu ante a necessidade de tomar certas medidas de segurança, mais ainda considerando que, para muitas das pessoas da Assembléia que participavam das manifestações, era uma experiência nova. Por este motivo se faziam necessárias recomendações tais como: não levar bolsas; usar calçados cômodos; levar um lençol ou um pano etc. Estela descreve o funcionamento da comissão:

“(...)funciona juntándose tal día para ver qué articulaba, cómo, quién cuidaba de cortar la calle, quién se encargaba de llevar ciertos elementos que eran necesario, (...) que los compañeros le pasaran sus datos personales a una sola persona, o sea, la vieja práctica de ‘dejá tus datos en un papelito que tiene que haber alguien que se quede como un compañero de seguridad’ y ahí eso lo hacíamos.(...)”

Estela comenta que um dos participantes que não podia ir às marchas, por ser portador de necessidades especiais, ficava como responsável com a lista das pessoas, os telefones etc. Então se:

“(...)pasaba algo y él tenía que empezar a comunicarse con los medios de comunicación, con los organismos de derechos humanos para pedir

por nosotros que estábamos presos. Pero nunca tuvimos un preso, nunca tuvimos en una marcha un herido, excepto en el Puente Pueyrredón.(...)”

Na ocasião da marcha realizada em Puente Pueyrredón (que será descrita na última parte deste capítulo), esta comissão foi de muita utilidade, devido à ação repressiva da polícia. Após a repressão, as pessoas da Assembléia fizeram um “*retén*”, uma reunião em um lugar determinado para ver como estavam os/as companheiros/as. Faltavam as pessoas que foram feridas pelos grupos policiais e o grupo organizou-se para levá-las ao hospital. Estela lembra:

“(...) Ahí la comisión de seguridad tenía una función muy, muy específica y había compañeros que uno sabía que, vos podías dar la espalda que estaba atrás el compañero. Y en eso creo que nosotros aprendimos a tener confianza en el otro a partir de la lucha, cuando nos encontrábamos en el mismo lado luchando y los dos corríamos para el mismo lado, todos los compañeros nos protegíamos unos a los otros(...)”

Na Asamblea de Palermo Viejo a comissão de segurança surge a partir do *escrache* a Menem, no qual tiveram um enfrentamento com a polícia, fato que será abordado na parte final deste capítulo. A comissão estava encarregada de: controlar as pessoas que iam às manifestações; ter telefones de advogados, organizações de direitos humanos para contatar no caso de ser necessário; velar pela segurança do grupo durante os protestos, e confirmar a volta de todos e todas. Também, neste caso, a pessoa que não ia à marcha ficava como depositária da segurança do grupo. Gabriela explica:

“(...) Y esa persona era la encargada de recibir el llamado ante la necesidad de los que estábamos manifestando y de, no sé, llamar al abogado en el caso de que lo tuviera que hacer, qué sé yo, de que alguno tuviera un problema, de alguna detención (...) Afortunadamente nunca fue necesario nada, pero durante algunas marchas esto estuvo, funcionó las precauciones, digamos(...)”

O funcionamento por comissões permitiu atingir diferentes questões e conjugar tanto interesses como necessidades dos/as participantes e de outras pessoas do bairro. Ao mesmo tempo tornou mais efetivos os objetivos de trabalho das Assembléias, possibilitando, também, a formação de enlaces com outras Assembléias, organizações

de direitos humanos ou grupos piqueteiros para a encarar temas específicos. Nesse ponto radica um dos aportes fundamentais das Assembléias. Estela valoriza o funcionamento das comissões na sua Assembléia:

“(...)no había una asociación de vecinos que sin tener una actividad específica activara por todos y nosotros tocamos todos (...) o sea derechos humanos, derechos humanos; pobreza, pobreza; salud, salud; vivienda, vivienda, o sea tocamos todo pero nos involucramos en todo. No es que decimos ‘Hagamos una comisión’ y decíamos ‘Sí, ya la hicimos’, no, nos metemos lo pies en el barro y a dialogar(?) en eso y en cada cosa todo el día, y te van saliendo las cosas(...)”

3.1.1 Dinâmica dos encontros

“(...) en ese lugar donde la palabra circula, junto con el mate y las propuestas son escuchadas(...)” Estela

Cabe esclarecer desde o começo qual é espaço físico no qual se desenvolve a deliberação. A Asamblea de Palermo Viejo realiza seus encontros no prédio recuperado e declarado patrimônio histórico, enquanto a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego (embora tenha construído um prédio) continua desenvolvendo os encontros na Plaza Dorrego. Indicamos esta situação porque enquanto uma Assembléia reúne-se em um espaço aberto e público, a outra o faz em um prédio, isto marca as interações possíveis.

Na Asamblea de Palermo Viejo participaram dos encontros observados entre 15 e 25 pessoas, enquanto que na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego registramos uma média de 40 participantes. Em ambos casos têm que ser considerado que as observações realizaram-se em época de férias e que esta é uma variável que pode ter influenciado na quantidade de pessoas que participaram dos encontros. Assinalamos isto considerando que, segundo os/as informantes, a Asamblea de Palermo Viejo contava com 30 membros, aproximadamente, enquanto que a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego tinha entre 60 e 70 pessoas – foi destacado por uma das informantes que esta quantidade de pessoas, considerando novos ingressos e algumas saídas de participantes, manteve-se praticamente constante.

Como já mencionamos as Assembléias reúnem-se, geralmente, uma vez por semana, à tarde ou à noite, sempre no mesmo dia e no mesmo horário. No caso das Assembléias pesquisadas, a Asamblea de Palermo Viejo, reúne-se às quintas-feiras a partir das 20:30, enquanto a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego o faz nas terças-feiras no mesmo horário. Os encontros começam quando há o número de participantes pautado como mínimo: quinze para a Assembléia de San Telmo, e, aproximadamente, dez para a de Palermo Viejo. Os encontros não têm tempo limite pré-estabelecido para terminar e, geralmente, acabam quando se discutiram todos os temas. Se as discussões continuarem, o limite para o término da reunião é a meia-noite, portanto os temas restantes serão debatidos no encontro seguinte.

Durante o tempo de espera, até o início da reunião, estabelece-se uma dinâmica interessante de ser assinalada. Os/as participantes que vão chegando se cumprimentam e começam a conversar sobre diversos temas. Este tempo apresenta-se como um espaço de socialização e estende-se às vezes mesmo tendo conseguido somar a quantidade de pessoas necessárias para iniciar a Assembléia. Brieger (2003) chama a atenção sobre o clima da Assembléia:

“Diferente das reuniões políticas tradicionais, a Assembléia costuma ter um clima típico de bairro/familiar onde os moradores inclusive se acercam com suas próprias cadeiras, que trazem de sua casa, ou os cachorros que os acompanham às reuniões e marchas.”

Em um momento, alguém fala “*somos suficientes*”, ou alguma frase que funciona como chamado para começar a discussão. Seguidamente, designa-se um/a moderador/a. Esta designação, às vezes, surge de forma voluntária, algum/a dos/as participantes fala que quer cumprir esse papel. Mas, em um dos encontros, alguns/mas participantes mencionaram que havia pessoas que há muito tempo não realizavam a moderação e que seria bom que o fizessem. Imediatamente, a moderação foi assumida por uma dessas pessoas em questão.

O/a moderador/a, com caneta e papel em mãos, começa a elaborar a pauta a discutir nesse encontro, a partir das propostas apresentadas pelos/as demais participantes. Como assinalamos anteriormente, as Assembléias caracterizam-se pela procura de desenvolver práticas de horizontalidade, rejeitando as lideranças, geralmente vinculadas aos partidos políticos tradicionais. Assim, ninguém pode determinar de que se fala e de que não (Brieger, *op.cit.*). Por outro lado, as pessoas que se incorporam ao

movimento o fazem em um plano de absoluta igualdade, com direito a voz e voto como todos os/as participantes. Brieger (*op.cit.*) descreve:

“A maioria das Assembléias não têm prefixado um ‘ordem do dia’. Uma vez que estão todos juntos –embora cada um chega e vá embora quando quiser- cada morador é livre para propor qualquer tema para que o conjunto o debata.”

O/a moderador/a anota todos os temas propostos e o nome da pessoa que o propôs ou fará o informe. O/a moderador/a pergunta se não há mais nenhum tema. Uma vez acordado a pauta, o/a moderador/a propõe uma ordem, por exemplo, separando os que são informes (que geralmente são mais breves e, portanto, requerem menos tempo) dos temas para debate (que precisam de maior discussão). Em algumas ocasiões, há temas que têm prioridade porque a Assembléia precisa se posicionar em determinada situação, então, esse será o critério para estabelecer a ordem dos temas a discutir.

Apresentaremos duas pautas a título de exemplo. A primeira corresponde ao encontro do dia 22 de janeiro de 2004, na Asamblea de Palermo Viejo, registrado no diário de campo:

- Festa da sexta-feira, celebrando o segundo aniversário da Assembléia;
- Economia Solidária, a comissão apresentará informes e questões;
- Visita de um companheiro da Asamblea de Corrientes y Humboldt para fazer intercâmbio de informações;
- Artesãos (informe e propostas a partir de uma reunião mantida com as pessoas da Feria Artesanal);
- *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR);
- Uma participante que sai de férias vai delegar suas tarefas.

A transcrição corresponde à pauta levantada inicialmente, mas na discussão a ordem foi alterada. O moderador do encontro mencionou que geralmente começavam pela pessoa visitante, para que ela não tivesse que permanecer durante todo o encontro. Mas, neste caso, a pessoa em questão manifestou que precisamente ela veio para assistir a todo o encontro, com o objetivo de conhecer como deliberavam nesse espaço. Então, o tema escolhido para começar foi sobre os artesãos. Em segundo lugar, falaram da organização da festa de aniversário da Assembléia. Uma das participantes encarregadas

da organização apresentou as listas de materiais necessários e a checou com as pessoas responsáveis, também pediu colaboração para a preparação e o desenvolvimento das atividades no dia do evento. Como fizeram cartazes para divulgar o evento, solicitou-se também voluntários/as para colá-los no bairro.

O terceiro tema relaciona-se aos vínculos que a Assembléia tem com o *Movimiento Tereza Rodriguez*. A participante⁶⁵ que tinha a palavra comentou que um membro do movimento propôs que outros membros do MTR desenvolvessem atividades no espaço da Assembléia, aos sábados. Finalmente, apresentou-se o tema de Economia Solidária, que levou a maior quantidade de tempo.

O exemplo de pauta da outra Assembléia pesquisada corresponde a uma observação realizada na mesma semana, dia 20 de janeiro. Transcreve-se a seguir o registrado no diário de campo:

“A moderadora pergunta quem vai apresentar informes, várias pessoas levantam a mão e vão se inscrevendo. Uma vez que estão todos anotados, são onze pessoas, a moderadora comenta que o tema a discutir nesse encontro é ‘Comuna’, então pergunta o que preferem fazer primeiro: apresentar os informes ou discutir o tema, a maioria dos/as participantes opta por começar pelos informes. Neste caso respeita-se a ordem de inscrição das pessoas”.

Pauta:

- Vale Ciudad ou bolsões;
- Pedido de um berço emprestado para uma companheira que está grávida;
- Avisos da Comissão de *Ropero*, Corte e Costura;
- Aviso sobre colocação de cortinas no prédio;
- Projeto da Comissão de *Ropero*, Corte e Costura;
- Organização para a limpeza do prédio;
- Relato da visita de participantes da Assembléia à Legislatura da Cidade de Buenos Aires, realizada a pedido de alguns legisladores;
- Campeonato de Truco após a “*olla popular*” do sábado;
- Carta para el *Observatoire de l’Argentine Contemporaine*;
- Participação no 14^o *Encuentro de Asambleas Autónomas*;

- Visita do Embaixador da França e do artista plástico Seguí, a se realizar no dia 3 de fevereiro.

Ao finalizar a apresentação de avisos e informes, começam a debater o tema “Comunas”.

Uma vez que todos e todas concordam com a ordem estabelecida, iniciam-se as intervenções das pessoas inscritas. Quando o/a participante que tinha a palavra acaba de falar, o/a moderador/a pergunta se alguém quer comentar alguma coisa a respeito do falado. Assim, no caso de haver participantes que desejam intervir, a/o moderador/a anota os nomes e indica a ordem em que vão se manifestar. Às vezes são perguntas sobre o tema exposto ou, no caso de ser apresentada uma situação problemática, as intervenções tentarão indicar propostas e alternativas para sua solução.

É importante assinalar que durante a exposição de cada um/a dos/as oradores/as, o resto dos/as participantes escuta. No caso de terem algum comentário a fazer, realizam um gesto (levantar a mão, chamar ao/a moderador/a etc.) para se inscrever e poder intervir quando acabe a fala do/a orador/a, apenas nesse momento o/a moderador/a dará a palavra à pessoa inscrita. No diário de campo há uma nota registrada durante uma das observações, que vale a pena transcrever aqui:

“Durante esta discussão, cabe destacar que em nenhum momento interrompem-se, sempre falam com muito respeito, fazem silêncio quando outra pessoa está falando, pedem a palavra etc.”

Quando há uma discussão que gera um debate mais forte, existe como recurso a “*moción de orden*”. A *moción* pode ser pedida por qualquer participante e terá prioridade de fala porque seu objetivo é propor alguma regra para manter a dinâmica do encontro e não discutir sem direção, quebrando normas de respeito, de ordem na fala e assim por diante.

Cabe esclarecer que os temas, às vezes, são levados à discussão sem o trabalho prévio nas comissões, por exemplo, quando um tema é proposto por um/a participante. Mas, também, existe o caso de temas que são levados já discutidos pelas comissões, com propostas, sugestões, pedidos etc. e, nessa instância da Assembléia, debatem-se e acordam-se as decisões requeridas. Quando surge outro tema derivado de uma questão

⁶⁵ Ela saía de férias, portanto, aproveitou para falar a respeito das tarefas que tinha que delegar para outros/as participantes durante sua ausência.

que está sendo discutida e captura o interesse dos/as participantes, porque o consideram importante para a Assembléia, o/a moderador/a ou algum/a participante levantam a questão de se este é um tema que tem que ser incluído na pauta e discutido como tal. Nesse caso, a Assembléia decide sobre a inclusão do tema na reunião em desenvolvimento ou em uma próxima.

Se as pessoas estendem-se demais em suas intervenções, o/a moderador/a pode propor que sintetizem o tema, no intuito de administrar o tempo para que todos os temas possam ser discutidos. Em certas ocasiões, antes que aconteça isto, um/a participante ou o/a moderador/a propõem destinar um tempo determinado ao tema em questão. Neste caso, o/a moderador/a pergunta se todos e todas concordam com o tempo estabelecido e logo começa a discussão. Se a discussão estende-se mais que o tempo acordado, o/a moderador/a avisará que o prazo já se cumpriu e perguntará aos/as participantes se querem continuar discutindo por mais tempo ou deixar o tema para o próximo encontro. Assim, os temas passam para o próximo encontro quando não há tempo suficiente para sua discussão ou quando faltam informações a respeito. Neste último caso, há participantes que se oferecem para pesquisar sobre o tema e trazer as informações no próximo encontro, ou disponibilizá-las para os/as demais participantes, via e-mail.

O papel de moderador/a, além de ter as funções já assinaladas, enriquece-se com a contribuição pessoal de cada participante que assume a atividade. Há pessoas que propõem organizar a pauta em blocos e discutir por blocos, enquanto outros propõem começar pelos informes e passar logo aos temas que requerem maior discussão e, portanto, mais tempo. Alguns/mas sugerem fazer uma lista segundo a prioridade dos temas nesse momento para a Assembléia. Qualquer das propostas é decidida pela Assembléia toda, que chega a um consenso a respeito de como se organizará esse encontro.

Tanto os temas apresentados como os informes geram atividades que a Assembléia pode se propor a desenvolver. Assim, o/a moderador/a tem como função organizar a distribuição de tarefas, perguntando quem as realizará ou pedindo voluntários/as para. Quando se trata de algo vinculado ao trabalho de uma determinada comissão, esta é diretamente indicada para a tarefa – por exemplo, para a divulgação de uma atividade será chamada a Comissão de Imprensa.

Ao longo do encontro, o/a moderador/a irá lembrando aos/as participantes quais são os temas que ainda faltam discutir e também a lista de inscritos/as para falar, porém em algumas ocasiões isto é pedido pelos/as participantes. As intervenções do/a

moderador/a fazem-se mais evidente quando as pessoas falam sem se inscrever, então ele/a chama a atenção sobre o desrespeito à regra estabelecida pelos/as próprios/as participantes. Algumas pessoas trazem notas para ler sobre algum tema que foi discutido no encontro anterior, ou sobre alguma reunião à qual assistiram como membros da Assembléia; outros/as fazem anotações durante o transcurso do encontro, anotam idéias e depois comentam com o resto do grupo.

Cabe destacar que quem chama a atenção dos/as participantes, no caso de se gerar muito barulho, não é exclusivamente o/a moderador/a. Há situações nas quais se começa a desviar a discussão ou surgem outras conversas derivadas de temas, então são as/os participantes quem chamam a atenção sobre isto para retomar a discussão central, cuidando, assim, tanto da forma como do conteúdo da discussão. No mesmo sentido, se o/a moderador/a não respeita as pautas – não é porque ele/a tem essa função que pode falar quando e quanto quiser, ele/a também deve se inscrever e respeitar a vez dos/as inscritos/as – os/as demais participantes podem chamar a atenção a respeito de seu desempenho. De fato, apesar de toda a descrição feita do papel do/a moderador/a, a voz dele/a é, em geral, a que menos se escuta, porque as intervenções que realiza são muito pontuais.

Gostaríamos, aqui, de mencionar uma situação acontecida em uma das observações na Asamblea de Palermo Viejo, como forma de ilustrar como o papel de moderador/a não significa ter o poder da fala, senão favorecer o desenvolvimento da deliberação, o que é controlado também pelos/as outros/as participantes. A pessoa que estava moderando respondia às questões apresentadas por outros/as participantes, sem se inscrever, nem respeitar o turno das falas. Já em uma acalorada disputa, os/as participantes rapidamente chamaram a atenção sobre isto. Disseram para essa pessoa que por ser moderador não podia tomar a palavra quando quisesse, nem falar de forma pouco respeitosa. Então, a pessoa em questão decidiu deixar o papel de moderador e foi designada outra pessoa para desenvolver essa tarefa. Após isso, continuou a discussão retomando a lista de inscritos e inscrevendo novos nomes.

Na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego houve uma situação semelhante, a pessoa que moderava entrou em discussão com um dos participantes. Imediatamente outro participante interveio falando: “*No polemices, vos sos la moderadora*”. Em outra ocasião, um participante que tinha feito uma pesquisa sobre um tema determinado e assistido a uma reunião a respeito pretendia, em sua exposição, ler o projeto de lei. Rapidamente, foi interrompido tanto pela moderadora como por outros/as

participantes, que consideravam não ser adequado ler o projeto durante a Assembléia e propunham que o texto fosse enviado por e-mail. Novamente, outro participante manifestou que a pessoa referida tinha direito de se expressar em três minutos e, diante novas interrupções de alguns/mas participantes, ele agregou:

“ No rompamos la línea de laburo que tenemos y que nos llevó tanto tiempo hacerla... el tiempo para cada tema y la lista de oradores ”

Nos últimos encontros observados, tanto na Asamblea de Palermo Viejo como na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego apareceu a proposta de discutir sobre política nacional. Em Palermo Viejo, durante a terceira observação, no momento de levantar a pauta do encontro, uma das participantes perguntou *“Cuándo vamos a discutir de política nacional?”*. Seguidamente, outro participante falou: *“Proponélo como tema”*. No encontro seguinte do qual não participamos, mas fomos informados, começou a ser discutido o tema e foi apresentada a proposta de convidar alguma pessoa para expor sobre questões de interesse e logo abrir a discussão com o resto dos/as participantes.

Na Assembléia de San Telmo, durante a última observação realizada, as pessoas participantes comentaram a necessidade de ter um espaço na Assembléia para o debate sobre política. Segundo consta no diário de campo, uma participante mencionou sua inquietude em:

“(...)volver a la discusión, aunque sea una vez por mes (...) que nos demos cuatro horas de discusión. Yo creo que es verdaderamente una necesidad mía y de algunos compañeros”

O moderador interveio para que esclarecessem a idéia e terminou sendo determinada, em votação, a realização de uma plenária mensal para discutir sobre política.

A dinâmica dos encontros embora apareça como já estabelecida e incorporada pelos/as participantes, não é definitiva e está sujeita à construção de uma prática cada vez mais horizontal. Portanto, nos encontros também surgem novas propostas para melhorar a participação. Por exemplo, em uma das reuniões da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego foi proposto, por um dos participantes, que a pauta fosse escrita em um cartaz e este colocado em lugar visível, para que todas e todos pudessem seguir a seqüência dos temas.

Como regulamentar a dinâmica durante os encontros foi, também, um tema de debate nos primeiros tempos das Assembléias. Por exemplo, a Comissão de Política da Asamblea de Palermo Viejo elaborou um projeto de estatuto, no qual se estabeleciam normas para regular a participação. Na entrevista com Jorge e Gabriela, foi possível saber que nunca foi implementado. Gabriela lembra que:

“(...)Había quienes creían que debía haber estatuto y otros que creían que no debían haber estatutos, ni reglas, ni leyes, ni normas, dentro de una asamblea. Y bueno al final nunca se llevó a cabo eso, nunca se hizo realidad.(...)”

Jorge reconhece que embora não exista um estatuto como tal, desde o começo foram estabelecendo pautas básicas para se escutar, para decidir, por consenso, por votação e assim por diante. Essas pautas estão presentes em forma tácita, atuando como pano de fundo das práticas deliberativas, mas quando são requeridas saem à luz para favorecer os processos de decisão.



Fotografia 15. Participantes da Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego.

3.1.2 Da "Interbarrial" ao "Encuentro de las Asambleas Autónomas"

A "Interbarrial" ou “*Asamblea de Asambleas*” apresentou-se como espaço de coordenação entre as diferentes Assembléias para potencializar as reclamações e tentar detectar os objetivos comuns destas organizações. Por outro lado, como já mencionamos, também constituiu um núcleo gerador de novas Assembléias, como é caso, por exemplo, da Asamblea de Palermo Viejo⁶⁶ e da Asamblea de Altos de

⁶⁶ Ver relato de Gabriela e Jorge, da Asamblea de Palermo Viejo, a respeito do surgimento desta a partir de eles haverem concorrido a um dos encontros da Interbarrial.

Palermo⁶⁷. A Interbarrial desenvolvia-se todos os domingos pela tarde, em Parque Centenario, uma grande praça situada no centro da Capital Federal. Durante o verão de 2002, concorreram milhares de pessoas para participarem desse fórum de deliberação pública. Guerrero (2002⁶⁸, *apud.*, Brieger, 2003) descreve:

“La primera reunión Interbarrial (...) se realizó el segundo domingo de enero, cuando ya funcionaban unas veintitrés asambleas vecinales. No todas asistieron, aún así se reunieron unas trescientas personas. Hasta su segunda reunión funcionó mediante una lista de oradores y orden del día que se confeccionaba caóticamente, como todo hasta ese momento. Se debatía libremente, aunque predominaban los pronunciamientos y expresiones generales (...) Al segundo encuentro de barrios asistió casi el doble de vecinos. La tercera contó con casi dos mil personas, la cuarta con más de dos mil quinientas y a la quinta asistieron casi tres mil “miembros”. Desde esta asamblea, la cantidad comenzó a mermar con la misma fuerza que ascendió.”

Segundo Brieger (2003), a Interbarrial pode ser avaliada como uma contribuição dos partidos políticos de esquerda, objetivando conectar as Assembléias que iam surgindo. Mas, também, foram a presença e o intuito de cooptação dos partidos políticos da esquerda que levaram à sua dissolução. Por interpretar que a situação vivida na Argentina era “revolucionária”, alguns partidos organizaram-se para dirigir as Assembléias e manter o estado de mobilização. Mas, os/as participantes das Assembléias não percebiam a situação do mesmo jeito. Segundo Estela, este foi um tema muito debatido:

“(...)Y nosotros creíamos que no había una situación pre-revolucionaria, o sea, ni siquiera una situación de pre-rebelión. Hubo una rebelión el 19 y 20, pero no hubo el 19 y 20 nadie que la direccionara, era absolutamente espontánea y éramos los vecinos y los ciudadanos en nombre de sí mismos que salimos a pelear ese día. Pero no hubo direccionamiento, ahora los partidos políticos obviamente entendieron

⁶⁷ Segundo assinalamos na Introdução, um jovem participante da Asamblea de Altos de Palermo comentou que a proposta de criar a Assembléia da qual participava surgiu na Interbarrial, em fevereiro de 2002.

⁶⁸ Modesto Emilio Guerrero; “Emergencia y desafíos de las asambleas barriales”, **Revista Herramienta** Nº 19, Otoño 2002; Buenos Aires, Argentina.

que eso que había pasado podría volver a pasar siempre y cuando hubiera una dirección que la coordinara entonces empezaron a pelearse entre ellos, quién la direccionaba.(...)”

Precisamente o direcionamento ou a idéia da “representação” que os partidos queriam impor, apresentava-se como incompatível com a construção que os/as *assembleístas* objetivavam. Estela esclarece:

“(...) creo que hay algo que define bastante, nosotros... Como se hacía política anteriormente era alguien que dirigía y conducía a una parte de la sociedad y nosotros, en todo caso, nos dirigimos y nos conducimos pero siempre en el medio de todos, o sea nosotros vamos acompañando todo el equipo. Nos equivocamos, vamos, balanzamos, retrocedemos, pero vamos. En ese sentido es una experiencia inédita, inédita en la Argentina, que es otra forma de hacer política. Y es hacer política todo el tiempo (...)”

Estela, também, manifesta que a presença de pessoas de partidos políticos de esquerda na Interbarrial era evidente:

“(...)cada uno que entrada, los oradores, hacía su speech, y la mayoría eran de partidos políticos disfrazados de assembleístas. Y vos reconocías por su discurso, a qué, a dónde direccionaba (...) de práctica de escucharlo (...)”

Os únicos que não podiam participar da Interbarrial eram os representantes de partidos políticos institucionalmente hegemônicos, nem o peronismo nem o radicalismo. Nesses meses os *escraches* realizados a personagens da política eram fatos de todos os dias. Na Interbarrial, se houvesse o comparecimento de algum político, no intuito de legitimar-se, isto não era tolerado. Estela esclarece que *“(...)Donde encontraban un político, el político la ligaba⁶⁹. Entonces, no físicamente, ligaba el escrache, el ‘Que se vayan todos, vos también’(...)”*.

Brieger (2003) assinala que a Interbarrial ao invés de priorizar as inquietudes das Assembléias terminou sendo um espaço de debate estéril no qual os partidos políticos

⁶⁹ “Ligar”, no espanhol falado na Argentina, refere-se a receber um castigo fisico ou, no sentido de ganhar alguma coisa não necessariamente boa.

tentavam impor suas consignas. Em ocasiões, partidos como o PO (“Partido Obrero”), PC (Partido Comunista) e o MST (“Movimiento Socialista de los Trabajadores”), conduziam seus militantes para votar propostas sem fundamentos na realidade. Brieger (*op.cit.*) reproduz o discurso de Sergio, participante da Asamblea de Liniers, criticando a atuação dos partidos na Interbarrial de 28 de abril de 2002:

“Quienes estamos participando sabemos que hoy las asambleas están pasando por un reflujo objetivo, pero parte de este reflujo es debido a las peleas de los aparatos de MST y PO fundamentalmente (pero tampoco escapan la mayoría de los demás partidos de izquierda) quienes en vez de ayudar al desarrollo de las asambleas han hecho de ellas un coto de caza o un trampolín para imponer sus propias "tácticas". No solo han dividido el Acto del 1ro de mayo, sino que como todas saben hubieron en Parque Centenario dos brutales batallas campales para regocijo de la derecha y del gobierno.”

A Interbarrial termina se dissolvendo antes do inverno de 2002. Debate estéril, manipulação para fins específicos de partidos políticos, impossibilidade de cumprir as propostas votadas etc., são algumas das causas assinaladas, pelos/as informantes, no momento de explicar porque terminam os encontros da Interbarrial. Mas, o enfrentamento físico entre os militantes de partidos políticos da esquerda marca o limite de tolerância dos/as *assembleístas*.

Moderando a Interbarrial

Estela relata que participar da Interbarrial, como membro de sua Assembléia, foi uma experiência de democracia direta interessante, mas com dificuldades tais como moderar um encontro do qual participavam 4.500 pessoas com uma pauta muito ampla que abrangia desde declarações de princípios até expropriação de empresas, por exemplo.

Em fevereiro de 2002 a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego estava planejando sua primeira participação nos atos de 24 de março, em memória do Golpe de Estado de 1976, junto às diferentes organizações de Direitos Humanos. Assim, levaram como proposta para a Interbarrial: iniciar o trabalho de organização de um ato para o dia 24 de março “*en lucha*”. Este fato manifesta como, na citada Assembléia, se fazia

presente a preocupação com a questão da memória da ditadura militar. Estela, que estava moderando o debate, lembra que depois de ler a proposta disse:

“(...) ‘Que se vote por la afirmativa’, vota mucha gente. ‘Por la negativa’, un grupo que vino votando todo porque no, todo lo que proponían todos los demás, no. (...)Pero ese grupo aislado, imagínate lo que te estoy diciendo, ‘Por encontrarnos, por un veinticuatro de marzo todos juntos, para organizar un veinticuatro de marzo que sea unitario, parapapá, papapapá, papapapá’. Por la afirmativa casi todos, por la negativa una treintena de personas. Yo no puedo dejar pasar eso, digo ‘Que alguno de ese grupo que votó en contra se acerque hasta los micrófonos a explicar por qué votó en contra, en todo caso que lo expliquen’ (...)”

O grupo vinha votando negativamente a todas as propostas que eram apresentadas. Nas palavras indignadas de Estela:

“(...) ‘si eso que están haciendo es un acto pergolinesco⁷⁰ de llegaron acá a tomar mate y a ver cómo molestan al resto, pueden embromar con todo pero con lo único que no va a poder embromar es con los desaparecidos, o sea, eso sí que no se lo vamos a permitir a nadie. Si hay algún argentino que acá quiere bromear o directamente satirizar a los desaparecidos, (...) tiene que ser repudiado por todos’ (...)”

Uma das pessoas do grupo acercou-se a ela para pedir-lhe desculpas, explicando que em razão da não aceitação de sua proposta, decidiram banalizar as demais. Estela respondeu-lhe que as desculpas deveriam ser dirigidas aos 4.500 argentinos/as que estavam aí presentes e deu-lhe o microfone.

Os “Encuentros de las Asambleas Autónomas”

A necessidade de coordenação entre as Assembléias apresenta-se como um desafio fundamental para o movimento. Dissolvida a Interbarrial, os/as *assembleístas* criaram um outro espaço de coordenação entre as 50 Assembléias de Buenos Aires denominadas "*autónomas*". Em janeiro de 2003, começam os “Encuentros de las Asambleas Autónomas”. Lucio lembra que nos primeiros encontros houve por volta de

⁷⁰ Refere-se a Mario Pergolini, apresentador de um programa de televisão que costuma utilizar um tom irônico e sarcástico, muito característico.

quatrocentas pessoas, participantes de 50 Assembléias diferentes. Ele diferencia este novo espaço de coordenação da Interbarrial:

“(...) la primera coordinación que hubo la Interbarrial de Parque Centenario, estaba muy controlada por los pequeños partidos de la izquierda, en cambio este espacio ya se hizo liberado de ese lastre digamos. O sea, (es el espacio) de las asambleas autónomas o independientes de aparatos o de maquinarias políticas establecidas (...)”

Em uma entrevista publicada no jornal "Página 12" (Hauser, 2003), realizada com um grupo de participantes de diferentes Assembléias de Buenos Aires, no momento de discutir como poderia ser feita uma coordenação entre essas organizações, manifestavam que deveria ser o contrário do que tinha sido a Interbarrial, apoiada em uma lógica centralista e hierárquica. Neste sentido, uma das *assembleístas* entrevistadas diz:

“Necesitamos ese click de superar la fragmentación, porque es lo único que nos puede permitir arribar a consensos. Es difícil porque toda la sociedad está fragmentada”

Os “Encuentros de las Asambleas Autónomas” realizam-se mensalmente, no dia domingo, a partir das 15 h. O lugar do encontro alterna-se, sendo decidido no final de cada reunião. Nosso trabalho de campo incluiu a observação participante da 14ª reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2004, em Caseros 249, Florida, na Província de Buenos Aires. A convocatória circulou via e-mail (ANEXO 12) e, também foi divulgada pelos/as participantes das duas Assembléias pesquisadas, no momento dos informes.

No caso da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, duas participantes tinham estado no 13º encontro e comentaram, na Assembléia, que participaram da reunião porque estavam interessadas em saber o que se fazia nesse espaço. Trouxeram várias informações para compartilhar, assim como uma publicação chamada “QSVT!” (Que Se Vayan Todos!) produzida pela coordenação. Mencionaram, também, que as/os *assembleístas* que participaram do encontro conheciam o trabalho da Assembléia de San Telmo, da qual fazem parte. Segundo a avaliação delas, as reuniões das Asambleas Autónomas eram um espaço importante para participar e compartilhar experiências e propuseram que no encontro de fevereiro fossem representantes da Assembléia. A moderadora colocou a proposta em votação, a qual foi aceita. Mas, na reunião anterior

ao dia do encontro, quando foi levantada a questão da participação na coordenação, nenhuma pessoa ofereceu-se para ir. O argumento levantado foi a grande distância até o lugar onde seria realizado o encontro.

14° Encuentro de las Asambleas Autónomas

O encontro desenvolveu-se em um prédio que parecia uma espécie de depósito. Havia o registro de cada participante, por meio do nome e lugar de origem. Durante o encontro funcionou um posto de venda de produtos da Cooperativa “La Asamblearia”. Em outro canto do lugar, vendiam café e algumas coisas para comer. Havia um grupo de pessoas colocando uma exposição sobre a origem e história da dívida externa, vinculando-a com a ditadura militar e as políticas neoliberais empreendidas pelos governos democráticos.

O trabalho de deliberação começou às 16:15 h. com a explicação de como estariam distribuídas as diferentes comissões no espaço físico. Funcionariam seis comissões: Economia Solidária, Política, Comunas, Cartoneros⁷¹, Salud e Prensa, e cada pessoa poderia se situar na comissão que desejasse. Ao final das discussões, realizariam o plenário na praça do bairro para compartilhar as propostas de cada comissão e decidir sobre o próximo encontro. Antes de se dividir nas comissões, apresentaram alguns informes: manifestação contra o ALCA; aviso de possível perda de um prédio ocupado e outro aviso da comissão de guaraníes de Salta e Misiones. Do encontro participaram por volta de cem pessoas, representantes de 30 Assembléias de Bairro diferentes. Entre eles havia cinco pessoas da Asamblea de Palermo Viejo que se distribuíram nas comissões de: Comunas, Economia Solidária e Política.

Durante o encontro permanecemos na comissão de Política, por ser a que congregava a maior quantidade de participantes, aproximadamente 35. Uma pessoa estava encarregada da moderação e na pauta foram colocados como temas: a manifestação contra o ALCA; a preparação do ato de 24 de março e a avaliação das Assembléias dois anos depois do seu surgimento. Alguns dos pontos do debate que merecem destaque são:

- ✓ Discussão sobre a percepção das pessoas a respeito da influência de organizações globais, como o ALCA, em sua vida cotidiana. Nesta, concluem que há influência e que as pessoas são conscientes disso. Manifestam a

⁷¹ Catadores de material para reciclar.

importância de que o tema seja trabalhado e canalizado pelos movimentos sociais.

- ✓ Avaliação do lugar e força das Assembléias na atualidade, na qual expressaram:

“Nuestra incidencia hoy es relativa, bastante relativa”

“Somos poquitos, pero somos capilares (...) Tenemos esa ventaja de estar en casi todos los barrios”

“Lo que pasó el 19 y el 20 lo estamos procesando ahora (...) Nosotros no estaríamos acá sino hubiese habido un 19 y 20 de diciembre (...) A partir de eso surgen proyectos.”

“Nuestro espacio tiene que ser una de las patas del movimiento popular”

“De haber existido el movimiento del pueblo argentino antes no hubiesen habido privatizaciones.”

“Lo que hemos logrado es esto (...) escucharnos a pesar de tener distintas ideologías (...) Hacer un ejercicio democrático que no conocíamos”

“Esto que estamos haciendo tiene que ser para toda la vida, para nuestros hijos, nuestros nietos.”

Merece destaque a forma como o debate se desenvolveu. Durante toda a discussão, as pessoas respeitaram os turnos das falas, não se interromperam nas intervenções, todos pediram a palavra à moderadora e escutavam em silêncio quando alguém falava. Neste sentido, vale a pena citar a fala de uma *assembleísta*, que participava pela primeira vez:

“(...) Yo es la primera vez que vengo, tenía miedo de participar en una interbarrial me preocupaba por los partidos políticos (...) acá he oído un diálogo de gente madura [são poucos participantes em sua Assembléia] somos casi amigos, no nos peleamos (...) Ustedes, esto que han hecho es espléndido, yo me siento totalmente integrada, yo los aplaudo (...)”

3.2 Os protestos

Nesta parte do trabalho pretendemos descrever algumas das formas de protesto utilizadas pelos/as participantes das Assembléias, a saber: *Apagón*, *colchonazo*,

escrache, piquete urbano, marchas etc. Com o objetivo de assinalar como se conectam as mobilizações com os eixos que dão coerência ao trabalho das Assembléias pesquisadas, descreveremos as formas de protesto que as Assembléias incorporam de outros movimentos sociais, às vezes recriando-as, e identificaremos, em cada caso, quem são os principais alvos dos protestos. Os/as participantes assinalam como uma das características principais de todos os protestos desenvolvidos pelas Assembléias a não violência.

Antes de começar a descrição, seria importante destacar que as Assembléias nascem a partir dos *panelaços*, ou seja, vinculadas a um tipo de protesto. Mas, de repente, desenvolvem todo um repertório de mobilizações que resgatam e recriam formas de protesto do movimento popular. Também, é possível identificar como as Assembléias convocavam e participavam de um número maior de mobilizações no começo de 2002, enquanto que em 2003 as mobilizações são esporádicas. A intensidade dos protestos do primeiro ano da existência das Assembléias foi destacada por nossos/as informantes durante as entrevistas. Por exemplo, Estela, da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, destacava que os temas que mais vezes apareciam nas reuniões do começo das Assembléias eram marchas e mobilizações:

“(...)muchos eran marchas. ‘Tenemos que marchar mañana por, qué sé yo, fulanito de tal, mañana por menganito de tal, el sábado por tal otro’. Eran todas marchas, todo el día de marcha en marcha andábamos.(...)”

Já em 2003, as participações em protestos diminuíram significativamente, sendo as mobilizações muito mais específicas ou realizadas em datas pontuais. Assim, as datas que, geralmente, marcam a participação em protestos: 8 de março, pelo Dia Internacional da Mulher; o 24 de março pela memória sobre a repressão; o 1 de maio pelo dia internacional do trabalhador; o 19 e 20 de dezembro etc. Mas, o tempo das marchas possibilitou que os/as participantes criassem fortes laços de confiança e que tivessem uma história de luta compartilhada, a qual passou a fazer parte da história das Assembléias. Foi uma oportunidade concreta na qual estas organizações vincularam-se a outros movimentos sociais e aportaram sua criatividade e experiência às lutas do movimento popular.

Apagón e marcha de tochas

O protesto é proposto pela Asamblea de Palermo Viejo, no Enlace Zonal⁷², do qual participavam junto a outras Assembléias. O *apagón* consiste no não consumo de energia elétrica por um tempo determinado, geralmente é realizado durante o período da noite. Jorge explica:

“(...)lo que se propuse(...) fue una marcha de antorchas, invitar a los vecinos para que participaran. Era obvio contra las privatizadas en general y contra Edenor en particular. Invitamos también a los comerciantes del barrio a que se sumaran a una noche romántica con velas, en sus boliches y alineando también a esta propuesta. Algunos la recogieron de muy buen grado y se sumaron a ella.(...)”



Fotografia 16. Protesto contra a Companhia de Energia Elétrica Edenor. **Fonte:** Asamblea de Palermo Viejo.

Como pode ser observado no texto produzido pelos/as participantes para a divulgação do protesto (que reproduziremos mais adiante), este incluía o não consumo de energia elétrica e, posteriormente, a marcha de tochas. Jorge agrega:

“(...)Bueno, partimos desde esta, desde nuestra esquina, en Santa Fe nos encontramos con algunas otras asambleas, otras que vinieron de otros lugares y todos concluimos en Plaza Italia cortando la calle. Yo no sé, se estimaba algo así como quinientas personas en la manifestación, bueno hubo medios y demás que reflejaron este tema.(...)”

Ángela da Asamblea de Palermo Viejo explica como uma linha importante do trabalho das Assembléias foi o posicionamento ante as empresas privatizadas:

⁷² Grupo de Assembléias de bairros próximos que se reúnem para trabalhar eixos comuns.

“(...)las manifestaciones que hacíamos contra el aumento de las tarifas, es decir, contra las empresas privatizadas, mal privatizadas. Y... la asamblea trabajó mucho en ese punto, teníamos acá una persona que lamentablemente en este momento no está, que, que hizo mucho para que, para que toda esta cuestión de las privatizadas tuviera un matiz similar a lo que está ocurriendo ahora que la gente se da cuenta que en realidad fueron malas privatizaciones y demás (...)”

Gacetilla de Prensa de la
Asamblea de Palermo Viejo

El miércoles 20 de marzo a las 20 horas

Apagón con marcha de antorchas contra el tarifazo

La Asamblea Vecinal de Palermo Viejo convoca este miércoles 20 de marzo a un apagón de 20:30 a 21 y a una marcha de antorchas hacia Plaza Italia, contra el tarifazo de las empresas privatizadas.

Salimos de Humboldt y Costa Rica, a las 20, y tenemos previsto llegar a Plaza Italia a las 21, adonde también confluirán las otras Asambleas de la Mesa de Enlace de Palermo, Colegiales y Belgrano.

Además de rechazar el tarifazo que pretenden imponernos, reclamamos:

- la participación de los vecinos en los organismos de control de las empresas privatizadas**
- la suspensión del corte de servicios por falta de pago**
- la implementación de tarifas sociales para jubilados y desocupados**
- la nacionalización de las empresas privatizadas y su funcionamiento como cooperativas en manos de sus trabajadores.**

Agradecemos difusión

**La Asamblea de Palermo Viejo se reúne en
Costa Rica y Humboldt, los jueves a las 20 hs.**

Sitio en Internet: www.palermoviejo.netfirms.com

Contacto: prensapalermoviejo@hotmail.com

comisiondeprensa@yahoo.com.ar

Foro de discusión: www.communities.msn.es/palermoviejo

Fonte: Asamblea de Palermo Viejo. **Gacetilla de apagón.** Disponível em: <http://www.palermoviejo.netfirms.com/gaceboninf.htm>. Acesso em: 14 jan. 2004.

Colchonazo

Esta forma de protesto também é organizada a partir de parcerias entre Assembléias. Neste caso, trata-se de um trabalho conjunto entre a Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego e a Asamblea de Constitución, como parte das ações da comissão de Moradia. Aproveitando o momento em que assumiam as novas autoridades do

Governo da Cidade de Buenos Aires, no 10 de dezembro 2003, decidiram fazer uma mobilização e apresentar uma demanda simbólica escrita por uma “*compañera*” advogada, que participa ativamente da comissão mencionada. No documento expunham os problemas relacionados à moradia. Gabriel explica o motivo da denominação atribuída ao protesto:

“(...) ‘Colchonazo’ porque llevamos un montón de colchones, nos tiramos en la calle, cortamos la calle frente a la Intendencia y pedimos una reunión con el Secretario nuevo que asumía para ponerlo, y decíamos que el objeto era enrostrar al Gobierno de una situación naturalizada, ese es un término que se usa mucho en antropología, [ríe]. Situación de las tremendas condiciones de vida de los chicos de enfermedades, de hacinamiento, con la falta de respeto por sus derechos y demás en los hoteles y qué respuesta iba a dar el Gobierno a todo eso(...)”

Por sua parte, Estela explica que já tinham apresentado notas, mas que estas eram engavetadas e nada acontecia. É a partir da organização de ações conjuntas, pelo enlace entre Assembléias, que conseguem unir forças para tomar medidas de pressão e as reivindicações começam a serem atendidas. Ela descreve o protesto:

“ (...) todos los vecinos movilizados con los enseres de una casa, principalmente colchones. Con treinta colchones de una plaza mostraban que estaban en la calle, los colchones en la calle. Por eso se lo llamó el colchonazo, estamos con los colchones en la calle. Algunos llevaron sus cacerolas, otros llevaban, qué sé yo, los carritos de los chicos, pero como que estaban abandonados y en la mano del Estado (...).”

Já mencionamos o trabalho desenvolvido pela comissão de Moradia. Com o *colchonazo*, o grupo queria manifestar que em uma situação de emergência como essa não podiam esperar a demora dos processos burocráticos relacionados a leis e resoluções. Era necessária uma medida urgente. Assim, conseguiram, na seqüência, duas reuniões com diferentes autoridades para iniciar as discussões a respeito da problemática.

Como em outras situações, por ter dado certo o protesto, apareceram grupos que pretendiam mobilizar as pessoas para seu próprio benefício. Estela comenta:

“(...) a partir de eso está la mirada ‘¿Qué pasó?’ Hubo algunos que dijeron, ‘El hecho político fue maravilloso, el colchonazo. Tenemos que hacer otro para acelerar los tiempos’. Porque, hay grupos que quieren armar una organización de corte opositor a Ibarra, Ibarra es el Jefe de Gobierno(...) Quieren hacerle acciones políticas todos los días a Ibarra, para debilitarlo. Y lo cual, yo creo que nosotros no tenemos que entrar ni para un lado ni para el otro. Pero también advertir que algunos nos quieren operar, que nosotros vayamos atrás de las propias necesidades de ellos y no las nuestras.(...)”

Segundo ela, o pedido de outro *colchonazo* não tem validade se é feito por uma organização. São as próprias pessoas que participam da comissão de moradia e vivem situações de emergência habitacional que devem avaliar a necessidade de se mobilizar. Mas, os partidos políticos da oposição tentaram se aproveitar da efetividade do protesto organizado para boicotar o novo Governo da Cidade de Buenos Aires. Estela avalia:

“(...)Y ahí aparece de vuelta las organizaciones que no son, que no son representativas de nada, porque son los partidos políticos que no representan a nadie en ese momento y estos agrupamientos que no son independientes.(...)”

Escrache

"Se não há justiça, há escrache"

O *escrache* é uma forma de protesto criada em dezembro de 1996, pela organização H.I.J.O.S.⁷³ como ação simbólica de reivindicação por justiça e reflete a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar. Caracteriza-se por ser uma ação não violenta que atinge moralmente e denuncia:

“as causas políticas e econômicas do genocídio, seus atores e cúmplices assim como também sua continuidade no modelo econômico atual, a que se opõem, participando das lutas populares” (Catela, 2001, p. 348).

⁷³ *Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio*. Organização de Direitos Humanos criada em outubro de 1995 e formada por filhos e filhas de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar.

As idéias de continuidade do sistema político e econômico instaurado a partir do golpe do 1976 e a necessidade de união com as lutas populares, como já foi mencionado, estão presentes, também, nos/as participantes das Assembléias, que passam a utilizar o *escrache* como parte de seus protestos. Desta maneira, embora o *escrache* tivesse nascido vinculado a uma cultura jovem, a dos/as filhos/as de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar, estendeu-se sua utilização além da idade e deste coletivo particular. O *escrache* é realizado por outros movimentos sociais que atingem novos alvos. Portanto, podem ser *escrachadas* pessoas vinculadas a casos de corrupção, de autoritarismo policial e de tudo que seja considerado como atentado contra os direitos individuais coletivos (*op.cit.*, p. 360).

Catela (*op.cit.*, p.351) destaca que a ênfase do ato está vinculada aos lugares de pertencimento, isto leva a realizar os *escraches* no domicílio da pessoa, em lugares do bairro, ou no local de trabalho. No caso das Assembléias, percebemos que a proximidade de uma pessoa considerada pelos/as participantes como merecedora do *escrache*, no bairro, faz surgir o protesto. A manifestação que, inicialmente, poderia estar restrita a uma expressão individual – de raiva, ódio ou rechaço – deriva em uma *atividade racionalizada e coletiva*.

O *escrache* é uma forma de protesto que age dentro da legalidade e, de fato, não existe nenhuma lei que possa impedi-lo. Entretanto, pessoas que correram o risco de serem *escrachadas* tentaram conseguir amparo legal contra a manifestação. Curiosamente, um intuito deste tipo foi apresentado pelo ex-presidente Menem, em março de 1999. Mas, o pedido de lei foi amplamente repudiado e rechaçado (*op. cit.*, p. 356). Assim, o *escrache* continuou vigente e, posteriormente, seria aplicado tanto aos juízes que ditaram a liberdade de Menem, como a ele mesmo.

Segundo Catela (*op.cit.*, p. 367) o *escrache* faz parte das experiências adquiridas pelos/as familiares de desaparecidos que repercutiram nas “*formas de fazer política, na Argentina diante da violência política e social*”. Neste sentido, as pessoas entrevistadas reconhecem o *escrache* como uma das tantas aprendizagens que desenvolveram junto a outros movimentos sociais do campo popular. Estela explica que o *escrache*:

“(…) *Nace de HIJOS, es un aprendizaje que se hace de HIJOS. Creo que nosotros tomamos de HIJOS el escrache; de los piqueteros el corte; de las Madres, la Plaza de Mayo. Es como un aprendizaje que se va haciendo de otras organizaciones de lucha. Cuando los HIJOS le*

empiezan a hacer el escrache a los represores en sus viviendas, que no sabían los vecinos quiénes eran los que estaban ahí. Entonces ‘Acá vive el genocida’, (...) Ese era el escrache de HIJOS, mostrar quién fue ese sujeto. Nosotros hacíamos lo mismo, cuando aparecía un político lo escrachábamos y bueno esa era la historia.(...)”

Durante a entrevista com um casal, participante da Asamblea de Palermo Viejo, sobre os momentos mais importantes vividos na Assembléia, surgiu um *escrache* que foi registrado especialmente por eles. Ángela e Carlos, lembrando diferentes fatos, destacam:

Ángela: *“(...) muy fuerte fueron todas manifestaciones que tuvimos en la calle, cuando hicimos el escrache a Menem. Fue una, fue una noche...*

Carlos: *El primero de los escraches que se le hizo a Menem, en todo el país fue el primero.*

Ángela: *Fue una, fue una decisión así que nos surgió acá.*

Carlos: *Era un jueves justo, un día de asamblea.*

Ángela: *Y dijimos qué hacemos acá, Menem está acá tan cerca, y bueno vamos a gritarle y eso hicimos.*

Carlos: *Y la pasó mal, se sintió mal. Logramos lo que queríamos.(...)”*

Seguindo o relato de Jorge, a presença do ex-presidente devia-se ao lançamento de sua nova candidatura à presidência da nação, na Capital Federal. A tal fim, realizava-se o evento em um local do bairro de Palermo Viejo. Jorge explica:

“(...)nosotros entramos en conocimiento, que era un jueves, era día de reunión nuestra pero ya había habido comunicación de muchos miembros de la asamblea, de mails que circulaban donde dábamos cuenta de esto y de la importancia que por ahí podría tener, resistir a su presencia en el barrio.(...)”

Sabendo da possibilidade do *escrache* outras pessoas estiveram presentes na Assembléia e somaram-se as Assembléias do Enlace. Jorge manifesta:

“(...)Vino un fotógrafo que era nuestra mejor arma de defensa, digamos, porque realmente nos recibieron en forma muy hostil un grupo de menemistas y también la guardia de Infantería que se había dispuesto

para darle protección a Menem. Nosotros no sólo fuimos agredidos en forma verbal por distintos grupos de menemistas, sino también físicamente por grupos represivos por la policía, de Infantería. Y bueno como consecuencia de ello una compañera nuestra sufrió varias lesiones(...)”

Ele comenta que quando o *escrache* foi divulgado por noticiários de televisão e pela imprensa, o ex-presidente:

“(...) salió a decir que estaban, las calles de Buenos Aires estaban llenas de subversivos, que había que terminar con eso, que había que poner orden. Pudimos salir publicados en Página 12, tudimos espacio, aclarar obviamente que no éramos delincuentes y que tranquilamente se podía revisar el patrimonio que teníamos nosotros, cosa que él no podía. Muy pequeño muy concreto y muy claro (...)”

Reproduzimos a seguir o texto que expressa o posicionamento assumido pelos/as participantes da Assembléia:

Nosotros no discriminamos, pero no admitimos delincuentes

Ante las últimas declaraciones públicas de Carlos Saúl Menem en Estados Unidos, en las que llamó “a combatir a los marxistas y a la delincuencia que tienen tomadas las calles de Buenos Aires”, en aparente alusión a los vecinos que repudiamos su presencia el jueves último en su primera incursión en la Capital Federal luego de su excarcelación, queremos decirle que nosotros sí podemos justificar nuestros bienes, jamás se nos ocurriría enajenar a precio vil el patrimonio de los argentinos, o endeudar irresponsablemente a la Nación, ni mucho menos contrabandear armas.

Nos preguntamos si su propuesta de ejercer un “liderazgo fuerte” se expresa en esos golpes de bastón sobre un grupo de hombres y mujeres comunes; o en su salida intempestiva en un vehículo de vidrios polarizados (¿símbolo de su transparencia, quizás?)

Cuando tomamos las calles para pedir “Que se vayan todos”, lo hacemos para reclamar que gente como usted no vuelva a gobernar en Argentina.

Y además queremos recordarle que los vecinos que nos autoconvocamos en las asambleas no discriminamos por el origen ideológico de quienes se acercan a participar. Siempre optamos por el pluralismo y la construcción en el disenso.

Pero eso sí, en algo somos terminantes: no admitimos delincuentes.

11 de junio de 2002

Comisión de Política

Asamblea de Palermo Viejo

Fonte: Asamblea de Palermo Viejo. **Gacetilla Menem**. Disponível em: <<http://www.palermoviejo.netfirms.com/Gacetillas/gacetilla-menem.htm>>. Acesso em: 14-jan. 2004.

As agressões, tanto verbais quanto físicas, sofridas por algumas pessoas da Assembléia geraram a necessidade de criar uma nova comissão (como já foi exposto), a comissão de segurança. Nossos informantes relatam:

***Gabriela:** Sí ya ahí, yo creo ahí fue, en el escrache de Menem*

***Jorge:** Ahí tuvimos ya casi el enfrentamiento con la policía*

***Gabriela:** Claro. Entonces a partir de ahí un poco surgió la inquietud (...)Y sí en el escrache de Menem nos sentimos como cerrados por la policía, en algún momento. Y bueno tuvimos en el grupo algún incidente, alguna persona golpeada(...)"*

Outro *escrache* lembrado por Gabriela, da Asamblea de Palermo Viejo, foi o que fizeram a Videla, ex-presidente de fato e repressor durante a ditadura militar. A data do *escrache* está vinculada a um novo aniversário do Golpe de Estado de 24 de março de 1976.



Fotografia 17. Escrache a Videla. Fonte: Asamblea de Palermo Viejo.

Transcrevemos a seguir a convocatória realizada pelos/as participantes da Assembléia:

**Gacetilla de Prensa de la
Asamblea de Palermo Viejo
El jueves 21 a las 19 hs en Cabildo al 600
Escrache a Videla**

Con motivo de cumplirse el 24 de Marzo un nuevo aniversario del golpe militar de 1976 y ante la impunidad dictada por el poder político, el repudio social es nuestra herramienta.

Por eso declaramos al dictador Jorge Rafael Videla como vecino no grato y convocamos a expresar el rechazo a su persona el jueves 21 de marzo a las 19 horas frente a su casa, en avenida Cabildo al 600, en el barrio de Belgrano.

Repudiamos a Videla porque como presidente de facto entre 1976 y 1981, fue uno de los principales responsables de la dictadura más sangrienta que vivió el país.

Repudiamos a Videla porque fue condenado en diciembre de 1985 por la Cámara Federal “como autor responsable de los delitos de homicidio agravado con alevosía, reiterado en 16 oportunidades; homicidio agravado por alevosía y por el concurso de tres personas, por lo menos, reiterado en 50 oportunidades; privación ilegal de la libertad agravada por amenazas y violencias reiterado en cuatro oportunidades; tormentos seguidos de muerte, reiterado en cuatro oportunidades; robo reiterado en 26 oportunidades”.

Repudiamos a Videla por haber sido una de las cabezas del Plan Cóndor que unió a las cúpulas dictatoriales de Chile, Argentina, Paraguay, Uruguay, Bolivia y Brasil, en los años 70 para perseguir y eliminar a ciudadanos por sus ideas.

Repudiamos a Videla porque, en lugar de cumplir con su condena reclusión perpetua e inhabilitación absoluta perpetua, fue indultado en diciembre de 1990, junto a Emilio Massera y Roberto Viola, por el entonces presidente Carlos Menem.

Repudiamos a Videla porque, una vez liberado, reclamó una reivindicación del terrorismo de estado practicado durante el gobierno militar.

Repudiamos a Videla por haber sido procesado en 1999 por la apropiación sistemática de bebés durante la dictadura

Repudiamos a Videla porque, por su edad, puede gozar del beneficio del arresto domiciliario.

Repudiamos a Videla como símbolo del poder económico que lo sostuvo durante la dictadura y que hoy se perpetúa en este modelo de exclusión social.

Repudiamos a Videla porque la condena social es nuestra única herramienta para que no pueda caminar libremente por la calle.

Repudiamos a Videla porque NO OLVIDAMOS.

Salimos de Humboldt y Costa Rica a las 18:30 y nos dirigimos hacia el domicilio de Videla en Cabildo al 600, adonde también concurrirán las otras Asambleas de la Mesa de Enlace de Palermo, Colegiales y Belgrano.

Agradecemos difusión

Fonte: Asamblea de Palermo Viejo. **Gacetilla escrache Videla.** Disponível em: <<http://www.palermoviejo.netfirms.com/Gacetillas/gacetilla-videla.htm>>, acesso em 14 jan. 2004.

Outro tipo de manifestação mencionada por Jorge, que às vezes chama de *escrache* e, às vezes de manifestação espontânea, terá como alvo os supermercados que remarcam preços. O participante explica:

“(...)también la asamblea participó de un escrache espontáneo, una manifestación espontánea en un puesto de Cabildo, Cabildo al 800, al 500, al 900, en un puesto muy grande que hay y bueno llevamos carteles identificatorios y le pedíamos a la gente que no consuma, que no consuma y que haga valer sus derechos, que no compre indiscriminadamente, que, bueno que los hagamos entrar en razones a esta gente y que no se abuse de las circunstancias(...)”

Jorge reconhece o êxito do protesto, mas, também, a dificuldade de nomeá-lo. Assim, descreve:

“(...)un grupo que fue fuimos participamos, todos con carteles debajo de la remera y demás o del abrigo o lo llevábamos en la mano. Bueno estando dentro empezamos a dejar algunos volantes en algunos lugares y bueno después nos concentramos todos nos hicimos señales y, bueno fue sorpresivo toda la gente, nadie lo tomó a mal, empezamos a aplaudir a llamar la atención de la gente. La gente, muchos de ellos felicitándonos por la iniciativa, nada más que llamar la atención de la gente y de los comerciantes.(...)”

“Piquete urbano”

Estela, na segunda entrevista, comenta sobre o “*piquete urbano*” e dá uma definição deste tipo de protesto, que surge dos piqueteiros. A Assembléia recria esta forma de protesto realizado nas rodovias, no contexto urbano da cidade. Os/as participantes da Assembléia organizam-nos contra: a Bolsa de Comercio, as empresas privatizadas (como, por exemplo, Aguas Argentinas), supermercados etc. Os motivos são, geralmente, os abusos cometidos em meio à crise social que se vivia. Estela descreve:

“(...) Fue muy novedoso hacer el piquete urbano, porque nosotros queríamos hacer alguna cosa que fuera, con las herramientas de los piqueteros, que era hacer un piquete, pero en la Ciudad, pero no hacérselo cortando la calle de cualquier lado. Ahora te muestro el mapa, ese miércoles, que era ir a la bolsa de Comercio ponernos en una puerta donde no entraba ni salía nadie, fue muy lindo. Entrar a Aguas Argentinas y ponernos en cada mostrador para que nadie pudiera hacer ningún trámite, o sea, en cada lugar era molestar al poder en el momento, en el lugar del poder, era decirles ‘Le estamos acá bloqueando’(...)”

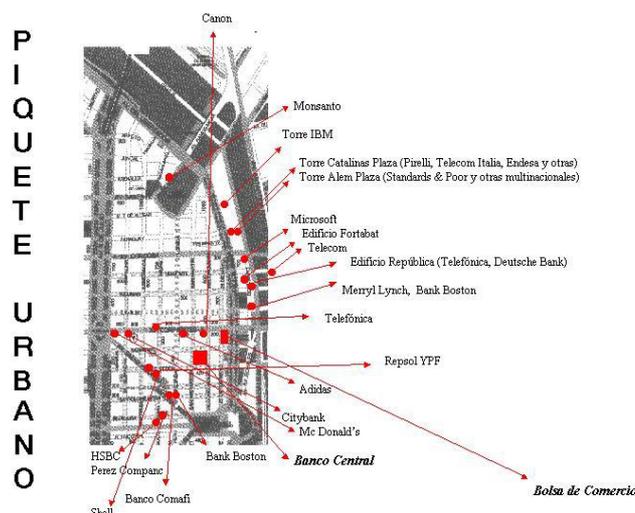


Figura 06. Mapa de mobilização para piquete urbano. Gentilmente cedido por: Estela Fourmantin.

Estela diferencia este tipo de protesto da forma de agir, por exemplo, de alguns/mas *ahorristas* que atuavam com violência, quebrando as instalações dos bancos e destruindo coisas. Ela manifesta:

“(...)Nosotros entrábamos todos, con todas las cosas y nos poníamos a tomar mate en, sentados en el piso, a jugar, a charlar, estábamos haciendo un piquete, o sea, les cerrábamos la puerta, estaba bueno, piquete urbano.(...)”

Marchas

“(...) La violencia y la represión siempre es contra nosotros(...)” Gabriel

O verão de 2002 foi um tempo de marchas. A partir das primeiras reuniões da Interbarrial, em Parque Centenário, sucederam-se marchas semanalmente, todas as sextas-feiras. Jorge comenta que eram marchas muito numerosas e lembra, na entrevista, junto com Gabriela:

Jorge: *“(...)En nuestra primer marcha como asamblea ver un viernes a la noche, creo que un viernes a la noche, un sábado a la noche*

Gabriela: *Viernes*

Jorge: *Que llovió muchísimo y que fue, era impresionante ver, pese a que llovía a cántaros y ver la cantidad de gente que estaba en Plaza de Mayo, fue nuestra primer movilización*

Gabriela: *Como asamblea.*

Jorge: *Como asamblea. Y a su vez nos aproximó, nos acercó mucho esta*

Gabriela: *Esta experiencia compartida, por ahí.*

Jorge: *Esta experiencia compartida y a parte ese, bueno en esa circunstancia, tan adversa, climática. Era mucha la efervescencia que tenía, que teníamos por entonces.*

Gabriela: *Digamos que bueno había logrado que un gobierno que no estaba cumpliendo con la demanda de la gente se fuera, entonces bueno, era, había sido muy muy grosso todo eso, (...)”*

O vínculo criado a partir de compartilhar a experiência das marchas e a possibilidade de se expressar, de se manifestar, são destacados por todas as pessoas entrevistadas. Mas, segundo Gabriel a criação desse vínculo implicou um processo, porque não existia para a maioria das pessoas da Assembléia uma experiência de mobilização massiva em comum. Nas suas palavras:

“(...)podía ser la experiencia común con los piqueteros o para los partidos de aquellos que ya venían recorriendo, pero toda esta masa que se incorpora es como algo, casi diríamos que es novedoso todavía no estaba recorrida esta experiencia por eso se va, va retirando mucha gente.(...)”

Os/as participantes das Assembléias recuperam as ruas ou as percorrem mobilizados pela primeira vez. Assim, vão construindo uma história de luta compartilhada que tem como principal característica: a não violência. Mas, em várias ocasiões, os/as participantes sofrerão agressões tanto verbais como físicas, e com diferentes níveis de gravidade, por parte de grupos policiais ou militares. Estela manifesta:

“(...) todos los viernes íbamos a Plaza de Mayo, y en Plaza de Mayo nos reprimían todos los viernes. O sea, todos los viernes nos tiraban gases, salíamos corriendo de la Plaza(...)”

Foram muitas as marchas que se realizaram, mas uma delas apresentou-se muito significativa nos depoimentos dos/as informantes. Trata-se, na verdade, de duas marchas: a primeira realizada em Puente Pueyrredón, no dia 26 de junho de 2002, na qual a repressão produz centenas de pessoas feridas e duas mortes – um comissário da

polícia assassina dois jovens piqueteiros do “*Movimiento de Trabajadores Desocupados Anibal Verón*”, Maximiliano Kosteki e Darío Santillán. A segunda marcha é convocada por numerosas organizações para repudiar a repressão que provocou centenas de feridos e a morte destas duas pessoas.

Para Gabriel, os fatos acontecidos em Puente Pueyrredón marcam um momento chave para a história das Assembléias. Ele diz:

“(...)El Puente es un momento para todos, fue muy fuerte la, la decisión de represión del Gobierno en ese momento, el de dar un escarmiento, de retraer a los grupos más avanzados. Ese día al Puente, básicamente fueron la Anibal Verón, otros grupos más, el Polo Obrero también había ido y algunas asambleas. Y nuestra asamblea fuimos, yo no fui personalmente no podía tenía que laburar ese día no fui. Pero fueron varios compañeros también, justamente porque se sabía que iba a haber represión y que la mano iba a estar dura, siempre está en la imaginación nuestra el hecho de represión, siempre está flotando ahí consciente o inconscientemente, más bien conscientemente.(...)”

Estela também comenta que dessa marcha não participaram muitas Assembléias e que, de fato, a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego era uma das poucas que tinha decidido estar presente. Imediatamente, lembra a repressão:

“(...) estábamos del lado de la Provincia y el momento de las balas, en el momento de correr... una compañera nuestra cae herida de bala y otro compañero cae herido de balas de goma, tenía como veinte perdigonadas y esta compañera tenía balas en las dos piernas(...) le destrozaron un hueso, bastante feo.(...)”

Gabriel comenta:

“(...)la furia represiva fue muy grande, se persiguió a la gente muchas cuadras, se invadió un local, creo que era la Izquierda Unida, ahí, por ahí andaba Zamora se puso a los gritos con la policía. Hubo muchos heridos, que ni se sabe porque hay mucha gente que no quería dar a conocer por el miedo de quedar identificado, fue muy fuerte eso (...)”

Gabriel descreve as cenas mais duras da repressão e a morte dos dois jovens:

“(...) se vio por toda la televisión en todo el mundo, cómo había sido. El primer, las primeras veinticuatro horas el Gobierno justificaba la represión diciendo que había sido una cosa entre los grupos piqueteros contrapuestos, porque había, la Verón con el Polo Obrero no se llevaban bien.(..) y apareció en los medios, en los diarios, al día siguiente, apareció esa misma noche, creo, o al día siguiente cómo había sido y se lo ve cómo había muerto, bueno, Santillán heroicamente cuando va a ocuparse de Kosteki que estaba tirado en la estación, como aún medio muerto desangrándose lo tiran de los pelos, lo ponen en una ambulancia se lo llevan (...)”

Após a repressão, rapidamente, organizam-se em dois grupos. Um grupo esteve encarregado de acompanhar às pessoas feridas, enquanto o outro iria a Plaza de Mayo para repudiar, nesse mesmo dia, a repressão. Mas, como é possível identificar nos depoimentos, ativam-se lembranças da época de ditadura. Estela reconhece que ir à Plaza de Mayo gerava muito medo, enquanto Gabriel afirma:

“(...)no se retrocedió porque después de la muerte esa misma noche salimos, con un poco de miedo también porque no sabíamos si iba a continuar la represión, si venía una mano dura, por la experiencia que ya tenemos acá.(...)fueron momentos muy tensos (...)”

No esclarecimento dos fatos, os/as jornalistas e agentes da imprensa tiveram um papel fundamental:

“(...) cuando se vio, se le cayó el discurso al Gobierno, tuvieron que dar vuelta todo, decir “Qué barbaridad, se va a juzgar”, pero no se juzgó nada, está preso el bestia que pegó el tiro. El tipo andaba por ahí, los compañeros lo vieron, a los tiros por el puente hasta la estación.(...)”

Uma semana depois, diferentes organizações sociais, políticas, de direitos humanos etc. convocam uma mobilização em repúdio à repressão em Puente Pueyrredón. Estela descreve:

“(...) a la semana del 26 de junio hacemos esa marcha, esa es la marcha que duró, casi te diría siete horas, que es la marcha del primero de julio donde vamos a repudiar a Plaza de Mayo, todas las organizaciones

sociales, la represión, llovía espantosamente, la marcha empezó desde la estación de Avellaneda hasta Plaza de Mayo, y en esa marcha tardamos siete horas, desde Avellaneda a Plaza de Mayo. Porque el Gobierno había quitado toda la policía de la ciudad para que no se enfrentaran, pero la había dejado de civil. Le había quitado el uniforme, pero fue muy intimidatoria porque veías una ciudad vacía, en cada esquina había mucha gente y vos intuías que era policía de civil, había un fuerte miedo de los que estaban marchando pero fue tan multitudinaria que íbamos sumando gente. Se sumaban columnas, era una cosa casi épica, porque se iban sumando columnas a medida que íbamos caminando(...)”

O relato de Estela é ilustrado por fotografías que ela vai abrindo na tela do computador, enquanto lembra:

“(...)Cuando estábamos en, caminando y se iba sumando gente y lo que íbamos cantando era casi una letanía, que era: ‘Dale alegría, alegría a mi corazón/ la sangre de los caídos es rebelión/ ya van a ver las balas de Avellaneda van a volver/ sí señor vamos a vengar la muerte de ladrón’. Y todo eso, era muy, es maravilloso como esto iba sumando despacito, despacito, iba bajándose el volumen, la gente la cantaba casi como una letanía,(...)”

Estela descreve:

“(...) y hay una escena que todo el mundo la retrató, es una mujer de luto en un balcón que está ahí, primero, la conmueve tanto, un luto, obviamente había perdido a alguien recientemente, estaba vestida totalmente de negro. La tarde es una tarde gris, llueve pero horriblemente, nosotros empapados pero a morir. Y esta mujer la vez cómo llora, escuchar eso y la marcha casi te diría fúnebre, porque no había ningún tipo de festividad, uno, todo la gente que iba, iba con una cara de mucha preocupación primero por miedo. Porque era la primera vez que los piqueteros se sacaban el... la capucha, y aparecían con el rostro descubierto y nosotros, los assembleístas íbamos con ellos, acompañándolos.(...)”

Jorge e Gabriela, que já tinham participado de muitas marchas, também sentiram como essa marcha era distinta. Jorge manifesta que nessa ocasião atuou a comissão de segurança, porque:

“(...)era una, era una movilización a la que había que ir con mucho cuidado. Sentíamos ese temor, entonces los que queríamos ir organizados.(...)”



Fotografia 18. Assembleístas da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego durante a marcha contra a repressão em Puente Pueyrredón. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin.

Estela enquanto mostra uma fotografia da marcha na tela do computador:

“(...)Mirá a los compañeros, te lo pongo más grande para que lo veas, mirá la lluvia, están tapados. Es casi una foto, es casi una visión de Dostoievski... empapados de lluvia persiguiendo a la columna de la Verón, te muestro la columna de la Verón. Bueno tenemos, en ese sentido hicimos, marchamos bastante(...)”

O impacto político desta marcha foi notável. No mesmo dia o presidente provisório Eduardo Duhalde anunciou que as eleições presidenciais seriam adiadas. Gabriel avalia:

“(...)Entonces ese fue un hecho muy fuerte por todo lo que aconteció esas, esas 24, 48 horas, y porque no, el Gobierno tenía que tomar una decisión, se endurecía más represivamente y no debía ser, políticamente no podía sostener tal vez un orden represivo más grande, entonces viste, distensión, distensión, vamos a investigar, lo de siempre. Tal vez internacionalmente les tiraron de las pelotas, como siempre hay que ver qué dice papá, que es el que manda, que está allá en el norte, la estrategia del imperialismo hay que ver cuál es.(...)”

A descrição de algumas das formas de protestos realizados pelas Assembléias permite considerar como se manifestam as linhas principais assumidas por estas organizações. Por um lado, identificamos um diálogo com o movimento popular, tanto por retomar formas de protesto criadas a partir destas organizações, como por se solidarizar com elas. Por outro, identificamos nos alvos aos quais são dirigidos os protestos e os principais posicionamentos das Assembléias.

Assim, as empresas privatizadas serão um alvo freqüente tanto por sua indiferença em plena crise e, muitas vezes, pelo aumento desmedido das tarifas. A memória da última ditadura militar tomará como alvo específico a Videla, ex-presidente de fato e repressor. Os tempos da democracia, de corrupção, neoliberalismo, desigualdade social etc. serão escrachados na figura de Menem, ex-presidente. Às novas autoridades do Governo, os protestos servirão tanto de reclamação como de advertência.

Piquetes urbanos, escraches, panelaços, apagones, marchas etc. estiveram presentes cotidianamente e ganharam novas formas e executores. Pessoas que nunca tinham saído às ruas a se manifestarem, por vivenciar essa experiência coletiva valorizam o tempo das marchas por possibilitar a criação de fortes laços de confiança e prover ao movimento uma história de luta compartilhada. Mas, também, pelas novas participações os protestos ganharam organização, segurança e criatividade.

Cabe lembrar que as diferentes mobilizações organizadas e desenvolvidas pelas Assembléias caracterizam-se pela não violência, embora os/as participantes tenham sido alvos das forças repressivas e tenham tido que lidar com os medos e as lembranças da repressão em tempos de ditadura militar. Esse fantasma apareceu nos depoimentos dos/as informantes, que coletivamente conseguiram manter seu posicionamento e permanecer nas ruas.

CAPÍTULO IV

As Assembléias desenvolveram, por meio das comissões de trabalho, uma enorme quantidade e variedade de atividades vinculadas a diferentes áreas, mas todas perpassadas pelo plano político, como poderemos observar nos depoimentos dos/as informantes. Assim, realizaram: ciclos de vídeo-debate; palestras; exposições de fotografias; shows de música; caminhadas pelo bairro; programas de rádio; compras comunitárias; eventos culturais e assim por diante. Este capítulo estará destinado à descrição e análises dessas diferentes atividades realizadas pelas Assembléias pesquisadas que evidenciam atingir o seu objetivo de interagir com distintos atores sociais e restabelecer o tecido social.

Observamos que há atividades que se realizam de forma permanente, enquanto outras são organizadas para datas especiais ou requeridas em momentos determinados por problemáticas contextuais que a Assembléia assume. Um exemplo de atividades organizadas para datas especiais, poderia ser o evento realizado anualmente pela Asamblea de Palermo Viejo, conhecido como “La Trama” ou as Jornadas em Repúdio ao Terrorismo de Estado, desenvolvida pela Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Concernente às atividades geradas a partir de uma necessidade do contexto, poderíamos citar, como exemplo, a ajuda e apoio dado pela Asamblea de Palermo Viejo às pessoas vítimas de um incêndio acontecido em um prédio do bairro.

Inicialmente apresentaremos as “compras comunitárias”, atividade realizada por duas Assembléias pesquisadas. Após isto, descreveremos algumas das atividades que se desenvolvem cotidianamente na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, a saber: as *Ollas*, o *Merendero*, os empreendimentos de Couro, Padaria e *Roperio comunitario*. Cabe destacar que nesta Assembléia no momento de realizar a pesquisa: retomou seu funcionamento o Ateliê de Artes Plásticas, que tinha entrado em recesso em virtude do período de férias; iniciou-se um ateliê de ensino de português; e seriam retomados, em breve, as aulas de apoio escolar e o uso da biblioteca.

Por fim, relataremos um evento que foi destacado pelos/as participantes da Asamblea de Palermo Viejo como ação concreta que demonstrou a efetividade e importância do movimento na articulação dos diferentes recursos e atores do bairro, no intuito de promover a reconstrução do tecido social. Cabe esclarecer que esta Assembléia realizou várias ações objetivando a reconstrução do tecido social (o trabalho

com o movimento piqueteiro, as ações solidárias com os/as coletores/as de lixo etc.). Mas, a descrição detalhada de cada uma dessas ações excede os limites deste trabalho. Portanto, dedicar-nos-emos a descrever “La Trama” considerando os relatos dos/as informantes e os textos produzidos sobre o evento (como se origina, os objetivos que o motivam, como se organiza, o desenvolvimento, o impacto etc.).

4.1 Compras comunitárias: Construindo a Economia Solidária

Esta atividade foi desenvolvida pelas/os participantes das duas Assembléias pesquisadas, e Lucio, da Asamblea de Nuñez-Saavedra, comentou que tinham feito compras comunitárias também na sua Assembléia. Citaremos, em princípio, o relato a respeito de como se iniciou a atividade:

“(...) te diría que en enero del 2002 porque en ese momento, no sé si te acordás, existía el llamado el corralito financiero. Y no es que vos, por ejemplo yo no tenía ni un peso en el corralito, pero los que me pagaban por mi trabajo sí. Entonces estábamos todos en general con una situación de falta de plata, de efectivo, y eso nos hizo organizar lo que se llamaba las compras comunitarias, armábamos en la asamblea una lista e iban dos o tres al Mercado Central a comprar productos.(...)”

No Boletim Informativo de abril 2002 da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, divulga-se a venda de “‘Bolsas Solidaria de Alimentos’, de verduras e frutas con doce productos (7Kg. aprox.) a \$2,5, y de carne (1kg.) también a \$ 2,5”. Nesta Assembléia, a proposta das compras comunitárias surge a partir da Comissão de Desempregados. A seguir, Estela descreve o contexto da proposta e como foi a gestão para a venda de bolsões de verduras a preço de custo no bairro:

“(...) estamos hablando en el primer momento de, que acá hay una devaluación muy fuerte, entonces el salario no alcanzaba para nada, en ese momento todo, el consumo había caído fuertemente. Tratar de dar una ayuda, entonces había compañeros que se levantaban muy temprano en la madrugada, iban a comprar la mercadería, la embolsábamos, la fraccionábamos, vendíamos un bolsón barato. Qué sé yo por dos pesos tenía un bolsón con verduras frescas. Tres veces por semana lo hacíamos. (...)”

Na Asamblea da Palermo Viejo, também começam a realizar compras comunitárias. Jorge lembra a situação que se vivia e como, em plena crise econômica, os comerciantes abusavam e remarcavam os preços.

“(...) Bueno en aquel momento también a partir de esto hubo una serie de abusos en lo que era comercios y demás, o sea, esto de las compras comunitarias no era tampoco algo descolgado, que ya tenía esto o que querían recoger principios de economía solidaria o intentarlos, sino que también atendía a una necesidad real de una diferencia de precios muy grandes. Y bueno, los grandes mercados concentradores como podía ser el Mercado Central de Buenos Aires, era el que podía dar un precio mejor y que era muy diferente al que uno podía hacer sus compras cotidianas en el barrio.(...)”

A importância das compras comunitárias é que elas não se esgotaram em si mesmas, senão que geraram outras atividades ou desenvolveram interações importantes para a Assembléia. No caso relatado por Lucio da Asamblea de Nuñez-Saavedra, a partir das compras comunitárias pensaram na possibilidade de comprar diretamente dos produtores. Ele lembra que:

“(...) al mismo tiempo comenzó a estallar este fenómeno de la recuperación de empresas quebradas y nosotros en las asambleas fuimos a apoyarlos, nos pusimos en contacto, y nos dimos cuenta que además ellos no tenían ninguna experiencia en materia de comercialización y demás. Entonces nos empezamos a, primero empezamos a comprarles, y después a comprarles un poco para vender, lo hacíamos en plazas. (...)”

Assim, conseguiram armar um armazém coletivo e logo pensaram em organizar uma cooperativa. O processo, segundo Lucio, foi favorecido pelas interações que a atividade geral da Assembléia possibilitava. Começaram a conhecer outros atores, por exemplo, do campo que produziam de forma associativa e agro-ecológica. Em pouco tempo, decidiram dar mais envergadura a seu projeto de economia solidária e formaram a Cooperativa “La Asamblearia”. No momento da entrevista, ele comentou que estavam por mudar-se de local, a um prédio mais amplo.

Durante o 14º Encuentro de Asambleas Autónomas, foi possível observar o funcionamento de um *stand* de vendas da Cooperativa La Asamblearia



Fotografia 19. La Asamblearia. Stand de vendas durante o 14º Encuentro de Asambleas Autónomas.

Lúcio, no *stand*, explicava a turistas quais produtos estavam à venda e qual era a origem de cada um deles. Os produtos eram de distintos empreendimentos, tanto de pessoas desempregadas, que geralmente participam de alguma Assembléia, como de fábricas recuperadas pelos/as trabalhadores/as. Assim, havia produtos de limpeza e de beleza, da Asamblea Gastón Rivas⁷⁴; “grisines” da fábrica recuperada “Grisinópolis”; erva mate de uma cooperativa de colonos de Oberá Misiones; e outros produtos de empreendimentos rurais que os/as participantes da Assembléia dividiam para a venda. Lucio destaca:

“(...) Todos estos productos son frutos de una economía del trabajo, no hay capital atrás de ellos, no hay, el capital que se conforma es un capital fundamentalmente social, y, eso le da una diferencia cualitativa con respecto a la producción que está basada en el lucro del capital y en su reproducción (...)Por supuesto que eso también tiene muchas dificultades y muchas son las crisis(...)”

Lucio explica que quatro mulheres que participam da Assembléia, e que estavam desempregadas, trabalham atualmente na cooperativa. Também menciona que:

“(...) en sesenta, setenta negocios ya del barrio de Nuñez se venden estos productos. Bueno son setenta en la Ciudad de Buenos Aires, donde hay

⁷⁴ Gastón Riva é uma das pessoas que morreram, vítimas da repressão durante as manifestações de 20 de dezembro.

20.000 comercios no es nada. Pero vos lo medís contra tu propio haber empezado de cero e ir desarrollándote.(...)”

Ele destaca, também, as aprendizagens que esta experiência traz, no sentido de inverter a dinâmica do comércio tradicional e organizá-lo sobre bases éticas (ANEXO 13). Conceitos tais como “comércio justo”, “produção por auto-gestão”, “consumidor consciente” e assim por diante, vão ganhando sentido nas práticas cotidianas. O participante da Asamblea de Nuñez-Saavedra reconhece:

“(...)cuando vos empezás a comprar un alimento con una nueva conciencia que te la da la falta de guita, entonces abris los ojos. Se rompió esa actitud de pasividad de ir al hipermercado y comprar cualquier cosa. No te digo que sea algo muy generalizado, no, pero es algo que en la Argentina casi no pasaba y hoy hay un cierto sector que nosotros llamamos de consumidores conscientes o responsables sobre los cuales vos te podés apoyar para un proyecto(...)”

Em uma revista editada pela Cooperativa Red del Campo (2004), Lucio manifestava que a idéia de que somente é possível mudar as relações econômicas a partir da mudança total do poder do Estado foi transformada por uma utopia realizável, a de ir introduzindo transformações na sociedade.

“Nos damos cuenta de que esto va empezando a ser una forma de vida, que es una vida peleada – no hay felicidad sin lucha – pero que vale la pena vivirla. Esto de la Economía Solidaria es economía –la del trabajo –, pero es mucho más que eso: es una forma de cultura en sentido amplio, es un modo de la lucha contracultural que empezamos el 19 y 20.” (op.cit., p. 3)

Como participante da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, Estela valoriza a realização de compras comunitárias porque possibilitou romper a cadeia de distribuição e promoveu a aproximação de moradores e moradoras que estavam em uma situação econômica difícil. Desta maneira, conseguiram entrar em contato com pessoas que viviam outras necessidades, algumas das quais passaram a fazer parte do movimento e, no trabalho conjunto, a criar alternativas para os grupos com maiores dificuldades (desempregados/as, sem teto etc.).

Os/as participantes da Asamblea de Palermo Viejo, a princípio, pensavam fazer compras comunitárias de artigos básicos, para isso planejavam realizar um levantamento dos produtos mais consumidos pelas pessoas. Mas, depois, no intuito de não prejudicar os pequenos comerciantes do bairro, utilizaram como estratégia pedir-lhes que fizessem um pacote promocional de verduras e frutas. A idéia era que tanto as pessoas que participassem da Assembléia como as pessoas do bairro que quisessem adquirir essa promoção pudessem fazê-lo. Jorge mencionava que este empreendimento foi desenvolvido por uma das comissões que inicialmente tinham-se conformado, “Acción Barrial”. Assim, as compras comunitárias, como parte do trabalho desta comissão, deram origem a outros empreendimentos vinculados à Economia Solidária.

4.2 Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego

Ollas

“(...) Empezamos haciendo olla popular en la calle y fijáte dónde terminamos.(...)” Estela

A “*olla popular*” começou a ser realizada pela Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego para os “*cartoneros*”⁷⁵ *que trabajan en el barrio y otros vecinos en distintas esquinas del barrio*” (Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, 2003). Estela, que participa da comissão de *Ollas*, destaca que os/as catadores/as de lixo vinham sendo estigmatizados/as pela sociedade e, portanto, consideraram que deviam tentar ajudar este grupo. Estela descreve:

“(...) Y nosotros salíamos todos a buscar cartoneros por el barrio(...) Así empezamos a hacer las ollas populares en la calle, a cocinar en la calle. Cocinar para los cartoneros se juntaban cientos de cartoneros que comían en la calle, nosotros teníamos vajilla que colectábamos, llegábamos, armábamos el guiso a veces nos salía más rico, a veces peor, a veces nos salía la papa cruda, a veces no. Comíamos bajo techo, cuando llovía, nos refugiábamos ahí, empezamos a ver la realidad de los

⁷⁵ Denominação utilizada para os/as catadores de lixo. A partir do ano 2001 proliferaram nas ruas da Capital e do Gran Buenos Aires centenas de pessoas procurando materiais no lixo que servissem para vender.

chicos drogados, de chicos de la calle que cartoneaban, que por primera vez se relacionaban con otro sector social que los ayudaba(...)”

A proposta foi gerada na Comissão de Desempregados, começaram nas quintas-feiras nas ruas Balcarce e San Juan, dado que ainda o prédio não estava construído e, logo, houve também *ollas* aos sábados no terreno que estava desocupado. Paula lembra a quantidade de trabalho e discussão, no interior da Assembléia, que significou estabelecer a atividade. Estela coincide com essa apreciação e manifesta:

“(...)hay compañeros que dejaron de venir porque nosotros hacemos un trabajo muy fuerte con ollas, entonces decían que estábamos trabajando con el sujeto políticamente incorrecto, que nosotros debíamos trabajar más con los sectores medios(...)”

Em uma matéria publicada no Boletim Informativo No.1 de 2003 da Assembléia, como relatório da comissão de *Ollas*, apresenta e responde uma questão fundamental, o propósito de fazer essa atividade:

“La primera respuesta es que hay una necesidad inmediata que cubrir: algo tan básico como el derecho a la alimentación que no está cubierto. Hacer ollas es una manera de reconocer ese derecho, sin dejar por ello de exigir al estado que se haga cargo de lo que le corresponde.”(p.4)

Mas, neste sentido, o trabalho com as *ollas* trouxe outros questionamentos. Gabriel lembra que uma das questões principais, no momento da organização, foi como conseguir recursos sem arriscar uma das linhas fundamentais da Assembléia: a autonomia. Percebiam que manter a autonomia implicaria não receber ajuda do Estado, porque pela experiência de outros refeitórios o preço da ajuda termina sendo a sujeição à organização auxiliadora. A seguir, Gabriel comenta a linha dos acordos que foi possível estabelecer no seio da Assembléia:

“(...) ‘¿Qué hacemos le pedimos al Estado los víveres o los conseguimos nosotros por donación? ¿Le hacemos el juego al Estado de ser un apéndice de gobierno en su política, o somos autónomos e independientes?’. Esta es una dialéctica, en realidad, se tiene autonomía independencia pero también a usar la mayor cantidad de recursos que se

tienen a disposición, a no estar condicionados. Este es un juego permanente que todas las organizaciones los tienen.(...)”

Assim, a contribuição principal para a realização das *ollas* é, majoritariamente, fornecida pelas doações realizadas pelos/as comerciantes do bairro. Segundo o Boletim de novembro de 2003, semanalmente alimentam-se mais de trezentas pessoas e as *ollas* são realizadas “*por la participación activa de los comerciantes del barrio y vecinos a través de donaciones de alimento*”. Cabe destacar que são os/as próprios/as participantes da Assembléia que se mobilizam para pedir e retirar os alimentos nos diferentes estabelecimentos comerciais do bairro.

No momento da pesquisa, realizavam-se três *ollas* populares em diferentes dias: às segundas-feiras ao meio-dia para crianças, mães e pais; às quintas-feiras pela noite, e aos sábados ao meio-dia. As *ollas* dos sábados eram as mais concorridas, o refeitório enchia-se duas vezes. Durante o trabalho de campo foi possível observar e participar da atividade em um sábado. Nessa oportunidade conversamos com uma participante da Assembléia que estava encarregada de coordenar a realização da *olla* desse dia. Ela manifesta que, no começo, cozinhavam ela e outras companheiras, mas agora as pessoas que iam almoçar tinham assumido o trabalho, organizavam-se sozinhas e preparavam tudo.



Fotografia 20. Participantes da Asamblea de San Telmo-Plaza Dorrego durante a preparação da *Olla Popular*, sempre aos sábados.

Nesse dia, assistimos a uma cena que se repete sempre antes de começar o almoço. Uma pessoa da Assembléia apresenta a organização, quem são, que coisas fazem, por quê o fazem, que tipo de organização não são e explicam como realizam a *olla*, de onde saem os recursos e por que este trabalho é assumido pela Assembléia. Na

entrevista, Estela explica que a atividade não pode se resumir ao fornecimento de comida, é importante que as pessoas que assistem à *olla* saibam como surgiu a Assembléia e o trabalho que desenvolve. Para ela:

“(...) es hacer política todo el tiempo, porque cuando nosotros estamos en la olla, se lo decimos claramente que lo que estamos haciendo es política. Nosotros no somos caritativos, no somos nada buenos, nosotros lo que queremos es organizar el campo popular que está desorganizado. O por lo menos ayudar a que empecemos a organizar algo que estaba hecho pedazos. Y algo de eso lo logramos, sectores que estaban totalmente marginalizados y que no querían saber nada de organizarse, vos los ves.(...)”

A *olla* é também um espaço que se abre para a participação. Nelas, além das/os participantes da Assembléia, colaboram moradores/as de hotéis do bairro, sem teto e catadores/as de lixo. Isto fica explícito no Boletim citado:

“Las ollas (como todo lo que hacemos) son espacios de trabajo abiertos al barrio, tanto para el que necesita de un plato de comida como para los que quieren sumarse a esta experiencia colectiva...”(op.cit., p.4)

Estela assinala que, embora a construção de um refeitório tenha gerado muito debate no interior da Assembléia, a atividade possibilitou se aproximar com outra sociedade e outra realidade. Assim, vivenciam uma experiência de contato com um setor do bairro que não participava do movimento das Assembléias. Ela diz:

“(...)O sea, entraron por la vía de Desocupados, por la vía de las Ollas, entraron por la vía del comedor, por la vía de los emprendimientos, entró otra sociedad. Entraron aquellos que estaban desposeídos y eso lo fuimos viviendo aquellos que trabajamos en las reuniones de comedor. Viste el sábado que viste esa reunión, los que trabajamos en el comedor activamente, y tenemos una tarea, que no somos solamente los que vamos los martes a una asamblea. Todo el tiempo estamos tratando de ver cómo nos organizamos nosotros, para abrir este juego, porque a veces nos desborda.(...)”

Merendero

O *merendero*, como já mencionamos, funciona todos os domingos das 16 às 18 horas, no prédio da Assembléia. O objetivo desta atividade é exposto em o Boletim Informativo (Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, 2003):

“... além de oferecer uma merenda nutritiva, é trabalhar na construção de um espaço onde as crianças possam ser crianças, onde possam brincar e se divertir, onde possam se familiarizar com os livros, recriar valores e ideais e, sobre tudo, criar vínculos solidários, que partam de reconhecer o respeito pelo outro e que nos permitam contrastar o autoritarismo e o individualismo instalado em nossa sociedade.” (p. 9)

No *merendero* trabalham, voluntariamente, algum/algumas participantes da Assembléia, moradores/as do bairro, estudantes e mães. A merenda para as crianças, geralmente, consiste em chocolate ou chá mate com leite e bolachas. Alguns dos/as mais jovens participantes da Assembléia colaboram também nesta atividade. Eles e elas vão procurar as crianças nos hotéis do bairro e as trazem para o prédio, enquanto Bety prepara a refeição. Ela destacava, na entrevista, como a atividade está organizada e as tarefas estão distribuídas:

“(...) Cada cual aquí hace su rol. Yo estoy en la cocina, les preparo su leche, ponemos sus galletitas, si hay torta, si es su cumpleaños se festeja ese domingo, si fue en semana, se hace la torta, las velitas y se festeja.(...)”

Também costumam celebrar datas especiais como o dia da criança. No dia da observação, chegaram mais de vinte crianças junto com alguns/mas participantes, outras crianças chegaram depois com sua mãe ou algum familiar. Uma vez no prédio, os/as coordenadores/as da atividade forneceram várias caixas com brinquedos e ficaram brincando com as crianças.

Às vezes, costumam fornecer materiais para desenhar ou desenvolver atividades mais planejadas. No dia da observação, um dia de sol, decidiram fazer uma saída até a praça que fica a um quarteirão do prédio. Ao perguntar a respeito da quantidade de crianças que assistem ao *merendero*, Bety comenta:

“(...) Y de 27 a 30. Talvez a veces tenemos un poquito más, viste, pero según, viste, porque hay papás que buscan vueltas, viste, están en los

hoteles que van ellos, en la avenida Perú. Por ahí quieren, por ahí no quieren entonces no se exige, se traen los que ellos quieren y los que vienen que esto está abierto. Ingresan la mamá o la abuela quién los traiga. Nosotros los cuidamos, tratamos de que nadie esté durante el merendero, nadie ajeno, para cuidar los niños, viste, se los cuida dentro del baño, tanto como se lleva a la plaza o se va para el hotel, van las chicas todas tomadas de la mano, para que no se escapen los nenes.(...)”

Empreendimentos

A Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego desenvolve uma série de empreendimentos produtivos: Ateliê de couro; Padaria, e *Ropero* comunitário. As razões são apresentadas no Boletim da Assembléia (2003) e transcritas a seguir:

“Por quê impulsionar empreendimentos produtivos? Porque nos roubaram a possibilidade de um trabalho digno. Porque não aceitamos os subsídios assistenciais como forma de vida. Porque queremos nos capacitar em diferentes ofícios. Porque queremos derrotar o individualismo que nos deixa sem saída. Porque queremos recuperar com práticas solidárias a cultura do trabalho.”

As práticas deliberativas da Assembléia perpassam também estes espaços. As decisões são tomadas pelos/as participantes do empreendimento em reuniões periódicas.

a) Ateliê de couro

Paula, que participa do empreendimento de couro, comenta que o projeto surgiu a partir da Comissão de Desempregados, como um ateliê de capacitação. Mas, como ainda não tinham construído o prédio, o ateliê funcionava em um espaço emprestado pelo Serviço de Paz e Justiça do bairro. Ela destaca como o trabalho começou a ser realizado com doações:

“(...) Nosotros empezamos sin, con donaciones de cuero, con cuchillos de trincheta, con alguna trincheta que nos donaron y se rifaba una torta para comprar esas máquinas perforadoras, y, pero en vista de todo lo que se ganaba en ese momento se guardaba, no se repartía.(...)”

Menciona que no começo ela estaria encarregada da venda, mas que o processo de capacitação prolongou-se por mais tempo, porque para desenvolver o empreendimento e poder vender os produtos era preciso ter capacitação. Posteriormente armaram um projeto pequeno e apresentaram-no como projeto de Autoempleo⁷⁶. Todos os empreendimentos tiveram cursos de capacitação, palestras e outras atividades com o intuito de desenvolver um projeto sério de trabalho. Paula lembra que naquele momento participavam pessoas que já não estão mais. Menciona que eram mulheres que tiveram dificuldades com seus parceiros e que terminaram deixando o projeto. Também, destaca que outras das dificuldades que se apresentaram estiveram relacionadas com o subsídio:

“(...)lo del subsidio lo pensamos pero un subsidio es un arma de doble filo, digo, puede tirar atrás todo lo hiciste, porque como hay mucho de eso, de acepto el subsidio y no trabajo porque en realidad, bah yo quiero el subsidio. El planteo era poder romper con "yo quiero el subsidio", "yo quiero trabajo" [reforça]. El subsidio me sirve mientras, porque no tenemos guita.(...)”

A participante e o grupo vivenciaram diferentes dilemas. Para ela a questão no começo foi entender que o trabalho que ia fazer era fruto de sua militância e não que ela cobrava por militar. Também, destaca o processo de construção coletiva que implica participar destes empreendimentos e como o êxito depende de muitas variáveis:

“(...)depende de la gente que se junte, depende de cómo se labure, depende de un montón de cosas. Fue poder instalar una determinada concepción del trabajo y romper con la lógica del subsidio, pero no se termina. Cuando vino el Autoempleo, que fue ese subsidio por seis meses, al principio bajaron los emprendimientos, bajó el laburo (...)”

Segundo ela, esta situação exigiu muitos questionamentos e debates realizados tanto nas reuniões do projeto como nos encontros gerais. Os subsídios estão mais vinculados a acordos com políticos e práticas clientelistas e o fato de recebê-los podia ameaçar a construção coletiva anterior. Paula questiona:

⁷⁶ Programa de subsídios do Governo da Cidade de Buenos Aires para que pessoas desempregadas desenvolvam formas alternativas de trabalho.

“(...) Si queremos subsidio se acaba en seis meses, en seis meses no hay nada más, qué hacemos? Recordábamos cómo venía la mano, bueno, entonces está, esta es la idea, no podemos dejar de laburar porque está el subsidio, porque eso no lo queremos le damos abajo al proyecto, si es eso. El subsidio se lo dan a cualquiera porque vaya a la marcha. No necesitás venir a apostar, que implica reuniones, que implica discusiones que implica transformarse, transformarnos en cómo nos vinculamos.(...)”

No empreendimento decidiram tomar o subsídio como ferramenta para poder fazer o trabalho, como forma de construir outra coisa. O plano era conseguir gerar, uma vez que o subsídio acabaria, pelo menos a mesma quantidade de dinheiro e, depois, continuar crescendo. Por outro lado, ela assinala que a principal questão ao trabalhar em um empreendimento não é a rentabilidade, porque esta não garante que o trabalho possa se desenvolver de forma conjunta, distribuindo os ganhos equitativamente, com solidariedade, em relação de horizontalidade e com a responsabilidade pessoal e coletiva. Mas, a situação de urgência em que vivem muitas pessoas dificulta ainda mais este tipo de construções. Assim, várias pessoas acercam-se interessadas em aprender a trabalhar com o couro e incorporar-se ao projeto, mas limitados por uma situação de necessidade que tem que ser resolvida em curto prazo.

Atualmente, o empreendimento de couro realiza-se no prédio da Assembléia. Na entrevista, Paula comenta que, às vezes, isto dificultava o trabalho porque se desenvolvem muitas atividades no mesmo espaço. Ela, por estar envolvida em outros trabalhos da Assembléia, era muito requerida pelas pessoas e tinha que impor limites o tempo todo. No momento da pesquisa, tinham mudado o horário e somado um dia mais de trabalho. Ela diz:

“(...)Y el cuero hoy está, estamos todos con mucha necesidad de dinero. Como el subsidio no está, entonces es un aliciente en un punto, estamos empezando a abrir algunas, estamos en condiciones de empezar a producir más cantidad, pero todavía limitada, entonces, se están abriendo algunos puntos de venta. Pero todavía, viste, muy muy precarias, pero bueno viendo. Y la idea es crecer hasta donde podamos las los cuatro que somos, cinco hoy, y en cuanto podamos ir sumando gente. (...)”

b) Padaria

Fany, participante da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, é uma das quatro pessoas que trabalha no empreendimento de padaria. Na entrada do prédio construído pelos/as participantes, há um forno de barro e uma churrasqueira. Segundo Fany o forno é utilizado para fazer o pão e outros produtos, tais como *empanadas*, massa pré-cozida para pizza, pão recheio, enquanto a churrasqueira é empregada para fazer sanduíche de lingüiça quando realizam eventos com o objetivo de reunir fundos para as atividades da Assembléia.

O trabalho no empreendimento desenvolve-se às terças-feiras, às quintas-feiras e aos sábados. Inicia-se muito cedo, às quatro da madrugada, quando preparam a massa com 50 kg de farinha e são produzidos 130 pães aproximadamente. A venda realiza-se: em um posto instalado na calçada do prédio; de forma ambulante, com uma bicicleta; e, nas terças-feiras, por ser o dia de encontro da Assembléia, instalam um posto na Plaza Dorrego. Fany diz que as pessoas do empreendimento estavam desempregadas e que agora, há mais de um ano, têm trabalho.

c) Ropero comunitário

O *ropero* comunitário funciona todos os dias, da manhã até a noite. Instalam mesas com roupas na calçada e penduram as peças na entrada do prédio. Gabriela, que participa deste empreendimento, comenta:

“(...)Es un grupo de cuatro, de cuatro personas, se trabaja, se recicla, se arregla la ropa, se pone en condiciones y se vende, parte para el comedor y parte para dividirnos nosotros, entre las cuatro. Y tenemos un fondo que es para las costuras.(...)”

4.3 Asamblea de Palermo Viejo

Como já destacamos no início deste capítulo, descreveremos um evento promovido pela Asamblea de Palermo Viejo, "La Trama", que consideramos propício para esclarecer as atividades desenvolvidas pela mesma e seus preceitos, a partir da visão dos/as participantes. Segundo os relatos das/os informantes e os textos consultados, a organização de La Trama originou-se durante uma caminhada, que os/as *assembleístas* realizaram pelo bairro como forma de (re)conhecê-lo, identificando as

mudanças que ocorridas nos últimos anos e recriando sua história, vinculada à história do país. Portanto, começaremos com a descrição desta atividade.

A primeira caminhada pelo bairro – reconhecendo-nos

A proposta para a realização da caminhada pelo bairro circulou entre os/as participantes da Assembléia via e-mail, em 20 de fevereiro de 2002, e dizia:

“Si bien sé que todos estamos en muchas cosas a la vez y con poco tiempo, les quería proponer una actividad recreativa y que a su vez viene a cuento de la causa que nos une. Muchos coincidimos en que nos dimos cuenta de que no conocemos verdaderamente nuestro barrio y que para poder hacer proyectos en Palermo tenemos que saber cómo es. Entonces, qué les parece organizar unas caminatas por el barrio, ahora que estamos entrenados en las marchas de largo aliento. La idea más o menos sería ir recorriendo y conociendo quiénes y qué hay por estas calles. Podemos organizar grupos y zonas, o tomarlo con gusto y por ejemplo salir un par de veces de paseo gasolero⁷⁷ y de paso vamos tomando sol y nota de qué vamos re-descubriendo.” (Mira, J., Juárez Aldazábal, C, *op.cit*, p. 83)

Continuando com o relato dos citados autores, houve várias respostas imediatas à mensagem enviada pela participante e, no encontro seguinte da Assembléia, formou-se um grupo de cinco pessoas que ficou encarregado de planejar a caminhada que realizariam pelo bairro. Deste modo, estabeleceram três parâmetros que orientariam o itinerário: arquitetônico, histórico e social. Brieger (2003) comenta que na Assembléia havia um jovem que conhecia bem o bairro, pois é entregador de jornais, e junto com outros participantes, os arquitetos, organizaram o itinerário.

Assim, no dia 2 de março de 2002, concretizou-se a primeira caminhada⁷⁸, a partir do seguinte convite:

LA ASAMBLEA DE PALERMO VIEJO

⁷⁷ “Gasolero” é o nome dado aos carros de motor diesel. O termo é utilizado, popularmente, para se referir às coisas, ações etc. que têm um custo baixo, que são econômicas e, também, para as pessoas que economizam. Segundo Feijó (1995), o termo é “tomado da linguagem jornalística e popular alude às atitudes de consumo de setores sociais que têm como estratégia manter os níveis de consumo ou funcionamento, reduzindo o gasto ao máximo” (p. 237)

INVITA A
LA PRIMERA CAMINATA POR EL BARRIO

¡Vive Palermo!

Salida de la esquina de Humboldt y Costa Rica

Sábado 2 de Marzo del 2002, a las 16:30 horas (duración 2 horas)

(si llueve el sábado 9 a la misma hora)

¿Sabe vecino,

por qué se llama así la calle donde vive

o cómo se formó el barrio?

Entre todos intentaremos ir encontrando

las respuestas y formulando nuevas preguntas,

mientras caminamos por estas calles llenas de

pequeñas historias, secretos, contrastes y encantos,

Los invitamos a ir descubriendo al Palermo que

esconden los edificios y las casas, al barrio

que vive en sus habitantes

de ayer y hoy.



Fotografía 21. Participantes da Assembleia de Palermo Viejo na esquina de Humboldt e Costa Rica, preparando-se para a primeira caminhada. **Fonte:** Assembleia de Palermo Viejo.

⁷⁸ Em julho de 2002, já haviam sido realizadas três caminhadas pelo bairro.



Fotografia 22. Participantes da Assembleia de Palermo Viejo durante a caminhada. **Fonte:** Assembleia de Palermo Viejo.

O itinerário foi iniciado “*muito conscientemente*” na esquina de Humboldt com Costa Rica, por ser o lugar de reunião da Assembléia, escolha motivada por “*retornar al origen y reforzar el espacio de pertenencia común*” (Mira e Juárez Aldazábal, *op.cit.*, p. 84). Brieger (*op.cit.*) descreve:

“Salieron treinta y cinco miembros de la asamblea un sábado a la tarde, con perros y bicicletas a recorrer el barrio. Reconocieron las casas más antiguas, las bodegas que se usaron en algún momento, el problema del olor que existía sesenta o setenta años atrás y que hoy ya no existe.”

Mira e Juárez Aldazábal (2003) relatam:

“Se trató de recrear la época en que el Arroyo Maldonado era visible, la época de las bodegas con olor a mosto, la época de los inmigrantes y los cafés que servían de guaridas a los tangueros. También apareció el Palermo vertebrado por el ferrocarril. Y el Palermo de Rosas⁷⁹, con su saladero, y el Palermo de las quintas. La mezcla del barrio y el país se acentuaba en cada cuadra.”(p. 85)

Com relação ao reconhecimento do valor da atividade, destacam-se: a recriação da história do bairro a partir do relato das pessoas, como história oral (Mira y Juárez

Aldazábal, *op.cit.*), e o reconhecimento das mudanças ocorridas no bairro. Brieger (*op.cit.*) assinala que nos últimos cinco anos o bairro havia mudado muito e seus moradores/as não acompanharam essas mudanças, assinalando, ainda, que estes necessitam conhecê-las:

“Palermo Viejo cambió su fisonomía en los últimos cinco años. De ser un barrio donde se concentraban bodegas y talleres de reparaciones de autos, pasó a convertirse en un barrio poblado por pequeños bares, restaurantes y teatros. Esta metamorfosis tuvo su origen en la instalación del diario “El Cronista Comercial” en el corazón del barrio y de varios canales de televisión, que atrajeron periodistas, actores y gente de la cultura.”

Segundo um dos *folletins* - cartazes de divulgação de La Trama (ANEXO 14 e 15), a caminhada permitiu que os/as participantes se conhecessem melhor e reconhecessem as *outras* “tramas” (social, residencial, produtiva, comercial, artística) que coexistiam no bairro, junto à trama urbana. Um dos textos diz:

“Y fue tomando cuerpo la idea de promover otras acciones para reconstruir los lazos sociales, solidarios y culturales en nuestro barrio, volver a tejer la trama social que habíamos visto desgarrarse en años de políticas a espaldas de la gente.”

Durante a caminhada, descobrem que no bairro há uma grande quantidade de teatros, bares e restaurantes, embora os/as moradores/as geralmente fossem ao centro da cidade em busca de uma programação cultural acessível. Uma vez que isto é reconhecido, surge a necessidade de pensar o problema do acesso à cultura no bairro. A resposta dos/as *assembleístas* é imediata, criam uma Comissão de Cultura. Esta comissão será a principal encarregada de organizar, ali, uma atividade de caráter cultural e gratuita.

⁷⁹ Juan Manuel Ortiz de Rosas, político argentino. Foi governador de Buenos Aires em 1829 e um caudilho federalista. Em 1835 obteve poderes ditatoriais por cinco anos, durante os quais conseguiu prolongar seu mandato até 1852.

“La Trama: un encuentro entre la política y la cultura”

O evento realizado nos dias 25 e 26 de maio de 2002⁸⁰ pela Asamblea de Palermo Viejo, apresenta muitas dimensões que merecem destaque, tanto por sua organização e desenvolvimento quanto pelo impacto que gerou. Esta atividade, como tantas outras da Assembléia, implicou muito trabalho, debate coletivo e reflexão, demonstrando a capacidade de gestão de seus integrantes e a potencialidade e efetividade da Assembléia como organização do bairro.

Mira e Juárez Aldazábal (2003)⁸¹, descrevem “La Trama” como um entramado de relações participativas, nas quais os eixos foram: cultura, política e reflexão intelectual. Participaram pessoas da Capital Federal e de distintas zonas da Grande Buenos Aires, incluindo, segundo destacam os autores, La Plata e Berazategui. Escrevem:

"O 25 e 26 de maio, as avenidas Dorrego, Juan B. Justo, Santa Fe y Córdoba, transformaram-se em um cenário de mostras artísticas, ateliês de pensamento e mesas redondas, mobilização coletiva que converteu um projeto gestado no seio de uma Assembléia Barrial, em um polo de atração capaz de somar uma multiplicidade de subjetividades sociais."
(p. 73)

Uma frase que apareceu como *leit-motiv*, durante o trabalho de campo na Asamblea de Palermo Viejo, foi “*reconstruir o tecido social*”, freqüentemente vinculada ao evento descrito aqui. Em função disso, realizamos uma pergunta, relativa à frase citada, durante a entrevista de grupo com os/as participantes desta Assembléia. Carlos esclarece o sentido da frase que orientou a organização e realização do evento:

"(...)a poco de haberse establecido la asamblea se hicieron más de doscientos espectáculos, en todos los lugares de por acá. Es decir todavía no teníamos esto [el prédio]. (...)La Trama era el sentido de la reconstrucción, de reconstrucción del tejido social, por eso La Trama. Lo que nosotros planteamos que el mayor éxito del Proceso, y de todo lo que siguió del Menemato y de la ineficiencia de De La Rúa, fue el

⁸⁰ O dia 25 de maio é uma data muito importante na Argentina, conhecida como a “*revolución de mayo*”. Em 25 de maio de 1810 formou-se a primeira Junta de Governo, que substituiu, no mandato, o representante do Rei da Espanha, Fernando VII.

⁸¹ O trabalho de Mira y Juárez Aldazábal está baseado: na observação participante; em entrevistas; “*rastreo interpretativo*” de e-mails e volantes; e análise qualitativa de enquetes.

destruir la trama social. Bueno yo creo que de ahí el éxito de las asambleas. Decir, porque, la gente hoy, habrá mucha gente que se arrió al principio y ahora no; pero por lo menos nos saludamos en la calle, nos conocemos (...)”

Para Pedro a reconstrução do tecido social passa, também, pela articulação:

“(...)de sectores del barrio que tienen vida propia e inquietudes y que parecen cada uno metido por su lado, cómo logramos, bueno, reconstruir o construir un entramado. Acá hay múltiples organizaciones sociales en el barrio que nosotros muy poco contacto, porque no tenemos tiempo, porque no se dio, etc., por todo tipo de cosas, pero que siempre planteamos que deberíamos ligarnos más (...)”

Na Assembléia houve discussão sobre a escolha do nome e do logotipo deste evento, que deveriam representar a trama social (ANEXO 16). Brieger (2003) destaca que os/as participantes da Assembléia, ao invés de realizar um projeto estruturado e fechado, decidiram consultar aos/as moradores e moradoras do bairro e entrar em contato com os responsáveis por distintos espaços (teatros, ateliê, restaurantes, bares etc.) para comentar a idéia inicial. A proposta foi bem recebida por muitas pessoas que imediatamente quiseram se somar ao trabalho. L., informante da pesquisa de Mira y Juárez Aldazábal (2003), comenta:

“con curiosidad observábamos que por ejemplo dueños de boliches supuestamente ‘fashion’ con ‘target’ visualmente ‘cheto’⁸² se sumaron al proyecto de una Asamblea y hasta con fuertes compromisos como prestar un local ‘full-time’ para que sea el centro de información a ser copado por la organización o hacer una olla popular en su vereda. Con estos y otros descubrimientos también nos fuimos reeducando.” (p. 87)

Além da Comissão de Cultura, formada recentemente, as demais comissões já existentes participaram das atividades. Jorge avalia:

“(...) Y yo creo que La Trama fue algo sumamente importante de la asamblea, participó mucha gente de su organización, (...) fue una

⁸² A palavra é apócope de “concheto” adjetivo utilizado para se referir a pessoas cuja vestimenta segue a moda ou para indicar uma posição social de elite.

comisión de cultura que fue creciendo en número pero enormemente. Bueno el trabajo que demandaba pero a su vez era algo muy interesante, la articulación con el barrio era un motor que nos movilizaba a muchos (...)”

Os/as participantes da Assembléia tiveram que:

“preparar espectáculos y talleres; invitar a panelistas, confirmar todas las actividades en los distintos espacios; diseñar y repartir volantes; dar información en las mesas barriales de difusión; hacer gacetillas de prensa; ir a programas de radio y TV; convocar a las otras Asambleas; conseguir equipos de audio; preparar información e instrumentos de relevamiento de datos; hacer y pegar carteles.” (Mira e Juárez Aldazábal, 2003, p. 90).

Um dos moradores que participou na organização do evento lembra:

“Nos encontrábamos todos los jueves en un bar de la calle El Salvador. Después las reuniones se multiplicaron en otros días de la semana y durante los fines de semana, incluso.” (op.cit., p.88)

As atividades

Com o trabalho de organização realizado, foi possível viabilizar o desenvolvimento de 200 atividades diferentes e simultâneas, em dois dias e em 68 espaços do bairro. Destacam-se a relevância, variedade e quantidade das atividades, mas, também, os lugares onde muitas delas aconteceram. Assim, os/as informantes valorizam o fato de que houve mesas redondas de cunho político em espaços culturais, mas, principalmente, que elas também foram realizadas em espaços não convencionais, como restaurantes e bares. Nestes lugares também aconteceram: exposições de arte, atividades de teatro, circo etc., assim como uma feira de artesanato. Outro fato destacado foi que os/as artistas plásticos do bairro abriram seus ateliês para visitaçào.

As atividades abrangeram um público amplo e diferenciado, por exemplo, segundo a faixa etária. As mesas redondas convocaram aos/as “especialistas” em política, mas para que abordassem temas que respondessem tanto ao contexto como aos interesses das pessoas da Assembléia e de outros/as moradores/as do bairro que propuseram temas. Por outro lado, a diversidade de posturas políticas dos/as

debatedores/as das mesas redondas foi ressaltada como uma característica chave. As mesas redondas do sábado, dia 25 de maio, foram as seguintes:

- *“Identidad y crisis;*
- *Descentralización: Qué son las comunas;*
- *Servicios públicos y negocios privados;*
- *Herramientas para la participación (Poder Ciudadano);*
- *Proyecto Lago Pacífico;*
- *De Seattle a Buenos Aires: Resistencia a la globalización (Attac, Diálogo 2000, Grupo de Reflexión Rural, Foco);*
- *El sujeto en los tiempos del cólera;*
- *25 de mayo del 73: Los protagonistas cuentan la historia;*
- *Resolución de conflictos y presupuesto participativo.”*

No dia seguinte, realizaram um encontro entre *assembleístas* de distintos bairros para debater a convocatória: *“Asambleas Populares orígenes, presente y organización futura”*. Baseando-se no relato de Sergio Tobal, Mira e Juárez Aldazábal (2003) destacam:

“durante o debate se afirmó que ‘las asambleas son fruto de la necesidad de creer que tenemos un futuro y que al mismo tiempo debemos construirlo sobre otras bases’. También ‘se definió a las Asambleas como una herramienta de lucha, movilización y reflexión para transformar la realidad. Se destacó que son el ámbito a partir del cual se está reconstruyendo la trama social’.” (op.cit., p. 93)

Outra atividade de “La Trama” foi a apresentação do livro “Qué son las Asambleas Populares”, editado por Jorge Gurbanov (2002). Na entrevista Jorge explicava:

“(…)‘Qué son las asambleas populares’, este libro yo lo tengo acá. Se presentó públicamente en La Trama y el prólogo casualmente cuenta lo que fue La Trama y esta presentación. El editor de este libro era un integrante de nuestra asamblea y los que escriben hay gente muy renombrada, reconocida, periodistas muy reconocidos o críticos y hay

varios que son integrantes de nuestra asamblea fue una recopilación de distintos títulos, qué es para cada uno de ellos las asambleas (...)

No Prólogo é descrito que a origem da idéia de produzir o livro citado surgiu durante a organização de “La Trama”. O objetivo principal do texto é compartilhar os pensamentos, conhecimentos e experiências vividas com outras organizações populares, que trabalham na elaboração de alternativas ao modelo neoliberal (Gurbanov, 2002). Também, reconhece-se a presença e participação do coletivo feminino nas Assembléias:

“Especialmente quisimos hacer oír las voces de las mujeres, en la misma proporción en la que participan en nuestras Asambleas, en las que tienen un papel fundamental tanto en la organización como en la ejecución de las acciones.” (op.cit., p. 8)

O texto, também, se reporta ao fato de que a encadernação do livro esteve sob a responsabilidade da Cooperativa Chilavert, empresa recuperada por seus trabalhadores. Finalmente, expressa-se a expectativa de que a obra seja:

“el primer eslabón de una serie que refleje la ebullición con la que están emergiendo renovadas formas de acción y pensamiento, en este camino de la recuperación de nuestra dignidad y nuestra identidad.” (op.cit., p.8)

Jorge comenta como se encerrou o evento:

“(...)Bueno esto fue muy exitoso. El cierre de esto de dio, para mostrarte la magnitud que tuvo en el barrio, la convocatoria y para nosotros también porque fue evidentemente en el tiempo, en esta sucesión de hechos que veníamos haciendo fue y es realmente fue importantísimo. El cierre se dio en Niceto, en un boliche bailable que está acá en Niceto y Humboldt y congregó más de mil personas, nada más que de cierre. Así que fue muy importante, de esa experiencia se recogió, a parte de haber conectado a muchísima gente, mucha gente se interesó y tomó conocimiento de la Asamblea de Palermo Viejo por este hecho La Trama y nos relacionó siempre a esto (...)

As avaliações dos/as *assembleístas* foram positivas e variadas, seja do ponto de vista pessoal, seja do coletivo ou comunitário. A experiência de gestão permitiu

demonstrar concretamente as possibilidades da Assembléia como organização do bairro e que o seu objetivo, de reconstrução do tecido social, é uma utopia possível. O evento ativou a trama e ela foi visível. Nesse sentido, Verónica Diez (2003) valoriza:

“Esos días el barrio era otro, ‘no sólo era un dormitorio donde uno va a dormir’. El barrio cobró vida, muchísima gente circulaba por todos lados y se hablaban y recomendaban entre ellos, se acompañaban y también discutían, preguntaban, se conocían, se miraban cara a cara”.

A primeira “La Trama” organizada pelos/as participantes da Asamblea de Palermo Viejo gerou, dentre outros, um dos projetos apresentados ao Governo da Cidade de Buenos Aires para a recuperação do prédio do Mercado Municipal e o projeto de feira de artesanato. Jorge destaca o êxito desta feira “(...) *en la que cada uno mostraba lo que hacía (...)*”. La Trama, também, favoreceu a participação de outras pessoas do bairro. Assim, Jorge destaca:

“(...)Así que fue muy importante, de esa experiencia se recogió, a parte de haber conectado a muchísima gente, mucha gente se interesó y tomó conocimiento de la Asamblea de Palermo Viejo por este hecho ‘La Trama’ y nos relacionó siempre a esto.(...)”

No momento de avaliar a primeira “La Trama”, Jorge levanta algumas críticas:

“(...) quizás también tendrá sus críticas quizás no supimos sacar redes de todo eso, de esa articulación, no mantener aceitados esos contactos que pudimos lograr a partir de esta experiencia. Bueno que nos hubieran servido mucho para recoger las inquietudes de los vecinos (...) que participaron, que están proponiendo actividades la gente, o también vecinos que participaron que dejaron sus direcciones correo electrónico para que los sigamos participando quizás con las distintas actividades. Eso lo seguimos haciendo pero bueno, por ahí no mantuvimos aceitado ese contacto en forma permanente con alguna parte del barrio(...)”

Novas “La Trama” sucederam-se em 2003 e 2004, mantendo e ampliando os laços que os/as participantes da Assembléia começaram a tecer. A segunda “La Trama”

desenvolveu-se nos dias 20 e 21 de setembro de 2003⁸³ e seu subtítulo foi: “*Reconstruyendo Espacios*”. Assim, referiam-se à recuperação do prédio do Centro de Abastecimiento Municipal para a realização dos encontros da Assembléia. Essa idéia foi explicitamente mencionada em um dos volantes de divulgação do evento (ANEXO 17):

“Decidimos no sólo tomar la palabra y actuar, hacernos cargo de un lugar de nuestro barrio, reconstruirlo, re-crearlo, habitarlo, revivirlo. Reanimar este espacio destruido por políticas que llevaron al dolor, a las pérdidas y al empobrecimiento es como reconstruirnos a nosotros mismos en tanto ciudadanos y seres políticos que intentamos ejercer activamente la democracia todos los días.”

No mesmo sentido, para Diez (2003) a frase “*Re-construyendo espacios*” não somente alude à recuperação de um espaço público para o bairro senão, também, à reconstrução:

“del lugar de ciudadanos y actores políticos activos. Actores que le rehuyen a ser representados por delegados, partidos o cualquier otro aparato o movimiento y que tampoco pretenden ser representantes.”

Em “La Trama”, novamente, foi desenvolvido um grande número de atividades, em distintos lugares do bairro: música; projeção de vídeos; mesas de debate; feira de artesanato; exposições de fotografia; teatro; circo; ateliês variados; coral etc. Essas atividades foram desenvolvidas sob o pano de fundo de um dos enfoques do encontro, que recaiu sobre o projeto Economia Solidária. Para isso, convocaram as pessoas que já trabalhavam com o tema e, também, os/as moradores/as para que participassem. A idéia era delinear um projeto de Economia Solidária nas ruazinhas perimetrais do prédio. Jorge explica:

“(…) Nosotros que habíamos estado trabajando mucho tiempo en la comisión de Economía Solidaria de las Asambleas Autónomas vimos la oportunidad de generar en él (no prédio) un polo de economía solidaria que albergara los distintos emprendimientos autogestivos de distintas organizaciones sociales. Tratar de articular por ahí un poco también, en un barrio con particularidades muy especiales como es la de este, con

⁸³ O dia 21 de setembro, na Argentina, é celebrado o começo da primavera. Geralmente, as pessoas realizam atividades de lazer ao ar livre, como picnics etc.

crecimiento económico como es este, qué sé yo con bares, restaurantes, lugares de diseño y demás. Articular esas demandas y las del barrio con lugares autogestivos que también le dan respuesta a esa demanda, o sea tratar de encauzar la producción hacia esas demandas(...)”

Como projeto piloto realizaram um “mercado social solidário” (ANEXO 18), contando com a participação de diferentes empreendimentos produtivos. Jorge avalia:

“(…) Y fue un éxito, la convocatoria para este mercado social solidario, así finalmente lo denominamos. Mercado en las callecitas perimetrales (…)Una experiencia muy rica, con mucho emprendimientos que se sumaron y bastante concurrencia y asistencia del público para un día particular (...)”

No ano de 2004, realizou-se a terceira “La Trama”, nos 13 e 14 de novembro. O evento teve como subtítulo: “*Recuperando las calles*” (ANEXO 19). Norteados pela necessidade de recompor os laços sociais, solidários e culturais do bairro, todos os eventos (“La Trama” 2002, 2003 e 2004) tiveram características comuns: desenvolveram-se nos fins de semana; foram realizadas atividades em diferentes pontos do bairro, muitas delas simultaneamente; todas as atividades foram livres e gratuitas; reuniram pessoas de diferentes bairros, de diferentes profissões etc., dando continuidade ao trabalho das Assembléias.

A trama que os/as participantes da Asamblea de Palermo Viejo começaram a tecer permanece ativa, não somente porque o evento repete-se anualmente e com êxito, senão por fortalecer e ampliar o vínculo entre diferentes atores sociais do bairro.

A trama em ação

Durante a noite do dia 26 de janeiro de 2004 houve um incêndio em uma fábrica abandonada do bairro de Palermo Viejo, local que havia sido ocupado por muitas famílias, há cerca de duas décadas. As 350 pessoas que habitavam o local ficaram sem moradia (ANEXO 20), e o fato desencadeou muitas discussões na Asamblea de Palermo Viejo.

Durante uma de nossas visitas ao prédio da Assembléia, logo que chegamos, notamos que havia *assembleístas* sentados em cadeiras, atrás de uma mesa colocada na calçada, enquanto outros dirigiam-se aos transeuntes. Havia, na calçada, uma estante

com objetos que não pudemos, à distância, identificar. Nossa primeira impressão foi que os/as participantes da Assembléia haviam sido desalojados do prédio. Ao nos aproximar, pudemos tomar conhecimento de cartazes colados nas paredes e portas, que abordavam o incêndio da fábrica abandonada e que convocavam os/as moradores/as do bairro a se solidarizar com as vítimas do ocorrido.

Ángela, participante da Assembléia, já havia visitado o lugar e tinha estabelecido contato com duas moradoras do prédio queimado. Outro participante havia prestado socorro no momento do incêndio. De forma geral, os *assembleístas* estiveram envolvidos com o caso, demonstrando solidariedade e empreendendo ações a fim de contribuir com a melhoria da situação das pessoas desalojadas. Por exemplo, uma das propostas para colaborar com as vítimas, coletar roupas nas vizinhanças e distribuí-las, surgiu espontaneamente. Com relação à organização da ajuda coletiva, Carlos comenta que foi realizada uma “cadena de teléfonos” e que, na noite seguinte:

“(...) ya estábamos en el lugar donde estaba la gente, hablando con la gente, hablando con algunos de los funcionarios o de la gente del Gobierno de la Ciudad que estaba trabajando en esto, que también son del barrio. Y bueno en virtud de eso preguntamos qué necesitaban y ahí nos movimos (...)”

No diário de campo, pudemos registrar:

“Durante el tiempo que estuvimos afuera, los assembleístas preguntaban a quienes pasaban por la vereda si eran del barrio, a otros simplemente los reconocían e, inmediatamente, les contaban lo que estaban haciendo. También había personas que se acercaban directamente a preguntar y quedaban en llevar más tarde alguna cosa y avisar a otras personas del barrio.”

Nesse dia, a reunião foi realizada em uma das ruas do entorno ao prédio da Assembléia, para que fosse possível dar continuidade à recepção dos pacotes de roupas que eram trazidos pelas pessoas. Pedro comenta que saíram pedindo de porta em porta doações para as pessoas do prédio incendiado e que foram bem recebidos pelos/as moradores/as, de fato “*prácticamente nadie desconocía a la asamblea*”.

Durante a reunião, o incêndio e suas conseqüências foram itens da pauta. Era preciso decidir a forma de entrega das roupas coletadas. Aqueles que se aproximavam do prédio incendiado, a fim de fazer doações, procuravam algum grupo organizado pelas próprias pessoas atingidas, mas somente conseguiam estabelecer contato com um

representante de “Promoción Social”, do Governo da Cidade de Buenos Aires. Uma das *assembleístas* comentou que alguns/mas levavam as doações individualmente, enquanto outras o faziam em grupo, e ressaltou a importância de se conhecer a pessoas que moravam no prédio.

Na Assembléia foi decidido que a entrega das roupas coletadas deveria ser realizada naquela mesma noite, assim como a continuidade do plantão de coleta de roupas durante o fim de semana, organizando-se em turnos para sua execução. Às 23hs, pouco antes do fim do encontro, começaram a carregar um carro com as roupas coletadas, de forma organizada e coletiva. Ressaltamos, novamente, como a solidariedade perpassou todas as ações empreendidas pelos/as *assembleístas*, assim como a organização continuou atendendo aos preceitos de democracia direta. A Assembléia atuou junto aos moradores/as do bairro, que atenderam às solicitações e propostas realizadas pelo movimento. Carlos, durante a entrevista, avaliava que a adesão dos/as moradores/as nem sempre é “tão grande”, mas que:

“(…)La gente se acerca, sí, o nos pide cosas o cuando pedimos nosotros algo como por ejemplo cuando fue este problemita del incendio de esta fábrica de la calle Darwin y hubo necesidad de pedir cosas a la gente, que nosotros le llevamos y bueno ahí la gente respondió. Se hizo una pequeña recorrida y de todos los lugares acá cercanos del barrio, donde se estuvo tocando timbre, en dos días se juntaron muchísimos paquetes de ropa. (...)”

Neste capítulo apresentamos uma descrição das várias atividades desenvolvidas pelas Assembléias pesquisadas. Tanto as ações, como os depoimentos refletem o objetivo dos/as assembleístas de reconstruir o tecido social. Segundo Estela:

“(…) está pasando en las asambleas, nosotros no somos la única. No hay, no es un fenómeno de esta asamblea, creo que acá se dio una química especial pero esa química se da en otros lados también. Hay asambleas genuinas que sobreviven con militantes que le ponen el hombro tanto como nosotros. (...)”

Os aspectos que caracterizam as Assembléias, também, perpassam as ações que empreendem. Assim, a diversidade de atividades corresponde a um dos aspectos que caracterizam o movimento: a heterogeneidade de sua conformação. Mas, também, à

inquietação de abranger um público cada vez mais amplo. Com esta ampla gama de atividades, as Assembléias realizam propostas alternativas em diferentes dimensões da vida: na cultura, na economia, política etc. e respondem solidariamente às necessidades no contexto de crise generalizada.

As atividades estão orientadas pelas necessidades e possibilidades do contexto no qual se desenvolvem. Não são realizadas com o objetivo de substituir o Estado, pois reivindicações a esta instituição continuam. Mas, no momento da urgência, a solidariedade é o princípio que orienta a ação. Por outro lado, as ações que os/as assembleístas desenvolvem, embora sejam políticas, não reproduzem práticas clientelistas. Estela destacava:

“(...) si hay un lugar en el que cree el vecino común del barrio es en la Asamblea de Plaza Dorrego, porque ve como funcionamos, que ve que no estamos siendo punteros, si nosotros marchamos, convocamos a una marcha pero no les decimos a todos ‘Vengan y coman con nosotros allá’ o ‘Vengan y yo les llevo una zanahoria y les voy mostrando una zanahoria’, nunca, jamás hacemos eso. Nosotros convocamos y así como convocamos vienen, pero vienen porque creen que es el lugar que empezaron a encontrar. Es de a poco, es un trabajo muy de hormiga, muy lento y no sabemos cuál será el resultado. (...)”

O processo de organização está sempre fundamentado na construção coletiva, intentando a abertura de mais espaços de participação para os/as moradores/as do bairro. O processo de decisão das atividades é uma construção coletiva que marca escolhas, rumos e, às vezes, divisões. Como valorizam os/as informantes, foi possível tomar contato com diferentes setores do bairro, estabelecendo cada vez mais laços de solidariedade. Embora reconheçam que se trata de um processo lento e muito árduo.

Algumas atividades desenvolveram-se em projetos a curto e médio prazo, como o trabalho da Economia Solidária, demonstrando a capacidade de gestão e organização das Assembléias e promovendo aprendizagens para os/as participantes e possibilidades de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionamos anteriormente, objetivamos neste estudo descrever as Assembléias de Bairro, seu surgimento, funcionamento e as práticas levadas a cabo por seus/suas integrantes, a partir de suas experiências. Para tanto, desenvolvemos uma investigação pautada na metodologia da História Oral e, concomitantemente, nos utilizamos da Observação Participante. A fim de ampliar o espectro de coleta de dados, incorporamos a utilização de fotografias e diversos materiais produzidos pelos/as participantes. Nesta seção final do trabalho, faremos uma síntese dos resultados a que chegamos com o estudo, levantando os principais aspectos discutidos nos capítulos anteriores e retomando as questões que consideramos centrais.

Inicialmente nos remeteremos à uma breve análise da metodologia empregada, que, ao fim do trabalho, consideramos adequada a fim de atingir nossos objetivos de pesquisa. A História Oral permitiu reconstruir a memória recente, as lembranças do surgimento das Assembléias, dos primeiros encontros. E, além disso, possibilitou que aflorasse uma outra memória, presente nos testemunhos e ações dos/as informantes: a memória sobre a Ditadura Militar. Analisar a visão dos/as participantes das assembléias pesquisadas sobre a história das últimas três décadas resultou ser de fundamental importância para o trabalho, porque aponta para o sentido da existência das *assembléias* e o posicionamento nelas defendido.

No mesmo sentido, a utilização da Observação Participante permitiu vivenciar e aceder à dinâmica de deliberação construída pelos/as *assembleístas*, conhecer os temas que as Assembléias abrangem, as atividades desenvolvidas, as redes que tecem com outras organizações sociais e assim por diante. No contexto citado, merece destaque o clima de respeito que pudemos apreciar nas diferentes reuniões dos/as *assembleístas*, o que, junto com fatores que assinalaremos mais adiante, contribui com a manutenção dos preceitos assumidos por estas organizações.

Os diversos materiais produzidos pelos/as *assembleístas* constituíram documentos importantes para a pesquisa, pois: serviram de base para verificação e confirmação de informações obtidas nas entrevistas; ampliaram as possibilidades de acesso a dados; forneceram exemplos ilustrativos de ações, formas de manifestação e outros; puderam ser utilizados para despertar recordações. Cabe ainda assinalar que os materiais contribuíram, também, com o objetivo de refletir o movimento social

pesquisado em sua amplitude e originalidade. O trabalho com fotografias manifestou-se enriquecedor em, pelo menos, dois aspectos. Por um lado, serviu como "*muleta*" da memória, potencializando as lembranças dos/as informantes durante as entrevistas. Por outro, as lembranças dos/as informantes dimensionaram essas fotografias como registro de fatos vivenciados e, portanto, relevantes documentos para a investigação.

Além da questão metodológica já abordada, acreditamos importante, neste momento de reflexão, mencionar novamente algo já discutido em outro capítulo e que consideramos importante aspecto do trabalho: a postura frente às Assembléias e seus/suas integrantes. Além do respeito ao trabalho desenvolvido nas Assembléias e a participação nas atividades que nos foram permitidas, como foi assinalado na Introdução, assumimos um compromisso em devolver os resultados desta investigação, como parte de uma relação de reciprocidade. Em janeiro de 2005, entregamos uma cópia do texto apresentado para o exame de qualificação a cada uma das assembléias. As pessoas receberam-na com muita alegria, e comentaram que era a primeira vez que um pesquisador entregava os resultados dos trabalhos ali desenvolvidos para apreciação dos/as *assembleístas*. Da mesma forma, este texto será entregue às Assembléias pesquisadas, para que seja analisado e faça parte do acervo de textos destas, constituindo parte da memória do movimento, tema importante deste trabalho.

Como já citamos, a memória foi elemento central do trabalho que desenvolvemos. Durante a pesquisa foi possível observar que, especificamente, a memória sobre a Ditadura Militar está muito presente nas Assembléias, o que foi constatado na quase totalidade dos depoimentos de seus/suas integrantes. Os/as informantes interpretam a atual situação de crise do país como decorrência do regime implantado a partir do Golpe Militar de 1976 (caracterizado por desenvolver políticas neoliberais, destruir as organizações sociais de base, estabelecer o terror por meio da repressão, seqüestro, tortura, assassinato e desaparecimento de pessoas). Segundo homens e mulheres, a situação vigente durante o regime militar encontrou continuidade nas políticas dos governos democráticos que o sucederam. Além disso, identificam como principal consequência de todo esse processo: a destruição do tecido social. Partindo desta visão, começam a desenvolver espaços de ação política orientados à reconstrução do tecido social, sendo a memória recuperada como projeto.

No caso da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, a memória é assumida como um dos seus eixos de trabalho. A análise do mural realizado por esta

Assembléia e dos depoimentos dos/as informantes contribuiu com a nossa reflexão a respeito dos lugares de memória (Nora, 1993) e o processo de construção desses lugares (Catela, 2001). Por outro lado, revelou como a recuperação da memória é encarada como ação política e gera identidade coletiva para o movimento *assembleário*. O processo de resistência empreendido implica um confronto entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, concretizado e socializado no espaço público em diversas situações (por exemplo, nos *escraches*; marchas de tochas; atos em "El Atlético"; construção de lugares de memória etc.). Desta maneira, consideramos que o trabalho desenvolvido na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, com o eixo da memória sobre a repressão, merece destaque. Esse trabalho nos parece ser elemento importante a fim de atingir o objetivo, expresso pelos/as *assembleístas*, de restabelecer laços sociais que contribuam à reconstrução do tecido social. A memória revela-se importante para a organização da vida e, neste caso, são as memórias "subterrâneas" em disputa com a oficial, sendo as primeiras, aquelas importantes para a reconstrução social citada.

Identificamos, na análise que empreendemos, o processo de enquadramento da memória (Pollak, 1989), refletido na interpretação de que o presente se faz sobre a leitura do passado, a partir de 1976. Nos depoimentos percebemos um recorte temporal importante, presente em quase todas as entrevistas, no qual todo um passado não é tematizado, passado este correspondente ao período anterior a 1976. Essa questão pareceu-nos interessante e, a título de hipóteses, tecemos algumas reflexões acerca da mesma. Uma hipótese plausível foi a fim de identificar as motivações deste enquadramento é a de que, no intuito de construir uma nova forma de fazer política - o que é explicitamente manifestado pelos/as participantes das Assembléias - uma outra forma é "silenciada". Esta fórmula política inicial teria encontrado lugar na Argentina entre os anos 1943 e 1983, sendo caracterizada centralmente pelo uso da violência como recurso político, corroborando as ponderações de Deltasoppa (1998). Entretanto, podemos retomar essa questão por outra ótica, formulando uma hipótese diferente, não excludente nem incompatível com a primeira. É possível supor que as pessoas reconstróem esse passado enquadrando-o precisamente no ponto mais alto do uso da violência, quer dizer, na dinâmica de organizações político-militares e na política das Forças Armadas e setores aliados que afirmaram a "*necessidade de aniquilamento do inimigo*" (Deltasoppa, *op.cit.*, p. 28). Neste sentido, o enquadramento poderia estar vinculado ao trabalho das organizações de direitos humanos e suas práticas para ancorar

a memória, estabelecendo um recorte temporal relativo ao período em que o elemento central da dinâmica social rechaçada, a violência, atingiu seus mais massacrantes limites.

Neste sentido, concordamos com Catela (2001) quando afirma que a contribuição das organizações de familiares e *compañeros* concretizou-se na reinvenção de formas e espaços de política, possibilitando que suas experiências fossem socializadas. O momento que atualmente vivemos é percebido no seu trabalho como "*um momento de transmissão e consolidação de memórias, disputas e lutas*" (*op.cit.*, p. 37). Portanto, consideramos que as ações desenvolvidas pelas Assembléias, em geral, junto a organizações de direitos humanos, contribuem nesse momento com a (re)escritura da história.

Sobre o surgimento das Assembléias de Bairro, podemos verificar que os assembleístas o vêem como *catalisado* pelos fatos de 19 e 20 de dezembro, que abriram espaços de participação política massiva. Cada vez que se reportaram ao passado, essas datas apareceram como marco de origem do movimento. Em um contexto de crise generalizada, as Assembléias iniciam-se como espaços de protesto e catarse e, em poucos meses, organizam-se como formas alternativas para canalizar, em propostas e ações concretas, os múltiplos e variados protestos e demandas de milhares de cidadãos e cidadãs. Convertem-se, assim, em uma experiência inédita na política argentina - palavras dos informantes -, embora limitada à Capital Federal, cidades da grande Buenos Aires e capitais de alguns estados.

Identificamos, também, uma grande motivação das pessoas para desenvolver uma vida política ativa, quer dizer, não limitada exclusivamente ao voto a cada quatro anos. Neste sentido, merecem destaque as considerações realizadas pelos/as informantes a respeito de: falta de espaços para desenvolver participação política ao longo da vida; a limitação dos espaços políticos existentes a uma condição social específica (ser estudante, trabalhador etc.); a dinâmica hierárquica dos partidos políticos, que os torna uma opção pouco atraente a muitas pessoas etc. Também, manifestaram a necessidade de desenvolver instâncias de diálogo, controle e participação das decisões políticas.

Como local de ação dessa vida política ativa, o bairro surge como possibilidade de vínculo ante a fragmentação e a despolitização de outros espaços e ganha uma nova dimensão, que segundo Pezzola (2003), "*produz valor e laço social*". Os/as *assembleístas* mobilizam-se para (re)fundar o espaço público no bairro, contribuindo

com o processo de sua democratização, suprimido pela ditadura militar e não restituído plenamente durante as democracias seguintes. Em muitos casos, a ocupação foi uma prática que atuou nesse sentido. Mas, sem dúvida, a recuperação de espaços públicos mediante convênios com o Governo da Cidade de Buenos Aires, como no caso das Assembléias pesquisadas, revelou-se como prática viável e reivindicativa dentro dos marcos democráticos.

Uma das principais contribuições do movimento assembleário para o cumprimento de seus objetivos principais, reconstruir o tecido social, está vinculada ao seu funcionamento, a saber: o desenvolvimento de espaços de democracia direta e horizontalidade entre pessoas de diferentes ideologias, faixa etária, classe social, gênero, lugar de origem, experiência política etc. em um plano de igualdade. O resultado, por um lado, é o enriquecimento da cultura política dos movimentos populares (e daqueles/as que os constituem) e, por outro, a reconciliação com a vida política para muitos/as participantes. Os/as *assembleístas* assumiram o desafio de construir uma dinâmica para a participação que constitui uma nova forma de fazer política, com possibilidades de dissenso, de dialogar em um clima de respeito etc. Esta dinâmica não é definitiva, está aberta para fazer as interações cada vez mais horizontais e o espaço mais democrático.

A prática deliberativa, desenvolvida nas Assembléias, permite que as decisões e rumos, construídos coletivamente, contemplem diferentes possibilidades e interesses dos/as *assembleístas*. Esse processo democrático transformou visões, principalmente aquelas a respeito do rumo - a orientação - que o movimento deveria ter, apontadas pelos partidos políticos de esquerda. Participar do processo deliberativo implicou muitas aprendizagens para as pessoas que iniciavam sua vida política, assim como para aquelas que têm ou tinham um grande período de militância. Os/as informantes explicitam que era difícil para intelectuais, militantes de extensa trajetória e outros, lidar em um plano de igualdade. Isso para aqueles que pretendiam receber reconhecimento de uma pretensa "supremacia" na hora de refletir ou tomar decisões, o que não ocorria. Nesse âmbito, a principal reflexão que nos sobressai é que as práticas democráticas precisam ser aprendidas e apreendidas, sendo essa aprendizagem, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva.

O funcionamento por comissões permitiu contemplar diferentes questões e conjugar tanto interesses como necessidades dos/as participantes e de outras pessoas do

bairro. Ao mesmo tempo, tornou mais efetivos os objetivos de trabalho das assembleias, possibilitando, também, a formação de enlaces com outras assembleias. As coordenações (inicialmente a "Interbarrial" e, atualmente, o "Encuentro de las Asambleas Autónomas") são consideradas espaços necessários para superar a fragmentação, mas os/as *assembleístas* ressaltam, devem manter os pressupostos gerais das Assembleias. Assim, conseguiram desenvolver diferentes atividades e projetos, abertos à participação e perpassados, sempre, pelas práticas de deliberação entre as/os envolvidas/os. As Assembleias encampam propostas alternativas em diferentes dimensões da vida (social, cultural, econômico, político etc.) e respondem com solidariedade às necessidades e problemáticas de um contexto de crise generalizada, contribuindo com o processo de democratização em sentido amplo.

Em nenhum momento, os/as *assembleístas* manifestaram o intuito de substituir o Estado e suprir suas funções, as reivindicações continuam, mas, diante da urgência, a solidariedade é um dos princípios que orienta a ação. Por outro lado, apresentam-se como organizações com capacidade de gestão e de estabelecer acordos com as instituições governamentais. Destaca-se, também, a criatividade para obter recursos, para desenvolver ações e projetos em um contexto de crise e com um mínimo de recursos. As Assembleias pesquisadas revelam, assim, sua potencialidade e efetividade como organizações do bairro.

Neste ponto, consideramos fundamental apontar algumas das dificuldades conversadas, durante as entrevistas, com os/as informantes, visando apresentar as limitações e desafios que as Assembleias enfrentam como tais. Estes são:

- O interesse pessoal de alguns participantes de utilizar a Assembleia para se promover politicamente.
- O desejo de protagonismo de alguns participantes. Esta situação, segundo uma das informantes, dificulta a participação das outras pessoas. Há *assembleístas* que têm um discurso muito bom e isso, às vezes, gera que outros desistam de falar. Para ela a questão começaria a ser resolvida, se as pessoas com bom discurso ficassem um pouco caladas para dar a oportunidade às outras de tomar a palavra. Por outro lado, o desejo de protagonismo, segundo os/as informantes, criou conflitos e divisões no interior da organização.
- Como lidar com um governo "inesperado". Um informante manifestava que as assembleias estavam "condicionadas" a uma relação de oposição frontal ao

governo. Diante do Governo de Kirchner, que "deixa fazer e não reprime", precisavam definir como fazer política dentro do movimento social e qual sua relação com a política tradicional e suas organizações.

- A diminuição do número de participantes em relação aos primeiros encontros e a dificuldade de "somar" mais pessoas.
- A participação no debate dos encontros, às vezes, não é acompanhada de compromisso de trabalho. Por exemplo, na Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego há pessoas que participam dos encontros das terças-feiras, mas não se vinculam ao trabalho desenvolvido cotidianamente no refeitório. Uma das informantes manifestou, em um dos encontros, que o trabalho da assembléia era muito bom, mas se todos trabalhassem "*podríamos hacer milagros*".
- O desgaste que produz a deliberação.
- Preocupação é que essas aprendizagens de democracia direta se percam.
- A continuidade do movimento, ante a escassa presença de pessoas jovens.
- Como estabelecer espaços de construção coletiva em um contexto onde predominam as práticas clientelísticas como recurso político, tanto do Governo como dos partidos e assim por diante.

Por outro lado, as Assembléias emergem com características que favorecem a inclusão de pessoas, moradores/as, que vinham militando tanto em movimentos sociais como em partidos políticos, pessoas que militaram ativamente na década de setenta e que tinham deixado de militar e pessoas que nunca militaram. Alguns dos fatores que, segundo os/as informantes, potencializaram a participação nas Assembléias são:

- a horizontalidade e participação em situação de igualdade;
- o desenvolvimento dos encontros em espaços públicos do bairro. Este aspecto é considerado chave e quando as reuniões realizam-se em um espaço público aumentam as possibilidades de participação. Porém, foi exposto que, mesmo nos espaços públicos, muitos "muros" são levantados e há pretensão, de muitas instâncias, de determinar quem deve ocupar e o que deve fazer em certos locais públicos. As pessoas das assembléias, atuando coletivamente, criaram possibilidades de (re)significar esses locais como espaços de todos e todas, contribuindo para que mais pessoas acedam aos mesmos;
- o posicionamento de autonomia em relação aos partidos políticos. Em um momento marcado pela crise do sistema de representatividade, os partidos políticos não são

considerados, por muitos, uma opção legítima para o intuito de canalizar a ação política. As Assembléias surgem como alternativa para a participação de pessoas que nunca tinham se incorporado a partidos políticos ou que os tinham abandonado por não concordar com as dinâmicas desenvolvidas no seio destes;

- possibilidade de ações concretas. Os/as participantes destacam que a maioria das pessoas que se aproximam às Assembléias tem uma pretensão à ação social, interesse em desenvolver projetos práticos e de atuação definida;
- a não violência e o cuidado das/os participantes. Neste sentido, a experiência política de alguns/mas participantes canalizou-se positivamente em uma rejeição à violência (como já citamos em outro capítulo, os/as *assembleístas* abandonam a "Interbarrial", após o enfrentamento físico entre militantes de partidos da esquerda). Nesse sentido, criaram uma comissão de segurança para a participação em manifestações, que forneceu informações básicas para as pessoas que protestariam às ruas pela primeira vez e que reflete sistematicamente sobre o tema da segurança nas situações necessárias.

A respeito das formas de protestos utilizadas pelos/as assembleístas, cabe destacar, que recriaram tipos de manifestações próprias do movimento popular. A participação em protestos permitiu que os/as assembleístas pudessem se expressar, desenvolver fortes laços de confiança e construir uma história de luta compartilhada. Mas, também, os defrontou com os medos e as lembranças da repressão nos tempos da ditadura militar. A organização, a segurança e a criatividade fizeram dessas participações construções coletivas que permitiram que as pessoas como coletivo conseguissem manter seu posicionamento e permanecer nas ruas.

Além de favorecer ao acesso de pessoas no movimento, outra questão que merece destaque é a relação das próprias Assembléias pesquisadas junto a outros movimentos sociais. Alimentadas por outras experiências do movimento popular, as Assembléias estabelecem espaços de diálogo e ação conjunta com diferentes organizações. Nesse ponto, os/as participantes destacam as aprendizagens realizadas com o movimento piqueteiro, as Madres de Plaza de Mayo, H.I.J.O.S., fábricas recuperadas etc. Nas duas assembleístas, esta vinculação com outras organizações é entendida como ação política e solidária, gerando a possibilidade de tecer novas redes do tecido social.

Por todo o exposto, manifestamos que o intuito de atuar na reconstrução do tecido social desenvolveu em vários planos e dimensões: o trabalho com a memória sobre a repressão; a construção de uma nova forma de fazer política; a reocupação do espaço público; os vínculos com outras organizações sociais; as atividades e projetos desenvolvidos etc. Mas, ainda, é um processo em desenvolvimento e que requer contribuição de todos os atores sociais. O trabalho das Assembléias de Bairro suscita a reflexão sobre a construção das democracias na América Latina e, principalmente, sobre como canalizar as experiências de participação e democracia direta que estão sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais, para democratizar a política.

A democracia implica o diálogo com o outro e as possibilidades para que esse diálogo aconteça têm que ser criadas, pois não estão dadas em nossas sociedades marcadas pela desigualdade, a exclusão e as dinâmicas de poder. As Assembléias de Bairro, atuando como coletivo, parecem dizer que é possível mudar.

REFERÊNCIAS

AAVV. **Propuestas para el país que queremos**. Asamblea Barrial Aristóbulo del Valle, Boletim eletrônico.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. (5ta edição)

ASAMBLEA DE PALERMO VIEJO. Disponível em: <<http://www.palermoviejo.netfirms.com>>.

ASAMBLEA POPULAR DE SAN TELMO-PLAZA DORREGO. Boletim Informativo, Buenos Aires, N° 2, ano 1, mar. 2002 (a).

_____ Boletim Informativo, Buenos Aires, N° 3, ano 1, abr. 2002 (b).

_____ Boletim Informativo, Buenos Aires, N° 4, ano 1, abr. 2002 (c).

_____ Boletim Informativo, Buenos Aires, N° 6, ano 1, jun. 2002 (d).

_____ Boletim Informativo, Buenos Aires, N° 1, ano 2, nov. 2003.

AYERBE, Luis. **Neoliberalismo e política externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente**. São Paulo: UNESP, 1998.

BASUALDO, Eduardo. La crisis actual en Argentina: entre la dolarización, la devaluación y la redistribución del ingreso, Chiapas, N° 13, Méxio D.F., 2002, p. 7-41.

BECCARIA, Luis. Cambios en la estructura distributiva 1975-1990. In: MINUJÍN, Alberto. **Cuesta Abajo**, Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires, UNICEF & Losada, 1995, p. 93-116.

- BRIEGER, Pedro. Les assemblées des voisins, une expérience inédite dans la politique. In: AAVV. **Argentine, enjeux et racines d'une société en crise**. Paris: Tiempo Ed/Editions du Félin, 2003.
- BUSTELO, Eduardo. La producción del estado de malestar. Ajuste y política social en la América Latina. In: MINUJÍN, Alberto. **Cuesta Abajo**, Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires, UNICEF/Losada, 1995, p. 119-142.
- CALDERÓN, Fernando & JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina, perspectivas e realidades, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 2, Nº 5, out. 1987, p. 67-85.
- CAMARGO, Cláudio; MELLO, Kátia. Néstor Carlos Kirchner. **Istoé**, São Paulo, Nº 1785, 17 de dez. 2003, p. 76-80.
- CARMO, Marcia. Piqueteiros 'tomam' Buenos Aires. **Jornal do Brasil**, Brasília, 20 jun. 2004, p. A10.
- CATELA, Ludmila. **Situação-limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecido da Argentina**. São Paulo: HUCITEC e ANPOCS, 2001.
- CERIOLI, G. Las asambleas populares en Argentina. Disponível em: Canal Solidario. <<http://canalsolidario.com>>. Acesso em: 27 set. 2002.
- DELLASOPPA, Emilio. **Ao inimigo nem justiça: violência política na Argentina 1943-1983**. São Paulo: HUCITEC/USP, 1998.
- DE RIZ, Liliana. Militares y política en la sociedad argentina (1976-1978). In: PORTANTIERO, Juan *et. al.* **Proyectos de recambio y fuerzas internacionales en los 80**. México: Edicol, 1980.
- FEIJÓO, Cristina; SALAS, Lucio. Las asambleas y el movimiento social. In: GURBANO, Jorge (ed.) **¿Qué son las Asambleas Populares?** Buenos Aires: Peña Lillo – Ediciones Continente, 2002.

FEIJOÓ, María. Los Gasoleros: estrategias de consumo de los NUPO. In: MINUJÍN, Alberto. **Cuesta Abajo**, Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires, UNICEF/Losada, 1995, p. 229-252.

GIARRACCA, Norma. De las fincas y las casas a las rutas y las plazas: las protestas y las organizaciones sociales em la Argentina de los mundos “rurubanos”. Una mirada desde América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, Nº 10, jul/dez 2003, p.250-283.

GURBANO, Jorge (ed.) **¿Qué son las Asambleas Populares?** Buenos Aires: Peña Lillo – Ediciones Continente, 2002.

HAUSER, Irina. Están construyendo un mundo nuevo. Disponível em: **Página 12**. <<http://www.pagina12web.com.ar/diario/elpais/1-15592-2003-20.html>>. Acesso em: 27 jan.2004.

_____ Debate sobre el futuro de las asambleas barriales. Disponível em: **Página 12**. <<http://www.pagina12web.com.ar/diario/tapa/elpais/1-15592-2003-20.html>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

_____ El mercado que ocupó la Asamblea de Palermo Viejo. Haciendo economía solidaria. Disponível em: **Página 12**. <<http://www.pagina12web.com.ar/diario/elpais/1-16024-2003-29.html>>. Acesso em: 12 jul. 2004.

HISTORIA ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.historiadelpais.com.ar>>. Acesso em: 4 jul. 2004.

La historia argentina reciente: desde Illia hasta Menem. LA HISTORIA ARGENTINA QUE NO NOS CONTARON. Disponível em: <<http://www.odonnell-historia.com.ar/reciente/illiahoy.htm>> Acesso em: 5 jul. 2004.

LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. **A transição da democracia:** A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como documentos de pesquisa. In: BOUER, Martín; GASKELL, George. **Pequisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, 2003.
- LUNA, Félix (dir.). 1983-2003. 20 años de Democracia. **Todo es Historia**, Buenos Aires, N° 437, 2003.
- MINUJÍN, Aberto (org.). **Cuesta Abajo**: Los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina. Buenos Aires: UNICEF & Losada, 1995.
- MIRA, Julieta; JUÁREZ ALDAZÁBAL, Carlos. **Reconstruir el tejido social**. La Trama de Palermo Viejo. Buenos Aires: Corregidor, 2003.
- NEVE, Lucilia de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade**. In: História Oral, N° 3, 2000, p.109-116
- NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.
- NUN, José. **Democracia ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- OUVIÑA, Hernán. Las Asambleas Barriales: apuntes a modo de hipótesis de trabajo. **Revista THEOMAI**, N° especial, 2002.
- PEZZOLA, Andrés. ¿Qué papel juega el barrio en la efectividad política de nuestra asamblea? **Acontecimiento**, N° especial 24-25, p.79-87, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, , 1989, p.3-15.
- _____. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, N° 10, 1992, p.200-215.
- RECALDE, Héctor. La protesta social en la Argentina de los 90. **Todo es Historia**, Buenos Aires, N° 437, dez. 2003.
- RODRÍGUEZ, Leandro. Dictadura, Neoliberalismo y Democracia. In: XII Jornadas da AUGM, 2004, Curitiba (texto mimeo)

SALAS, Lucio. Vivir la economía solidaria. **Cimarrón**, v.2, N° 2, 2004, p.3.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras**: A busca de identidade. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TODO ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.todo-argentina.net/historia/>>
Acesso em: 5 jul. 2004

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIDAL, Jorgelina. Una marcha por los sitios donde cayeron víctimas. **Clarín**, Buenos Aires, 21 dez. 2003, p.4.

VILANOVA, Mercedes. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. **História Oral**, N° 1,1998, p. 31-42.

ANEXOS

ANEXO 01

Roteiro de temas para entrevistas

- O começo da assembléia
- O começo da participação na assembléia, a militância anterior (no caso de existir)
- Os lugares que ocuparam e a gestão dos que ocupam atualmente
- Os temas abordados nos primeiros encontros
- A "Interbarrial"
- As comissões e as atividades desenvolvidas
- Os momentos mais importantes da assembléia
- A participação em protestos, mobilizações etc.
- O significado da frase “*reconstruir el tejido o la trama social*”
- As aprendizagens no processo de participação
- Os fatores que favorecem/dificultam a participação das pessoas
- As expectativas de futuro para a assembléia

Itens adicionais para os/as participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego

- Os tijolos trazidos do centro clandestino de detenção “*El Atlético*”
- Os “*bonos ladrillo*”
- O “*colchonazo*”
- O mural

ANEXO 02

San Telmo tiene Memoria

El 24 de mayo la Asamblea realizó un importante acto en el Centro de Detención y Tortura "Club Atlético", para seguir en la recuperación de la memoria colectiva del barrio, lo que es fundamental para su identidad democrática y transformadora. Participaron también numerosos organismos de Derechos Humanos.

Nos concentramos en Plaza Dorrego para marchar con nuestras antorchas y siluetas, que nos hicieran célebres el 24 de marzo.

El acto se sumó al encendido de la silueta que desde hace dos años los compañeros de Encuentro por la Memoria hacen todos los días 24, mes a mes. A eso de las 19:30 y ante unas 400 personas, con los organismos de Derechos Humanos presentes, comenzó el acto con la palabra de Berta Kostembaum de Encuentro por la Memoria, que narró la historia de la agrupación con sus actividades de denuncia y sus acciones artísticas en el "Club Atlético", a continuación leímos el mensaje de la Asamblea; prosiguió Carmen Lapacó, de Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora, quien muy emocionada evocó su cautiverio junto a su hija en el lugar; luego Delia Barreda, de la Asociación de ex detenidos y desaparecidos, que ya había dirigido sus palabras en el contexto de un acto nuestro, en ese mismo lugar, hace dos meses. Fue un encendido llamamiento a la lucha por la justicia, contra el olvido, exigiendo al gobierno de la Ciudad una serie de contenidos, cuando la excavación esté lista para ser visitada por el público. En esos contenidos coincidió Osvaldo López, de Encuentro por la Memoria; se trata de que en el lugar haya

placas con los nombres de los represores y de los legisladores votantes de las leyes de "Punto Final" y "Obediencia Debida", más Menem y los redactores y firmantes de los decretos de Indultos. Cabe señalar que en ese sentido la Comisión de Derechos Humanos, Cultura y Educación impulsa la misma postura y así quiere proponerlo a la Asamblea. Previamente había hablado también Alba Lancilloto, de Abuelas de Plaza de Mayo, quien leyó los nombres de las parejas que allí fueron confinadas, cuyas mujeres estaban embarazadas y cuyos nietos están buscando, gritando todos ¡PRESENTE! después de cada nombre. Finalmente el Pastor De Lucca, del Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos, cerró el acto mostrando la emoción que todos sentíamos, cuando se comenzó a prender la gran silueta, con la colaboración de las Madres y los vecinos, al sonido de los tambores de San Telmo. Un rato después, un poco en silencio, volvimos marchando a Plaza Dorrego, nuestro hogar.



Foto Olga Morales

La comisión de Derechos Humanos, Cultura y Educación había decidido poner algún recordatorio de la Asamblea cerca del palo borracho plantado por Encuentro por la Memoria.

Una detallada crónica sobre la experiencia de construcción del monumento que se inauguró en la jornada del 24 de Mayo
Ladrillo sobre ladrillo reconstruimos la memoria

1- Sábado 18: concurrimos al "Atlético" para hacer la actividad de tocar timbres de los vecinos para recopilar información e invitar al acto del 25. Allí surge la idea de usar los mismos ladrillos.

2- Lunes 20: concurrimos nuevamente a hacer las guardias que estamos haciendo por la tarde y de un momento a otro estamos ayudando a descargar tierra de la excavación. Empezamos a juntar ladrillos. Más tarde planteamos la propuesta en la reunión de la comisión de excavación. La propuesta es aceptada.

3- Miércoles 22: concurrimos nuevamente para seguir recopi-

lando ladrillos, cuando se acerca un compañero de la Comisión de Desocupados, que se entusiasma con el proyecto y ofrece su ayuda.

4- Jueves 23: trabajamos de 10 a 18 hs. levantando la mitad de la pared. Lo situamos a la izquierda del alambrado de la excavación, dado que el palo borracho será desplazado cuando siga la excavación de ese lado.

5- Viernes 24: otras seis horas y quedó listo. Se resolvió todo sobre la marcha. Los dos compañeros de la Asamblea, que construyeron la pieza, se quedaron con ganas de hacer otros, otros y otros.



ANEXO 03

EL ATLÉTICO EMPEZÓ A EMERGER COMO TESTIMONIO DE LA REPRESIÓN

En paseo Colón, entre San Juan y Cochabamba, debajo de la autopista, empezó la excavación para descubrir los restos del centro clandestino de detención por donde pasaron cerca de 1500 detenidos-desaparecidos.



Carmen Lapacó, sobreviviente del centro clandestino El Atlético, recordó el horror de hace 25 años.

Por Victoria Ginzberg

▲ Lo primero que se encontró fue una herradura. No era lo que se había ido a buscar, pero podía ser un signo de buena suerte, si cabía hablar en esos términos en ese lugar. La pala mecánica siguió excavando. Emergieron paredes, restos de un ascensor, zapatos y pedazos de telas azules acompañadas por escarapelas de metal. Carmen Lapacó sintió que le hervía la sangre y se trasladó 25 años atrás, cuando vio por última vez en ese sitio a su hija Alejandra. Miguel D'Agostino miró los muros sucios y pensó en el camino recorrido, los testimonios en los juicios y las marchas. El Atlético empezaba a salir a la luz. El centro clandestino de detención instalado por los militares de la última dictadura fue demolido a fines de 1977 para que por allí pudiera pasar la autopista. La semana pasada comenzó a reaparecer.

Sábado 13 de junio. Paseo Colón entre Cochabamba y San Juan. En la loma de tierra que se levantaba desde la calle hasta la autopista, una figura humana de siete metros que se ilumina con antorchas todos los 24 marcaba que ese lugar no era como cualquier otro. En una de las columnas, siluetas metálicas se entremezclaban con una madreselva. Un cartel, similar a una señal de tránsito, dejado luego de algún escrache, anunciaba: “Ni olvido ni perdón”. Las señas estaban para quien supiera verlas. En ese lugar, bajo la tierra, estuvieron detenidas cerca de mil quinientas personas. Desde ahora las marcas serán más visibles.

El Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires comenzó a excavar en el sitio para recuperar el sótano de El Atlético, el centro clandestino demolido en diciembre de 1977 porque pasaba bajo la trama de la autopista. Tres horas después de que comenzara el trabajo, se encontraron los restos de dos cuartos, unidos por una abertura rectangular en la que alguna vez hubo una puerta y una pequeñísima ventana donde pudo haber una celda de

no más de uno por uno. Metales retorcidos y oxidados eran lo que quedaba de un ascensor o montacargas que, según los testimonios de los sobrevivientes, ya durante la dictadura estaba en desuso. Las paredes que se recuperaron son apenas una pequeña parte del subsuelo, que debería extenderse por lo menos hasta la mitad de la manzana. Antes de ser un centro de torturas al mando del primer cuerpo de Ejército, el lugar era un depósito de la Policía Federal. De allí los pedazos de uniformes, escarapelas y zapatos que sacó la pala.

“Se trata de un proyecto de recuperación arqueológica y de investigación histórica. La idea es armar un espacio para la memoria, en donde esté la información sobre lo que pasó ahí”, explicó Gabriela Alegre, directora de Derechos Humanos del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, que trabaja en esta iniciativa junto con el secretario de Obras Públicas, Abel Fatala. Los organismos de derechos humanos y los sobrevivientes del centro están evaluando la forma en que participarán de la iniciativa.

El Atlético es el segundo centro clandestino en el que se proyecta recuperar sus cimientos. En Morón, la Asociación Seré intenta hacer lo mismo con Atila o la mansión Seré. Allí aún se están haciendo los sondeos del terreno y las excavaciones comenzarían la semana que viene.

▲ Carmen y Miguel

Carmen Lapacó se calzó en la cabeza su pañuelo blanco y se abrochó de la solapa del saco violeta el prendedor con la imagen de Alejandra en blanco y negro. La foto es la de la libreta universitaria, la última. “Lo que estaba en los papeles apareció”, dijo mientras miraba los planos, y señalaba hacia Cochabamba “por donde entraban los autos”. Carmen es madre y ex detenida. En la madrugada del 17 de marzo de 1977 fue secuestrada junto con su hija, el novio de ella y su sobrino. Llegó al Atlético con los ojos tapados con un pañuelo de gasa –que los represores le sacaron de su casa– por el que se colaban algunas imágenes. “En la planta baja nos preguntaron los datos, como nombre y domicilio. Nos dieron una letra y un número. La letra era F, yo era F50, entonces Alejandra tiene que haber sido F49. Ahí perdías el nombre. A mí me pegaron varias veces porque me olvidaba del número que me dieron cuando nos pusieron las cadenas en los pies. No lo registré y cada vez que me lo preguntaban, no podía decir nada y me pegaban”, relató Carmen. La mujer fue conducida a lo que creía era la puerta de un ascensor, pero ahí estaba la escalera que llevaba al sótano, por la que pasaron todos los presos.

En sus tres días de detención estuvo en lo que llamaban “la leonera”, una celda colectiva donde los detenidos estaban separados por un tabique de un metro de altura. “Estaba prácticamente frente a la puerta y vi los zapatos de Alejandra y alcancé a tocarla. Ella gritó, le dije: ‘No te asustes, soy tu mamá’, y nos abrazamos.” El Atlético es para Carmen los últimos momentos de Alejandra, eterna en sus 19 años. Luego de su liberación, todavía en dictadura, la mujer de ojos húmedos y pelo finito volvió con la actual ombudsman porteña, Alicia Oliveira, a espiar de lejos el lugar donde había visto por última vez a su hija, hoy todavía desaparecida. El edificio estaba en pie, pero vacío.

Miguel D’Agostino estuvo en El Atlético 91 días. Llegó encapuchado en el piso de un Falcon el 1° de julio de 1977 y bajó las escaleras a los golpes. Con el tiempo, la experiencia y los relatos de otros detenidos, pudo hacerse una idea de cómo era el lugar donde lo tenían. “Nos hacían hacer un trencito en el que íbamos agarrados de los hombros del de adelante con los ojos vendados. Al llegar al final del pasillo sabías que tenías que doblar a la derecha o a la izquierda para ir a tu celda, y tenías que contar a ciegas cuántas puertas había. Ibas registrando tus movimientos y los pasos que dabas, por ejemplo, hasta llegar al baño. También hay cosas que tienen que ver con traer relatos de

otras personas que te decían cómo eran otros lugares”, narró Miguel.

En septiembre de 1977, mientras estuvo unas horas en la enfermería, los guardias escuchaban por la radio un partido de Boca. Uno de ellos tenía bronca porque no podía ir a la cancha “estando tan cerca”. Ese fue el primer indicio geográfico para Miguel, que fue confirmado poco después, cuando escuchó a la hinchada pasar por la vereda. El 30 de septiembre, Miguel fue dejado por sus captores en la puerta del Hospital Borda. Durante dos años recorrió por rutas alternativas el camino del manicomio a la Bombonera, pero no encontró indicios de un edificio que pudiera ser el que buscaba. A fines de 1979, mientras esperaba el colectivo 86, se estremeció –“una sensación como que te van a robar o se te va a caer una maceta encima”–. Giró su cuerpo y en el centro de la manzana vio las celdas al descubierto. Estaba frente al Atlético y se estaba construyendo la autopista. “Por eso siempre supe que había algo”, aseguró.

En 1985, los sobrevivientes del centro clandestino pidieron sin éxito a la Justicia y a la Conadep que se excavara en el lugar. En democracia hubo proyectos para hacer una plaza o poner una placa, pero los ex detenidos planteaban que “había que destapar, no volver a tapar”. Ahora lo que quiere Miguel, como varios de sus compañeros, es “que, en principio, se saque la tierra, poner al descubierto esta estructura como una prueba más de lo que pudo generar esta sociedad y que sirva para generar debate y memoria y para acumular elementos para obtener justicia”. Miguel se imagina que ese lugar se pueda convertir en “mucho más que un edificio recuperado, donde haya un repaso general de los aparatos represivos, su estructura, la cadena de mandos y todos los represores que participaron, donde se recuerde la militancia y la lucha del movimiento de derechos humanos”.

Fonte: Jornal Página 12, versão digital, disponível em:

<<http://www.pagina12web.com.ar/diario/elpais/subnotas/4407-2240-2002-04-25.html>>. Acesso em: 19 nov. 2004.

ANEXO 04

MARCHAS CON ANTORCHAS, ESCRACHES Y MURALES El 24 de las asambleas

Las asambleas de vecinos de San Telmo, San Cristóbal y otros barrios realizaron ayer distintas actividades en repudio al golpe del 24 de marzo de 1976. Hubo escraches⁸⁴ y murales y hasta una asamblea de niños que expresaron sus propias vivencias de la crisis.



Una marcha de antorchas de vecinos de San Telmo.

▲ El sol todavía pegaba fuerte. Eran las cinco de la tarde y los primeros vecinos de varias asambleas se empezaban a juntar en San Juan y Entre Ríos. “Vamos a recorrer el barrio para recordar nuestra historia y cambiar los nombres de las calles por los de los desaparecidos”, contó ayer a Página/12 Natalia de la asamblea de Matheu e Independencia. Mientras tanto, en otro punto de la ciudad, **la asamblea de San Telmo se lucía desplegando un numerosas actividades sobre el aniversario del golpe. A la noche sus antorchas iluminaron el frente de lo que fue el campo clandestino de detención El Atlético.**⁸⁵ Los barrios con más historia propia fueron los que más se prepararon para el acto de hoy.

El primer acto de la recorrida por Boedo se llevó a cabo en Entre Ríos y San Juan, ya que allí desaparecieron a Rodolfo Walsh. Ahora esa es la esquina de Rodolfo Walsh y Entre Ríos. A medida que se iban acercando las asambleas de plaza Martín Fierro, Matheu e Independencia, plaza Garay y Vecinos de San Cristóbal contra la Impunidad, los vecinos se saludaban primero con aplausos, después venían los besos y las charlas. El objetivo de la recorrida fue relatar los hechos de la dictadura y revivir la memoria a través de la historia de los barrios de Boedo y San Cristóbal. Una de las vecinas que participó de los actos fue Ayelén. Tiene 13 años y concurre a la asamblea de San Cristóbal de Martín Fierro. “Voy a escuchar y voto lo que me parece que está al alcance de lo que se puede hacer. También la ayudo a mi vieja con las compras comunitarias. Me gusta venir porque me parece que es una oportunidad que tenemos para salir de esta crisis que es una cagada.”

Empezaron con Rodolfo Walsh y una placa que recuerda su desaparición quedó colocada en el edificio del Banco Nación. Por el megáfono relataron su vida, su obra y su muerte. Luego siguieron avanzando hasta Humberto Primo y Entre Ríos para pintar en el piso la primera silueta de un hombre, dibujos que se repitieron por varias esquinas para recordar el lugar en

⁸⁴ Forma de protesta criada em dezembro de 1996, pela organização de direitos humanos H.I.J.O.S (Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio), criada em outubro de 1995 e formada por filhos e filhas de pessoas desaparecidas durante a última ditadura militar.

⁸⁵ Destaque da pesquisadora.

donde desaparecieron vecinos del barrio.

En la plaza Dorrego de San Telmo la actividad empezó temprano. A las 11 de la mañana los desocupados del barrio comenzaron a vender comida a todo el que pasaba. Al mediodía se armó el taller de serigrafía, una técnica que utilizaron para imprimir entre filetes típicos del barrio la leyenda “San Telmo tiene memoria” en carteles y remeras para llevar hoy a la marcha.

Otra de las actividades a las que se sumó más gente fue el taller de máscaras para chicos, que a su vez sirvió para reunirlos y armar la primera asamblea de niños de la ciudad. Los participantes tenían entre tres y diez años. Uno de los temas tratados fue “para qué servían el dinero y el trabajo”. Uno de los chicos respondió que “la plata sirve para algunas cosas pero no para vivir”. Pero el debate se armó en serio cuando los chicos empezaron a decir que “los que roban son los bancos”. “¿Cómo saben eso?”, preguntó la coordinadora, y los chicos contaron que lo habían visto “en la tele” o cuando acompañan a la mamá al banco ven “a la gente sufrir”. En ese momento saltó Pablo de 10 años y dijo que quería ser presidente. Entonces, otro nene de siete le dijo que “iba a tener que devolver la plata que se habían robado”, pero Pablo retrucó que el Presidente no tiene la plata porque “los que robaron fueron los bancos”. Por lo que el otro contestó que el Presidente tenía que hacer que los “bancos devuelvan la plata aunque se vayan del país”.

Luego le tocó el turno a Ramón Ayala, quien cantó con su guitarra. Otra de las actividades fue del grupo Tango Protesta, que representó la historia del país en una pieza musical. La bailarina representaba al país, uno de los bailarines era un luchador de la década del setenta y otro simulaba ser un represor. La actriz Mónica Galán coordinó los actos. **Además en el Museo del Cine pintaron un mural con una serie de cuadros de película que empieza en 1976 con escenas de la represión y termina en el 2002 con una asamblea de vecinos.**⁸⁶ Por otro lado, en los barrios de Boedo y San Cristóbal, a medida que la recorrida avanzaba, las calles iban cambiando de nombre. Carlos Calvo pasó a llamarse Carlos Fernández, Independencia, Horacio Guerrero, y Saavedra, Echeverría D. La manifestación frenó en Pasco 1032 frente a la casa del represor Miguel Angel Rovira. Las frases “asesino” e “hijo de puta” junto con varios dibujos de siluetas fueron pintados en su vereda. Rovira vive en un chalet de dos plantas con jardín y garage.

Durante la tarde, en la plaza Dorrego se armaron antorchas, y cuando estuvieron listas empezó la marcha hacia la plazoleta Rodolfo Walsh, en donde se le hizo un homenaje. Placas con los nombres de los 32 desaparecidos del barrio. De ahí, se dirigieron a la comisaría segunda en Perú y Carlos Calvo que trabajó mucho con el chupadero El Atlético para vociferar por el megáfono los nombres de los 32 desaparecidos seguidos de sus correspondiente “presente”. Los vecinos de los barrios de Boedo y San Cristóbal ya habían pasado por el local del Partido Nacional Constitucionalista y el del Modín para expresar su oposición a los “partidos fachos”, y se había dirigido a la iglesia Santa Cruz donde fueron secuestradas las monjas francesas y Azucena Villaflor. A las 21.00, frente al campo de detención El Atlético, miles de antorchas iluminaban la noche. Los bombos hacían sonar el candombe propio de San Telmo mientras un muñeco ardía en llamas.

Informe: Gimena Fuertes■

Fonte: Jornal Página 12, versão digital, disponível em: < <http://www.pagina12web.com.ar/diario/elpais/1-3207-2002-03-24.html>> Acesso em: 19 nov. 2004.

⁸⁶ Destaque da pesquisadora.

ANEXO 05

MASIVA PRESENCIA DE LAS ASAMBLEAS EN EL ACTO POR EL ANIVERSARIO DEL GOLPE “Juicio y castigo, y no más hambrientos”

Uniendo consignas y con un aire de fiesta, los autoconvocados ocuparon tres cuadras compactas de la Avenida. Desde temprano, hicieron homenajes a los desaparecidos en los barrios y un acto frente a la Iglesia de la Santa Cruz, escena de un secuestro en 1977. El fantasma de un golpe.



La presencia de las asambleas barriales fue realmente masiva. Hubo bombos, cacerolas y murgas.

Por Laura Vales

Las asambleas barriales participaron de forma masiva en la marcha. A lo largo de la Avenida de Mayo hubo más de tres cuadras compactas de autoconvocados que salieron a la calle con pancartas, cacerolas, bombos, murgas, carteles con los nombres de los desaparecidos. Muchos asambleístas, como Ana, del Cid Campeador, participaban por primera vez de una marcha del 24 de marzo: “Vine para decir a los demás, a mi familia y a mis compañeros de trabajo, que no tengan miedo”. En la larga columna de los autoconvocados ayer había un aire de fiesta. El fantasma del golpe estaba presente, pero también la idea de que es posible enfrentarlo.

Los vecinos se movilizaron con consignas que unieron el repudio al golpe del ‘76 con el reclamo por trabajo. “Juicio y castigo, y no más hambrientos”, escribió sobre una cartulina blanca, que paseó con los brazos en alto, un marchante del barrio de Congreso.

Por encima de cualquier diferencia interna, en las asambleas existe una lectura compartida en cuanto a que esta situación de despojo es efecto de un proceso con fecha de inicio en 1976. En parte por esta certeza común, y en parte porque el encuentro cara a cara de los vecinos en las asambleas sacó del baúl episodios presenciados o sufridos en los años de la dictadura por los propios asambleístas, durante el fin de semana decenas de grupos realizaron actividades vinculando el 24 de marzo con la historia del barrio.⁸⁷

Se trató de homenajes caseros con actividades como pintar siluetas en los lugares donde la dictadura secuestró a alguna de sus víctimas o rebautizar calles con sus nombres.

En San Cristóbal, los vecinos se reunieron dos horas antes del inicio de la marcha en Urquiza y Estados Unidos. En la esquina de la Parroquia Santa Cruz, donde en 1977 secuestraron a un grupo de familiares, entre ellos la fundadora de Madres, Azucena Villaflor.

La idea de la Multisectorial fue generar un espacio de debate sobre lo nuevo de este

⁸⁷ Destaque da pesquisadora

aniversario del golpe. Ayer, entre los que se juntaron en esa esquina estaba Adolfo Mango, quien 25 años atrás había sido testigo del operativo de secuestro realizado por las patotas de la ESMA.

Los organizadores pegaron en la ochava afiches con los nombres de las víctimas de la dictadura e instalaron el equipo de sonido: un micrófono y un parlante montado sobre un carrito de supermercado. Alrededor se acomodó el vecindario. Había la misma cantidad de hombres que de mujeres, y muchos adolescentes de las escuelas cercanas, algunos acompañados por sus padres. También un grupo de trabajadores del Hospital Ramos Mejía, docentes, monjas y sacerdotes.

A medida que fueron llegando, hubo vecinos que agregaron otros nombres al listado de desaparecidos y contaron lo que sabían sobre ellos. Ocurre algo muy fuerte cuando la imagen de un desaparecido, hasta entonces una foto en un libro o un afiche, se liga al lugar de donde se lo llevaron. Tal vez por eso, más que un acto tradicional, el homenaje terminó destinando la mayor parte de su tiempo a avanzar con la mecánica de la asamblea y se invitó a quien quisiera a usar el micrófono. La primera en hablar fue María Díaz.

“A mí me llevaron un familiar; tenía 27 años, lo secuestraron en el ‘76 y hasta el día de hoy no sabemos nada de él”, empezó la mujer. Y ya no pudo seguir hablando. Con el micrófono en la mano, María respiró profundo intentando poner la emoción bajo control. “Vamos, fuerza”, la alentó otra vecina desde la rueda. “Sólo quiero decir que deseo que seamos muchos y que nos unamos”, cerró la asambleísta.

Otra de las personas presentes leyó un poema. Ricardo Laskowski contó que había pasado 10 años en el exilio. “La dictadura nos sacó nuestros mejores luchadores”, consideró. El sacerdote Bernardo Hughes, que lleva casi tres décadas en el barrio, recordó el clima previo al golpe: “en esos días tenía la sensación de que nos deslizábamos inexorablemente al abismo”, contó. “Los partidos políticos apostaban sólo a llegar a las elecciones, aunque fuera gateando, incapaces de buscar una respuesta ante la emergencia. Me gustaría que ahora nos cuidáramos unos a otros, porque sólo hombres y mujeres nuevos harán una política nueva, que construya un país para todos”.

A las cinco de la tarde los vecinos comenzaron su marcha hacia el Congreso para encontrarse con las otras asambleas. Eran más de doscientos y decidieron por unanimidad pasar por el Hospital Ramos Mejía y por Brukman, la fábrica textil tomada por los trabajadores y puesta a producir luego de que los empresarios la abandonaran al borde de la quiebra.

Ya en Brukman había otra veintena de asambleas, agrupaciones y partidos políticos. A las seis de la tarde, mezclados en una sucesión de carteles de autoconvocados y murgas barriales, los de San Cristóbal llegaban a Entre Ríos y Rivadavia. Faltaban aún dos horas para entrar a la Plaza de Mayo y sólo el conjunto de asambleístas se extendía a lo largo de más de trescientos metros.■

Fonte: Jornal Página 12, versão digital, disponível em: <<http://www.pagina12web.com.ar/diario/elpais/1-3243-2002-03-25.html>>. Acesso em: 19 nov. 2004.

ANEXO 06

Boletín N° 6, Asamblea Popular San Telmo, Plaza Dorrego, Buenos Aires, Junio 2002

Hace unos pocos meses, en la víspera del 24 de marzo, nos reunimos en este mismo lugar, en este solar desgraciado, como cierre de toda una jornada en el corazón del barrio. Fue el inicio de nuestra decisión, como Asamblea, de luchar contra las leyes de impunidad y los indultos, de repudiar el terrorismo de Estado y los intentos golpistas, repudiar el modelo económico implantado por la dictadura, para así sumarnos, con toda nuestra fuerza, a la lucha que sostienen y continúan las Madres, los Familiares, las Abuelas, los sobrevivientes, los Hijos, y todas las agrupaciones y organismos que conforman el extraordinario movimiento por los Derechos Humanos de la Argentina, del que hemos aprendido tanto.

Es un movimiento que a lo largo de los años ha logrado que la población entera fuera comprendiendo la gravedad de los hechos, la crueldad de los crímenes, consumados por la dictadura militar. Sin esa comprensión hubiera sido imposible imaginar un acto de resistencia civil como el que vivimos el 19 y el 20 de diciembre y que nos dio origen como Asamblea. El anuncio del decreto de Estado de Sitio fue sin duda uno de los desencadenantes de la insurrección. Eso significa que el pueblo ha dado un mensaje claro, de que no toleramos un Estado de Sitio ni lo vamos a tolerar en el futuro, porque lo relacionamos directamente con la desaparición, tortura y asesinato de personas. Y no es una relación exagerada: concretamente la policía se sintió "amparada" por el Estado de Sitio para matar a 6 valerosos e insustituibles muchachos. No lo olvidaremos. Nos parece un dato relevante del presente que atraviesa nuestra sociedad, que ha salido del silencio y del encierro, al sonido de las cacerolas y al calor de las Asambleas, al tiempo que se destapan y comienzan a hacerse visibles otros silencios y otros encierros, de hace 25 años, en este sitio. Pero hay que decir que la conciencia general sobre la represión y el terrorismo de estado también

Texto leído en el acto que se llevó adelante frente a las excavaciones del ex Centro de Detención "El Atlético"

El 24 de Mayo de 2002 Nuestra Asamblea estuvo presente y dejó un mensaje bien claro

es limitada, basada en relatos.^o Relatos que hemos sido más o menos capaces de escuchar. Estas primeras excavaciones reformulan radicalmente nuestra conciencia. La posibilidad de ver los lugares, las habitaciones en donde encerraban y hacían sufrir a los prisioneros, nos llena de dolor porque al relato se agrega la imagen que hasta ahora era imaginaria. La visión directa tiene la fuerza de la confirmación: lo verdadero es lo visible. También nos llena de furia por que se ha impedido la justicia, se ha garantizado la impunidad. Vemos la escena del crimen pero no vemos la justicia. De la misma manera, hoy se garantiza la impunidad de los grupos económicos y financieros, los mismos que desde 1975 impulsaron sus rentabilidades por sobre la vida de las personas, como lo siguen haciendo hoy. Es por todo esto que nos hemos incorporado al proceso de esta excavación, y hacemos en este acto un llamamiento a todos los vecinos a que brinden toda imagen, todo recuerdo, sobre el movimiento y las actividades de este lugar. Nuestro objetivo es recopilar y distribuir la información, anclando en el barrio la investigación sobre el circuito represivo que incluía el "Garage Azopardo", El

Atlético, el Comando Antártico y otros posiblemente situados en esta zona, que aun no han sido identificados. Creemos que esto se debe trasladar a todos los barrios y a todos los centros clandestinos de detención.

Cuando como vecinos pasábamos por aquí, aún teniendo conocimiento sobre que aquí "había estado" el Atlético, se veía claramente el intento de "desaparecer el lugar": este sórdido terraplén muestra la tosquedad del ocultamiento; ahora resulta muy impresionante ver que "aquí está" el Atlético, aquí están sus habitaciones. Las vemos. Ahora todos podemos ver los muros que habían sido visto sólo por las víctimas y los victimarios.

Esta visión espantosa atormenta la memoria de los sobrevivientes, cuya experiencia es intranferible en su totalidad, pero también es cierto que ahora compartimos el haber visto estos muros.

Esperamos que puedan sentirse más acompañados. Ellos brindan la información y el testimonio que permite escribir la historia, a ellos nuestro agrado cimienta por la valentía de testimoniar.

Necesitamos saber.

Comprendemos que las atrocidades aquí cometidas, multiplicadas en 340 puntos y 30 mil cuerpos, fueron la condición necesaria para instrumentar el régimen económico que estamos padeciendo. En base a esto, redimensionamos las luchas de los 30 mil compañeros desaparecidos.

Ellos parecen decirnos, desde la mudez de estos muros, que los movió a la lucha la percepción de que estaba en juego el futuro de nuestro país, y no se equivocaron. Nuestro presente lo muestra con la crueldad del hambre, que es otra forma de tortura, de exterminio. Todo esto es lo que entendemos por memoria colectiva, que se expresa en la lucha firme por la justicia, en todos los planos. Con los ladrillos del ominoso edificio, construimos una escultura. Con la conciencia profunda de la historia queremos construir el futuro. Muchas gracias.

ANEXO 07

10 || CLARIN || EL PAIS || DOMINGO 21 DE DICIEMBRE DE 2003

▶ A DOS AÑOS DE LA CAIDA DE DE LA RUA

CRISIS, SAQUEOS Y REPRESION

Aquel 20 de diciembre trágico que marcó el fin del gobierno de la Alianza

▶ Jaqueado por la realidad social y económica, abandonado por su partido, sin fuerzas frente a la oposición, incapaz de revisar sus errores, De la Rúa dejó el poder en medio de cacerolazos y marchas.

Alberto Amato
aamato@clarin.com

De pronto, el país se había quedado sin presidente. El hombre encargado de conducirlo, electo dos años antes por el 48,9 por ciento de los votos y en nombre de una alianza política que se diluyó en setecientos días de vértigo, se alejaba de la Casa Rosada y de la historia bajo las aspas perzosas de un helicóptero de la Fuerza Aérea.

Fernando de la Rúa dejaba así atrás casi medio siglo de vida política malgastados en dos años, jaqueado por una realidad económica y social impredecible y siempre al borde del cataclismo, por una oposición tenaz e inflexible, por un partido político, el suyo, que lo abandonó a su mal destino y también por su propia inacción y su incapacidad para descifrar las claves de un país que pareció

Hoy en clarin.com
La caída en primera persona
El audio completo de la entrevista al ex presidente De la Rúa en la página de Internet de Clarin.



REPRESION. DIEGO LAMAGNA YACE MUERTO EN LA 9 DE JULIO. LA VIOLENTA REPRESION DEL 20 SIGUIÓ HORAS DESPUÉS DE LA RENUNCIA DE DE LA RUA.

no comprender.

La esperanza que encarnó el gobierno de la Alianza quedó pulverizada cuando las primeras medidas económicas recortaron los salarios públicos y los ingresos de la clase media. Diez meses después de asumir, el vicepresidente Carlos Álvarez dejó el gobierno después de denunciar coimas en el Senado y de ver cómo De la Rúa ascendía en el gabinete a los acusados de corruptos.

La errada ilusión argentina por lo que Milan Kundera llama el "mito del eterno retorno", amparó el regreso de Domingo Cavallo a la conducción económica del país.

Fue una sugerencia de Álvarez, que intentaba su retorno al gobierno como jefe de Gabinete. De la Rúa ató su suerte a la de Cavallo y en ese barco ya mal estibado encaró un mar tormentoso sin otra brújula que la de su impotencia. Y cuando en octubre de 2001 la Alianza perdió las elecciones parlamentarias, el justicialismo olfateó la posibilidad de recobrar el poder y se lanzó a conquistarlo.

Para cumplir con el FMI y decidido a sostener a Cavallo hasta el final, De la Rúa aceptó la confiscación de ahorros y la inmovilización de salarios que

Juicio oral por los muertos de la Plaza

Cuatro policías y un teniente coronel retirado irán a juicio oral acusados de asesinar a Alberto Márquez y a Gustavo Benedetto, dos de las cinco personas que murieron el 20 de diciembre de 2001, el día que renunció De la Rúa.

Esa tarde la Policía Federal que dirigía el entonces comisario Rubén Santos baleó a mansalva, y con cartuchos cargados con postas de plomo, a quienes protestaban ya lejos de la Plaza de Mayo. Benedetto cayó con la cabeza destrozada en Avenida de Mayo y Tacuarí, cerca del banco HSBC, y por disparos que se hicieron desde el interior del edificio. Por ese crimen está acusado Jorge Varando, un ex militar que era jefe de segu-

ridad de la entidad. El comisario Omar Bellante, imputado en su momento en la causa, quedó libre por falta de mérito.

No muy lejos de donde cayó Benedetto, murieron baleados Diego Lamagna, Gastón Riva y Carlos Almiron. No hay acusados por estas tres muertes. Cerca de las siete de la tarde, cuando ya De la Rúa había renunciado, un grupo de nueve agentes federales, en tres autos, disparó contra manifestantes reunidos pacíficamente en la esquina de Sarmiento y 9 de Julio. Allí murió Márquez y fueron heridos de gravedad Martín Galli, de un balazo en la cabeza, y Paula Simonetti, de un balazo en la espalda que se detuvo por milagro a milímetros de la aorta. Por este crimen y las gra-

ves lesiones a Galli y Simonetti están acusados los comisarios Juan Orlando Oliverio y Carlos López, el oficial principal Eugenio Figueroa y el sargento Roberto Emilio Juárez.

Nucleados en "Heridos y familiares de asesinados el 19 y 20 de diciembre de 2001" y patrocinados por la Liga Argentina por los Derechos del Hombre, los afectados entrevistaron la semana pasada a la jueza Scervini para reclamarle mayor celeridad y que califique las lesiones a Galli y a Simonetti como tentativa de homicidio.

La Cámara Federal debe resolver la apelación presentada por la Liga al desprocesamiento que dictó Scervini al ex presidente De la Rúa.

dictó Cavallo el 3 de diciembre de 2001 y que llevó el nombre piadoso, pero siniestro, de "corralito". La gente ganó la calle. A los que ya estaban movilizados, se sumaron quienes nunca antes habían salido a protestar, cacerola en mano.

Volvieron los saqueos a super-

mercados, esta vez alentados y conducidos por funcionarios y punteros políticos del justicialismo, en especial de la provincia de Buenos Aires, como demostró luego una serie de notas del Equipo de Investigación de este diario.

El 19 de diciembre De la Rúa

decretó el estado de sitio. Lo hizo con un discurso impregnado de autoritarismo que recibió como respuesta una oleada de cacerolas que llegó a la Plaza de Mayo desde los elegantes barrios del norte y desde los más modestos del sur. De la Rúa no la vio: estaba en Olivos, mientras algunos

de sus ministros intentaban lo imposible: un acuerdo con el peronismo.

Lo peor estaba por llegar. Al día siguiente la protesta popular se hizo masiva. El Gobierno ordenó, o al menos toleró, o al menos no ordenó que cesara, una represión brutal y descontrolada de la Policía Federal, que cargó contra los manifestantes primero a caballo y con gases y después a balazos. El saldo, cinco muertos a casi un kilómetro de la Rosada y veintiocho en todo el país. La Justicia, que aún investiga los hechos, nunca pudo probar las razones del Gobierno para reprimir: un supuesto intento de tomar la Rosada o el uso de armas de fuego por parte de los manifestantes.

La impronta de aquella tarde vive todavía en el testimonio de un ex funcionario que escuchó por su celular la voz en llanto de su hija adolescente: "¡Papá! ¿Dónde estás? Tengo miedo por vos", dijo la chica. El padre intentó tranquilizarla. "Está todo bien, estoy en Casa de Gobierno". El hombre aún se estremece al recordar: "La voz de mi hija cambió de golpe. Dejé de llorar, la noté más madura. Me dijo: ¿Qué hacés vos en el Gobierno todavía? ¿No sabés que están matando gente?"

ANEXO 08

UNA PLAZA CALIENTE

Por Marta Dillon

Que Alberto Márquez era un niño encerrado en un cuerpo de 120 kilos y más de 50 años, que se había comido dos helados juntos a pesar de su diabetes antes de sentarse a descansar por última vez en su vida; que Petete Almiron, a los 23, estudiaba el CBC de sociología, colocaba membranas con su padre y era fanático de Hermética; que Diego Lamagna era de Paternal, sabía cómo hacer volar una bicicleta y hasta pensaba pasear su arte por los Estados Unidos; que Gastón Riva tenía 30, tres hijos y una moto que le daba de comer si la conducía doce horas seguidas; que Gustavo Benedetto, a los 27, quería tocar la armónica en un grupo llamado Badajos. Que todos ellos murieron sobre el asfalto el 20 de diciembre de 2001 y por eso son "caídos" y no muertos como tantos otros, se escuchó en un homenaje que circuló, con sus familiares al frente, como una marcha más entre otras convocatorias, deteniéndose en el exacto lugar en que cada uno recibió los disparos mortales. A esas breves historias de vida, a esos detalles nimios que confunde la muerte heroica y arbitraria, se les gritó presente.

Presente ahora y siempre, para sus familiares y amigos y para los que volvieron a la Plaza de Mayo dos años después de que un ejército de policías, uniformados y enmascarados, intentaran expulsar la pueblada a fuerza de balas, palos y gases, el día en que el microcentro fue un campo de batalla. Ahí estaban siguiendo el recorrido del homenaje las columnas raquíticas de varias decenas de asambleas bariales que se reconocieron en esa identidad aquel verano caliente e inestable, detrás de la bandera negra que como un manto cubría las piernas de los que quisieron a los caídos cuando no eran héroes.

de algunas Madres de Plaza de Mayo, de militantes de HIJOS y de algunos grupos del Movimiento de Trabajadores Desocupados de la zona sur. Les abrió el camino una columna de motos del Sindicato de Mensajeros, los mismos que aquel 20 de diciembre rescataron heridos y llevaron agua a los que quedaban atrapados en los gases. Aislada del resto de la columna de los movimientos piqueteros, la marcha de homenaje dibujó con su paso el mapa de la represión y recuperó con sus nombres y apellidos a quienes no quisieron ser mártires, pero así quedarán en la historia.

En Carlos Pellegrini y Sarmiento, ahí donde una bala de Itaka entró por la espalda de Alberto Márquez, fue la primera parada de la marcha que había partido desde el Obelisco. "En cada fiesta, en cada cumpleaños, te extrañamos chiquilín de 120 kilos que desde algún lado estás viendo crecer a tus nietos", dijo una amiga de Márquez por altoparlante mientras Daniel, el hijo de este militante



En el lugar donde fueron asesinados, se recordaron las historias personales de los caídos.

Un homenaje que dibujó otro mapa en el microcentro

del PJ de San Martín, acomodaba unas flores azules sobre la placa de cerámica que desde hace un año reemplazó otra señal de resina en el lugar de la caída. "Tus hijos, familiares y amigos", se pintó en letras blancas bajo el recordatorio, en gesto que parece querer reapropiarse de ese ser querido que la memoria popular anota en cualquier bandera. "Yo lo recuerdo como a un héroe -dice su hijo Daniel- porque salió a luchar por sus ideales." Un héroe que quedó lejos de su hijo, que no tiene ni tuvo nunca militancia política, a quien lo

"ponen mal las multitudes", como si quisiera preservar sus recuerdos de ese último fogonazo que le quitó a su padre en más de un sentido.

Marta Almiron, la madre de Petete, también acomodó flores frente a la placa que, como las otras, montó el Grupo de Arte Callejero (GAC)

con cemento y cerámica, para resistir al tiempo. Limpió la tierra alrededor, frotó la superficie blanca con el nombre de su hijo como si la acariciara, olvidada del homenaje de los compañeros de su Carlitos, que los 20 de cada mes hacen el mismo recorrido fijando la memoria en la repetición. No quiso seguir marchando con la bandera del centro de desocupados 20 de Mayo, lecostó todo este tiempo entender qué hacía su hijo cuando asistía a los cortes de ruta. Siempre temió que no volviera de ahí o que volviera con una mortaja, como la que lo cubría cuando ella lo reconoció el 21 de diciembre de 2001 en la morgue judicial. Tuvo que correr entre la columna de la CCC para no perder al grupo que seguía el homenaje y que en Avenida de Mayo avanzó con dificultad, ya mezclada con otras convocatorias.

Los familiares de Diego Lamagna no fueron al recordatorio. Sus amigos dejaron más temprano una placa en la esquina donde lo mataron con un piñón de bicicleta dorado engarzado en una baldosa de mármol. Ellos todavía no entienden qué impulso llevó a Diego a la plaza aquel día, pero igual dejaron la inscripción: "Hasta la victoria, siempre".

María Arenas, la esposa de Gastón Riva, se echa agua de una botella, busca los blancos de la marcha de los primeros grupos piqueteros que se acercaban a la plaza y trata de

esquivar los abrazos de quienes la reconocían. Hay una incomodidad en su gesto, en la forma en que escucha los cantos de los motopiqueros que consideran a su esposo uno de ellos, que desafían a la policía como si todo se tratara de un combate cuerpo a cuerpo. En esta esquina de Tacuarí y Avenida de Mayo, la antelimita de esta movilización, también se recitan el resto de los nombres de los homenajeados, se les dice presente. Presente, ahora y siempre. María también le grita con el puño en alto y señala los carteles que el GAC acaba de instalar y dicen: "si estuviste acá, se necesita tu testimonio", junto al teléfono de la fiscalía. La seguidilla de homenajes terminó frente al HSBG, el banco donde mataron a Gustavo Benedetto, pero frente a su placa no hubo silencio (ver recuadro), hubo bronca por los ornamentos navideños de un banco blindado y un conflicto inexplicable que les arrebató a los familiares el dolor por sus muertos. Que no son suyos, son los muertos del 20 diciembre.

Un conflicto inexplicable

"¿Nosotros, que estuvimos todo ese día en la plaza, ahora nos vamos a quedar afuera?", la pregunta se escuchó en medio de una asamblea espontánea de los integrantes del Sindicato de Mensajeros (Simeca), después de que la marcha de homenaje que había salido del Obelisco se desarmara en una gresca con una columna de la CCC, frente al HSBG, cuando los familiares y amigos de los asesinados el 20 de diciembre cercaron con su bandera negra la placa que recuerda a Gustavo Benedetto, el joven repositor de supermercado que cayó en ese lugar. El resultado fueron veinte minutos de palos y corridas, varios lesionados y una herida en el ánimo de unos y otros de los que intentaban reivindicar el 20 de diciembre. De inmediato, los encargados de la seguridad de la CCC cerraron el paso a la Plaza de Mayo y obligaron a los integrantes de asambleas populares y de Simeca a decidir si buscar otro camino para avanzar a ese territorio que habían defendido dos años atrás. Los familiares optaron por retirarse. El espacio había dejado de pertenecerles.

LUIS ANTONIO BARASSI

Detenido-Desaparecido 21-12-77



A 26 años de tu secuestro y desaparición tenemos presente tu dignidad, tu honradez y tu lucha consecuente por la revolución y el socialismo.

No olvidamos, no perdonamos, no negociamos, no nos reconciliamos

Tu compañera, tu hija, tu nieta, familiares, amigos y compañeros de militancia.

GERARDO JULIO ALVAREZ

Desaparecido el 21-12-1977



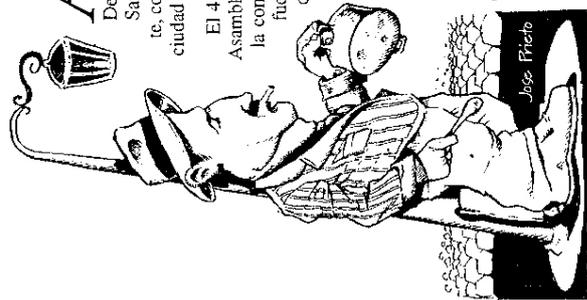
Tus compañeros de militancia compartimos los ideales por los que luchaste.

No olvidamos, no perdonamos. Exigimos justicia

Familiares, amigos, compañeros

Historia, objetivos, luchas y proyectos

EDITORIAL



A partir de los acontecimientos del 19 y 20 de diciembre del 2001 que llevaron a la renuncia del gobierno de Fernando De La Rúa, vecinos de la Plaza Dorrego de San Telmo nos convocamos espontáneamente, como lo hicieron miles de vecinos en toda la ciudad bajo la consigna "que se vayan todos".

El 4 de enero de 2002, nos constituimos como Asamblea Popular en Plaza Dorrego. El número, la composición social y política de la asamblea fue variando con el tiempo. Hoy somos más de 50 compañeros, de una composición social tan heterogénea, como lo es la población del barrio de San Telmo. Su espectro político es amplio, en su mayoría compañeros independientes, provenientes de agrupaciones políticas y defensoras de los derechos humanos.

Desde esa fecha hasta hoy nos reconocemos como una fuerza que pretende un profundo cambio político y social en la Argentina: una sociedad justa, que recupere su verdadera soberanía. Es decir, el derecho a la salud, a la educación, a la vivienda y al trabajo para todos. Nuestro eje como Asamblea Barrial es el trabajo territorial, con el objetivo de organizarnos para contribuir y formar parte de las luchas populares en su conjunto. En este sentido, el eje político central de las actividades y de los debates gira en torno a las diversas formas de participación y lucha por los derechos económicos, sociales y políticos fundamentales del hombre.

En forma democrática, horizontal y autónoma, tratamos de debatir y trabajar los principales problemas y necesidades del barrio, de analizar la situación actual del país y de Latinoamérica en asamblea todos los martes, en las comisiones de trabajo, en los talleres y en las diferentes reuniones con otras organizaciones barriales, principalmente de la Zona Sur.

Con estos objetivos generales hemos realizado diversas actividades durante nuestros casi 2 años de vida, entre las cuales se destacan:

Cronograma de Actividades de la Asamblea Popular San Telmo Plaza Dorrego

LUNES

11 hs: Preparación de la Olla
13 hs: Olla Popular para los niños y sus padres
20 hs: Olla Popular
12 a 18 hs: Emprendimiento de Funciona durante todo el día el emprendimiento del ropero
Cueiro
12 a 18 hs: Emprendimiento de Pan
19 hs: Comisión de Enlace Sur

MARTES

10 a 12 hs: Servicio de Defensa al Consumidor
10 a 12 hs: Taller de Artesanía en resina epoxi
18 hs: Taller de Pintura
20 hs: Asamblea General
Funciona durante todo el día el emprendimiento del ropero

MIÉRCOLES

17 hs: Guardia de la Comisión de Vivienda
18.30 hs: Comisión de Vivienda
Funciona durante todo el día el emprendimiento del ropero

JUEVES

10 a 12 hs: Taller de Artesanía en resina epoxi
15.30 hs: Taller de Corte y Confeción
16 hs: Taller de Folclore

VIERNES

10 a 12 hs: Servicio de Defensa al Consumidor
12 a 18 hs: Emprendimiento de Cueiro
Funciona durante todo el día el emprendimiento del ropero

SÁBADO

10 a 12 hs: Preparación de la Olla Popular
13 hs: Olla Popular
11 a 15 hs: Asesoría Jurídica
15 a 16.30 hs: Talleres de discusión y reflexión
16 hs: Consultas Apoyo Escolar
15 a 17 hs: Taller de Ajedrez
Funciona durante todo el día el emprendimiento del ropero

DOMINGO

12 a 18 hs: Feria de Emprendimientos
16 a 18 hs: Merendero

ANEXO 10

NUEVA SEDE PARA LA ASAMBLEA DE PALERMO VIEJO

Contentos como vecinos con casa nueva

Tras arduas negociaciones, los vecinos de Palermo lograron recuperar para el barrio un predio abandonado en un viejo mercado municipal. Será el centro de múltiples emprendimientos productivos, culturales y sociales. Hoy se formaliza el inédito acuerdo con el Gobierno de la Ciudad.

(**INFOCIVICA**, Buenos Aires, 7 de octubre de 2002)-. El movimiento de vecinos autoconvocados sigue sumando logros. Tras dos meses de ardua gestión, la Asamblea de Palermo Viejo logró recuperar un predio abandonado para el barrio como sede de actividades. Se trata de un viejo mercado municipal que ahora será el nuevo punto de encuentro de los vecinos. Desde allí, pretenden desarrollar una amplia batería de actividades productivas y sociales. Si bien existen otras asambleas que también tomaron otros espacios en desuso, esta será la primera vez que una propiedad se otorga de manera "legal". Hoy, el Gobierno de la Ciudad consagrará en un convenio el acuerdo alcanzado el sábado.

El empuje de la Asamblea de Vecinos de Palermo no se detuvo ante los vaivenes políticos de la realidad nacional. Desde diciembre, los vecinos no dejaron jueves sin reunirse en la esquina de Humboldt y Costa Rica. Desde allí, se generaron actividades tan diversas como La Trama, un mega emprendimiento cultural que colonizó el barrio el 25 y 26 de mayo, la gestión de una vacunación masiva de cartoneros contra el tétanos y hasta un sistema de recolección de residuos diferenciada.

Ahora los proyectos no dejaron de crecer: desde una feria artesanal desde donde comercializar la gran cantidad de productos generados por los artesanos del barrio hasta micro emprendimientos productivos que permitan dar trabajo calificado a muchos de los desempleados del barrio. Desde talleres de capacitación a un sin fin de actividades culturales y de promoción de la salud. Sin embargo, la gran cantidad de proyectos también generó una necesidad impostergable: tener un lugar común desde donde desarrollarlos. "Lo que buscamos es articular los distintos recursos del barrio. Pero sin un espacio propio ninguna de estas actividades podría ser posible", contó Jorge Ponce, uno de los vecinos de la Asamblea.

Por eso, hace dos meses la Asamblea presentó un proyecto ante Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires donde solicitaba permiso para utilizar el edificio ubicado en Bonpland 1660, entre Honduras y Gorriti. Se trata de la parte posterior de un viejo mercado municipal del que sólo queda un recuerdo de su antiguo esplendor: sólo tres pequeños puestos ocupan un predio de más de 300 metros cuadrados donde podrían tener cabida más de 70. En el fondo, hay un espacio que se usaba para la descarga de los proveedores. "El lugar está completamente derruido pero cuenta con mucho espacio y sanitarios que pueden recuperarse y servir para generar un gran movimiento en el barrio", contó Ponce. El espacio está rodeado por unas callecitas empedradas donde los vecinos sueñan ver instalada la feria.

Sin embargo, la urgencia de los vecinos no se correspondió con la parsimonia oficial.

Tras dos meses de silencios y evasivas, este fin de semana los vecinos decidieron poner manos a la obra. Tras difundir la convocatoria vía e.mail, el sábado a las 11 se hicieron presentes en la puerta del viejo mercado con la idea de recuperarlo. Pero al llegar se encontraron con un escenario inesperado. "Nos encontramos con el predio cerrado con candado y un dispositivo policial desmedido, que incluía guardia de infantería, carro de asalto y decenas de policías uniformados y de civil", contó Ponce. El insólito operativo estaba a cargo del subcomisario de la Seccional 31°.

Con todo, los vecinos no se amedrentaron y decidieron convocar a distintos funcionarios de la ciudad. El primero en escuchar el reclamo y apersonarse ante la puerta del mercado fue Juan Cruz Noce, director del CGP 14 Oeste. Pero frente a la imposibilidad de una pronta resolución, se requirió la presencia del Director de Defensa del Consumidor, Miguel Fortuna, área de la que depende el predio. Pero la negociación fue tan larga como infructuosa y se exigió la presencia del secretario de Desarrollo Económico de la Ciudad, Eduardo Hecker. A las 17 horas, el acuerdo estaba saldado: los funcionarios porteños accedieron a abrir el portón de acceso al depósito y permitieron el ingreso de los asambleístas.

El acuerdo entre la Asamblea de Palermo Viejo y el gobierno de la Ciudad se formalizará hoy, lunes 7 de octubre, a las 19 en el CGP 14 Oeste, ubicado en Córdoba y Bonpland. Con la presencia de los vecinos del barrio, a fin de que se respete el compromiso alcanzado el sábado.

Todo indica que en breve, Palermo Viejo contará con un nuevo atractivo: el centro pretende funcionar como sede de talleres de capacitación, salud y cultura que articulará recursos del barrio. Mientras tanto, los vecinos no pierden tiempo. El domingo los vecinos cargados de escobas, ya comenzaron a despejar el terreno.

Para mayor información, comunicarse con 4777-7064 ó Jorge Ponce 154-178-2424.
prensapalermoviejo@ciudad.com.ar www.palermoviejo.netfirms.com

Fonte: Asamblea de Palermo Viejo. Disponível em:

<<http://www.palermoviejo.netfirms.com/gaceboninf.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2004.

ANEXO 11

Gacetilla de Prensa de la Asamblea de Palermo Viejo

Vecinos y Vecinas de Palermo

La Asamblea de Palermo Viejo se viene reuniendo semanalmente durante los últimos tres meses en Humboldt y Costa Rica, los jueves a las 20, con la participación de más de un centenar de vecinos. Intenta ser una forma diferente de participación democrática en la que todos opinamos, discutimos y tomamos decisiones en un plano de igualdad.

A través de la conformación de comisiones de trabajo como Salud, Educación, Compras Comunitarias, Prensa, Cultura, Jóvenes, Discusión Política y Acción Barrial, hemos concretado diversas acciones y propuestas.

Queremos contarles qué estamos haciendo:

- Un programa radial llamado “Crece desde el pie”, que se emite desde hace un mes por FM 89.1 los sábados 12 a 13, y si bien el programa lo conducen vecinos de Palermo viejo, está abierto a todas las Asambleas.
- Una página en internet (www.palermoviejo.netfirms.com) que nos permite estar comunicados, así como difundir las resoluciones, actividades y propuestas de la asamblea, y un foro de discusión en la web (<http://communities.msn.es/palermoviejo>) para contactarnos y debatir distintos temas.
- Caminatas barriales de carácter histórico-cultural para redescubrir al barrio, sus orígenes, historias y anécdotas, que realizamos una vez por mes.
- Compras comunitarias de frutas y verduras para rebajar costos.
- Presentación de una carta a Cablevisión, acompañadas por la firma de 294 vecinos que son abonados de la empresa, en la que solicitamos una reducción en el abono básico a 25\$ mensuales, ya que esa suma es la que la misma empresa y otras prestadoras de TV por cable cobran en las zonas donde existe la posibilidad de optar entre distintos proveedores del servicio. Ante la negativa de Cablevisión, se iniciaron negociaciones con otras empresas de cable.
- Un apagón con marcha de antorchas el 20 de marzo hacia Plaza Italia y la sede de Edenor contra el tarifazo de las empresas privatizadas, organizado en forma conjunta con las Asambleas de Palermo, Colegiales y Belgrano.
- Un escrache al ex ministro Domingo Cavallo, el 1º de marzo al cumplirse tres meses desde la instauración del corralito financiero, y otro a Jorge Rafael Videla, el 21 de marzo, con motivo del aniversario del golpe militar de 1976.
- Un festival artístico en el barrio, el 23 de marzo, en homenaje a los 30.000 desaparecidos y a los caídos el 19 y 20 de diciembre último, con la realización de una mesa de debate a cargo de Adolfo Pérez Esquivel y Rubén Dri.

Además, estamos organizando:

- Un sistema de horario diferencial para la recolección de residuos en bares y restaurantes para evitar la acumulación de basura durante los fines de semana, cuya instrumentación está próxima a concretarse ya que se logró la aceptación de la empresa recolectora AEBA, el acuerdo de la Secretaría de Higiene de la Ciudad de Buenos Aires.
- Una convocatoria a los comercios de la zona para que realicen ofertas semanales que ayuden a reactivar la economía barrial.
- Un nuevo nodo del Club del Trueque en el barrio.
- Un evento multicultural en Palermo Viejo los días 25 y 26 de mayo con el lema “La cultura es de todos”. Esta convocatoria a los vecinos a punta a abrir el barrio a todas las expresiones artísticas, turísticas, políticas y culturales.

Queremos cambiar desde la forma de hacer política que tienen los corruptos, hasta el modelo económico que favorece a unos pocos y perjudica a la mayoría, sin olvidarnos de los

problemas cotidianos del lugar donde vivimos.
Queremos un barrio y un país solidario. Por eso nos reunimos para intentarlo. Todos somos necesarios, las amas de casa, los comerciantes, los artistas, los profesionales, los docentes, los estudiantes y los desocupados. Todos podemos aportar algo.

Abril 2002

Acérquese. Nos reunimos los jueves a las 20
en Humboldt y Costa Rica.

(Si llueve, en el garage ubicado en Costa Rica 5759)

Fonte: Asamblea de Palermo Viejo. Disponivel em:

<<http://www.palermoviejo.netfirms.com/Gacetillas/gacetilla-actividades.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2004.

ANEXO 12

Subject: 14° Encuentro de las Asambleas Autónomas el Domingo 22/2 15hs en Caseros 249, Florida (VLópez)

INVITACION

La Asamblea Interbarrial de Vicente López juega de local 14° encuentro de las ASAMBLEAS AUTONOMAS el Domingo 22 de Enero a las 15 horas En Caseros 249, entre AdelValle y Laprida (Puente Saavedra) a 2 cuadras de AvMaipú al 200 a media cuadra de la estación AdelValle del FFCC GMBelgrano y de la plaza F.García Lorca Encuentro mensual de asambleístas y asambleas autónomas, independientes de partidos y otras organizaciones, que concurren a consensuar actividades y articular las diferentes comisiones de trabajo, o formando nuevos grupos temáticos: Justicia, Arte y Cultura, Privatizadas, Medios y Comunicación, Cartoneros, Política Institucional, Vivienda, Comunas, Tierras Publicas Economía Solidaria, Salud Toda expresión de creatividad e imaginación será bienvenida Trataremos de trabajar en un clima de amistad y en un marco de respeto por la diversidad, sin consignismos ni actitudes verticalistas, preservando el espíritu original del 19 y 20 de Diciembre de 2001, y reconociéndonos como herederos de las asambleas que fundaron este país en especial la asamblea del año 1813 que prohibió la tortura y abolió la esclavitud

POR UN ASAMBLEISMO DONDE MULTIPLIQUEMOS LA LIBERACIÓN POPULAR

14° ENCUENTRO DE LAS ASAMBLEAS AUTONOMAS ASAMBLEA INTERBARRIAL de VICENTE LOPEZ - Asamblea vecinal de Carapachay, asamblea popular de Florida Este, asamblea popular de Florida-Pte.Saavedra, asamblea popular de Munro, asamblea popular de Olivos, asamblea popular de la Salud de Vte.López, asamblea popular de Villa Martelli- domingo 22 de Febrero , 15hs Caseros 249 Florida, Vicente López

ANEXO 13

Cooperativa La Asamblearia

Quiénes somos

En marzo de 2003, un grupo de unos treinta vecinos residentes en la zona norte de la ciudad de Buenos Aires y pertenecientes a la Asamblea Barrial Núñez y a la Asamblea Popular de Núñez-Saavedra nos reunimos para constituir la Cooperativa de Vivienda, Crédito y Consumo La Asamblearia Limitada.

Realizada la asamblea constitutiva y elegido en Consejo de Administración, se procedió de inmediato a iniciar los trámites legales para su matriculación formal ante el Instituto Nacional de Economía Social (INAES), órgano de regulación de la actividad cooperativa.

A partir de entonces y hasta mediados del mes de junio de 2003 se asociaron a La Asamblearia otros treinta miembros, vecinos de la zona, de otros barrios de la ciudad, de provincias argentinas e incluso del exterior.

En consonancia con los principios fundantes del cooperativismo, de la ley de cooperativas vigente en la República Argentina y del mismo estatuto adoptado por La Asamblearia, nuestra cooperativa es de 'puertas abiertas'.

Esto significa que si USTED quiere sumarse y hacerse socio, será bienvenido: La Asamblearia es suya también.

No existe ningún tipo de privilegio para los 'socios fundadores', y todos los socios, cualquiera sea su antigüedad, tienen pleno derecho a elegir y ser elegidos para el Consejo de Administración.

El órgano máximo de decisión es la Asamblea de Asociados, cuya convocatoria debe ser hecha pública.

Como nos encontramos en un período de construcción, por decisión de la Asamblea funcionan por el momento seis grupos de trabajo:

1. de contacto con los productores;
2. de relaciones institucionales;
3. de obtención de nuevos recursos y promoción de asociaciones;
4. de infraestructura y mantenimiento;
5. de gestión administrativa y

6. de ventas.

Nuestra Historia

La experiencia de las asambleas vecinales surgidas a partir del 19 y 20 de diciembre de 2001 sirvió de base para la constitución de La Asamblearia.

Cada uno de sus integrantes tiene su 'propia historia' de acercamiento a lo que llamamos Economía Solidaria y a la necesidad de formar una cooperativa, pero colectivamente influyeron de modo decisivo los contactos con la problemática de las empresas quebradas, recuperadas y puestas en marcha por sus trabajadores, así como las prácticas de 'compras comunitarias' que se fueron realizando.

Un antecedente muy ilustrativo fue la articulación de miembros de varias asambleas en lo que se dio en llamar 'la Bolsa y la Vida', una experiencia de compras comunitarias muy valiosa pues fue poniendo a sus actores en contacto directo con distintos productores del campo y la ciudad, cuya característica común era el intento de desarrollar una producción autogestiva.

Cada nuevo socio de la cooperativa enriquece esta historia colectiva con su propio camino que, en términos generales, se relaciona con la valoración del cooperativismo y de formas comunitarias de organización como superiores a las del sistema económico predominante.

Se trata, pues, de una historia abierta y que recién se inicia, que se nutrirá del respeto por los nuevos aportes: por principio, por ley y por su propio estatuto, La Asamblearia no puede practicar ningún tipo de exclusiones por motivos políticos, religiosos, de género o raza; el único acuerdo previo que requiere es el de compartir el sentimiento solidario y la aventura de intentar llevarlo a cabo en el plano de la organización económica.

Nuestros Principios

El objetivo de La Asamblearia es el de colaborar en la formación de una vasta red de Economía Solidaria, en la Argentina y en el mundo.

No pretende ser centro de esa actividad, que cada actor social desarrolla a su manera; sólo pretende ser un nudo en esa vasta red, un puente entre iniciativas que hoy aparecen como aisladas.

La Economía Solidaria es el intento que desde diversos actores se realiza por articular las respuestas económicas de emergencia que los sectores populares van dando a la crisis, haciéndolas confluir en un subsistema o sector económico integrado. Dentro de las alternativas que se presentan, La Asamblearia ha elegido la forma cooperativa, pero respeta y valora otro tipo de opciones: la Economía Solidaria se desenvuelve en la diversidad y multiplicidad de intentos, y es positivo que así sea pues no se trata de un modelo cerrado.

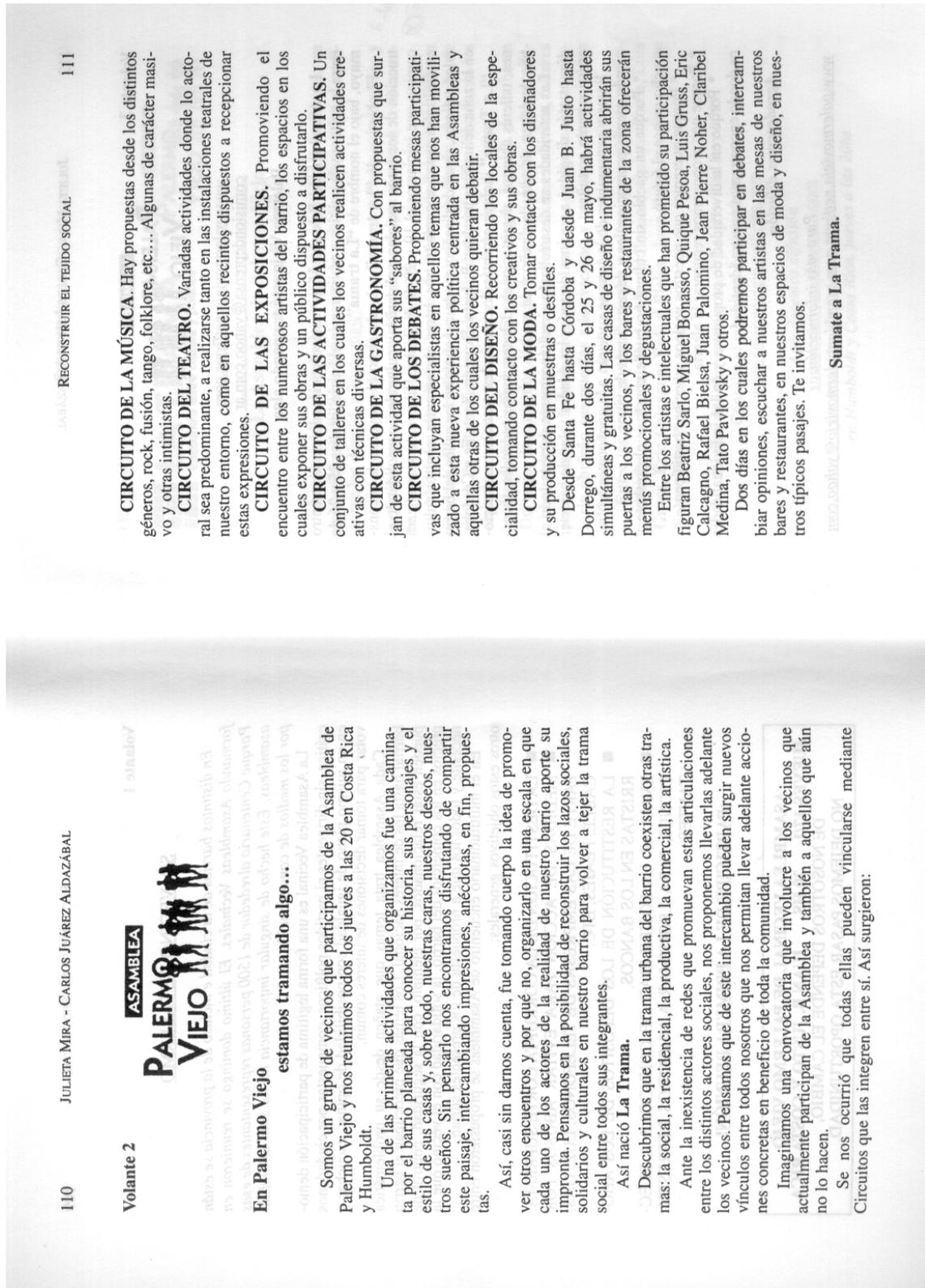
La Asamblearia se forma para promover la producción, distribución, comercialización y consumo de bienes y servicios autogestionados, lo que implica que son llevados adelante por los mismos productores y no por quienes detentan a modo individual o anónimo el capital.

El capital de La Asamblearia es social, y la magnitud del aporte que cada asociado haga al mismo no le otorga mayores derechos a la hora de decidir; en la Economía Solidaria, el valor central es el trabajo humano y no la finalidad especulativa de lucro. Las distintas producciones autogestivas necesitan encontrarse con consumidores conscientes del valor adicional que aquéllas representan, consumidores que responsablemente elijan este tipo de productos y no los de las grandes empresas monopolistas.

Este encuentro se produce en torno a un precio justo, que reconozca el valor de trabajo puesto en cada bien o servicio por su productor, y le permita reproducir dignamente su vida.

Todos estos principios -producción autogestiva, consumo responsable, precio justo- son ideales a construir, metas: se podrán hacer realidad en la medida en que la Economía Solidaria vaya desarrollándose y ganando nuevos espacios en la mente y el corazón de quienes creen que es posible una transformación social.

Fonte: Cooperativa La Asamblearia. Disponível em: <<http://www.asamblearia.com.ar>>. Acesso em 20 set. 2004.



Volante 2



En Palermo Viejo

estamos tramando algo...

Somos un grupo de vecinos que participamos de la Asamblea de Palermo Viejo y nos reunimos todos los jueves a las 20 en Costa Rica y Humboldt.

Una de las primeras actividades que organizamos fue una caminata por el barrio planeada para conocer su historia, sus personajes y el estilo de sus casas y, sobre todo, nuestras caras, nuestros deseos, nuestros sueños. Sin pensarlo nos encontramos disfrutando de compartir este paisaje, intercambiando impresiones, anécdotas, en fin, propuestas.

Así, casi sin darnos cuenta, fue tomando cuerpo la idea de promover otros encuentros y por qué no, organizarlo en una escala en que cada uno de los actores de la realidad de nuestro barrio aporte su impronta. Pensamos en la posibilidad de reconstruir los lazos sociales, solidarios y culturales en nuestro barrio para volver a tejer la trama social entre todos sus integrantes.

Así nació La Trama.

Descubrimos que en la trama urbana del barrio coexisten otras tramas: la social, la residencial, la productiva, la comercial, la artística.

Ante la inexistencia de redes que promuevan estas articulaciones entre los distintos actores sociales, nos proponemos llevarlas adelante los vecinos. Pensamos que de este intercambio pueden surgir nuevos vínculos entre todos nosotros que nos permitan llevar adelante acciones concretas en beneficio de toda la comunidad.

Imaginamos una convocatoria que involucre a los vecinos que actualmente participan de la Asamblea y también a aquellos que aún no lo hacen.

Se nos ocurrió que todas ellas pueden vincularse mediante Circuitos que las integren entre sí. Así surgieron:

CIRCUITO DE LA MÚSICA. Hay propuestas desde los distintos géneros, rock, fusión, tango, folklore, etc... Algunas de carácter masivo y otras intimistas.

CIRCUITO DEL TEATRO. Variadas actividades donde lo actoral sea predominante, a realizarse tanto en las instalaciones teatrales de nuestro entorno, como en aquellos recintos dispuestos a recibir estas expresiones.

CIRCUITO DE LAS EXPOSICIONES. Promoviendo el encuentro entre los numerosos artistas del barrio, los espacios en los cuales exponer sus obras y un público dispuesto a disfrutarlo.

CIRCUITO DE LAS ACTIVIDADES PARTICIPATIVAS. Un conjunto de talleres en los cuales los vecinos realicen actividades creativas con técnicas diversas.

CIRCUITO DE LA GASTRONOMÍA. Con propuestas que surjan de esta actividad que aporta sus "sabores" al barrio.

CIRCUITO DE LOS DEBATES. Proponiendo mesas participativas que incluyan especialistas en aquellos temas que nos han movido a esta nueva experiencia política centrada en las Asambleas y aquellas otras de los cuales los vecinos quieran debatir.

CIRCUITO DEL DISEÑO. Recorriendo los locales de la especialidad, tomando contacto con los creativos y sus obras.

CIRCUITO DE LA MODA. Tomar contacto con los diseñadores y su producción en muestras o desfiles.

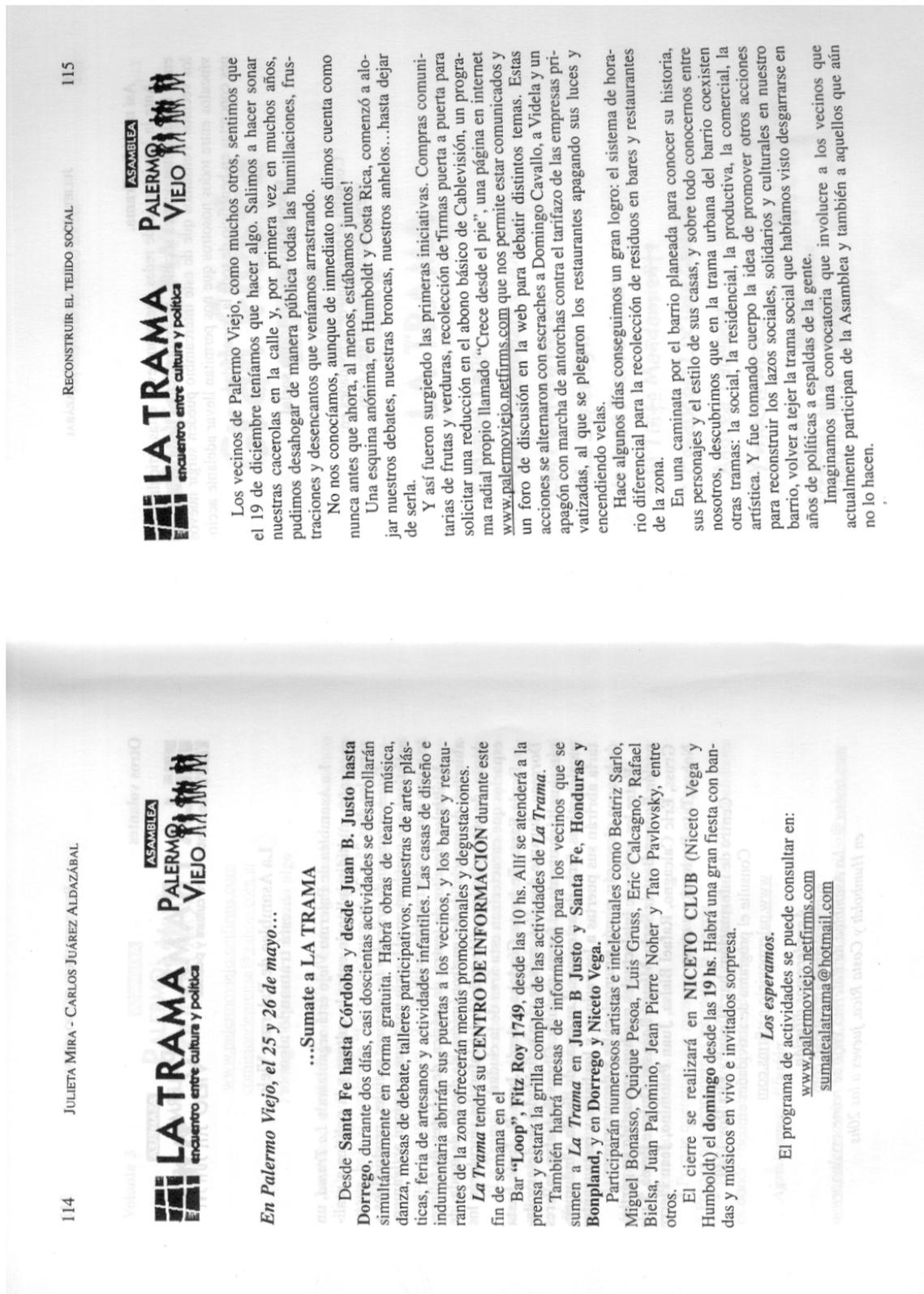
Desde Santa Fe hasta Córdoba y desde Juan B. Justo hasta Dorrego, durante dos días, el 25 y 26 de mayo, habrá actividades simultáneas y gratuitas. Las casas de diseño e indumentaria abrirán sus puertas a los vecinos, y los bares y restaurantes de la zona ofrecerán menús promocionales y degustaciones.

Entre los artistas e intelectuales que han prometido su participación figuran Beatriz Sarlo, Miguel Bonasso, Quique Pesoa, Luis Gruss, Eric Calcagno, Rafael Bielsa, Juan Palomino, Jean Pierre Noher, Claribel Medina, Tato Pavlovsky y otros.

Dos días en los cuales podremos participar en debates, intercambiar opiniones, escuchar a nuestros artistas en las mesas de nuestros bares y restaurantes, en nuestros espacios de moda y diseño, en nuestros típicos pasajes. Te invitamos.

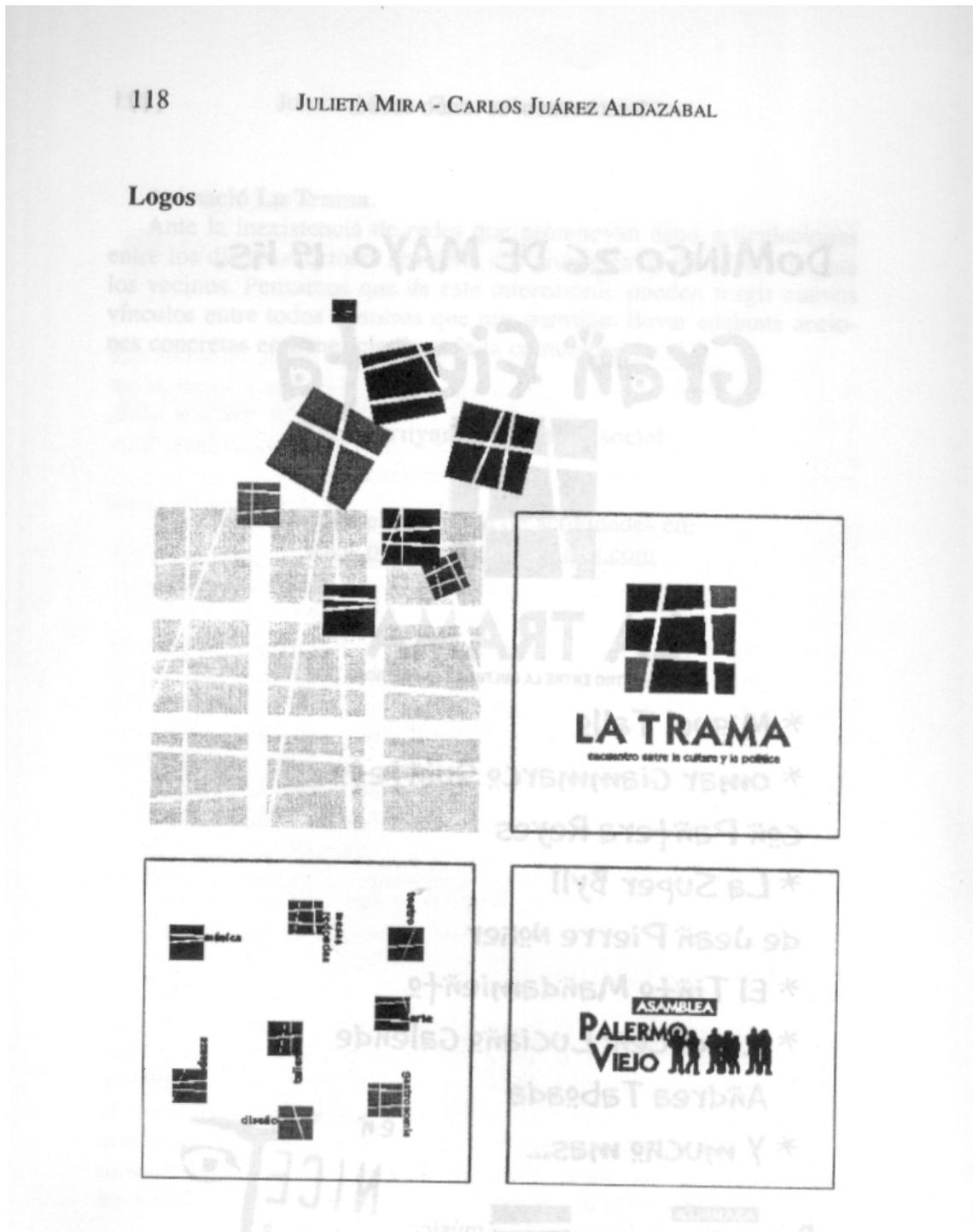
Sumate a La Trama.

ANEXO 15



Fonte: MIRA, Julieta; JUÁREZ ALDAZÁBAL, Carlos. **Reconstruir el tejido social.** La Trama de Palermo Viejo. Buenos Aires: Corregidor, 2003.

ANEXO 16



Fonte: MIRA, Julieta; JUÁREZ ALDAZÁBAL, Carlos. **Reconstruir el tejido social.** La Trama de Palermo Viejo. Buenos Aires: Corregidor, 2003.

ANEXO 17

La Trama 2003: Re-construyendo espacios.

Primero nos apropiamos del derecho a gritar, protestar, hacer ruido con nuestras cacerolas. Protagonistas indiscutibles de aquellos coloreados días que se convirtieron en marca social, en huella de los primeros pasos. La rebelión del 19 y 20 fue la respuesta a una política que tiene implícita la marginación de los poderes de decisión de la mayor parte de la gente, usada sólo al momento del voto.

Esta orientación de la política pone a la democracia como una pantalla para seguir avanzando en la desigualdad y la exclusión. De la rebelión como respuesta a esta política, surgen las Asambleas. Éstas se constituirán en una praxis-práctica social que apuntará, entre otras cosas, a desenmascarar aquellas formas de representación que hacen a un sistema que intenta vaciar de contenido a la democracia.

La rebelión de la gente en las calles, entonces, tomó diferentes carriles. Uno de ellos los llevó de la Plaza de Mayo, lugar central y representante del poder público, a tomar una esquina del barrio. En nuestro barrio, fue la esquina de Costa Rica y Humboldt, desde donde surgió el proyecto de articularnos con los diferentes espacios del barrio. Ese proyecto se llamó La Trama.

La Trama, fue aquel encuentro político cultural que tuvo cita el 25 y 26 de mayo del 2002 y tomó a los bares, teatros y talleres del barrio, para transformarlos en espacios donde se re-pensaran las relaciones entre política y cultura, el arte y lo social, los medios y la sociedad, proyectos alternativos de economía solidaria y más. La Trama intentaba demarcar y abrir fronteras en la manera de pensar y de decir. La palabra en estos espacios fronterizos no sólo funciona informando o de forma referencial, sino que viene a crear. La palabra en su origen no habla de las cosas, hace cosas.

El primer paso en una construcción colectiva es recuperar el valor de la palabra, de las afirmaciones fundamentales para cada cual y para el conjunto. Cuando la palabra de uno se trama con otras palabras esto produce efectos. Uno de estos efectos fue la recuperación para todos los vecinos de un espacio público abandonado en Bonpland 1660. Decidimos no sólo tomar la palabra sino tomarnos la palabra y actuar, hacernos cargo de un lugar de nuestro barrio, reconstruirlo, re-crearlo, habitarlo, revivirlo. Reanimar este espacio destruido por políticas que llevaron al dolor, a las pérdidas y al empobrecimiento es como reconstruirnos a nosotros mismos en tanto ciudadanos y seres

políticos que intentamos ejercer activamente la democracia todos los días. Decir con hechos qué queremos y qué no queremos.

Marcamos una frontera que permite la convergencia de lo público, lo político, lo económico y lo cultural. Un espacio donde lo uno y lo otro puedan mezclarse, anudarse, donde las huellas de cada cual dejen marcas del conjunto, para luego seguir tejiendo esta trama por otras vías en las que nuestras voces no se apaguen y que nuestra construcción colectiva crezca.

Sumate a La Trama
Asamblea Palermo Viejo

Fonte: Texto gentilmente cedido por Verónica Díez.

ANEXO 18

LA TRAMA
"Re-construyendo espacios"
2003

COMUNIDAD
PALERMO VIEJO

Primero nos apropiamos del derecho a gritar, protestar, hacer ruido con nuestras cacerolías. La rebelión del 19 y 20 fue la respuesta a una política que tiene implícita la marginación de los poderes de decisión de la mayor parte de la gente, que sólo es usada al momento del voto. Esta orientación de la política pone a la democracia como una pantalla para seguir avanzando en la desigualdad y la exclusión. De la rebelión, como respuesta a esta política, surgen las Asambleas.

La Asamblea de Palermo Viejo se constituyó en la esquina de Costa Rica y Humboldt, desde donde surgió el proyecto de La Trama articulándonos con los diferentes espacios del barrio: bares, teatros y talleres de arte. La Trama, aquel encuentro político cultural que tuvo cita el 25 y 26 de mayo del 2002 y que intentaba demarcar y abrir fronteras en la manera de pensar y de decir. Así, la palabra en estos espacios no sólo funciona informando o de forma referencial, sino que viene a crear. **La palabra en su origen no habla de las cosas, hace cosas.**

Recuperar el valor de la palabra, de las afirmaciones fundamentales para cada cual y para el conjunto es el primer paso. Cuando la palabra de uno se trama con otras palabras esto produce efectos. Uno de estos efectos fue la recuperación para todos los vecinos de un espacio público abandonado en Bonpland 1660. Decidimos no sólo tomar la palabra sino tomarnos la palabra y actuar, hacernos cargo de un lugar de nuestro barrio, reconstruirlo, re-crear, habitarlo, revivirlo. Reanimar este espacio destruido por políticas que llevaron al dolor, a las pérdidas y al empobrecimiento es como reconstruimos a nosotros mismos en tanto ciudadanos y seres políticos que intentamos ejercer activamente la democracia todos los días. Decir con hechos que queremos y qué no queremos, que nuestras voces no se apaguen y que nuestra construcción colectiva crezca.

SUMATE A LA TRAMA
Asamblea de Palermo Viejo

PROYECTO MERCADO SOCIAL SOLIDARIO

BONPLAND 1660

Colectivo de Autogestión de lo Público

La Asamblea de Palermo Viejo, surgida luego de las jornadas del 19 y 20 de diciembre, se reúne los jueves a las 20:30 hs. en Bonpland 1660. El grupo de gestión del mercado se reúne los sábados, en el mismo lugar, a las 15:30

www.palermoviejo.net/firms.com.ar preinsapalermoviejo@ciudad.com.ar

Qué entendemos por Economía Solidaria

A partir de la terrible crisis que atraviesa el país, surgieron diversas experiencias productivas solidarias que, desde los sectores más castigados del país, apuntaron a repensar la economía con el doble fin de satisfacer necesidades básicas y, al mismo tiempo, recomponer los lazos sociales. Estas experiencias de economía alternativa surgen de nuevas formas de asociatividad y cooperación, basadas en la solidaridad y el trabajo sin explotación.

La producción autogestiva, el comercio justo y el consumo responsable constituyen algunos de los pilares básicos de lo que entendemos por Economía Solidaria. Estos principios le dan nuevos significados a la producción, la comercialización y al consumo de bienes y servicios.

La autoorganización de los propios trabajadores y la no explotación de los mismos, la articulación de las necesidades de los productores y de los consumidores a la hora de pensar el comercio y determinar los precios, así como una actitud activa y consciente por parte de los consumidores, son fundamentales para comenzar a cambiar los hábitos y prácticas culturales en el intercambio económico.

La Asamblea de Palermo Viejo, como parte integrante del múltiple movimiento social surgido en nuestro país, apuesta fuertemente a todas las experiencias presentes y futuras de economía solidaria y convoca a vecinos, emprendimientos solidarios y organizaciones sociales a participar conjuntamente en la concreción de este proyecto.

Proyecto para el Mercado de Bonpland 1660

Un conjunto de organizaciones sociales hoy nos proponemos constituir, a partir de la participación y articulación de distintos sectores y experiencias sociales, un espacio de cooperación productiva que responda a las necesidades del barrio y que se enmarque en los principios básicos de la Economía Solidaria.

La nave central del centro de abastecimiento municipal, que es público y que en gran parte ha estado abandonado por décadas, es el sitio ideal para transformarse en un centro de condensación e inclusión social.

El objetivo de este proyecto es crear un espacio de comercialización, exposición y promoción de la producción autogestiva, con actividades de capacitación y difusión de la Economía Solidaria en un ámbito de intercambio y socialidad, con la participación de los vecinos y de las organizaciones sociales en la gestión colectiva del predio.

Las organizaciones que participan en el proyecto son:

- Federación de Emprendimientos de Economía Solidaria (FEES)
- Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza
- Movimiento Teresa Rodríguez
- HIJOS - emprendimientos cooperativos
- Fundación Naturaleza Viva
- Mercado Solidario 20 de Diciembre de Rosario
- Sociedad Obrera de Desocupados de Santiago del Estero
- Cooperativa La Asamblearia
- Planeamiento Participativo y Gestión Asociada (PPGA-FLACSO)
- Instituto de Comercio Equitativo y Consumo Responsable (ICECOR)
- Gestión de Proyectos Sociales (GPS)
- Maestría en Economía Social - Universidad Nacional de General Sarmiento
- Emprendimientos productivos y cooperativos de Asambleas Barriales
- Comisión de Apoyo a Comunidades Wichi
- Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER)
- CTA Regional Norte - emprendimientos cooperativos

ANEXO 19

LA TRAMA

"RECUPERANDO LAS CALLES..."

El fin de semana del 13 y 14 de noviembre, a partir de las 15 y hasta después de la medianoche entre Av. Santa Fe, Av. Córdoba, Av. Juan B. Justo y Dorrego.

La Trama es un encuentro político-cultural organizado por 3º año consecutivo por la Asamblea de Palermo Viejo que incluye una amplia variedad de actividades gratuitas y simultáneas a lo largo de dos días: mesas debate, teatro, música, circo, muestras de arte, fotos y talleres participativos. Los eventos se desarrollarán en los bares, teatros, y otros espacios y calles del barrio, incluyendo el mercado de Bonpland 1660, y las callecitas que lo rodean.

La Trama nació en el 2002 a partir de las ganas de un grupo de vecinos de la Asamblea de Palermo Viejo de recuperar la "trama social" deteriorada por años de dictadura y decepciones democráticas, con la intención de recuperar el barrio y regenerar las relaciones entre los vecinos. La Trama de este año es una trama callejera, que no se deja amenazar por el miedo que lleva a más aislamiento y encierro. Invita a todos a salir a las calles y hacer de ellas un espacio de encuentro que pueda resultar una experiencia colectiva de fiesta y de compromiso con un nuevo intento de construcción social.

Para más información escribir a:

prensapalermoviejo@ciudad.com.ar ó

visitar: www.palermoviejo.netfirms.com

El Mercado, recuperado como espacio público para los vecinos, ha sido declarado Sitio de Interés Cultural por la Legislatura Porteña en respuesta a un petitorio presentado por la Asamblea con firmas de más de 1000 vecinos.

Fonte: Asamblea de Palermo Viejo.

EN EL EDIFICIO DE PALERMO VIVIAN UNAS CIENTAS FAMILIAS

Ardió una fábrica abandonada y evacuaron a los 350 ocupantes

JUAN MARCELO BARRÓN



REFUGIO DE EMERGENCIA. LOS OCUPANTES DE LA FÁBRICA INCENDIADA FUERON UBICADOS EN UN COMPLEJO MUNICIPAL.

▶ Están alojados en Colegiales. Anunciaron que les darán créditos o subsidios.

Horacio Alzapalao
h.alzapalao@clarin.com

El Gobierno porteño calcula que por una semana seguirá el campamento de emergencia que levantó en un predio municipal de Colegiales, para alojar a las 350 personas que vivían en la fábrica abandonada de Palermo que se incendió tras la medianoche del lunes.

«Cuánta gente vivía en la fábrica (ex Estabón de Lujo) de la calle Darwin, entre Niceto Vega y Córdoba? Las autoridades tenían un censo que les daba 98 familias. «Estamos cotejando ese registro porque hay 30 familias que dicen que vivían en la fábrica y no figuran», le confirmó Rafael Romá, secretario de Desarrollo Social de la Comuna, a Clarín.

Estela Molina fue una de las primeras en ocupar la fábrica, «hace 20 años». Tiene siete hijos y un nieto, y como capital, apenas la ropa que lleva puesta. «Arremanos una comisión de vecinos para identificarnos, porque apareció gente de la agrupación Teresa Rodríguez que nunca vivió en la fábrica y ahora reclama un

testimonios

“Nadie murió; es un milagro”

Juan Carlos Morales, de 43 años, llegó a la fábrica hace 17 años. «En ese entonces vivían unas 10 familias», recuerda, ya instalado en el centro de evacuados. De nacionalidad chilena, afirma que el fuego empezó cerca de su habitación: «Parece que fue un espiral, de esos para que no te jodan los mosquitos». A su lado, Edgar López, de 17 años, paraguayo, asiente. «Si, esa habitación parece que estaba alformbrada, por eso se prendió fuego», dice el muchacho, vestido con un short y una remera de fútbol que le prestaron.

Estela Molina vivía en la fábrica con siete hijos y un nieto, en un segundo piso. «Nadie murió; es un milagro», dijo. Con los ojos hinchados de llorar, agregó: «Mi mamá colgarse por una ventana, en vuelta en una sábana. Por suerte no le pasó nada».

que que los destinará a una vivienda, aquí o en la provincia de origen», explicó Romá.

Además de los colchones que hizo llegar el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación, la Ciudad destinó 250 remeras, 250 pantalones, 200 toallas, 300 toallones, 100 ojotas de chicos y 150 de adultos, 250 pares de zapatillas, 200 sábanas, 500 toallas higiénicas, 100 litros de lavandina y 300 paños de jabón.

mental para acceder a la asistencia económica oficial; cada familia podrá optar por un crédito de 30.000 pesos a pagar en 20 años con tasa cero o por un subsidio no reintegrable de 15.000.

«En el primero de los casos, la familia busca una casa y el Banco Ciudad le paga al vendedor. El dinero nunca pasa por las manos de los damnificados. Para el subsidio, sólo se entrega si la familia presenta un plan que especifi-

decían que el fuego se inició con un espiral antimosquitos.

En la tarde de ayer, el Gobierno porteño casi había completado el pago de 1.800 pesos a cada familia censada, como un «subsidio no reintegrable». Y empleados del Registro Civil confeccionaron 174 DNI que serán entregados en 48 horas. Entre las 350 personas que ocupaban la fábrica, hay un 40 por ciento de extranjeros.

La documentación es funda-